

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras



**COMÉRCIO DE TECIDOS EUROPEUS E ASIÁTICOS NA ÁFRICA  
CENTRO-OCIDENTAL:  
FRAUDES E CONTRABANDO NO TERCEIRO QUARTEL DO  
SÉCULO XVIII.**

**Telma Gonçalves Santos**

Dissertação  
Mestrado em História  
Especialização em História da África

2014  
**Universidade de Lisboa**  
**Faculdade de Letras**  
**Departamento de História**



**COMÉRCIO DE TECIDOS EUROPEUS E ASIÁTICOS NA ÁFRICA**  
**CENTRO-OCIDENTAL:**  
**FRAUDES E CONTRABANDO NO TERCEIRO QUARTEL DO SÉCULO XVIII.**

**TELMA GONÇALVES SANTOS**

Dissertação  
Orientador: Prof. Dr. José da Silva Horta  
Co-orientador: Prof. Dr. Luís Frederico Dias Antunes

Mestrado em História de África

**2014**

**TELMA GONÇALVES SANTOS**

**COMÉRCIO DE TECIDOS EUROPEUS E ASIÁTICOS NA ÁFRICA  
CENTRO-OCIDENTAL:  
FRAUDES E CONTRABANDO NO TERCEIRO QUARTEL DO SÉCULO XVIII.**

Dissertação apresentada ao programa de Pesquisa e Pós-graduação em História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, como requisito para a obtenção do grau de Mestra em História na especialização de História da África.

Orientador: Prof. Dr. José da Silva Horta

Co-orientador: Prof. Dr. Luís Frederico Dias Antunes

Lisboa  
2014

À minha mãe Helena Gonçalves Santos e a minha irmã Alessandra Gonçalves  
Santos que tanto me estimularam neste sonho.

## **AGRADECIMENTOS**

Em 2001, através da lei 10.645/2001, sancionada pelo então presidente da república do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, nós, professores do ensino básico, fomos confrontados com uma demanda da sociedade brasileira por conhecer a História da África e seus contributos para a humanidade. Diante deste grande desafio, nos deparamos com uma realidade devastadora. A disciplina de História da África, até então, era oferecida nas universidades brasileiras como matéria optativa do currículo. Na unidade de ensino em que trabalhava, nenhum dos meus colegas possuía formação nesta área, tão pouco eu a tinha. Lembro-me dos encontros de coordenação para o planeamento das aulas em que olhávamos uns para os outros sem saber como aplicar a lei. Faltava tudo, desde livros paradidáticos, didáticos e informação sobre a disciplina. Esta realidade me fez refletir sobre a forma cruel como o ensino brasileiro se estruturara. Esta sociedade formada por negros, indígenas e brancos esquecera-se dos dois primeiros sujeitos da sua História para centrar-se apenas no último elemento: o europeu. Assim sendo, enquanto negra eu desconhecia uma parte significativa da minha própria história.

Deste modo, posso dizer que a escolha pela realização deste metrado foi motivada não apenas por uma lacuna no meu currículo académico mas, sobretudo, pelo compromisso profissional em fazer diferente. Por tudo isso, agradeço aos meus alunos que são os meus maiores motivadores e a Secretária do Estado da Bahia que permitiu ausentar-me por tanto tempo das minhas atividades em sala de aula, financiado parte deste estudo. Ao meu chefe Yuri, a todos os colegas de trabalho da TV Anísio Teixeira, sobretudo, aos queridos colegas Marcus e Valdinéia, que tanto apoio me deram nesta etapa final, expresso os meus mais sinceros agradecimentos.

Ao Prof. Doutor José da Silva Horta e ao Prof. Dr. Luís Frederico Dias Antunes, que pacientemente me guiaram por este fantástico mundo do conhecimento.

À Prof. Doutora Isabel Castro Henriques e a Prof. Doutora Fátima Reis pelos seminários e pela gentileza com que partilharam seus conhecimentos sobre a História da África, permitindo um melhor entendimento sobre a matéria.

Enfim, a minha família, Helena dos Santos Gonçalves e Alessandra dos Santos Gonçalves que sempre acreditaram em mim e ao meu amor Davi Lázer.

Lisboa, 27 de Maio de 2014

## RESUMO

**PALAVRAS-CHAVE:** Tecidos, Comércio, Fraudes, Contrabando, Escravidão, Lógicas Econômicas.

A presente dissertação tem por objetivo desenvolver um estudo sistemático sobre o comércio de tecidos na África centro-ocidental, no terceiro quartel do século XVIII, a partir das ações “ilegais” dos principais interlocutores deste comércio: europeus, africanos e luso-africanos. A análise da documentação, que consta no Arquivo Histórico Ultramarino e na Torre do Tombo, sobretudo os processos-crime e cíveis; petições e requerimentos dos agentes do comércio de escravos no “Reino de Angola”; editais públicos; contratos de monopólios comerciais; fés de ofício; leis régias e cartas dos governadores angolanos endereçadas ao rei de Portugal, ao Conselho Ultramarino e aos secretários de estado, revelou os mecanismos de burla utilizados pelos agentes do comércio para dar entrada nas fazendas de origens diversas na África centro-ocidental. Neste trabalho, nos foi exigido decodificarmos os mapas mentais com os quais estes sujeitos da história operavam para fazer valer seus anseios e interesses particulares e, deste modo, compreendermos as estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas que viabilizaram a circulação dos tecidos. A descrição dos tecidos encontrados na documentação aqui tratada trouxe à tona um caudal de possibilidades mercantis a interligar mundos distantes. Neste roteiro, Inglaterra, França, Holanda e as unidades políticas que posteriormente conformaram a Alemanha e Itália, assim como a China e a Índia se fizeram presente na cultura centro-ocidental africana através dos tecidos que fabricavam e para lá foram exportados. O entendimento das lógicas econômicas atlânticas e africanas contribuíram para percebermos um mundo novo que se foi consubstanciando a partir do encontro entre as culturas europeias e africanas. Longe de nos determos a uma perspectiva econômica da História, este estudo elege a cultura como fio condutor da análise das trocas mercantis no tempo e espaço delimitados por este trabalho.

## **ABSTRACT**

**KEY-WORDS:** Textiles, Trade, Fraude, Smuggling, Slavery, Economic Logic

This thesis aims to develop a systematic study of the cloth trade in west-central Africa, in the third quarter of the eighteenth century, though the analysis of the 'marginal actions' of the main partners of this trade, namely: European, African and Luso-Africans. The review of the documentation of the Arquivo Histórico Ultramarino and the Torre do Tombo, especially the civil and criminal cases; petitions and applications of the agents of the slave trade in the 'Kingdom of Angola'; public notices; contracts of commercial monopolies; crafts; laws and royal letters of Angolan governors addressed to the king of Portugal, to the Overseas Council and the secretaries of state, revealed the mechanisms of fraud used by the agents of trade to enter the farms of various origins in west-central Africa. In this work, we were required to decode the mental maps with which the subjects of history operated to assert their desires and interests in order to understand the social, cultural, economic and political structures that enabled the circulation of the tissues. The description of the tissues, found in this documentation, revealed a range of mercantile possibilities to interconnect distant worlds. In this script, England, France, Holland and the political units that conformed later Germany and Italy, as well as China and India became part of the west-central African culture through the tissues that were manufactured there and exported to Africa. The understanding of the Atlantic and African economic logic contributed to perceive a new world that was materializing from the encounter between European and African culture. Far from dwelling on an economic history perspective, this study chooses the culture as guiding in the analysis of commodity exchange in the time and space defined by this work.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Angola – Sec. XVIII.....	23
Mapa 2	Congo e regiões vizinhas – Sec. XVIII.....	47
Mapa 3	Vale do Kwangu.....	50
Mapa 4	Ambuila e Ambuela.....	60

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tecidos que se apurou da lista de carga do navio Santo Antônio e Justiça em 1757.....	71
Tabela 2	Lista de tecidos despachados pela embarcação nossa Senhora da Visitação no porto de Salvador.....	73
Tabela 3	Mapa dos navios saídos de Angola em direitura ao Brasil.....	79
Tabela 4	Lista de alguns dos tecidos utilizados no comércio de escravos em Angola no séc. XVII...	111
Tabela 5	Tecidos da Índia.....	131
Tabela 6	Tecidos oriundos da China.....	132
Tabela 7	Tecidos dos responsáveis pela fraude que decorreu do excesso das “liberdades”.....	134
Tabela 8	Lista de tecidos enviados a Bahia por Antônio José da Gama.....	137
Tabela 9	Tecidos que se extraio da lista da carregação das nau Santo António e Justiça.....	140
Tabela 10	Tecidos que se extraio da lista da carregação das naus Nossa Senhora José e Senhora da Conceição despachada em 20 de maio de 1767 .....	141

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo



## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>5</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. O COMÉRCIO EM ANGOLA NO SÉCULO XVIII.....</b>	<b>23</b>
1.1. MOEDAS DE TROCA, COMÉRCIO E TECIDOS NA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL: A AGÊNCIA AFRICANA.....	32
1.2. OS ESTRANGEIROS E SEUS TECIDOS BARATOS.....	49
1.3. REAÇÃO PORTUGUESA FRENTE À CONCORRÊNCIA DAS NAÇÕES “ESTRANGEIRAS”.....	60
1.4. OS COMERCIANTES PORTUGUESES DO BRASIL, FUMO, CACHAÇA E TECIDOS NAS ROTAS DO TRÁFICO ANGOLANO.....	65
<b>2. O COMÉRCIO DE TECIDOS: UM NEGÓCIO QUE A TODOS “CONTAMINA”.....</b>	<b>80</b>
2.1. OFICIAIS DA COROA OU AGENTES DO COMÉRCIO? .....	80
2.2. A RELEVÂNCIA DOS TECIDO NA DISPUTA PELO PREÇO DOS ESCRAVOS ENTRE OS AGENTES DO TRÁFICO.....	90
2.3. TECIDOS EUROPEUS E A COBRANÇA DE IMPOSTOS NO SERTÃO ANGOLANO.....	98
2.4. AS “FAZENDAS DO REI” ERAM AS QUE TINHAM MELHOR SAÍDA.....	101
2.4. SERAFINAS, LINHOS E FARDAMENTOS NO COMÉRCIO DE TECIDOS EM ANGOLA.....	102
2.5. SEM “SORTIMENTO” DE TECIDOS NÃO HAVIA NEGÓCIO NO SERTÃO ANGOLANO.....	109
<b>3. FRAUDE E CONTRABANDO DE TECIDOS ASIÁTICOS E EUROPEUS NOS PORTOS DA     ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL.....</b>	<b>114</b>
3.1. AS FAZENDAS QUE VINHAM PELAS MÃOS DOS ESTRANGEIROS.....	114
3.2. PAULINO LOMBARDINO: UM ITALIANO NO TRÁFICO DE ESCRAVOS DA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL.....	118
3.3. ROUBO DE TECIDOS NA CIDADE DE LUANDA.....	127
3.4. FALHAS NO SISTEMA DE CONTROLE DE ENTRADA E SAÍDA DE PRODUTOS NOS PORTOS DO “REINO DE ANGOLA.....	129

<b>4. A PREPONDERÂNCIA DOS PORTUGUESES DO BRASIL NO COMÉRCIO DE ESCRAVOS.....</b>	<b>136</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>146</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>149</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>159</b>

## INTRODUÇÃO

As unidades políticas da África centro-ocidental, no Setecentos, ganharam desenvolvimento a partir da sua capacidade de intervir no tráfico de escravos e na permuta de outros produtos indispensáveis ao comércio transatlântico efetuado, sobretudo, pelas diferentes potências europeias e pelos negreiros oriundos do Brasil. Nesse contexto, os tecidos destacaram-se por terem-se tornado uma das principais moedas de troca a movimentar o vultoso comércio de escravos na África centro-ocidental.

Os panos asiáticos, europeus e, em menor escala, os africanos, vulgarizaram-se na literatura sobre o tráfico de escravos ao lado da aguardente, do tabaco, da farinha, das armas de fogo e muitos outros artigos ultramarinos a compor o conjunto de mercadorias exportadas. Todos esses produtos conformaram uma complexa rede mercantil, integrando o Índico ao Atlântico. Assim sendo, o labor dos historiadores atuais, nos arquivos, revela um roteiro de comércio e relações sociais tão mais intrincados quanto mais adentramos nos contextos experimentados por aqueles que, em função do ofício de mercar, tornaram-se hábeis conhecedores dos gostos africanos.

Com base em levantamento documental, realizado no Arquivo Histórico Ultramarino, constatam-se, na seção sobre Angola, no período Setecentista, amplas evidências de que os tecidos movimentaram a economia da África centro-ocidental nas mais diversas esferas do cotidiano da “conquista portuguesa” e demais regiões circunvizinhas. Dentre as fontes documentais selecionadas buscamos analisar os processos-crime e cíveis; petições e requerimentos dos agentes do comércio de escravos no “Reino de Angola”; editais públicos; contratos de monopólios comerciais; fés de ofício; leis régias e cartas dos governadores angolanos endereçadas ao rei de Portugal, ao Conselho Ultramarino e aos secretários de estado. Esta escolha, associada à análise das missivas do rei de Portugal, que constam na Torre do Tombo, permitiu a construção de um quadro amplo de subsídios que tornam possível afirmar que os tecidos importados, dispersos na teia social africana e luso-africana, no terceiro quartel do século XVIII, não mais podem ser vistos como artigos de luxo restritos a uma determinada parcela da população africana e luso-africana. Os tecidos importados, neste período, faziam parte do cotidiano de pessoas comuns, respondendo, por exemplo, pelo pagamento de impostos.

Através dessas fontes, foi possível conhecer experiências de vida e realidades sociais mais ricas do que as que foram apresentados por uma historiografia presa a um modelo economicista influenciado pela perspectiva marxista, onde a esfera cultural é posta a serviço do entendimento da história econômica, a exemplo da obra de Joseph C. Miller (1988), que será

melhor detalhada na justificativa deste trabalho. Por outro lado, mesmo pelos historiadores atentos à construção de uma realidade histórica menos generalista e, por conseguinte, mais próxima das histórias de vida dos sujeitos envolvidos na dinâmica política/econômica e social africana no espaço/tempo escolhido para este estudo, os tecidos importados foram tratados, no âmbito econômico, como mercadorias de troca exclusivamente direcionadas para a compra de escravos, sustentando as elites políticas africanas. (FERREIRA, 2012, p.52-66).

No âmbito da cultura material, justificou-se a acomodação dos tecidos importados a partir das lógicas de diferenciação social e empoderamento que o acúmulo de tais mercadorias oferecia aos dignitários políticos e demais membros que compunham o poder nessas sociedades, tal qual postulado por Jan Vansina (1998, p. 263-281), Jonh Thornton (1998, p. 45-53); Isabel Castro Henriques (1997, p.243 - 355); Beatrix Heintze (2007, p. 576-592), Roquinaldo Ferreira (2012, p. 59-61), Alberto Costa e Silva (2002, p. 455) e Selma Pantoja (1999, p. 105). Assim sendo, o complexo trânsito dos tecidos importados pela malha social africana e luso-africana só pode ser enxergado parcialmente pelos historiadores da contemporaneidade. Em outras palavras, há uma ausência, nos estudos de história da África, de uma investigação mais alargada dos mecanismos de apropriação desta cultura material - aqui representada pelos tecidos importados - para dar movimento às ações do cotidiano de africanos, luso-africanos e europeus, tais como pagamento de impostos, compra de serviços e alimentos indispensáveis à população africana e luso-africana na África centro-ocidental. Os tecidos, enquanto objeto-moeda<sup>1</sup>, espraíram-se pelas comunidades africanas agrícolas, pesqueiras, extrativistas, pelos soldados a serviço da Coroa e demais agentes da governação, passando a ser apropriados e ressignificados na cultura material destas comunidades. E é justamente este fato histórico que pretendemos descrever e analisar.

## 1. A JUSTIFICATIVA.

A justificativa para este trabalho se deve à ausência de um estudo sistemático sobre a circulação dos tecidos importados na África centro-ocidental setecentista, interligando as lógicas econômicas africanas às do Atlântico. O papel dos “tecidos de preto” ou “fazendas de

---

<sup>1</sup> Termo cunhado por Lovejoy (2002, p. 169-170) para os tecidos de várias origens e qualidades, pau-Takula (um tipo de madeira vermelha que contém quino, comum em Angola e muito usada em marcenaria; desta madeira, pode-se fazer uma massa de barro vermelha que, misturada com óleo de rícino, serve para untar a cabeça dos Ganguelas do leste de Angola), sal, farinha e diversos gêneros alimentares, armas de fogo, pólvora, cavalos, facas e demais artigos militares entre outras mercadorias do gosto e preferência dos africanos.

preto”, ainda que apontado como fundamental para as trocas comerciais, não tem sido suficientemente analisado em boa parte dos estudos sobre o tráfico de escravos<sup>2</sup>, justamente por ser o tráfico, e não a circulação dos tecidos importados, o objeto de análise desses estudos. Com base no exposto, a presente dissertação procura analisar o comércio de tecidos europeus e asiáticos na África centro-ocidental, no terceiro quartel do século XVIII. Antes de justificar a delimitação do tema, torna-se necessário abordar algumas das obras que contribuíram para a construção do objeto de estudo aqui tratado.

Joseph C. Miller, em *Way of Death* (1988), desenvolve o conceito de “economia política” na África centro-ocidental que se centra na relação direta entre a escassez de bens de consumo e os mecanismos de ascensão e manutenção do poder político, tornando inteligível a crescente demanda por bens de consumo importados (MILLER, 1988, p. 40-70). Ao investigar as relações de dependência criadas pelo modelo redistributivo destas sociedades, o autor demonstrou os mecanismos pelos quais os bens importados puderam ser adaptados dentro das lógicas econômicas africanas (1988, p. 105-139). O sistema de crédito e de endividamento dos chefados e demais agentes do tráfico, acomodados nas estruturas político/econômicas africanas, constituíram as categorias de análise elencadas pelo autor, para dar ritmo ao vultoso comércio de escravos no século XVIII. Os tecidos europeus e asiáticos ganharam relevância na obra de Miller, porquanto suas estimativas apontam para a cifra de 1/3 do total das mercadorias introduzidas através do Atlântico no continente africano ao longo do tráfico de escravos (1988, p. 73-75). Detalhou as relações comerciais entre a costa centro-ocidental africana e o interior, posicionando cada um dos agentes africanos, luso-africanos, comerciantes portugueses vindos do Brasil ou da metrópole e demais europeus, em circuitos integrados em complexas estruturas de comércio. Articulando-se de forma a compor positivamente seus interesses individuais e/ou coletivos, cada um destes indivíduos, demonstrou Miller (1988), foi capaz de adequar-se às mudanças advindas do choque entre culturas distintas. A adaptação a um mundo que se dividia em duas lógicas econômicas, a saber: a africana e a atlântica, exigiu destes indivíduos novos ordenamentos organizacionais da cultura vivenciada. Paradoxalmente, o intuito de desenvolver

---

<sup>2</sup> Dentre estes estudos situados no tempo/espaço a que se dedica esta dissertação, pontuamos as obras de Thornton (1981), Miller (1988), Ferreira (2001; 2012), Lovejoy (2002), Heywood (2008), Candido (2013).

uma investigação no campo da História Atlântica<sup>3</sup> com uma abordagem macro histórica<sup>4</sup>, entretanto, levou o autor a suprimir uma gama de elementos a compor a complexa rede de mecanismos de entrada e circulação dos tecidos na África centro-ocidental, só possível de serem visualizados pela micro-história<sup>5</sup>.

Adriano Parreira, em *Economia e Sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga* (1997), a despeito de se centrar no século XVII, contribuiu para este trabalho na medida em que, ao se dedicar ao entendimento das sociedades centro-ocidentais africanas no século XVII, debruçou-se sobre seus aspectos produtivos, relacionando-os às dinâmicas das trocas mercantis destas unidades sociais. O autor promoveu a descrição da tipologia de tecidos produzidos na África centro-ocidental e suas zonas de especialização. Dedicou-se à investigação da funcionalidade do tecido enquanto “dinheiro da terra”, dinamizando o comércio e as relações sociais destas populações (PARREIRA, 1997, p. 115-116). Por outro lado, atento aos aspectos culturais destas sociedades africanas, buscou situar os tecidos no âmbito das relações de poder, enquanto parte integrante dos símbolos<sup>6</sup> a compor as diferenças sociais do território em questão. A utilização do “pano-moeda” na estrutura econômica da África centro-ocidental seiscentista permitiu o entendimento dos mecanismos de ajuste dos tecidos trazidos através do Atlântico pelas culturas materiais mbundu no século XVIII.

Beatrix Heintze dedica parte do livro *Angola no século XVI e XVII*, (2007) para situar os diferentes tecidos africanos dentro da cultura material mbundu no século XVI e XVII. Desta investigação, resultou a apreensão de dois aspectos dos panos africanos e posteriormente, asiáticos e europeus, no que diz respeito ao papel que desempenharam nestas sociedades, a saber: o seu valor enquanto moeda a dinamizar o comércio interno da África e o de marcador de um determinado *status* social. (HEINTZE, 2007, p. 576-592). Conclusões semelhantes

---

<sup>3</sup> De acordo com Morgan e Greene (2009, p. 3), a História do Atlântico constitui uma categoria de análise histórica desenvolvida para pensar sobre um conjunto de temáticas, fruto de um projeto de colonização orquestrado pelas nações europeias e que provocou a circulação de pessoas, ideias e mercadorias oriundas dos continentes americano, europeu e africano. Assim sendo, a História do Atlântico tem por marco temporal a modernidade europeia.

<sup>4</sup> A macro-história busca desenvolver uma abordagem ampla da histórica da humanidade. Neste ímpeto, recorre a generalizações da realidade histórica que, segundo Barros impõem forçosamente interpretações distantes dos fenômenos históricos que julga analisar. (BARROS, 2004, p. 153-167).

<sup>5</sup> Assim com a macro-história, definida acima, a micro-história é uma ferramenta de observação em que se preza “a redução da escala de observação” para perceber “os elementos que escapariam à macro-perspectiva tradicional. (BARROS, 2004, p. 154).

<sup>6</sup> O conceito de símbolo foi aqui compreendido como o produto de determinadas representações associadas a um circuito de significados, apropriadas por um determinado grupo socio- cultural. Nas palavras de LE GOFF, a construção dos símbolos se dá “quando o objeto considerado é remetido para um sistema de valores, subjacente, histórico ou ideal” (LE GOFF, 1980, p. 12).

foram desenvolvidas por Isabel Castro Henriques (1997, p. 325-333) quando da análise dos relatos do século XVI, XVII e XVIII.

Jonh Thornton em *Africa and Africans in the making of the Atlantic World, 1400-1800*, (1998), afirma não terem sido as mercadorias importadas para a África essenciais à economia africana. Parte destes gêneros teriam sido integrados a uma produção africana préexistente aos primeiros contatos com os europeus, a exemplo dos tecidos. Estes são percebidos pelo autor enquanto artigos de luxo voltados às elites africanas (THORNTON, 1998, p. 7). A principal razão para a importação de tecidos e demais mercadorias trazidas por europeus e posteriormente comerciantes sediados nas Américas teria sido “... prestige, fancy, changing taste, and a desire for variety – and such whimsical motivations were backed up by a relatively well developed productive economy and substantial purchasing power ...” (THORNTON, 1998, p. 45).

Isabel Castro Henriques em *Percursos da modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, ao defender a complementaridade da produção africana enquanto base fundante das rotas de comércio na África centro-ocidental, a ligar o Atlântico ao Índico, realiza um verdadeiro inventário da produção artesanal, agropecuária, pesqueira e extrativista na dita região. Desta produção variada, os tecidos africanos oriundos da fibra vegetal – denominados pela autora de tecidos-moedas - ganharam destaque ao lado de outros tantos objetos-moeda. Por outro lado, a fibra de algodão introduzida por europeus, a partir de meados do século XVIII, passou a integrar, ao lado das fibras vegetais, a matéria-prima para o fabrico de panos. (HENRIQUES, 1997, p. 243- 355).

Mariana Candido, no estudo *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland* (2013), informa das mudanças desencadeadas no estilo de vida dos africanos a partir da presença dos artigos vindos da costa. Os tecidos teriam influenciado a forma de vestir de homens e mulheres no interior de Benguela, reafirmando a sua função simbólica na composição da hierarquia social. Entretanto, o seu maior contributo foram as reflexões sobre outras formas de capitalização de recursos pelos agentes do tráfico de escravos. Sob a bandeira das “guerras punitivas” às sociedades vassalas insurgentes, os agentes do tráfico de escravos puderam recorrer a escravização das populações africanas no *hinterland* de Benguela, no século XVIII.

As discussões desenvolvidas por Phillis M. Martin em *Power, Cloth and Currency on the Loango Coast*, (1986) e *The External trade of the Loango Coast: 1576-1870*, (1972), chamam à atenção para o comércio dos estrangeiros ao norte de Luanda, introduzindo fazendas

europeias já em fins do século XVII. Este fato contribuiu para a formação de um mercado consumidor na África centro-ocidental receptivo às ditas mercadorias.

A discussão travada por autores que trabalham no campo da História do Atlântico a respeito do circuito integrado da circulação de mercadorias – dentre estas os tecidos utilizados nas trocas comerciais da África centro-ocidental - contribuiu para a construção de uma geografia mundial do comércio de tecidos expostas nas obras que se seguem:

Charles R. Boxer (2012), ao situar os comerciantes reinóis em uma posição de dependência dos produtos importados voltados para atividade mercantil - sobretudo as mercadorias de que necessitavam para fazer o tráfico de escravos na África, no século XVIII - evidencia a debilidade competitiva destes negociantes metropolitanos se comparado a outros agentes envolvidos neste comércio, a exemplo dos homens de negócio portugueses do Brasil e demais europeus (2012, p. 155-201). E foi dentro deste contexto que o autor buscou situar a política externa pombalina de desenvolvimento de uma indústria têxtil em Portugal, assim como a criação das companhias de comércio monopolistas.

Alberto da Costa e Silva (2002), em *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*, descreve e analisa a paulatina marginalização portuguesa no tráfico de escravos ao mesmo tempo em que atenta para a complexidade que envolvia este comércio. Assim sendo, advoga a favor de um comércio poligonal em oposição à bilateralidade defendida por alguns autores, porquanto os artigos a compor a cesta de exportação para a costa africana ocidental eram originárias de distintas regiões, a saber: “Alemanha”, Suécia, Veneza, Holanda, Inglaterra, Cabo Verde, Maldivas, China, Índia, Bengala, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (SILVA, 2002, p. 866). Apesar de esta obra privilegiar um recorte espacial mais alargado do que aquele em que se situa o estudo aqui proposto, o autor nos ofereceu os contornos analíticos para que pudéssemos contextualizar os principais atores sociais partícipes do comércio de tecidos na África centro-ocidental, no terceiro quartel do século XVIII. Em 2006, Costa e Silva no artigo denominado: *Do Índico ao Atlântico. A influência africana e indiana no Brasil, na virada do século XVIII: escravos e têxteis*, propõe a construção de um Atlântico integrado ao Índico no Setecentos. Justifica esta perspectiva com a descrição de um caudal de possibilidades mercantis a interligar o Atlântico ao Índico, de tal forma complexo, que não nos seria possível pensarmos este período a partir do estudo disjunto dos “mundos” que lhe deram contorno ao longo da modernidade europeia.

Amaral Lapa (1968), em *A Bahia e a Carreira da Índia*, posiciona a Bahia, no Setecentos, como importante entreposto comercial voltado ao tráfico de escravos. Para lá se



destinavam diversas tipologias de tecidos indianos as quais o autor cuidadosamente buscou identificar. Também tecidos europeus foram descritos como partícipes do comércio, na grande maioria das vezes ilícito. O autor, ainda que não tenha avançado no escrutínio do direcionamento que estas fazendas teriam tomado após serem despachadas no porto da Bahia, lança as sementes argumentativas que, trinta anos depois, seriam retomadas e investigadas por outros autores.

Luís Frederico D. Antunes (2001), ao investigar o comércio de Goa com os portos da Índia, sul da Arábia e Costa Oriental Africana e Extremo oriente, entre os anos de 1809 e 1819, descreveu um conjunto de tecidos e suas respectivas origens, contribuindo para o melhor entendimento da documentação a ser analisada nesta dissertação. Em estudo posterior, Antunes (2006, p. 148) discute o trato dos tecidos indianos pelos comerciantes portugueses do Brasil, sediados em Moçambique, *a priori* envolvidos com o tráfico de escravos na dita região durante o século XVIII. Segundo o autor, em razão do diminuto lucro dos traficantes envolvidos no comércio de africanos escravizados, muitos comerciantes portugueses do Brasil, em Moçambique, buscaram engajarem-se no negócio dos panos indianos a serem exportados, muitas das vezes ilegalmente, para a América.

Roquinaldo Ferreira, em *Dinâmica do comércio intracolônial: Gerebitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)* (2001), retoma a discussão proposta por Lapa (1968) no que diz respeito à utilização dos tecidos ilegalmente importados a viabilizar a participação direta dos comerciantes portugueses do Brasil no trato dos escravos na África. Os tecidos europeus e asiáticos que nestes portos adentravam, via de regra, ilegalmente, segundo o autor teriam servido na composição das cargas que se destinavam à compra de cativos em África. A disponibilidade de tecidos importados ilegalmente - e por isto mesmo mais baratos - haja vista não terem indexado, em seu valor, os impostos da Coroa -, associados ao baixo custo dos produtos da terra (gerebita<sup>7</sup> e fumo) compõe os argumentos que levaram Ferreira a afirmar a preponderância dos comerciantes portugueses do Brasil no tráfico de escravos na costa ocidental africana. (FERREIRA, 2001, p. 345-6).

José Curto (1999), em seu estudo *Vinho verso Cachaça. A Luta Luso-Brasileira pelo Comércio do Alcool e de Escravos em Luanda, c. 1648 -1703*, analisa a participação da aguardente produzida no nordeste brasileiro e Rio de Janeiro no tráfico de escravos africanos. Deste trabalho o autor concluiu que a cachaça, assim como o fumo, permitiu aos comerciantes portugueses do Brasil uma vantagem no tráfico de escravos em relação aos comerciantes

---

<sup>7</sup> Cachaça produzida no nordeste brasileiro que, em Angola, recebeu o nome de gerebita. (MILLER, 1999, p. 25).

reinóis. As discussões a respeito dos principais agentes do tráfico angolano puderam ser melhor percebidas com a entrada em cena dos produtos americanos supracitados.

Tendo em vista o que foi apresentado, defendo que a relevância dessa pesquisa está posta na possibilidade de apresentar, em um contexto cultural setecentista, uma dinâmica mais complexa da movimentação dos tecidos pela malha social africana e luso-africana do que a que fora proposta pela historiografia até aqui citada. Essa pesquisa redefine os limites da historiografia sobre a circulação dos tecidos praticada na África centro-ocidental e áreas vizinhas. Ela busca, na narrativa documental, construir os modos e formas pelos quais se deu o trânsito dos tecidos pelas mãos daqueles que, direta ou indiretamente, estiveram ligados ao tráfico de escravos. Por outro lado, não nos escapa a necessidade de compreender os mecanismos de entrada dos tecidos importados na África centro-ocidental seja através das “fraudes”, praticadas pelos súditos da Coroa, seja pelo “contrabando” levado a cabo pelos comerciantes europeus, porquanto demonstrou ser imperativo este entendimento para que pudéssemos promover um quadro com maior complexidade a respeito do circuito dos tecidos na África centro-ocidental. Assim sendo, o estudo da circulação de tecidos importados na África centro-ocidental trilhou dois caminhos distintos mas que se interpenetram quando da análise do objeto de estudo proposto, a saber: os mecanismos de entrada dos tecidos importados e suas formas de circulação pelo sertão angolano.

## 2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS

Este estudo se insere no campo da história econômica porquanto assumimos a necessidade de abordarmos os preços, as trocas, as moedas e os padrões de consumo, próprios da circulação mercantil dos tecidos. Por outro lado, a aproximação com o nosso objeto de estudo, nos levou a perceber que, para além do objeto comercializado, era preciso descobrir toda uma gama de práticas culturais, representações e símbolos a viabilizar o “negócio dos panos”. Através da história cultural, foi possível desenvolvermos uma discussão sobre as “relações de poder” e dominação e os esquemas de representações e práticas culturais que moldaram as relações comerciais observadas no período e espaço aqui tratados.

Antes de avançarmos no enquadramento teórico metodológico, faz-se necessário definirmos alguns conceitos operatórios na análise da documentação tratada. O primeiro destes consiste nas “relações de poder”, que neste estudo coadunam com a visão Fourcaultiana, segundo a qual o poder ultrapassa a instituição do estado para ser percebido no tecido social,

na forma de micro-poderes que se alimentam de relações sociais assimétricas. Em suas palavras: “[...] o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”. Trata-se de captar “o poder em suas extremidades [...], onde ele se torna capilar”, [...] estudar o poder na sua face externa, onde se implanta e produz efeitos reais” (FOUCAULT, 1984, p. 182-183). É no interstício desse evento episódico que essa pesquisa atua, explorando os momentos em que os diversos agentes sociais experienciam o poder na vida cotidiana. Outro conceito a ser trabalhado, ao longo deste estudo, é o da cultura, aqui compreendida sob o ponto de vista semiótico tal qual referido por Clifford Geertz (1988, p. 15). Segundo o autor, a cultura equipara-se a uma teia de significados socialmente construídos - e por isto mesmo dinâmica- e que habilita os indivíduos, providos de mapas mentais constituídos a partir da apreensão e ressignificação de uma dada teia de significados, decodificar e responder aos estímulos externos.

Utilizando como aporte teórico Roger Chartier (2002), as lutas de representações - fossem estas motivadas por interesses individuais ou coletivos, por resistência ou imposições políticas - demonstraram ser uma das ferramentas analíticas a esclarecer não apenas as vias de organização do comércio na África centro-ocidental mas os mecanismos de alargamento deste comércio que culminou com a expressiva marca de milhares de almas transplantadas para o Brasil e demais regiões da América. A noção de apropriação<sup>8</sup> associada a noção de representação e práticas culturais que edificam o aparelho teórico da História Cultural, tal qual como compreendida por Chartier (1990, p. 13-28), aparece em nossas abordagens como resultado último das tensões políticas, sociais e econômicas de um contexto histórico influenciado por outras sociedades externas ao continente africano.

## 2.1. DELIMITAÇÃO ESPAÇO/TEMPORAL E FONTES PRIMÁRIAS ANALISADAS.

O caráter “transnacional” dos tecidos e das demandas do mercado consumidor africano, associado ao comprometimento dos agentes do comércio com seus próprios interesses nos levaram a uma aproximação com a História do Atlântico. A leitura de autores como Bernard Bailyn (2005), Alison Games (2008), Russel-Wood (2009) alertam para as limitações que as análises historiográficas, aprisionadas por barreiras geográficas, impõem a compreensão dos

---

<sup>8</sup> A apropriação de um determinado produto por uma comunidade deriva, necessariamente, de um «trabalho» dos agentes sociais na configuração do “discurso” e que “pode corresponder a própria experiência” (CHARTIER, 2002, p. 24).

processos sócio-culturais que permeiam a circulação, apropriação e ressignificação de determinados objetos de uma dada cultura material, a exemplo dos tecidos.

Entretanto, a história que pretendemos construir não nos permite enquadrá-la enquanto História do Atlântico, muito menos na História da Expansão Marítima, sobretudo pela própria dificuldade logística em perfazer os arquivos públicos dispostos em outras partes do mundo tal qual problematizam Alison Games e Adam Rothman (2008).

O foco do nosso trabalho se centra na organização dos mecanismos de circulação dos tecidos na África centro-ocidental e nos sujeitos que, mesmo impregnados por uma cultura transregional, foram analisados a partir de suas práticas mercantis em África. Por tudo isso, nosso tema requer uma delimitação espacial continental clara, a África centro-ocidental. Não obstante, devemos reconhecer que outras realidades sócio-culturais vivenciadas em diferentes contextos societários impactaram no processo de acomodação dos bens materiais importados pelas sociedades africanas. (RUSSEL WOOD, 2009, p. 21).

Para a consecução deste trabalho, privilegiaremos a análise da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino e da Torre do Tombo. A escolha desta documentação se justifica porquanto esta permite emergir os mecanismos de entrada dos tecidos, no tempo/espaço em que se enquadra este estudo. As leituras destes documentos revelaram um ambiente comercial corrupto desenvolvido pelos agentes sociais envolvidos no comércio de escravos. Estes “atos ilegais” demonstraram ser uma importante via de acesso para o conhecimento da dinâmica de circulação dos tecidos pela malha social africana e luso-africana. Estes sujeitos da história, ao operarem em desconformidade com os desígnios da Coroa portuguesa, revelaram um caudal de possibilidades mercantis que trouxeram à tona, entre outras coisas, a tipologia de tecidos envolvida neste comércio. A identificação dos tipos de tecidos, suas origens e formas de entrada nos sertões angolanos possibilitaram redesenhar a participação dos sujeitos que atuaram na rede de um comércio têxtil transoceânico.

O período escolhido para a consecução deste trabalho foi o terceiro quartel do século XVIII. A análise fina da documentação ultramarina transporta-nos para a interdição do comércio direto entre os diversos territórios sob domínio político português do Brasil, da Índia e do “Reino de Angola”. Na realidade, uma das balizas determinantes para o referido estudo do comércio de tecidos remete-nos para o ano de 1771, data em que D. José emite a lei que proíbe o trato direto entre as colônias, que prejudicavam os interesses da Coroa e dos comerciantes da metrópole neste comércio. Dentre os argumentos utilizados pelo rei para interditar este negócio, os tecidos europeus e asiáticos ganham relevância, particularmente as chamadas «fazendas da

Ásia», tecidos que, como se sabe, eram utilizados nas trocas comerciais em África. A opção por avançarmos até o ano de 1775 se deu pelo fato de tencionarmos perceber as consequências da referida interdição no comércio direto entre as colônias. A escolha pelo ano de 1750, como data inicial para a recolha e análise da documentação se deu pela observação das constantes queixas dos contratadores do direito dos escravos no “Reino de Angola, assim como dos governadores a respeito da entrada de tecidos europeus, entre outros artigos, através das nações “estrangeiras”, ao norte de Luanda. Tendo em vista serem os tecidos asiáticos os que, na historiografia sobre a África centro-ocidental, dominam as discussões sobre tecidos de troca, interessava-nos saber da participação dos panos produzidos na Europa no circuito comercial no tempo e espaço aqui eleitos.

## 2.2. OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O objetivo primeiro deste trabalho é investigar o comércio de tecidos na África centro-ocidental no terceiro quartel do século XVIII. Para alcançarmos este desiderato, buscamos conhecer as lógicas mercantis africanas e luso-africanas no terceiro quartel do século XVIII; identificar o papel dos tecidos nas sociedades da África Centro-Occidental do período supracitado; descrever as tipologias dos tecidos comercializados e suas origens; identificar os centros de produção para os tecidos importados que circulavam no espaço/tempo escolhido para este trabalho, identificar e analisar os mecanismos de entrada dos tecidos importados que circulavam pela África centro-ocidental; verificar e interpretar as formas de circulação dos tecidos pela malha social africana e luso-africana.

Para alcançarmos tais objetivos, dividimos este estudo em quatro partes. No primeiro capítulo avançamos no delineamento de uma geografia das rotas do comércio dos tecidos a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema da análise documental. Interessava-nos compreender, primeiramente, a ação africana no desenvolvimento dos tecidos enquanto moeda de troca e, em segundo lugar, as lógicas africanas que permitiram destacá-los - os tecidos - em relação a outros objetos-moeda no século XVIII, na África centro-ocidental. Na sequência tratamos de identificar as principais nações “estrangeiras” a comercializar ao norte de Loango e em Benguela, assim como os respectivos produtos mercados. Os comerciantes portugueses do Brasil, neste capítulo, mereceram especial atenção, porquanto, ainda que subordinados à Coroa portuguesa, estes agentes do tráfico de escravos desenvolveram um sistema de burla às

ordens régias que lhes permitiram certa autonomia na composição das cargas. Este fato poderia, na realidade, impactar na alteração da composição da carga para a compra de escravos.

No segundo capítulo, propomos o escrutínio das ações ilícitas dos agentes da governação portuguesa envolvidos no comércio de tecidos na África centro-ocidental. Este estudo possibilitou identificar algumas das tipologias de panos recorrentes no sertão angolano, assim como ao norte de Luanda, nas regiões do Loango, Cabinda e Molembo. A análise da documentação que trata das contravenções dos agentes do comércio nos possibilitaram o entendimento das práticas culturais que tornaram operatório os tecidos nas dinâmicas sociais e econômicas de cobrança de impostos, comércio de escravos, aquisição de serviços e mercadorias, diferenciação social e empoderamento de determinados sujeitos

No terceiro capítulo, atentamo-nos à análise das fraudes e contrabandos praticados por “estrangeiros” e súditos da Coroa para dar entrada, entre outras mercadorias, aos tecidos europeus e asiáticos. Este estudo, para além de revelar a qualidade de tecidos que adentraram no comércio do sertão angolano e os mecanismos de burla de entrada destas mercadorias nos portos da “conquista”, permitiu apontar evidências da participação de centros de produção de tecidos europeus até então subvalorizados pela historiografia sobre a África centro-ocidental no período aqui tratado.

No quarto capítulo buscamos demonstrar a ativa participação dos comerciantes portugueses do Brasil em Luanda, sobretudo no que diz respeito ao trato das fazendas da Índia destinadas ao tráfico de escravos na costa Ocidental Africana, que para lá se dirigiam em razão da obrigatoriedade de paragem no porto de Luanda. A partir da descrição desse contexto, procedemos a análise das consequências das ações dos comerciantes portugueses no Brasil para os negócios dos agentes do tráfico metropolitanos e os nascidos no “Reino de Angola”.

## 1. O comércio em Angola no século XVIII

Mapa 1 – Angola, séc. XVIII.

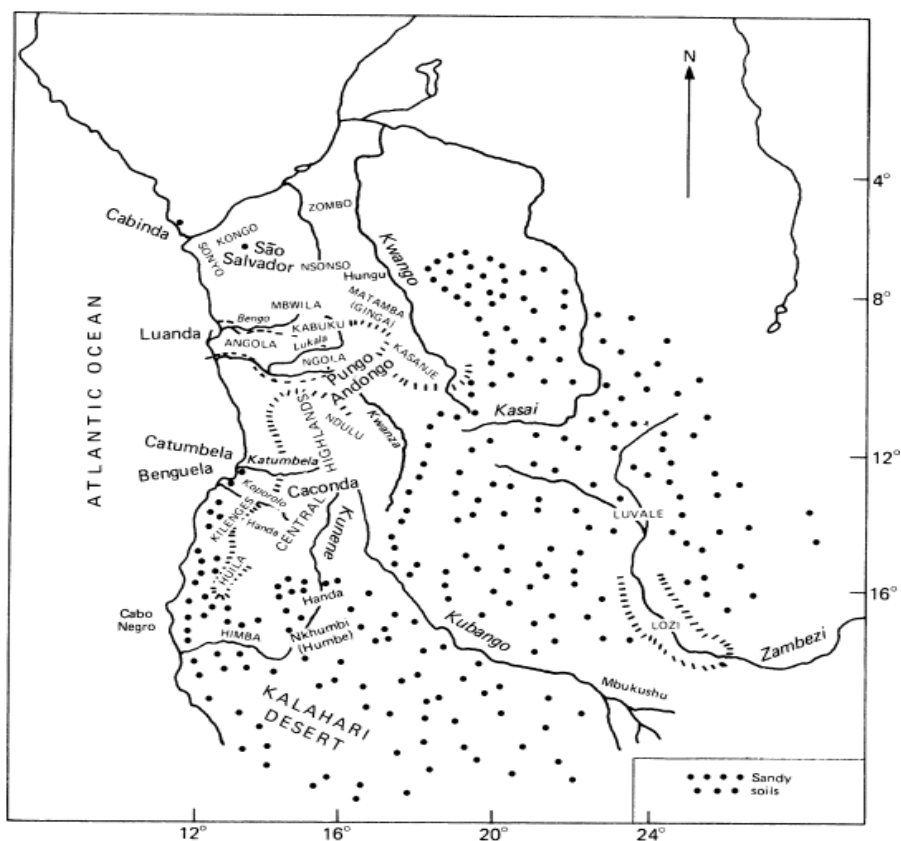


Fig. 1. West-Central Africa, sixteenth to eighteenth centuries.

Fonte:

(Joseph C. Miller, 1982, p.18).

O “Reino de Angola”<sup>9</sup> (Mapa 1), no terceiro quartel do século XVIII, encontrava-se imerso em um jogo de interesses comerciais, donde seus principais protagonistas foram os

<sup>9</sup>A área de influência portuguesa aparece em alguns estudos, sobretudo em Ferreira (2012), sob a denominação de “conquista”. Neste estudo faremos uso do termo “Reino de Angola” como sinônimo do termo “conquista”, ambos recorrentes na documentação seleccionada para esta pesquisa. No que diz respeito ao espaço de fato ocupado pela Coroa portuguesa em Angola, no terceiro quartel do século XVIII, corresponde as áreas costeiras de Luanda e Benguela nova – esta última, fundada em 1617, situa-se na boca do rio Catumbela-, para além dos diminutos presídios no interior, sob constante processo de negociação com as populações locais e os estados de Casanje e Matamba. Mesmo Luanda e Benguela, segundo Ferreira (2006), tinham o seu poder limitado pelos chefes locais determinando, deste modo, a necessidade de estabelecer alianças. No que se refere ao avanço para o interior, é possível afirmar que a metrópole se fazia presente no Cuanza através dos postos avançados fluviais de Cambembe e Massangano já em meados do século XVII. No século XVIII, Ambaca seria um dos principais avanços portugueses, pois fazia fronteira com a Matamba. No que diz respeito ao modelo de estado português que se desenvolveu na África centro-ocidental e o poder de fato exercido pela Coroa portuguesa nesta região, o que implica na delimitação espacial do século XVIII do “Reino de Angola”, consultar os seguintes autores:

comerciantes portugueses do Brasil, agentes da governação, comerciantes metropolitanos – contratadores, armadores particulares, acionistas das companhias de comércio –, comerciantes naturais do “Reino de Angola”, “os estrangeiros”<sup>10</sup> e os chefes africanos. (MILLER, 1999, p. 13)

Nesta trama de disputas mercantis, os comerciantes portugueses metropolitanos tiveram diminuída sua participação direta no tráfico de escravos, em função de outros agentes do tráfico, sobretudo os comerciantes portugueses do Brasil<sup>11</sup>. Nas três primeiras décadas do século XVIII, a aliança entre governadores e a elite crioula em Angola, também denominados de “lusos-africanos”<sup>12</sup> (MILLER, 1999, p. 247) — estes últimos conformando uma verdadeira rede de contatos políticos, econômicos e parentais<sup>13</sup> que se espalhavam pelo interior de Angola — rivalizavam com os contratadores do direito dos escravos, dificultando, em muito, sua capacidade de negociação no interior (MILLER, 1998, p. 17). Fato que desestimulou os contratadores metropolitanos a concorrer pelo contrato dos escravos, situação que obrigou a Coroa portuguesa a proibir a participação de governadores no tráfico de escravos, em 1715. (FERREIRA, 2001, p. 343).

Do mesmo modo, a atuação dos governadores dificultou os negócios dos comerciantes do Rio de Janeiro que frequentavam Luanda no início do século XVIII, em razão “das barreiras

---

Thornton (2007; 1999a), Ferreira (2006; 2012), (Boxer, 2012), Ramada Curto e Francisco Bethencourt (2007), Alencastro (2007), Miller (1988), Subrahmanyam (1990) e Santos (2005).

<sup>10</sup> Utilizaremos o termo estrangeiros para designar os comerciantes europeus que não fossem portugueses.

<sup>11</sup> Sobre a marginalização de Portugal nos negócios ultramarinos português, o estudo de Russel-Wood (1998) detalha as dificuldades da Coroa, desde o século XVII, em controlar os negócios mercantis e os homens de negócio da “periferia” que buscavam estabelecer relações comerciais com tantos outros agentes dispostos nos mais diversos pontos do então império ultramarino, com vistas a atender interesses próprios. O autor descreve, ainda, as tentativas fracassadas da Coroa portuguesa, sobretudo as medidas desesperadas do Marques de Pombal (1750-1777), com vistas a nacionalizar a economia luso-brasileira. A inexistência de um comércio triangular e consequente marginalização da Coroa portuguesa, em razão do comércio direto entre brasileiros e a costa da África é defendida por Candido (2013, p. 85), no caso específico de Benguela e Klein (2005, p. 36; 96). Paradoxalmente, Costa e Silva (2002, p. 866), a despeito da defesa de uma paulatina marginalização portuguesa no tráfico de escravos, atenta para a complexidade que envolvia este comércio. Assim sendo, advoga a favor de um comércio poligonal em oposição a bilateralidade defendida por alguns autores, uma vez que os artigos a compor a cesta de exportação para a África Ocidental eram originários de distintas regiões: “Alemanha”, Suécia, Veneza, Holanda, Inglaterra, Cabo Verde, Maldivas, China, Índia, Bengala, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> Segundo Miller, “the term Luso-African in Angola, properly describes not just race or culture but also an economically specialized group of eighteenth century from Europe who cast their lots with locally born Angolans” (1988, p. 247). Via de regra, esses indivíduos eram filhos de mães africanas ou mestiças e pais portugueses. Esses homens, nas palavras de Candido (2013, p. 81), foram “cultural brokers unifying the areas known to the Portuguese as the interior, thanks to the connections of their mothers and relatives on the maternal side.” No “Reino de Angola”, foram oficiais militares e administrativos, comerciantes e tradutores. Em sua grande maioria, filhos de mulheres africanas, que tiveram papel fundamental na “integração de valores e crenças africanos e europeus”. (DIAS, 1984, p. 64).

<sup>13</sup> A respeito das relações parentais estabelecidas entre chefes locais e luso-africanos, cf. Miller (1988, p. 249), Ferreira (2006 b, p. 31-36), e Candido (2013, p. 128-136).



impostas aos navios negreiros que iam para o Brasil” (FERREIRA, 2001, p. 343). Ainda assim, comerciantes portugueses residentes no Rio de Janeiro<sup>14</sup>, Bahia e Pernambuco buscavam garantir seu quinhão de negros escravizados junto aos dignitários africanos para abastecer o mercado consumidor brasileiro de mão de obra escrava.

A Inglaterra, por outro lado, procurava intervir cada vez mais nos negócios da metrópole portuguesa na África centro-ocidental, transformando os seus homens de negócio em importantes financiadores do tráfico praticado pelos súditos da Coroa portuguesa. (MILLER, 1999, p.14).

Em meados da década de 1740, houve uma mudança na postura do governo-geral em relação aos comerciantes metropolitanos. Estes, até então preteridos pelos governadores, segundo Miller (1988, p. 264-268), realizaram uma forte campanha palaciana nas décadas anteriores e conseguiram fazer com que a Coroa mudasse sua política externa direcionada ao “Reino de Angola”, favorecendo, deste modo, os mercadores reinóis (PANTOJA, 1999, p.123). Na verdade, o vultoso cabedal dispensado por esses homens de negócio metropolitanos se destinava muito mais ao financiamento dos comerciantes oriundos de Angola, provendo-os de artigos destinados ao tráfico, do que da compra direta dos escravos. Abastecidos de fazendas concedidas a crédito, ao mesmo tempo em que se constituíam devedores, os comerciantes nascidos no “Reino de Angola” tornavam-se credores dos chefes africanos com os quais negociavam. O endividamento dos chefes africanos permitia, deste modo, a manutenção de um fluxo contínuo de populações negras escravizadas a marchar do interior para a costa.

As ideias iluministas que inundaram a elite política em Portugal, na segunda metade do século XVIII, intentaram organizar um modelo “civilizatório”, em que os diversos espaços do império deveriam tomar parte. Neste período, tentou-se abandonar um modelo de governação plástica, característico do Antigo Regime, para poder colocar em andamento um projeto planificado com vista a coibir a “barbárie”, “própria dos povos subjugados” (SANTOS, C.M., 2005, p. 37). Em 1755, o Marquês de Pombal assume o posto de primeiro-ministro no reinado de D. José I e a sua política se volta à liberalização do comércio interno e nacionalização da economia do Império português. Dentre as diversas medidas tomadas, chamamos a atenção para a tentativa de se desenvolver uma indústria doméstica de algodão no reino, a atender, em parte,

---

<sup>14</sup> Observemos que em 1680, uma grave epidemia devastara Angola a ponto de levar os comerciantes baianos a reorientar seus negócios para o norte de Luanda e para a Costa da Mina. (MILLER, 1999, p. 17). Sobre o ciclo dos escravos na Bahia, cf. Verger (1987).

à demanda do Império por tecidos<sup>15</sup> (BOXER, 1969, p.191). A indústria e a agricultura foram setores econômicos que se buscou estimular nas colônias durante o período pombalino. O objetivo das medidas pombalinas, moldado em um ideário mercantilista, visava tornar Portugal menos dependente das exportações, assim como fortalecer os laços de união e dependência das colônias para com a metrópole.

Instaura-se, no “Reino de Angola”, uma forte campanha encabeçada pelo então governador-geral Antônio de Vasconcelos (1758 - 1764) — depois seguida pelo seu sucessor, Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (1764 – 1772) — para coibir práticas de restrição ao livre comércio de cativos em Angola, protagonizadas pelos comerciantes locais.

Por outro lado, com a criação da Companhia Geral de Grão Pará e Maranhão (1755) e a de Pernambuco e Paraíba (1759), buscou-se monopolizar, nas mãos dos comerciantes lusitanos, o comércio de escravos em Luanda, sobretudo através da companhia do Grão Pará e Maranhão, que teve forte atuação em Luanda, em 1760. Na década de 1750, os contratadores do direito dos escravos sofreram fortes pressões dos governadores-gerais que buscaram privilegiar os acionistas das ditas companhias metropolitanas. Estes contratadores operavam, sobretudo, com mercadorias vindas da Ásia, pois o “Contrato dos Direitos Velhos e Novos”<sup>16</sup>, a exemplo do que arrematou Manuel Barbosa Torres, em 1753, para o período de 1754-1760, lhes garantia poder “mandar vir do Estado da Índia em seis monções nas Naos de Viagem della, trinta fardos, ou caixos de fazendas grossas, que costumão vir para Angola, em cada uma das ditas seis monções para fornecimento deste contrato”<sup>17</sup>, mediante o pagamento dos direitos devidos à Casa da Índia. As ditas fazendas da Índia, pertencentes ao contratador, tomavam como escala o porto da Bahia ou outro qualquer no Brasil. Na Índia, deveriam os funcionários do porto registrar e despachar de modo a facilitar a retirada das mercadorias na Bahia após o pagamento do frete. Situação esta que aponta para uma provável ligação comercial entre estes contratadores e comerciantes portugueses do Brasil e pode ter contribuído para o clima de animosidade dos governadores em relação aos contratadores ao longo da década de 1750.

---

<sup>15</sup> Vale ressaltar que “Os tecidos de algodão indiano semimanufaturado, que constituíram, na segunda metade do século XVIII a matéria-prima usada na produção de fios e tecidos mistos de algodão, tornaram-se, a partir de 1775, os principais responsáveis pelo “crescimento da estampa em Portugal”. Estes tecidos podiam destinar-se ao tráfico ou ao consumo da colônia brasileira, a depender de serem mais ou menos finos” (ANTUNES, 2001, p. 389. Cf, ainda PEDREIRA, 1994, p. 55, 95,97). Boxer salienta, por outro lado, a dependência portuguesa dos produtos importados ingleses para desenvolver o comércio marítimo metropolitano, a despeito das políticas pombalinas de desenvolvimento de uma indústria nacional (BOXER, 1969, p.185).

<sup>16</sup> “Contrato dos direitos novos que pagão os escravos do Reino de Angola que se fez no Conselho Ultramarino com Manuel Barbosa Torres.” 26 de fevereiro de 1753, A.H.U, C.U., Angola, caixa 38, n. 4.

<sup>17</sup> “Contrato dos direitos novos que pagão os escravos do Reino de Angola que se fez no Conselho Ultramarino com Manuel Barbosa Torres.” 26 de fevereiro de 1753, A.H.U, C.U., Angola, caixa 38, n. 4

Em 1758, se extingue o estilo de contrato dos escravos em Luanda que, até então, garantia a um único arrematador a cobrança dos direitos sobre a exploração do dito comércio passando ao provedor da Fazenda a responsabilidade pelo dito contrato. Em Benguela, o chamado “contrato real da saída dos escravos e do marfim” chega ao fim em agosto de 1769. (SANTOS, C. M., 2005, p. 46)

Em novembro de 1761, Pombal autoriza a escala de navios vindos da Ásia para Angola (SANTOS, C. M., 2005, p. 46) que, como veremos, não se consolidará enquanto rota mercantil. Em contra partida, nos portos brasileiros, as proibições<sup>18</sup> da venda das fazendas da Índia, por navios vindos do Oriente, alternavam-se com curtos períodos de liberdade deste comércio. Acreditava a Coroa que, impedindo-se a entrada de tecidos indianos na Bahia e Rio de Janeiro, romper-se-ia o comércio direto entre o nordeste e o sudeste brasileiro e a costa ocidental e centro-ocidental africana. Em 1762, resolve o rei estabelecer uma alfândega<sup>19</sup>, em Angola, para o cumprimento da faculdade de “... desembaraçar e despachar as fazendas que [os comerciantes] conduzissem da Índia...”<sup>20</sup>, Em outras palavras, abastecer de “fazendas de pretos”<sup>21</sup> os comerciantes metropolitanos no “Reino de Angola”, mediante pagamento de dez por cento do valor das fazendas.

Esta ação pombalina fazia parte de uma estratégia de desembaraço do comércio em Angola, controlado pelos contratadores<sup>22</sup> que, monopolizando as fazendas da Índia, dificultavam os negócios da Companhia do Grão Pará e Maranhão, haja vista serem estes tecidos fundamentais para o desenvolvimento do tráfico. Ao longo do comércio de escravos,

---

<sup>18</sup> Segundo Boxer (1969), até meados do século XVII, a Coroa teria tomado todas as precauções para que os navios da carreira da Índia não fizessem escala nos portos brasileiros. Entretanto, tais proibições eram burladas sob o pretexto de abastecimento, reparação das naus ou intempéries. À metrópole não lhe restou outra alternativa a não ser normatizar estas escalas, permitindo-as mediante a real necessidade de provisionamento e consertos. Durante estas escalas, que chegavam a durar algumas semanas, ocorria um intenso comércio ilegal de troca de mercadorias orientais por tabaco e ouro.

<sup>19</sup> O estabelecimento da alfândega na cidade de Luanda vem em cumprimento do decreto de 17 de novembro de 1761, que instituiu a faculdade das Naus da Índia aportarem em Luanda e venderem as fazendas da Índia. Em 1772, porém, segundo Santos (2005, p. 242), a escala das naus da carreira da Índia em Luanda passa a ser proibida.

<sup>20</sup> Decreto que obriga todas as Naus das monções de março que partirem para a Índia fazerem escala no porto de Luanda com objetivo de vender as fazendas necessárias ao tráfico de escravos. 17 de novembro de 1761. A.H.U., C.U., Angola, caixa 52, n. 9.

<sup>21</sup> Termo cunhado em diversos documentos portugueses do A.H.U., dentre estes: A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n.70. Ferreira (2001, p. 350-351) utiliza o termo “fazendas de negro” para designar os tecidos asiáticos, descritos como calameda, durante, tafetá e zuarte. Para tanto, apoia-se em um documento português do A.H.U., datado de 1628/1629.

<sup>22</sup> O contrato de escravos era a forma legal pela qual interessados no comércio de escravos deveriam se alinhar no sentido de obter licenças, dos contratadores para poderem desenvolver seus negócios no “Reino de Angola”. O sistema de contrato de escravos chega ao fim em 1769, como parte da política de estabelecimento do “livre comércio” no “Reino de Angola”. (MILLER, 1999, p. 34).

tecidos indianos, chineses e europeus teriam representado 1/3 da composição da cesta de exportação para a costa ocidental africana, sendo os tecidos asiáticos (indianos e chineses) responsáveis por 2/3 do total de têxteis comercializados (MILLER, 1988, p.74)

O acesso facilitado e abundante dos tecidos e demais gêneros que integravam os banzos<sup>23</sup> por parte dos comerciantes reinóis, sobretudo da Companhia do Grão Pará e Maranhão, incentivou o surgimento de “agentes do tráfico”<sup>24</sup> – estes eram qualquer um que, em Luanda, se disponibilizasse adentrar no sertão para resgatar a população cativa.

Entretanto, ainda que apoiados e protegidos pelo governador-geral em Angola, a Companhia do Grão Pará e Maranhão carecia de produtos de fato competitivos em relação àqueles comercializados por franceses e ingleses. Assim como de produtos tropicais, semimanufaturados, dos quais os comerciantes portugueses do Brasil – baianos, pernambucanos e cariocas – se faziam valer para garantir o baixo custo da empresa mercantil na África centro-ocidental e ocidental: o fumo e a cachaça (CURTO, 1999, p. 69-97). Esta debilidade das companhias em competir com as nações estrangeiras tornou-se ainda mais evidente com o fim da guerra de Sete Anos (1756-1763) e a reorganização mercantil dos comerciantes franceses e ingleses. (MILLER, 1999, p. 28-33).

Luanda, no século XVIII, era uma cidade plural, não apenas em seus aspectos étnicos, como também culturais (PANTOJA, 1999, p. 99-104). A africanização da cultura europeia e dos portugueses na África centro-ocidental, já no século XVII, (CANDIDO, 2013, p. 124) e a plasticidade da cultura mbundu (HEYWOOD; THORNTON, 2007), teriam feito emergir uma cultura crioula que se espalhava pelo *hinterland*. (FERREIRA, 2006b, p. 29). Para tanto, o papel

---

<sup>23</sup> O termo banzo significa o «conjunto de mercadorias pelo qual se podia comprar um escravo de primeira qualidade (peças da Índia) », (HEINTZE, 1988, p. 115). Observemos que o termo banzo, tal qual utilizado no terceiro quartel do século XVIII, se refere a um quantitativo específico de tecidos levados ao sertão para serem comercializados. Vejamos sua forma de emprego na fala de um procurador eleito para o tráfico no “Reino de Angola”: “Determinasse na dita Régia ordem e palavras expressas que se regulem os **preços dos banzos** das fazendas, que houverem de sahir desta cidade, e dos pretos e cera que se devem receber, em retorno das mesmas fazendas, hê um modo este, que se observar, certa e infalivelmente segue prejuízo grave, e notável a huns, e outros negociantes, em mercadorias, porque primeiramente noto, que a fazenda nesta cidade não tem preço taxado, e certo, e sô tem aquele permitido conforme a qualidade dos tempos, carístia e estimação della, na forma que se pratica nas mesmas praças” (A.H.U., C.U., Angola, c. 45, n. 53, grifo nosso). Na região de Loango, Cabinda e Molembo, era denominado de “*bundle*”. O *bundle* consistia no total pago por um escravo e a quantidade e qualidade de artigos agregados ao *bundle*. As quantidades e qualidades dos artigos a compor o *bundle* não eram fixas, podendo variar. Entretanto, os tecidos era presença obrigatória, sem os quais não se poderia avançar nas negociações (MARTIN, 1972, p.108).

<sup>24</sup> Nesta categoria de indivíduos, para além dos luso-africanos ou “filhos da terra”, os degredados – indivíduos oriundos das mais diversas partes do Império, que haviam cometido crimes contra a propriedade ou pessoas, condenados e sentenciados - podiam ser enviados a Luanda, Benguela, Índia, Bahia, ou outra parte qualquer do Império. Estes indivíduos ocuparam cargos diversos em Angola. A exemplo de Benguela, poderiam tornar-se colectores de taxa, patrulhar portos, participar das investidas contra sobas residentes ao controle da Coroa (CANDIDO, 2013, p.82).

das mulheres africanas, tomadas por esposas de comerciantes portugueses do Brasil, luso-africanos ou mesmo portugueses reinóis fora fundamental para a tessitura das redes de conexão com o interior. Em razão, sobretudo dos seus laços parentais radicados em zonas interioranas, estas mulheres eram intérpretes de culturas distintas, introduzindo seus filhos mestiços na amálgama cultural na qual a costa ocidental africana transformara-se no período moderno europeu. (CANDIDO, 2013, p. 135-136). O Quimundo, e não o português, era a língua de comunicação em Luanda (DIAS, 1984, p. 63). Quem para lá se dirigisse, vindo do reino, ou de outras partes do império, tinha por objetivo primeiro enriquecer no menor tempo possível. A insalubridade do sertão de Angola, mas também das cidades de Luanda e Benguela, se fazia sentir pelos recém-chegados, sendo muitos destes vítimas das “doenças típicas da região”<sup>25</sup>, para as quais seus corpos não possuíam defesa.

A morte espreitava os reinóis que para Luanda se dirigiam, assim como brancos e mestiços vindos do Brasil<sup>26</sup>. Nem mesmo “os moradores de Luanda”<sup>27</sup>, na sua maioria, luso-africanos, estavam a salvo das epidemias<sup>28</sup>. Africanos escravizados, no século XVIII, também sofriam com as epidemias de varíola. (MILLER, 1982, p. 23). Assim sendo, a iminência da morte tornou-se a mola motriz para toda a forma de ilegalidade cometida contra a Coroa ou particulares. Aos envolvidos no tráfico de escravos, direta ou indiretamente, enriquecer<sup>29</sup> era a palavra de ordem e o comércio a via de enriquecimento que a todos “contaminava”. (PANTOJA, 1999, p.105).

O reordenamento político e econômico em Luanda, na década de 1750, provocou o crescimento de Benguela enquanto alternativa portuária para embarque de cativos, agora dominada por luso-africanos. Tendo sido, em parte, deslocados de sua posição econômica em

---

<sup>25</sup> Malária, febre-amarela, infecções gastrointestinais em razão da água e comida contaminadas, eram algumas das doenças que acometiam a população europeia recém-chegada. (CANDIDO, 2013, p.77; CURTIN, 1988, p. 3-11).

<sup>26</sup> As doenças que acometiam os recém-chegados em Luanda eram de tão forma constantes, que Boxer chega a denominar a cidade de Luanda como “tumba do homem branco”. (BOXER, 1976, p. 29).

<sup>27</sup> Os moradores - como eram chamados os mercadores residentes em Luanda - ocupavam cargos públicos, arrendavam suas casas aos comerciantes que vinham de fora (homens de mar em fora) e faziam a ligação com o comércio nos sertões de Angola. (FERREIRA, 2012, p. 26).

<sup>28</sup> Um dos mais marcantes casos de epidemia em Luanda, no século XVIII, ocorrera entre 1725 e 1728 quando 20.000 escravos morreram de varíola em Luanda e no trânsito para o Brasil. A população livre da cidade também fora gravemente afetada. Este fato se desdobrou em prejuízos econômicos para os comerciantes em Luanda que, desprovidos de recursos para quitar seus débitos com os seus respectivos parceiros comerciais no Brasil e em Portugal, foram processados pela falta de pagamento das dívidas contraídas. (FERREIRA, 2012, p. 26).

<sup>29</sup> Em Benguela, no século XVIII, os interesses pessoais se confundiam com os interesses da Coroa portuguesa e diversas foram as ações de oficiais metropolitanos motivados pela possibilidade de enriquecimento próprio, a exemplo de algumas das guerras contra sobas africanos, que teriam rendido diversas “cabeças” a serem negociadas no litoral (CANDIDO, 2013, p. 95).

Luanda, estes luso-africanos buscavam reconstruir, em Benguela, novas redes de atuação juntamente com os comerciantes portugueses do Rio de Janeiro (MILLER, 1999, p. 22).

Aproveitando-se do provimento de escravos vindos do sul do Congo (Mapa 2) e da Matamba (Mapa 3), estes luso-africanos se estabeleceram como capitães-mores nos arredores de Massangano – importante zona comercial do rio Kwanza – nos distritos militares de Golungo, Ambaca e Pungo Adongo. Deste modo, para além de Benguela<sup>30</sup>, ainda na bacia de Luanda, ao norte da cidade de Luanda, os luso-africanos puderam estreitar relações comerciais com os estrangeiros que chegavam à costa de Loango, Cabinda e Molembo<sup>31</sup>, para tanto necessitavam apenas desviar as rotas de Golungo e Ambaca para o norte (MILLER, 1999, p. 25). Em verdade, os luso-africanos se aproveitaram de uma relação comercial pré-existente, se analisarmos as estratégias da política externa adotadas, por exemplo, pelo Congo e pela Matamba já no século XVII. Os rios de Loje e Mbrije, assim como o Congo, e o Vale do Kwanza, no início do século XVIII, tornaram-se rotas para o fornecimento de mão de obra escrava às nações europeias não portuguesas (MILLER, 1999, p. 24). Nem mesmo Dande e Bengo, regiões próximas a Luanda, escaparam das investidas luso-africanas voltadas ao negócio com os estrangeiros. Diante da política de comércio desenvolvida em Luanda, a partir do segundo quartel do século XVIII, os laços de fidelidade destes luso-africanos com a metrópole tornaram-se ainda mais frágeis. Daí a ausência de ressalvas em estabelecer novas parcerias comerciais com os estrangeiros que já frequentavam as costas supracitadas.

Um grupo formado por brancos e mestiços, vindos do Brasil e da Europa, assim como os negros livres e até ex-escravos, conformaram, segundo Ferreira (2006 a, p.26), em Luanda, os canais de mediação cultural entre os mundos atlânticos e africanos. Viabilizavam, desta maneira, as trocas comerciais entre realidades culturais distintas. Nesta teia de relações que se foi conformando entre luso-africanos e africanos, movidas pela tessitura, sobretudo, de relações parentais, na década de 1760, buscou o governador-geral de Angola estreitar relações com os reinos das unidades políticas de Casanje e a Matamba, importantes intermediários do tráfico de escravos que dominavam as rotas deste comércio a nordeste de Luanda. Esta estratégia da governação do “Reino de Angola” tinha por objetivo dar suporte aos comerciantes metropolitanos na penetração dos distritos militares de Ambaca e Pungo Andongo, por serem

---

<sup>30</sup> Em 1768, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho ordena a construção do presídio de Novo Redondo, objetivando coibir a presença estrangeira. Carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 16 de maio de 1769. A.H.U. Caixa 53, n. 29.

<sup>31</sup> Cabinda – uma baía situada ao norte do rio Zaire –, Molembo, e o norte do estuário do Zaire –, situado na bacia do Loango, mantiveram a sua independência em relação a Portugal, atraindo, deste modo, os holandeses expulsos de Luanda em 1648, assim como ingleses e franceses entre 1670 e 1680. (MILLER, 1999, p. 24)

estes importantes pontos de apoio dos luso-africanos com as sociedades imbangalas referidas adiante.

O favorecimento dos interesses dos comerciantes metropolitanos pelos governadores em Angola, entretanto, na primeira metade de Setecentos não perdurou, haja vista que os luso-africanos dominavam o interior do “Reino de Angola”; Não apenas no que diz respeito às rotas do tráfico mas também à produção agrícola que abastecia as cidades de mandioca – base da farinha – e feijões, artigos de primeira ordem na manutenção de toda a população citadina, mercadores e escravos à espera do embarque para as Américas. Aliado a este fato, era nas mãos dos luso-africanos, em última instância, que os comerciantes metropolitanos se valiam para fazer girar o comércio de escravos. Uma alternativa possível para driblar o monopólio exercido pelos moradores e seus intermediários no sertão se deu pela entrada dos chamados sertanejos<sup>32</sup> ligados aos comerciantes do “mar em fora”<sup>33</sup> no interior angolano.

Por outro lado, intentaram os comerciantes moradores do “Reino de Angola” ampliar seus negócios, através da liberdade adquirida para mandar embarcações próprias para o estado do Brasil, pois a provisão datada de 13 de Março de 1684:

lhes concedeu a faculdade de poderem mandar p<sup>a</sup> o Estado do Brasil todos os anos somente duas embarcações de efeitos próprios não excedendo cada huma dellas o número de duzentos captivos; e porque a falta de liberdade dos ditos moradores comerciantes, alem de não parecer justa tem feito com que os estrangeiros se estejam utilizando no regate dos escravos e marfim na mais parte da Coroa daquele Reino pelo comercio tão agigantado que fazem principalmente no Congo, Cabinda e Loango, estendendo pelas entranhas do mesmo Reino outras inconveniências que os Vassallos de Vossa Magestade de mar em fora não podem fazer pella barateza com que os ditos estrangeiros introduzem naqueles portos suas fazendas.<sup>34</sup>

A este respeito, os estudos de Ferreira (2012; 2006) chamam à atenção para as redes de comércio que interligavam a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Lisboa, Luanda e Benguela. A relação de parentesco estabelecida pela união marital entre traficantes e africanas, demonstrou ser um importante elemento de estruturação do comércio de escravos na África

---

<sup>32</sup> Os sertanejos são uma categoria de indivíduos, identificados por Ferreira (2012, p.32), que intermediavam as transações comerciais no sertão. Estes poderiam ser degredados de outras partes do Império ou nascidos em Angola, oriundos de famílias mestiças. Atuando através do sistema de crédito, recorriam a mercadores portugueses do Brasil, lisboetas e aos “moradores de Luanda” para adquirirem os gêneros necessários ao comércio de escravos no sertão angolano. Alguns destes, ao casarem-se com mulheres africanas, estreitavam seus laços com as comunidades locais, o que reflectia na fluidez dos negócios.

<sup>33</sup> De acordo com Ferreira (2012, p. 26), os chamados comerciantes de “mar em fora” eram os agentes comerciais portugueses do Brasil e de Portugal, que faziam a ponte entre Angola e Brasil, com interesses em ambas as margens do oceano.

<sup>34</sup> Solicitação para que se faça uma provisão autorizando os moradores e demais comerciantes do “Reino de Angola” para que tivessem a mesma liberdade para o resgate dos cativos que os comerciantes de mar em fora. 13 de Março de 1755. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40. N. 17.

centro-ocidental (FERREIRA, 2012; 2006). Moradores e comerciantes de “mar em fora”, apoiados por suas respectivas redes de parceiros comerciais, dispostas às margens do Atlântico, foram os personagens centrais de conflitos que marcaram o tráfico de escravos na África centro-ocidental setecentista. (FERREIRA, 2012, p. 25-29).

De qualquer forma, estas disputas comerciais entre luso-africanos, comerciantes portugueses vindos do Brasil ou da metrópole, estrangeiros, sertanejos e comerciantes portugueses só podem ser entendidas se relacionadas a outro importante elemento de análise: as lógicas político-econômicas da África centro-ocidental. As sociedades africanas da África centro-ocidental, desenvolveram-se a partir da sua capacidade de comercializar. Fossem estas sociedades produtoras, a exemplo dos lundas e quiocos; ou intermediárias, como os imbangalas, a inserção nas redes de troca foi determinante para a consolidação, empoderamento ou mesmo declínio de determinadas sociedades em África. As mercadorias europeias, americanas e asiáticas foram assimiladas dentro desta lógica, tendo sido, segundo Miller (1988), o tráfico de escravos um fenômeno resultante da incapacidade dos chefes africanos em manter o comércio na costa vinculado, exclusivamente, à produção de mercadorias do interior. Por outro lado, é preciso atentar para a rede de “vassalos”<sup>35</sup>, formada no perímetro da “conquista” e que apoiava a manutenção dos representantes da Coroa quer em Luanda quer em Benguela.

### 1.1.MOEDAS DE TROCA, COMÉRCIO E TECIDOS NA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL: A AGÊNCIA AFRICANA

---

<sup>35</sup> Os chamados “atos de vassalagem” surgem na documentação do arquivo ultramarino como acordos firmados entre chefes africanos e governadores. Para a historiadora Mariana Candido (2013, p. 51-52), estes tratados de vassalagem, baseados em um modelo europeu de vassalagem, tinham por objetivo garantir a entrada dos portugueses no interior do continente, objetivando a circulação dos comerciantes nas rotas do tráfico. A adaptação ao meio fez com que os agentes da Coroa portuguesa incorporassem à cerimônia de assinatura dos tratados, o chamado ritual de *undar*, próprios das cerimônias de transmissão de poder Ndongo, na qual os membros mais velhos da comunidade reconheciam os chefes recém empossados. No século XVIII, estes tratados estabeleciam obrigações e deveres para ambos os lados, a saber: portugueses e chefes africanos. Os portugueses reconheciam a autoridade dos chefes africanos vassalos e estavam obrigados a proteger os *sobas* contra os inimigos internos e externos ao continente. A condição de “vassalos” “protegia”, em tese, a escravização do *soba* e da população a ele submetida, fato que, na prática, não se confirmou (FERREIRA, 2012, p. 88-125/ CANDIDO, 2013, p. 53). Os africanos, por sua vez, deveriam fornecer soldados e carregadores quando solicitados, acomodar e alimentar os oficiais da Coroa em trânsito; permitir a entrada de comerciantes e das forças militares nos territórios sob sua autoridade; não dar guarida aos africanos escravizados fugidos e coletar as taxas impostas pela administração portuguesa na “conquista”. (CANDIDO, 2013, p. 52-53). Heintze (2007, p. 280), primeira historiadora a tratar dos “atos de vassalagem”, informa ainda que os sobas africanos deveriam, obrigatoriamente, se converter ao catolicismo.



O comércio na África centro-ocidental tinha, como um dos principais fomentos, o empoderamento daqueles que viabilizavam o seu fluxo. Como bem retratou Miller (1988), a política econômica africana desenvolver-se-ia no entorno de um sofisticado mecanismo de acúmulo de “capital futuro”. Em outras palavras, as relações de vassalagem ou dependência estabelecidas entre dignitários políticos, chefes locais ou mesmo indivíduos famigerados, consistiam na tessitura de laços de subordinação gerados no momento mesmo da imposição/disponibilização dos bens de consumo aos seus respectivos receptores. O valor do acúmulo de capitais futuros, do qual a relação de dependência era o principal catalisador, superava o valor de tudo que lhes parecesse efêmero, a exemplo das vidas humanas susceptíveis as doenças, secas<sup>36</sup> e guerras.

No século XVIII, é possível identificar, para a África centro-ocidental, alguns dos principais grupos africanos que possuíam no sistema político/econômico, acima descrito, a mola mestra propulsora de seus respectivos desenvolvimentos políticos e econômicos. Em *Way of Death*, Miller (1988) nos fornece uma descrição detalhada do que o autor denominou de “Geography and History of the Trade Routes” (MILLER, 1988, p. 208), em que, obrigatoriamente, os principais agentes africanos do tráfico de escravos, no século XVIII, surgem com todo o protagonismo que lhes é devido. Deste modo, não nos propomos a transcrever a malha de unidades africanas que desenharam a complexa rede de rotas do comércio de escravos, por outro lado, tornar-se-ia inexequível um trabalho sobre o comércio de tecidos, na África centro-ocidental, sem situarmos os principais agentes africanos a tomar parte nesta empresa. Assim sendo, apresentamos os agentes africanos que mais frequentemente aparecem na documentação analisada neste trabalho.

Os imbangalas<sup>37</sup>, um dos principais intermediários do tráfico, apenas consolidaram seu poder em fins do século XVII quando, pela primeira vez, aparecem na documentação escrita

---

<sup>36</sup> Sobre a irregularidade das chuvas na África centro-ocidental, as secas prolongadas e a relação destes factores climáticos com as mudanças políticas e sociais para os africanos, cf. Miller (1982).

<sup>37</sup> Um breve resumo da trajetória dos grupos imbangalas, nos permite situá-los na região do rio Kwanza, no início de Setecentos, onde teriam submetido muitos dos reinos até então vassalos do *ngola-a-Kiluanje*, o *hango* do Libolo e os reis *malunga* dos Pende. Segundo Miller (1995), os primeiros contatos com portugueses teriam ocorrido já em fins do século XVI, no rio Kuvo. Beligerantes, os imbangalas foram historicamente marcados por suas estratégias de dominação voltadas para a guerra e violência. Vulgarizado na literatura portuguesa do século XVI, o termo associava-se a uma construção identitária guerreira, “selvagem” e antropofágica. O termo *jaga*, também, aparece na documentação portuguesa como uma terminologia a contrapor o termo *soba*. Os *sobas* seriam, para os portugueses, os chefes africanos aliados, enquanto os *jagas* se refeririam aos chefes não aliados. Ao que tudo indica, os *jagas* não constituíram um grupo étnico definido e sim uma nomenclatura criada por portugueses e atribuída a diversas unidades societárias menos centralizadas e menores, na África centro-ocidental, “inimigas” da Coroa portuguesa Birmingham (1965, p. 143-52), (CANDIDO, 2013, p. 54). Para maiores considerações sobre os *jagas*, cf. Vansina (1995 :197; 2004: 197), Heywood and Thornton (2007, p. 94). Parreira (1999, p. 155) e Pinto (1999-2000, p. 193-241).

como portadores de uma autoridade política e econômica independente dos reinos de Quissama<sup>38</sup> e Nzinga, a compor uma forte aliança com os portugueses<sup>39</sup> (HENRIQUES, 1997, p. 203). Essas populações, entre finais do século XVII e meados do séc. XIX, consolidaram seu poder assentando-se na região denominada de Baixa de Casanje<sup>40</sup>, ponto fulcral das rotas do tráfico, separando, de um lado, os lundas e lundanizados, do outro, os europeus. Casanje, constituiu-se, em última instância “as result of military alliances between the Luanda administration and Imbangala militar groups in the 1630s” (FERREIRA, 2012, p. 23). Era lá que se centrava a feira de Casanje, descrita pelo então governador-geral de Angola Antônio Álvares da Cunha, em dezembro de 1754, como “... a maior feira<sup>41</sup> de negros que se conhece, e nela há sempre hum continuado comércio de escravos...”<sup>42</sup>. A Coroa, tão somente, teria conseguido manter um escritório na margem não habitada por negros do rio Kwangu. O “Jaga”, como então se denominava o chefe africano de Casanje, percebido pelo governador como um homem muito poderoso, impedia a qualquer branco de “... ver a margem do Koango, nem tinha

---

<sup>38</sup> Região entre Luanda e Benguela que manteve-se fora do controle português por boa parte dos séculos XVII e XVIII. Candido (2013, p. 6).

<sup>39</sup> No entanto, Miller (1995) retroage a meados do século XVII para demonstrar que os estados<sup>39</sup> imbangala já se encontravam alinhados de maneira a estabelecerem com os governos portugueses, situados na costa angolana, alianças comerciais.

<sup>40</sup> A Baixa de Kassanje era “limitada a oeste pelas montanhas de Talla-Mugongo e as terras de Songo Bondo, a leste pela margem esquerda do Kwangu e a norte pela confluência deste rio com o Lui. (HENRIQUES, 1997, p. 195).

<sup>41</sup> Segundo Henriques (1997), com a entrada dos europeus no circuito das trocas surgiu um organismo tipicamente afro-português, a saber: as feiras. A feira de Casanje se desenvolveu, segundo testemunhos de Sales Ferreira, analisados por Henriques (1997), em fins do século XVII, quando as estradas dominadas pelos imbangalas passaram a servir de polo atrativo aos songos vindos da Lunda em direção a Casanje e aos portugueses em busca do marfim da Lunda. O domínio dos espaços nos quais a feira de Casanje se organizava era restrito aos jagas ainda que os lundas tivessem um papel administrativo relevante no estabelecimento dos valores das mercadorias, medidas e na ordem jurídica da feira. Ainda segundo Jean-Luc Vellut, os jagas estariam diretamente ligados às trocas mercantis na medida em que os mesmos tomavam para si o direito de armazenar os produtos a serem comercializados fossem estes (produtos) europeus, asiáticos, americanos ou africanos. Os jagas, por outro lado, determinavam o tempo de permanência, o direito de comercializar e os locais onde poderiam ou não transitar os agentes das trocas. Próxima ao kilombo, a feira contava com um aparato militar necessário a defesa dos comerciantes e das mercadorias. A estrutura física das feiras, descrita por Vellut (1972 **apud** HENRIQUES, 1997, p. 366), era dotada de uma atmosfera dinâmica, pois as acomodações providas pelos próprios comerciantes eram transitórias tanto quanto a permanência daqueles que por lá negociavam. A comunicação dos passantes com o Kilombo era nula, estando os viajantes condicionados aos espaços que lhes eram permitidos transitar. Dois mundos paralelos coexistiam, de um lado a feira, do outro as comunidades locais. As aquisições de alimentos, por parte dos comerciantes estrangeiros, eram condicionadas a orientação dos dignitários políticos. Era vetado a agricultura nas terras destinadas a feira e os preços dos alimentos vendidos aos estrangeiros eram muito superiores ao valor real. Tendo em vista que estas viagens poderiam durar meses, tornava-se impossível às caravanas levarem quantidades de alimentos suficientes para sustentar os agentes do comércio, sua equipe de carregadores e os escravos que traziam no seu retorno. Os chefes locais se aproveitavam desta situação de dependência dos comerciantes estrangeiros, em relação aos gêneros de primeiras necessidades, para potencializarem seus lucros.

<sup>42</sup> Ofício do Governador Antônio Álvares da Cunha. Dezembro de 1754. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n. 89.

comercio com os habitantes da outra parte do rio, assim como também não consente que estes passem para os seus domínios, porem com eles comerceia, e lhe compra os negros pela terça parte no-lo vende”<sup>43</sup>. Aqueles que desafiassem as leis do “jaga” e atravessassem para a outra margem do rio tinham suas cabeças cortadas, como de fato teria ocorrido, segundo o governador, com alguns “negros curiosos”. Álvares da Cunha, por sua vez, buscava, entre os negros vendidos como escravos por este “jaga”, informações que pudessem decifrar a teia de relações sobre as quais se sustentava o poder do “jaga” de Casanje, como adiante se pode perceber:

“... na borda do rio na parte de Leste há vários apontetados, chamados Cabaço, Cafuxy, Muletu, Haguinby, e que todos obedecem a outro maior senhor a que chamão Quiconba Acoasia, por outro nome o Cabonda, morador este distante do Koango vinte dias de jornada...”<sup>44</sup>

Utilizando o rio Kwangu como barreira política e econômica, os Imbangalas, exitosamente, marginalizaram as populações orientais do contato direto com os portugueses. O controle das pontes – ainda que temporárias –, das pirogas e demais embarcações de pequeno porte aliado ao domínio das técnicas de construção deste tipo de embarcação, pelos chefes jagas, assim como a outorga do direito em conceder a autorização dada aos intermediários do tráfico para a travessia, fizeram das diversas redes fluviais um recurso adicional para posicionar os imbangalas como agentes centrais dos fluxos comerciais. Em outras palavras, toda a logística necessária para tornar o rio operatório, enquanto via de comunicação, era de propriedade imbangala, não sendo acessível a nenhum outro grupo africano ou europeu. (HENRIQUES, 1997, p. 251-256)

Do mesmo modo, as técnicas de dissuasão dos africanos para dificultar a apreensão desse saber pelos brancos, no que diz respeito à geografia da região, implícitas nos mapas e relatórios produzidos por europeus no século XVIII, contribuíram para o estado de isolamento das populações lundas do contato com os portugueses. Deve ainda levar-se em conta a imbricada relação entre o comércio e a religiosidade imbangala, elevando-se a importância das autoridades religiosas na condução do fluxo dos produtos da costa para o interior e vice-versa.

Segundo Henriques (1997, p. 238), a documentação referente às cartas trocadas entre Casanje e Luanda demonstram que a hegemonia dos imbangalas na região só será abalada em 1910 com o advento do colonialismo, pois nem mesmo a abolição do tráfico de escravos foi capaz de diminuir sua influência nessa região.

<sup>43</sup> Ofício do Governador Antônio Álvares da Cunha. Dezembro de 1754A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n. 89.

<sup>44</sup> Ofício do Governador Antônio Álvares da Cunha. Dezembro de 1754A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n. 89.

Assim sendo, o período que cobre o segundo quartel do século XVII até meados do século XIX, descrito como de “maturidade da aliança entre portugueses e imbangalas” (MILLER, 1995, p. 198), se traduziu em um estreitamento das relações só possível a partir da compreensão das dinâmicas internas africanas por parte dos portugueses e da percepção dos africanos das vantagens advindas da cooperação com os brancos. Em outras palavras, os portugueses, desde cedo, perceberam a inviabilidade do tráfico sem a participação dos imbangalas, um dos principais responsáveis pelas razias deferidas contra as populações mbundu do interior. Por outro lado, os chefes imbangalas, principalmente os detentores de títulos lunda, buscaram, nos portugueses, o elemento externo de apoio e força para se consolidarem no poder<sup>45</sup>.

Para além de Casanje, no século XVIII, também a Matamba e Holo<sup>46</sup>, situadas ao sul do vale do Kwangu, disputavam, entre si, os escravos que vinham de Kwilu. Outros tantos homens escravizados, a serem vendidos nos mercados da Matamba e Holo, provinham das regiões dominadas pelos lundas, importante “produtor” de escravos durante todo o século XVIII. (MILLER, 1988, p.212). É interessante perceber que os tecidos, fabricados a partir da fibra da palmeira, abundante na floresta equatorial e o cobre, extraído do Katanga, foram, até o terceiro quartel do século XVII - quando então os lundas pela primeira vez entraram em contato com uma demanda portuguesa por africanos escravizados-, a moeda-de-troca utilizada pelos mesmos para aquisição do sal de Casanje. (MILLER, 1988, p. 215).

---

<sup>45</sup> Diferente do que fora sugerido por Lovejoy (2002), os estudos de Miller (1988) demonstram que os contatos entre os diversos estados imbangalas e os portugueses nem sempre obedeceram a uma uniformidade de comportamento. Segundo Miller (1995), as tensões intrínsecas nas formas de estruturação do poder viabilizaram a ascensão de dignitários fantoches, apoiados pelos portugueses, em algumas unidades políticas imbangalas. Em outros, o sentimento de pertença, estimulado pelo *quilombo*, motivaram outro desfecho a exemplo do detentor do título de *kabuku Ka ndonga que*, em 1653, após a morte do seu antecessor, este último aliado dos portugueses, rompeu com o pacto de cooperação, unindo-se a rainha Ginga. Entretanto, a captura de *kabuku Ka ndonga* e, por fim, a sua repatriação para o Brasil, na condição de escravo, fizeram dos seus sucessores vassalos subjugados aos interesses portugueses. De tal modo, ao final do século XVII, este *kilombo* havia sido extinto e práticas cristãs passaram a ser realizadas neste reino sob orientação de missionários carmelitas. Assim como o *Kilombo*, estrutura social partilhada por unidades políticas imbangalas e alguns não imbangalas, outros elementos em comum compuseram as lógicas mentais das sociedades africanas que definiram as relações políticas entre estas unidades sociais. Henriques (1997) chama atenção para as *emduas* ou casas de magia imbangalas que, segundo Manuel Correia Leitão - sargento-mor no “Reino de Angola” e autor de uma detalhada descrição sob o modo de vida destas populações, datado de 1756-, atuavam em diversos reinos e nas regiões de domínio português. Este fenômeno foi percebido por Henriques (1997) como evidência de uma outra forma de coerção dos chefes africanos sobre outras lideranças, também africanas, para além das guerras. Podemos inferir que as populações ligadas aos imbangalas, de uma ou outra forma, partilhavam determinados elementos culturais, em outras palavras, comungavam de uma mesma base filosófica, alicerce último das construções religiosas e dos sistemas de revelação que, bem utilizada pelos imbangalas, fizeram crescer o seu poder. Bem verdade que esta situação, afirma Miller (1995), se encaixa melhor entre os imbangalas do sul que os do norte.

<sup>46</sup> Holo, importante provedor de escravos, até 1765, tinha suas transações comerciais intermediadas pela Matamba e Casanje. (FERREIRA, 2006 b, p. 40).

Cazembe, fundada pelos lundas em 1740, dominava “a maior parte da Angola Oriental, Zaire Meridional e Zambia Sentetrional” (LOVEJOY, 2002, p. 131). Ao sul de Lunda, Lozi, localizada no vale do Zambeze, situava-se em uma localização estrategicamente favorável ao escoamento de escravos para Benguela. Estes estados empoderavam-se na medida exata de suas respectivas competências em criar círculos de dependência que lhes habilitassem a cobrança de tributos. Os tributos minavam o quantitativo de dependentes das populações camponesas, impulsionando chefes locais à escravização de africanos estrangeiros para preservar seus membros parentais, em uma espécie de efeito cascata.

No antigo Congo, despontaram, no século XVIII, o Sonio, como uma alternativa ao mercado no Ndembu (Dembos), localizado na região de Kisoza, controlado pelo senhor do Ndembu de Ambuila (Mbwuila) e, a oeste, por Ambuela (Mbwela). Através do que Miller (1988, p.211) designou chamar de “províncias do Congo de Wandu, Kina e Bembe”, se podia alcançar o Sonio, localizado na margem sul do baixo Zaire. No vale do Kwangu, agentes dos chefes locais, sobretudo o yaka, redistribuíam as hordas de homens escravizados, capturados nas zonas de floresta do médio e baixo Kwangu, que se estendiam em direção a leste do baixo curso dos afluentes de Kasai e norte de Lunda. Parte desses escravos eram direcionados a Luanda, uma outra fração era enviada a costa do Loango. Durante este trânsito, tantas outras sociedades africanas participavam desse comércio. Redes mercantes a noroeste do Congo, conhecida como Zombo, e os Villis<sup>47</sup>, concentrados na unidade societária do Congo de nsundi, se tornaram um dos principais intermediários do tráfico de escravos direcionado a costa de Loango. (MILLER, 1988, p. 208-210).

No século XVIII, os africanos escravizados tornaram-se, entre os chefes africanos, uma das mais valiosas mercadorias para a manutenção de um poder centrado em um modelo de economia redistributiva. Era preciso acumular bens de consumo para manter e/ou alargar o contingente populacional dependente. A troca de bens de consumo se desenvolveu na região centro-ocidental africana, impulsionada pela existência de sociedades especializadas na

---

<sup>47</sup> Segundo Miller (1988, p. 142), os Villis eram “a northern Kongo slave-trading gentry from Loango supported by French, Dutch, and English goods.”

produção e/ou extração de determinados artigos, tais como o sal, o zimbo<sup>48</sup> e a takula<sup>49</sup>. A prevalência de um único bem de consumo a ser transacionado minimizava a produção de uma variedade de artigos necessários às necessidades básicas alimentícias, a exemplo dos estados extratores de sal e metais<sup>50</sup>.

O conceito de economia política africana cunhado por Miller (1988), ainda que preso a um quadro teórico marcadamente marxista, em que o movimento social temporal e espacial gira em torno das tensões sociais, fruto dos esquemas de produção/geração de bens materiais, nos permitiu compreender um conjunto de informações documentais que apontam para o constante refreamento das lógicas econômicas atlânticas.

---

<sup>48</sup> Heintze (2007) chama a atenção para o fato de que, quando os portugueses chegaram na costa ocidental africana, as conchas de Zimbo, - encontradas na baía de Luanda, na região que circundam o antigo Reino do Congo - eram utilizadas como moeda de troca apenas no Congo. Nos séculos subsequentes, o valor do Zimbo teria sido depreciado pela introdução massiva de conchas oriundas do Oceano Índico, costa brasileira e Benguela, pelos portugueses. A análise da documentação entre 1750 e 1775, demonstra a presepça do zimbo nas trocas comerciais. Em 1759, as autoridades portuguesas reconheciam e buscavam ordenar o valor das “peças da Índia” pagos, em parte, com o zimbo, como se observou da tentativa de estabelecer uma feira geral no Presídio de Encoge, em detrimento do comércio livre praticado entre os potentados de Ambuilla e Ambuela: “Das quibucas que entrarem na feira vindas das partes de Ambuilla e Congo, se resgatarão as peças de India a vinte e cinco mil reis, em cujo preço entrará hum conto de zimbo. Os moleques de seis palmos a vinte e dois mil reis incluso sete lifugos de zimbo; o mesmo preço se dará pelas moleconas que chamão de peito atacado, e os que forem de cinco palmos, a quatorze mil reis, entrando nelles sinco lifugos do tal zimbo; para os barbados e negras que dizem zalabardeiras ou pequenos se resgatarão conforme ajustarem. O negocio pertencente ao Dembo Ambuilla, há de seguir o estilo antigo, que vem a ser vinte quibacos por peça de India em seção os de sete palmos, a dezassete quibacos; e os de seis a dezasseis ficando a mesma liberdade para os barbados, pequenos e talabardeiras.” (A.H.U., C.U., Angola, Caixa 42, n. 89).

<sup>49</sup> Um tipo de madeira vermelha que contém quino, comum em Angola e muito usada em marcenaria; desta madeira se pode fazer uma massa de barro vermelha que misturada com óleo de rícino serve para untar a cabeça dos Ganguelas do leste de Angola (DINIZ, 1918). O alto valor do pau de takula, do qual Loango era o principal exportador no “Reino de Angola” e demais regiões na África centro-ocidental, no sec. XVII ficou registrado nos relatórios das fazendas de defuntos e ausentes e em testamentos das pessoas abonadas, juntamente com a panaria e o marfim. Os holandeses da West-Indische Compagnie viam no controle do comércio do pó de takula uma via para adentrarem no comércio de Angola, Congo e Matamba. Outras áreas de possível exploração e comércio do cobre, mas pouco comprovada com documentação da época foram: Bungo e Kakongo. O chumbo, por sua vez, existia em Kambambi. O ferro, largamente explorado na África centro-ocidental, servia ao fabrico de ferramentas para a agricultura e armas. Os ferreiros, ou seja, aqueles que detinham o conhecimento da fundição, eram especialmente valorizados nas sociedades africanas centro ocidentais, destacando-se na esfera política das comunidades nas quais estava integrado. Em fins do século XVII é sabido da existência de minas de ferro no Ndongo, e no Congo – nas regiões de Nsundi, Mbamba e Kiowa. (PARREIRA, 1990, p. 55-59)

<sup>50</sup> Parreira faz referência à existência de minas de cobre no Congo, situadas em Mbembe, no Nsundi e em Minduli - “situada a 100 km a ocidente da atual Brazzaville”. Também eram encontradas, extraídas e manufaturadas na região do Kango, na margem esquerda do Zaire, e próximo ao rio Juma. (PARREIRA, 1990, p. 57). A técnica utilizada para se trabalhar o minério era a “cera perdida”. Deste modo, se produziam em Loango as manilhas de cobre, também denominadas de malungo, a serem exportadas.

A circulação de objetos-moeda<sup>51</sup> - designação utilizada por Paul Lovejoy (2002, p. 169-170) para os tecidos de várias origens e qualidades, o pau-takula, o sal<sup>52</sup>, a farinha e diversos gêneros alimentares, entre outros artigos e mercadorias do gosto e preferência dos africanos - fazia parte da vida econômica das sociedades africanas centro-ocidentais antes mesmo dos primeiros contactos com os portugueses e demais europeus no período moderno<sup>53</sup>. O comércio de tecidos, em particular, é o que mais nos interessa. Suas qualidades eram diversas ainda que tivessem na fibra vegetal sua principal matéria-prima.

A função de objeto-moeda da maior parte das tipologias de tecidos, produzidos em África, não esgota suas possibilidades funcionais. Martin (1986, p. 1-3), ao estudar os tecidos em Loango, no século XVII, revela a aplicação destes no vestuário, na decoração, em cerimônias de cremação e iniciação, no envolvimento dos recém-nascidos, na consolidação de alianças, em distribuição de presentes quando da ascensão ao poder de um determinado chefe e no pagamento de tributos. O estudo dos tecidos na África centro-ocidental demonstra uma clara relação com a ostentação de um poder político/militar<sup>54</sup>. Ferreira, por sua vez, enfatiza a importância dada aos tecidos em cerimônias de cura e casamento. (2012, p. 184-185).

As principais fibras utilizadas eram as da palmeira<sup>55</sup>, mais resistentes e, por isto mesmo, mais caras e em parte inacessível à população mais pobre; a fibra do embondeiro e a fibra da insandeira. Como já afirmamos, nem todos possuíam o *status* de objetos-moeda (PARREIRA,

---

<sup>51</sup> Parreira opta pela designação de moeda ou “dinheiro da terra”, esta última uma expressão dos documentos. (PARREIRA, 1990, p. 54).

<sup>52</sup> O sal, outra importante moeda de troca extraída das salinas de Quissama, era controlado pelos chefes locais, e foi percebido pelos portugueses como importante fonte de empoderamento dos chefes africanos ainda no século XVI. Os portugueses registram o valor que os negros atribuíam ao controle das ditas minas situadas em Quissama e o desinteresse destes mesmos africanos pelas minas de prata que se pensava existirem na região próxima de Cambambe. (HEINTZE, 1972). O sal teve seu valor supostamente ameaçado pela introdução de barras de sal oriundas da costa, por portugueses. Entretanto, a qualidade do sal do interior de Quissama era, para os africanos, superior ao da costa, inviabilizando a depreciação do valor de troca desse produto. Deste modo, no contrato do sal de Benguela, que arrematou João Álvares Ferreira, na década 1760, foi obrigado, Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, governador do “Reino de Angola”, a estabelecer o comércio livre do sal de Quissama para não obstar o comércio no sertão. Deste modo, o privilégio de exclusividade do comércio de sal de Ferreira cabia apenas as marinhas de sal de Benguela, Bengo e Cacoaco. (Bando lançado por Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. 6 de Março de 1765. A.H.U., C.U., Angola, caixa 49, n. 13).

<sup>53</sup> Sobre moedas em Angola, cf. L. Rebelo de Sousa, *Moedas de Angola*, Lisboa, Banco de Angola, s.d., p. 65.

<sup>54</sup> O vestuário dos chefes africanos jagas, descritos por Battell - viajante inglês que descreve estas populações em fins do século XVI -, como diverso do que era utilizado pelo resto da população sob seu domínio, demonstram que a indumentária foi utilizada como elemento simbólico de distinção social. As mulheres do chefe jaga Calando utilizavam tecidos de seda na cintura, enquanto o chefe, “a palm-cloth about his middle, as fine as silk” (BATTELL, s/d, p. 31-32).

<sup>55</sup> Até a década de 30 do século XVIII, os tecidos de ráfia, produzidos no Congo, foram estrategicamente comercializados por luso-africanos no sertão, assim como demais artigos produzidos na África centro-ocidental (sal e peixe seco) para minimizar a dependência de produtos importados voltados ao tráfico de escravos e, consequentemente, o endividamento que estas aquisições implicavam. (MILLER, 1988, p. 274).

1990, p. 54). Do interior dos ramos da palmeira se extraíam fibras para a produção de cordas, designadas de *ngenge*<sup>56</sup>. Das fibras, ainda mais finas, era possível fabricar colares e “... pentes para coçar e compor a cabeça”. (PARREIRA, 1990, p. 53). Em Loango, Ndembu e Congo, um tipo específico de tecido, denominado panos *mpusu*, serviam ao vestuário, cobertores e almofadas. A fibras de palmira-bordão, encontradas e manufaturadas no Loango e Congo, eram a matéria-prima dos panos *urila*, *bungu*, *maxze*, *kundi* e *meio-kundi*. Uma parte considerável das sociedades do Loango eram de tal forma especializadas na atividade têxtil que quase a totalidade da sua mão de obra era empregada neste ramo econômico, fazendo com que Loango acabasse por se tornar o maior centro produtor de têxtil de toda a África centro-ocidental. Estes tecidos eram empregados, sobretudo, na confecção de sacos, cobertores, esteiras e diversas peças de vestuário (PARREIRA, 1990, p. 53). Acrescente-se a esta lista, os *dembos*, associados a região do Ndembu, entre os rios Dande e Bengo; a ensaca (costa do Loango); os mandis, as *maricas*, as *maxizes*<sup>57</sup>, os *quimbes*, as *quitallas* e o saco<sup>58</sup>. Em 1611, a manufatura têxtil da África central exportava para Angola 100 mil metros de tecidos por ano, cifras estas que permitiram a Thornton comparar, em termos de produção têxtil, o Congo Oriental com a Holanda. (THORTON, 2004, p. 94-96).

Segundo relatos de Andrew Battell<sup>59</sup>, no último quartel do século XVI, das fibras das palmas, abundantes em Loango, produziam-se “velvets, satins, taffetas, damasks, sarsenets and such like” (MARTIN, 1986, p. 1). As formas de fabrico dos tecidos de fibra foram detalhadas no estudo de Martin (1986:2) e suas cores poderiam ser diversas, utilizando-se para esse efeito a takula, o carvão, o giz ou mesmo a exposição ao sol em diferentes períodos do dia. O seu tamanho, em geral, não excedia catorze centímetros quadrados. A venda destes tecidos, ao menos em Loango, era vedada quando não autorizada pelo chefe. O uso dos tecidos mais belos era uma prerrogativa do chefe, porquanto os tecidos eram, antes de tudo, uma marca de distinção social. (MARTIM, 1986, p. 2). Os panos de *libongo* – também conhecidos como *sambu* ou *nollolevieri* – tinham o *status* de objeto-moeda e vestiam apenas os nobres africanos. Das fibras do embondeiro, encontrada no Ndongo e no Congo, faziam-se tangas e sacos e das fibras da insandeira se faziam os tecidos chamados de *kitundu*.

<sup>56</sup> “Serviam ao sustento das estruturas das habitações”. (PARREIRA, 1990, p. 53)

<sup>57</sup> “Kimbundu divisa, pl. *Maxisa*, esteira” (HEINTZE, 2007, p. 582-583).

<sup>58</sup> “Associado com o Reino do Congo, de Kikongo sàku, pl. masaku, determinadas fibras vegetais” (HEINTZE, 2007, p. 582-583).

<sup>59</sup> Viajante inglês, aprisionado pelos portugueses pelo crime de pirataria, aportou e permanece na África centro-ocidental entre os anos de 1589 e 1614.



O importante papel dos tecidos, nas trocas comerciais africanas, posteriormente absorvidas nas transações econômicas referentes ao tráfico de escravos, levou a Coroa portuguesa, no século XVII, a tentar monopolizar o fabrico dos tecidos de ráfia, produzidos a partir da folha da palmeira, através do estabelecendo de um sistema de contrato em Loango. Os tecidos deveriam carregar um carimbo com as armas da Coroa para que pudessem ser comercializados em Luanda. Deste modo, poderia a “metrópole” controlar seu valor e circulação. Estes tecidos chegaram a ser comprados pela Coroa portuguesa e importados para Luanda para compor parte do pagamento dos soldados. (MARTIN, 1986, p. 4).

Em diversos espaços da costa centro-ocidental, os tecidos desempenharam o papel de unidades de troca. Em Kakongo, Ngoyo e Loango, em meados do século XVIII, os chamados “blue baft<sup>60</sup>” ou “azul da guiné, tecidos de algodão de 6 metros, se tornaram unidades monetárias. O pano azul da Guiné era de tal forma apreciado que nos *bundle* não poderiam faltar. Em Molembo e Cabinda, e posteriormente Loango, a unidade monetária que se desenvolveu, a partir de 1700, foi descrita por Martin (1972, p. 107-108) com a “*piece*”, que em português corresponderia a “peça”<sup>61</sup>. Outros tecidos, espingardas, africanos escravizados e demais artigos importados eram valorados tomando-se como referência a peça (de 6 metros) do “azul da guiné”, ainda que este, fisicamente, não existisse nas transações econômicas (MARTIN, 1986, p. 7-8).

Do mesmo modo, ocorreu com o beirame e macutas, principais “moedas de cobre provinciais”<sup>62</sup> da conquista portuguesa na África centro-ocidental. A macuta, uma medida padrão para o comércio têxtil, correspondia, mais ou menos, a 5 metros de pano; (MILLER, 1988, p. 709). A origem do termo se relaciona a um tipo de tecido africano denominado *mfula*, fabricado no Loango. Assim sendo, entre os anos de 1624 a 1630, durante o governo de Fernão de Souza, um tecido de *mfula* valia quatro libongos, trinta e cinco dezenas de panos deste tecido corresponderiam a uma macuta. Em Luanda, uma dezena de macuta de *mfula* valia mil réis. Para o historiador Martin (1986, p. 4), ao analisar fontes datadas do século XVII, pormenoriza:

“Mbongo might be packaged together in units of four, ten, twenty, forty, or a hundred. A unit of account called a mukuta, which consisted of ten mbongo wrapped or sewn

<sup>60</sup> O blue guiné era “Made in India, it was a fine blue and white striped cotton, and probably attained its popularity through its likeness to the Benin cloth which the portuguese and the Dutch had taken to the Loango Coast in the seventeenth century” (MARTIN, 1972, p. 109).

<sup>61</sup> Vale a pena ressaltar que o termo “peça” surge nas carregações dos navios examinados neste trabalho, como medida para os panos comercializados. Ver anexo 1.

<sup>62</sup> Carta do Governador Antônio de Vasconcelos ao Secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco de Xavier Mendonça Furtado. 19 de junho de 1762. A.H.U., C.U., Angola, caixa 45, n.50.

together in a strip, was commonly found on the Loango Coast, in the lower Zaire region and at Luanda.”

Depois de 1648, resolve o então governador-geral de Angola, Salvador Correia de Sá e Benevides (1648-1651) solicitar o fim da prática de utilização dos ditos tecidos como moeda de troca, substituindo-os, ao menos em Luanda, por moeda acobreada. Os nomes escolhidos para essas novas moedas – meio pano/25 réis e libongo/ 12 ½ réis – são evidências irrefutáveis dos tecidos a operar no enquadramento econômico dos produtos mercados na África centro-ocidental (FRANÇOIS BONTIK **apud** SANTOS, 2005, p. 348). O beirame, por sua vez, significava “panos de algodão de três palmos de largo, que vem da Índia e serve para roupa branca, deles há mais finos e mais grossos”<sup>63</sup>. O fim da utilização dos tecidos como referência de unidade monetária só ocorreu no período colonial em fins do século XIX (MARTIN, 1986, p.7-8).

É dentro deste contexto que podemos perceber a circulação e aceitação dos tecidos introduzidos por europeus, portugueses do Brasil, portugueses metropolitanos e luso-africanos, porquanto a existência do conceito de objeto-moeda e da percepção dos tecidos enquanto tal, pelos africanos, é que permitirá todo o desenvolver de trocas comerciais baseadas, em parte, nos tecidos europeus e asiáticos no transcurso do século XVIII. Paradoxalmente, em fins do século XVII, a produção e demanda pelos tecidos africanos declinava. Comerciantes holandeses, na segunda metade do século XVII, passaram a introduzir tecidos asiáticos e europeus em Loango de modo a atrair a preferência dos chefes locais. (MARTIN, 1986:4-5). Do mesmo modo, armas de fogo, pólvora, cavalos, facas e demais artigos militares entraram na composição dos importados para a África ocidental e centro-ocidental, enquanto elemento simbólico, econômico e utilitário na composição do tecido social.

O conceito de economia política desenvolvido por Miller (1988) para compreender as sociedades africanas pode ser também aplicado às populações luso-africana e mesmo portuguesa que, nos séculos XVII e XVIII, passaram a compor os espaços administrativos e militares da governação portuguesa no “Reino de Angola”. No terceiro quartel do século XVIII, os agentes da administração portuguesa em Benguela, em nome de Sua Majestade, o rei de Portugal, recebiam presentes - homens escravizados - das mãos dos sobas como se verá em alguns exemplos ao longo desta dissertação. Em reciprocidade, governadores presenteavam

---

<sup>63</sup> In. BLUTEAU, Raphael, Vocabulário portuguez & latino, áulico, anatômico, architetonico, Coimbra, 1712-1728, disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/dicionario/bluteau/buscaDicionariosPLChave.asp>.

dignitários africanos, como relatou Antônio Álvares da Cunha, em 1755<sup>64</sup>. As trocas de presentes tinham por objetivo reafirmar alianças comerciais e políticas e, no caso africano, estabelecer dividendos políticos a serem cobrados no futuro. Por outro lado, tendo em vista a proibição, imposta pela Coroa, de participação dos governadores no tráfico, desde de 4 de fevereiro de 1684<sup>65</sup>, as “trocas de presente” bem poderiam ser estratégias de burla.

O que de mais significativo nos interessa explorar neste subcapítulo é a apropriação dos objetos-moeda enquanto ferramenta operacional da economia em curso na “conquista” setecentista. Um caso significativo da prevalência de objetos-moeda, sobretudo os tecidos, nas transações econômicas dentro e fora do perímetro do “Reino de Angola”, em relação ao “dinheiro amoedado”<sup>66</sup> que se buscou introduzir em Luanda e Benguela, se faz sentir nas palavras de um morador de Benguela. Segundo o dito senhor – não nos foi possível identificar seu nome na documentação –, o dinheiro amoedado valia menos que o seu equivalente em tecidos, como buscou explicar o procurador eleito, morador de Benguela, em junho de 1762, à Junta Comercial e ao rei de Portugal.

hum modo que os antigos fazião os seus negócios, mas sem prejuízos das partes, de sorte que o mesmo hé dizer-se quarenta mil réis de dinheiro, que oitenta de fazenda, e o mesmo hé serem oitenta mil réis de fazendas, que logo reputarem-se por quarenta de dinheiro. Ponho exemplo: huma peça de Zuarte<sup>67</sup>, Vossa Magestade custa doze mil réis de fazenda, já se sabe que o dinheiro sam seis: huma corja<sup>68</sup> de folhinha<sup>69</sup> a vinte e cinco mil réis, a dinheiro doze mil e quinhentos: huma peça de serafina<sup>70</sup> vinte mil réis, a dinheiro dêz, e deste modo de falhar tudo o mais, vindo a ser que tudo vale

<sup>64</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha ao rei. 21 de março de 1755. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 40, n. 25.

<sup>65</sup> Resolução datada de junho de 1706 e outra de 23 de setembro de 1709. A.H.U, C.U., Angola, caixa 37, n. 136-A

<sup>66</sup> A tentativa de impor a moeda de cobre em Luanda, em 1680, decorreria, segundo Boxer (1969, p. 153), de um conjunto de medidas implementadas em toda a extensão do império ultramarino para conter os estragos econômicos na metrópole, refém das taxas alfandegárias cobradas em suas colônias. A penetração destas moedas, no interior, entretanto, fora nula pois, segundo Miller (1988, p. 181), estas eram fundidas no sertão angolano para a confecção de anéis e cruzeiros muito mais significativos para os africanos. Entretanto, o uso destas moedas de cobre na costa, sobretudo nas cidades de Luanda e Benguela foram menos raras. Observemos, por outro lado, que a escassez de circulação de dinheiro amoedado, dentre estas as cunhadas em cobre, foram recorrentes em todo o Império Ultramarino. Na cidade de Salvador, no século XVIII, sua raridade fez florescer outros mecanismos de trocas, dentre estes o escambo e o crédito. (XIMENEZ, 2012, p. 59). No século XVIII, durante o reinado de D. José, se emitiu duas séries de moedas, a saber: a macuta (1762) e as moedas de cobre e prata de 1762. (SANTOS, 2005, p. 349).

<sup>67</sup> O zuarte era um “pano de algodão ordinariamente azul, encorpado e tosco, que se exportava, e ainda hoje se exporta em menor escala, da Índia para a África Oriental” (DALGADO, 1988, p. 445, V. 2).

<sup>68</sup> Medida que equivale a 20 (LAPA, 1968, p. 273)

<sup>69</sup> A definição de Lapa para o termo folhinha diz respeito à “... uma caixa de folha; lata como tal sendo usada na Índia portuguesa [...] a palavra folho, do qual podia ser diminutivo, significando guarnição de pregas, feira geralmente de fazenda mais fina, com que se enfeitavam altares, toucadores, cortinas, mesas, lençóis, camisas, saias, anáguas, etc. (folho de cassa, de cambraia, etc)”. (LAPA, 1968, p. 288).

<sup>70</sup> Serafinas: “tecido de lã, próprio para forros/ Espécie de baeta encorpada, geralmente com desenhos ou debuxos.” (SILVA, 1948, p. 96, v. 10).

reputaremsse duzentos mil réis em fazendas, que hum me deva; para que pagandome cem em dinheiro, e seja eu satisfeito daquela quantia.<sup>71</sup>

Inferimos, das palavras do procurador acima transcritas, que as fazendas para além do valor monetário atribuído a estes gêneros - afinal o tráfico de escravos estava imerso nas lógicas econômicas africanas mas também atlânticas - se sobrevalorizavam ao assumirem a condição de objetos-moeda na África centro-ocidental. Em outras palavras, era com as fazendas que se operava o tráfico de escravos, que se pagavam os serviços fosse na cidade ou nos sertões, ou seja, o dinheiro em “espécie”, mesmo no perímetro da “conquista”, muito pouca serventia possuía, mesmo porque este era escasso.

A utilização de objetos-moeda foi assimilada pela própria administração portuguesa dentro dos limites da conquista. O tribunal de *Mucanos*<sup>72</sup>, instituições africanas de resolução de conflitos, amplamente estudado por Ferreira (2012, p. 88-125), foi absorvido pelo sistema judiciário da Coroa portuguesa em Luanda e Benguela. Os *mucanos* tornam-se um canal para a liberdade daqueles escravizados à margem das leis que determinavam a condenação a condição de escravo, assim como contra os indivíduos “ilegalmente” livres. Santos (2005, p. 403-404) revela, entretanto, que, para acessar o tribunal era exigido dos interessados arcar com as custas do processo (emolumentos, tendala<sup>73</sup> e escrivão) para além do pagamento da sentença que poderia ser feito em africanos escravizados ou *beirames*<sup>74</sup>.

<sup>71</sup> Carta do procurador eleito, morador de Benguela à Junta Comercial e ao rei de Portugal. Julho de 1762. A.H.U., C.U., Angola, caixa 45, n. 53.

<sup>72</sup> *Mucanos* “é a designação do kimbundu para delito, crime, culpa, pleito” (TAVARES; C.M. SANTOS, p. 2002, p. 428-9). No que diz respeito aos tribunais de *Mucano*, estes eram um sistema jurídico africano que se tornou uma verdadeira máquina de produção de escravos, podendo também ser acessado para contestar a escravização indevida. A este respeito, Ferreira (2012, p. 88-125) traz à tona uma vasta documentação referente a escravização de indivíduos legalmente livres, notadamente vassalos da Coroa, que teriam sido reduzidos a condição de escravos à revelia do sistema legal que validava a escravização. A exemplo, muitos carregadores empregados nas caravanas eram ilegalmente aprisionados e escravizados por sertanejos para serem embarcados rumo ao Brasil. Obviamente, o interesse da Coroa em coibir estas práticas resvalava-se na necessidade de manutenção de um contingente populacional livre no entrono da conquista mas, sobretudo dentro desta, pronto para servir aos interesses militares da Coroa. Por outro lado, a escravização aleatória causava fissuras no sistema de alianças com os sobas vassalos que poderiam levar, inclusive ao rompimento dos acordos de cooperação já estabelecidos. Em ofício endereçado ao então secretário de estado, Corte Leão, Dom António Álvares Cunha, governador de Angola (1753- 1758), denuncia os abusos cometidos por comerciantes no perímetro da conquista, trazendo para serem vendidos na cidade de Luanda, todos os dias, “infinitos pretos livres”. Carta de António 21 de Março de 1755. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n.25.

<sup>73</sup> Interprete (SANTOS, 2005, p. 404).

<sup>74</sup> O beirame, em verdade, significava “panos de algodão de três palmos de largo, que vem da Índia e serve para roupa branca, deles há mais finos e mais grossos” In. BLUTEAU, Raphael, Vocabulario portuguez & latino, áulico, anatômico, architetonico, Coimbra, 1712 -1728, disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/dicionario/bluteau/buscaDicionariosPLChave.asp>

O pagamento do soldo<sup>75</sup> era composto por exequês<sup>76</sup> de farinha<sup>77</sup>, por tecidos (sobretudo para o fabrico do fardamento militar), por moeda de cobre e por letra de câmbio. Na certidão de fé de ofício passada em 22 de setembro de 1750, pelo escrivão da fazenda real, Antônio da Silva Guimarães, ficou registrado o vencimento de “... duzentos trinta e sete réis por mês nos coatro gêneros...”<sup>78</sup>. Esporadicamente, em razão das circunstâncias, os fardamentos<sup>79</sup> que vinham de Lisboa, remetidos<sup>80</sup> pelo Conselho Ultramarino ao governador-geral, para que fosse distribuído entre as tropas, poderiam ser distribuídos como ajuda de custo aos soldados recém-chegados:

“Achando-se nesta provedoria cento e três fardas que vierão na ocasião em que tão bem creio o Conde de Lavradio governador deste Reyno, determinou o seu sucessor D. Antonio Alves da Cunha por portaria de 6 de Novembro do presente ano se distribuíssem estas pelos soldados, que em sua Companhia vierão, e por outros, que depois chegarão em diversas embarcações, os quais exedendo o numero das ditas

<sup>75</sup> Sobre a forma com que se pagava os soldados ver: Regimento dos governadores do Reino de Angola, 18 de dezembro de 1753. A.H.U., C.U., Angola, caixa 38, n. 81.

<sup>76</sup> “Medida angolana, isto é, da sociedade crioula, valendo de 50 a 60 kg [...] um exequê continha 4 cazungulos, de 12.5 a 15 kg cada um.” Estas medidas foram extraídas do A.H.U., Angola, caixa 48, nº 48 de 28-11-1764. (VENÂNCIO, 1996, p. 56).

<sup>77</sup> A farinha utilizada para a alimentação dos soldados, da população escravizada e dos próprios moradores do “Reino de Angola” foi introduzida em Angola pelos portugueses, pois a mandioca, matéria prima da farinha de guerra ou farinha de pau, é oriunda do continente americano. Segundo Heintze (2007), apenas em meados do século XVII a região do Bengo, Dande e Kwanza passaram a produzir a mandioca devido à obrigatoriedade da prática da agricultura por aqueles que fossem beneficiados com a distribuição de terras levada a cabo por Fernão de Sousa em 1627. Vale ressaltar, ainda, que a farinha constituiu, sobretudo nas zonas litorâneas, um dos gêneros a compor a dupla função de objeto-moeda e artigo de primeira necessidade a toda população envolvida direta ou indiretamente no tráfico. O custo dos mantimentos, especialmente a farinha, em Luanda, foi alvo de preocupação de diversos governadores, dentre estes, José Carvalho da Costa Menezes, mestre de campo e governador-geral interino por treze meses, em decorrência do falecimento do governador-geral de Angola, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1725. Em 1757, Antônio Álvares da Cunha, chamava atenção para os problemas advindos do aumento do preço da farinha, base da alimentação dos escravos em Angola. A elevação do valor da farinha afetava diversos setores do comércio, desde os capitães dos navios ancorados no porto de Luanda, obrigados a comprar a farinha para manutenção dos cativos na viagem de regresso para as américas, os homens de negócio em Luanda - que deveriam manter os escravos enquanto estes não passassem a tutela dos capitães - e os pobres da cidade de Luanda, impossibilitados de adquiri-las. (18 de abril de 1750, Solicitação que fez José Carvalho da Costa para recebimento de uma mercê do rei. A.H.U., C.U, Angola, caixa 37, n. 35). Apenas em 10 de julho de 1772, uma lei real é sancionada ordenando a fundação do Terreiro Público ou Celeiro Público, no qual só este estaria autorizado a vender a farinha, coibindo, assim, os abusos de preço praticados pelos negociantes de farinha em Luanda. (SILVA, 2005, p. 71-72).

<sup>78</sup> Certidão de fé passada pelo escrivão da fazenda real Antônio da Silva Guimarães. 22 de setembro de 1750. A.H.U., C.U., Angola, caixa 37, n. 56

<sup>79</sup> Observando-se a listagem dos artigos enviados para o fardamento, acima transcrita, inferimos que as fardas, mencionadas pelo governador-geral, eram, em verdade, tecidos destinados ao fardamento, tal qual observamos em uma das descrições dos artigos enviados de Lisboa ao “Reino de Angola” pelo Conselho Ultramarino. (Recibo dos gêneros destinados ao fardamento dos soldados. 7 de julho de 1761. A.H.U., C.U, Angola, caixa 44, n. 46).

<sup>80</sup> Os custos com o fardamento eram de responsabilidade dos contratadores do direito dos escravos. Em uma missiva datada em 13 de novembro de 1761, o rei ordenou “... ao Provedor da Fazenda Real em Angola que em cada hum anno cobre dos contratadores e remeta ao Thesouro do Conselho em letras, seguras e efectivas, o dinheyro competente para o fardamento das tropas da cidade de São Paulo de Assumpção, e dos mais Presídios, daquele Reyno, a razão de mil praças as de nove mil cento e vinte Reis para cada huma dellas sem jamais esperar que finda o anno...”. A.H.U., C.U, Angola, caixa 44, n. 46.

fardas se achavão mais a desprezíveis e inábeis para cumprir com a obrigação militar [...] poderá V. Magestade ser servido haver por bem conceder as ditas fardas aos soldados por ajuda de custo, ou mandar que as paguem pelos seus soldos...”<sup>81</sup>

Observemos, entretanto, que o fornecimento do fardamento dos soldados era de incumbência dos contratadores - ao menos até 1758, quando se extingue a arrematação do Direito dos escravos em Angola passando, então, o Provedor da fazenda real a entregar fardas individualmente aos soldados<sup>82</sup>-, constando como uma das condições do contrato do direito dos escravos. A forma do costume determinava que todos os anos fossem enviados fardamentos, haja vista que estes não chegavam a durar um ano. Entretanto, as queixas de atraso no pagamento das fardas eram constantes, levando-se até dois anos para o cumprimento da condição. As consequências deste estado de coisas eram devastadoras, pois os fardamentos ou os tecidos para o seu fabrico eram alguns dos principais bens de que dispunham os soldados para complementar a sua renda e manter-se fosse em Luanda, Benguela ou nos presídios localizados no interior da conquista. Em outras palavras, os tecidos, a princípio destinados para o fardamento, na prática eram utilizados como moeda de troca para compra de serviços e mantimentos.

Em janeiro de 1756, por conta do descobrimento do ouro e, na sequência, a implementação da mineração nos rios Lombige, Mbrige e Lifuo (Mapa 2), o governador resolve mandar uma ajuda de custo a ser repartida entre os grupos de trabalhos dispostos em cada um dos rios. Na relação que se seguiu destes produtos constavam: “... mantimentos, materiais e fazendas ...”<sup>83</sup>. As fazendas enviadas foram, segundo o governador, “... marcadas e divididas, metade para aqueles que se encontravam em Lifua e Lombige ...”<sup>84</sup>. Segue, a relação de fazendas e mantimentos que compõem a lista:

“...20 pessas de folhinha em dois pacotes; 4 pessas de zuarte; 4 pessas de cre<sup>85</sup> de 15 varas; 27 de Baeta<sup>86</sup> azul; 15 duzias de facas cabo de pezo em hum saco; 5 dessas dúzias em um saco de cabo de laranja; 2 frasqueiras de aguardente do Reyno; 2 ditas com doze frascos de azeite e 12 de vinagre; 2 barris de manteiga; 2 barris de biscoito; 3 arrobas de açúcar em hum saco; 6 (?) de coverina seca ...”<sup>87</sup>.

<sup>81</sup> Carta informando ao Conselho Ultramarino da portaria autorizando a distribuição do fardamento aos soldados. 16 de novembro de 1753, A.H.U., C.U, Angola, caixa 38, n. 71.

<sup>82</sup> Ver a tese não publicada de Catarina Madeira Santos, “Um Governo Polido”, 2005, p.72.

<sup>83</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 22 de janeiro de 1756. A.H.U., C.U, Angola, caixa 40, n. 72.

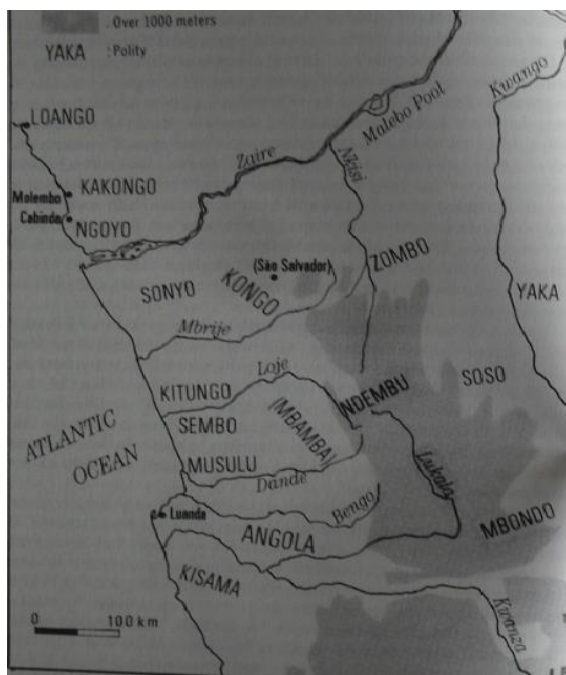
<sup>84</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 22 de janeiro de 1756. A.H.U., C.U, Angola, caixa 40, n. 72.

<sup>85</sup> Acreditamos se tratar de um tecido, mas não nos foi possível identificar a origem.

<sup>86</sup> Baeta é um “tecido de lã grosseiro, felpudo [...] tecido grosseiro de Algodão”. (SILVA, 1948: 314, v. II)

<sup>87</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 22 de janeiro de 1756. A.H.U., C.U, Angola, caixa 40, n. 72.

**Mapa 2 - Congo e regiões vizinhas – século XVIII**



Fonte: Miller (1988: 37)

De modo semelhante à situação acima descrita, nos anos de 1754 e 1755, sapatos, camisas de linho do Porto, calções de baeta e meias foram descritos como vestuário a compor uma ajuda de custo a determinados indivíduos que se encontravam a serviço da Coroa. Nesta lista de despesas da fazenda real em Angola, os tecidos de baetas, zuartes e cres aparecerão como “... o necessário e preciso para se sustentarem as ditas pessoas...”<sup>88</sup>. As fazendas foram enviadas ao interior da “conquista” para servirem como moedas de troca com as quais poderiam os trabalhadores, a serviço da Coroa, comprar os mantimentos necessários à permanência nos referidos locais.

Observamos que as baetas, “tecidos felpudos de lã” (FERREIRA, 1975:174) ou algodão grosso, também encontradas em listagens de enxovais que acompanhavam as crianças deixadas nas casas da roda, do Rio de Janeiro e Salvador, entre 1750 e 1830, descritas por Renato Pinto Venâncio (1999), não deveriam ser tecidos caros e eram utilizados, sobretudo, no fabrico de cueiros e camisas, podendo ser de cores variadas, dentre estas, vermelhas, rosas, amarelas, verdes e azuis. O zuarte, por sua vez, como já nos referimos, era um tecido da Índia.

Para o “pagamento dos trabalhadores das minas”<sup>89</sup>, o governador-geral, em 1756, despachava a soma de trezentos mil reis de fazendas sob a responsabilidade do almoxarife

<sup>88</sup> Lista de despesas da Fazenda real. 8 de Março de 1756. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 40. n. 117.

<sup>89</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 22 de janeiro de 1756. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 40. n. 72.

enviado para região de mineração. A escolha das fazendas, a compor esta carga, precisava atender à demanda local das populações que habitavam estas zonas, pois eram estes indivíduos que converteriam os panos em alimentos e demais serviços necessários à permanência dos mineradores nas ditas áreas. Por outro lado, o governador, sensibilizado com o contexto econômico africano, demonstrou a habilidade esperada daqueles que quisessem ver fluir a economia na “conquista”, em outras palavras, a operação econômica feita pelo governador constitui modelo de como as lógicas econômicas africana e atlântica se complementavam em meio a uma atmosfera híbrida de interesses.

O aceite e apreciação dos tecidos europeus e asiáticos pelos africanos, nas redes de troca da África centro-ocidental, seguiram este curso pois puderam facilmente se encaixar dentro de uma equação preexistente que definia o valor dos tecidos pelo seu valor de uso e pelo valor simbólico que ocupavam dentro das estruturas políticas vigentes. Não nos causa estranheza, deste modo, que o presente escolhido para ser enviado ao rei de Holo, em 1755, por um de seus embaixadores que visitara Luanda em busca de apoio contra a guerra que, nesta época, se fazia à rainha Ginga<sup>90</sup>, tenha sido “...um capote e um bastão ...”<sup>91</sup>.

Por fim, ressaltamos que se a aceitação dos tecidos europeus, por parte dos africanos, se deu pela acomodação destes artigos em uma lógica mercantil africana existente. Estes mesmos artigos também foram capazes de introduzir um importante elemento de inovação na dinâmica econômica africana, a saber: o tempo de durabilidade. Quanto mais rápido se deteriorasse a mercadoria, maior a demanda pela reposição destes produtos, adequando deste modo a voracidade do comércio atlântico à necessidade do mercado consumidor em África. Os tecidos de algodão, deste modo, apresentavam uma desvantagem com relação aos de rafia<sup>92</sup>, produzidos

---

<sup>90</sup> A referência à rainha Ginga, provavelmente diz respeito às “sucessoras da rainha Ginga” do século XVIII, tal qual já tratado nos estudos de Miller (1978) e Ferreira (2012). Segundo Miller (1988), a percepção das ações individuais nos contextos africanos deve ser analisada em conjunto com o que o autor chamou de “ethos de responsabilidade coletiva” (1999, p. 16). Em outras palavras, a ação histórica dos africanos é, muitas vezes, pensada no coletivo, pois a forma com a qual os mesmos constroem, ressignificam e sociabilizam suas experiências se dá a partir de um consenso social, mesmo quando estas narrativas remontam a personagens tais como reis/rainhas e heróis ou outras figuras que se destacaram ao longo da História. É uma forma de organização do pensamento que privilegia os efeitos em prejuízo às motivações, e serão os resultados das ações dos indivíduos e não os indivíduos que irão sobreviver no imaginário coletivo. Tendo por base o *modus operandi* com o qual os africanos pensavam o mundo, as lógicas de suas narrativas eram pautadas em mudanças abruptas, sequenciadas, mas não necessariamente conectadas, donde a causalidade remonta para além da escala humana. No que diz respeito a grafia optamos pela grafia Ginga, mas advertimos que, na literatura sobre a história da África, esta pode aparecer grafada como Nzinga, Jinga e Zinga.

<sup>91</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha ao rei. 21 de Março de 1755. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 40, n. 25.

<sup>92</sup> Os tecidos de rafia eram resistentes a chuva e vento de tal forma que soldados que recebiam tecidos de rafia como parte do pagamento de seus soldados, as utilizavam para a produção de tendas (MARTIN, 1986, p. 4).



na África. Segundo Antônio de Campos<sup>93</sup>, provedor da fazenda real, em 1753, os tecidos de algodão se deterioravam rapidamente naquela região em função do salitre, cupim e traça. Estas queixas foram recorrentes nas cartas de ofício dos diversos governadores entre os anos de 1750 e 1775.

## 1.2. OS “ESTRANGEIROS” E SEUS TECIDOS BARATOS

O Congo<sup>94</sup> e a Matamba, desde o século XVII, já comerciavam com franceses, holandeses e ingleses<sup>95</sup>. A este respeito, Miller (1999, p. 25) informa do alto grau de competitividade dos estrangeiros a operar nos portos de Benguela e Luanda, haja vista os baixos preços praticados nos tecidos – fazendas asiáticas e europeias – aliado a comercialização da aguardente, esta última descrita por D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho como o “Deus dos negros”<sup>96</sup>. A bebida, enquanto parte do banzo, facilitava as trocas mercantis com os dignitários africanos, ávidos apreciadores da cachaça nordestina, tida como de melhor qualidade pelos consumidores africanos quando comparada ao vinho da Madeira e o vinho do porto português. Em 1769, D. Francisco Inocêncio informa da distribuição gratuita da aguardente pelos ingleses aos

<sup>93</sup> Carta informando ao Conselho Ultramarino da portaria autorizando a distribuição do fardamento aos soldados. 16 de novembro de 1753, A.H.U., C.U, Angola, caixa 38, n. 71.

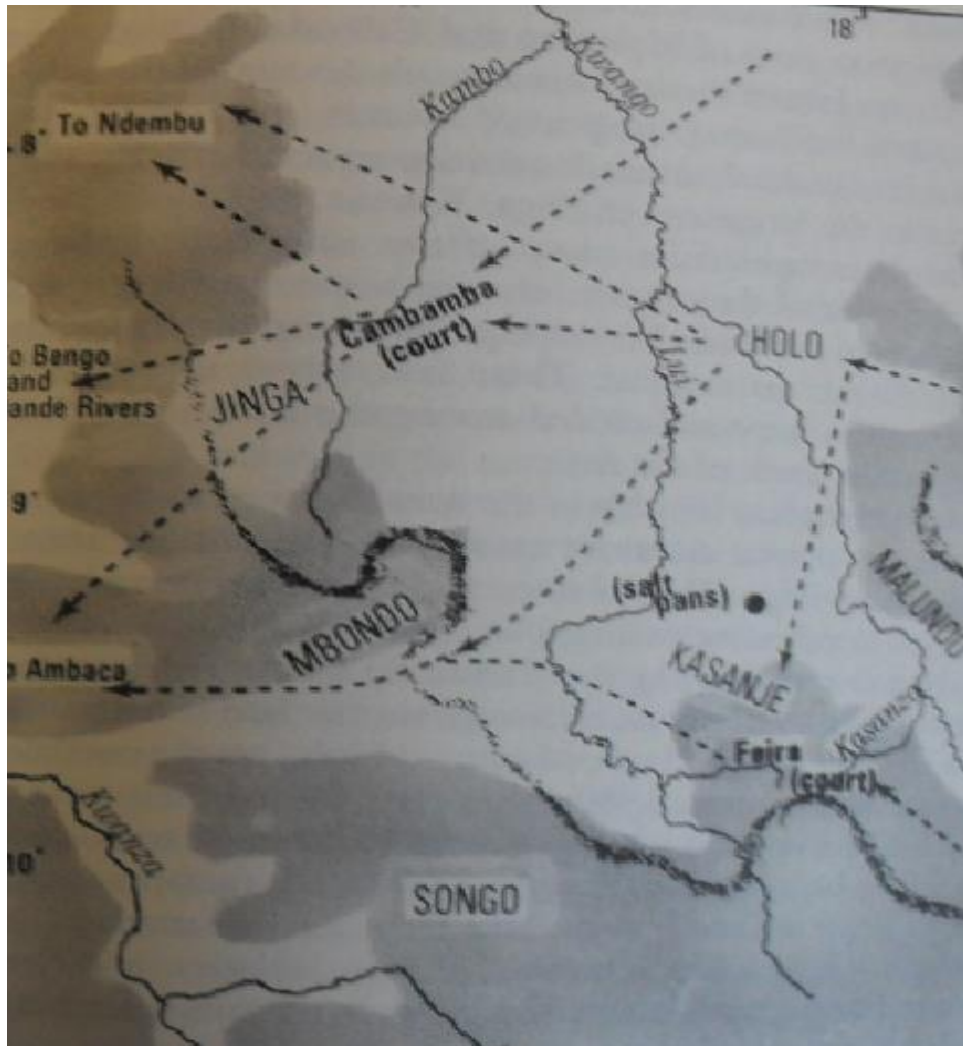
<sup>94</sup> Após a reconquista portuguesa de Luanda e Benguela em 1648, que encontrava-se sob o domínio holandês desde 1641, as relações de Portugal com o Congo, já estremecidas em virtude de uma política externa congoleza de abertura e comercialização com outras nações estrangeiras, se deterioraram rapidamente. O apoio do Congo aos holandeses, entre 1641 e 1648, segundo Parreira (1990), resultou em um conjunto de exigências punitivas feitas ao reino do Congo, dentre estas a entrega das minas de cobre e a exclusividade mercantil com os portugueses. Entretanto, a concordância de tais exigências conferiria ao Congo um *status* de subordinação ao poder instituído em Luanda. Da recusa do Congo em aceitar tal acordo, sobreveio a guerra de Mbila e a posterior pulverização do poder central em pequenos estados. Apesar da guerra civil em 1660 e da desorganização política que se sucedeu, a região do Congo, ainda que em menor escala, continuou provendo Luanda de escravos através do Encoje. No século XVIII, segundo Miller (1988, p. 34-36), diversos foram os chefes políticos a emergir do esfacelado Congo, buscando legitimar-se por via da utilização de títulos nobiliárquicos de estilo português. Efêmeros, na sua grande maioria, os senhores do Congo atuaram supervisionando o comércio de escravos na boca do rio Mbila. Esta rota complementar teria funcionado para escoar os escravos que cruzavam o Sonio, vindos do Malebo, em direção as zonas de embarque controladas pelo Sonio. O Sonio controlava a costa norte do rio Mbila até os bancos ao sul do baixo Zaire, constituindo uma das maiores organizações societárias entre os falantes do Kikongo. Através do Ngoyo, que controlava a baía de Cabinda e Kakongo, o Sonio escoava, para as mãos dos europeus, os escravos. Próximo a boca do rio Loje, outros dois senhores, tributários do Sonio, conduziam escravos através de Mbamba, uma antiga unidade societária ligada ao Congo. Miller (1988, p. 37) afirma ainda que, entre o Dande e o Loje, os últimos falantes do Kikongo, no extremo sul, denominados de Musulu, dominavam outro porto de saída de escravos, localizado pouco acima da baía de Luanda.

<sup>95</sup> Em fins do século XVII, o reino do Congo encontrava-se pulverizado em pequenas unidades societárias independentes do domínio português, destacando-se neste contexto “a província costeira vitoriosa de Banza Sônio”<sup>95</sup> (LOVEJOY, 2002, p. 129)

<sup>96</sup> Carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 16 de maio de 1769. A.H.U. Caixa 53, n. 29.

negociantes de escravos ao Sul de Benguela e aponta esta prática como uma das principais razões do sucesso do comércio dos ingleses na dita região<sup>97</sup>. Matamba e Casanje, intermediários entre os estados não imbangalas de Cazembe, Luba e Lunda, controlavam boa parte das exportações e importações para o interior de Angola.

**Mapa 3 - Vale do Kwango**



Fonte: Miller (1988, p. 211).

Os Holandeses, na segunda metade do século XVII, expulsos de Luanda e Benguela, em 1648, pelos portugueses, deslocaram-se para o norte de Luanda, onde puderam estabelecer

<sup>97</sup> Carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 16 de maio de 1769. A.H.U. Caixa 53, n. 29.

relações comerciais com o Sônio (Mapa 1) que, outrora, compunha o Congo<sup>98</sup>. Martin (1986:5) atribui um papel de destaque aos holandeses no processo de substituição da manufatura têxtil local por tecidos europeus e asiáticos em Loango. Para além dos holandeses, disputaram o comércio da costa ocidental as naus francesas de retorno à Índia<sup>99</sup> e embarcações inglesas que, mesmo sem instalações portuárias, serão presença constante ao norte de Luanda, na embocadura do rio Bengo<sup>100</sup>. Os chefes africanos do interior de Benguela, no século XVII, também contaram com a forte presença dos ingleses, franceses e holandeses a comerciar marfim e escravos, inclusive com participação de moradores e autoridades portuguesas lá instaladas. (CANDIDO, 2013, p. 71; 74). Situação, aliás, que se prolongará pelo século XVIII.

Utilizando-se da necessidade muitas vezes artificiosa de “fazer aguada”, os estrangeiros compravam dos negros mercantes “...todas as lenhas que quizecem e os negros a venderiam a troco de fazendas, todas as carnes e refrescos, com mais comodo que nesta cidade.”<sup>101</sup>. Os portugueses, por sua vez, não possuíam outra alternativa a não ser permitir a “aguada”, pois como afirmou Antônio Álvares da Cunha, em 1755, “... tomarão [tomaram] estes homens conhecimento; e pratica da comodidade e fraqueza que aquela enseada tem para as suas arribadas, e virão [viram] que não temos nela nehuma [cf grafia da citação] força com que possamos defender...”<sup>102</sup>. Antes, entretanto, o governo do Conde de Lavradio (1749-1753), já advertia a Coroa do péssimo estado de conservação em que se encontravam as fortificações, tornando-se o “Reino de Angola” vulnerável a qualquer ataque estrangeiro. Os governadores que se seguiram ao Conde do Lavradio, ao longo do terceiro quartel do século XVIII, reiteraram as mesmas queixas ao rei.

Mediante esta situação, o melhor que pode [^] Antônio Álvares fazer para evitar maiores prejuízos aos contratadores do direito dos escravos foi fazer subir a bordo dos navios guardas para acompanhar a aguada e evitar a entrada de fazendas na região.

Por esta razão, no início do século XVIII, os portugueses buscaram fortificar Cabinda, contudo não obtiveram sucesso. Nas baías de Loango, Molembo e Cabinda formaram-se portos

<sup>98</sup> O conde do Sônio surgiu neste período como importante força a fazer frente à sede da capital do antigo Congo, São Salvador, destruindo-a e incorporando parte dos escravos ao seu distrito. A relação conflituosa se estendeu aos portugueses, derrotando-os em 1670. (LOVEJOY, p. 2002 197)

<sup>99</sup> A este respeito ver relatório de Antônio Álvares da Cunha, em 1756, enviado ao secretário de estado, Diogo de Mendonça Corte Real, sobre os acontecimentos no “Reino de Angola”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n.73.

<sup>100</sup> Sobre a vassalagem de africanos escravizados exportados pela costa angolana e vendidos aos franceses e ingleses ver o trabalho de Thornton (1997).

<sup>101</sup> 20 de junho de 1757. Carta do governador Antônio Álvares da Cunha a Diogo de Mendonça Corte Real. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n. 38.

<sup>102</sup> 20 de junho de 1757. Carta do governador Antônio Álvares da Cunha a Diogo de Mendonça Corte Real. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n. 38

administrados por representantes dos poderes locais, seguindo as lógicas africanas de mercado. Assim sendo, a exemplo do comércio dos Villis com os estrangeiros, na costa de Loango, o comércio praticado em Molembo e Cabinda era intermediado pelos corretores régios que operavam sob supervisão dos funcionários locais. Responsáveis pela normatização dos preços dos escravos, os funcionários locais também arrecadavam os tributos e taxas dos comerciantes. Semelhante à estrutura da feira de Casanje, acomodações temporárias eram permitidas na praia para abrigar os escravos a serem embarcados, porquanto fortificações europeias nunca foram aceitas, nem mesmo qualquer tipo de monopólio por parte dos estrangeiros (MARTIN, 1972, p. 79-84). Pinda, na boca do rio Zaire e Ambriz, porto pertencente ao “Reino de Angola” também constituem portos utilizados pelas nações estrangeiras, segundo C. M. Santos (2005, p. 106).

Na Matamba, a morte da rainha Ginga, após reconciliação com os portugueses, em fins do século XVII, deu vazão ao surgimento, no século XVIII, ao que Miller (1975) denominou chamar de “sucessoras da Rainha Ginga”<sup>103</sup>. Seguindo uma postura política relativamente próxima da Rainha Ginga, no que diz respeito aos portugueses, estas “sucessoras da rainha Ginga” forneceram escravos para o mercado de Casanje, desviando, sempre que possível, tantos outros para serem vendidos aos franceses ao norte de Luanda. As cartas de patente, assim como os ofícios de fé, expedidos pela vedoria de Luanda, dão notícia das lutas travadas contra as “sucessoras da rainha Ginga”, ao longo do século XVIII.

Em 1756, a tentativa dos comerciantes em aumentar os lucros do tráfico, em Benguela, tornava-se cada vez mais difícil em razão das ações das “sucessoras de Ginga” que inviabilizavam o contado direto com Holo. Interditando-os nos caminhos que davam acesso a essas regiões, os pumbeiros tinham suas mercadorias interceptadas e alguns destes homens eram mortos, segundo informe do governador<sup>104</sup>.

Apenas em 8 de julho de 1766, ratificou-se o chamado “Acto de Obediencia, sojeição, e vassalagem”<sup>105</sup> no qual:

O grande Potentado de Holo assignou por seus embaixadores nesta cidade a oito de Julho do anno passado [1765], e que eu remeti a V. Excelência em 3 de Setembro, cuja a ratificação firma e assegura a Paz estabelecida pelo dito Acto, e pelo tratado com a Ginga, de 25 de Maio do mesmo anno [1765], e remetido a V. Excelência no primeiro de Julho; por cujas as cauzas a Paz, o comercio, e o cristianismo ficam introduzidos naquelas grandes Províncias: O mesmo potentado, que com muita boa

<sup>103</sup> As cartas de patente, as fés de ofício mas, sobretudo, a documentação gerada pelos concursos para o provimento do cargo de capitão-mor, disponibilizadas pelo A.H.U., trazem à tona os detalhes da história das mulheres que sucederam a rainha Ginga no Reino da Matamba e de suas relações conflituosas com a Coroa portuguesa. Desta documentação, também podemos tomar ciência das redes de aliança destas rainhas e seus confederados que foram remodelando-se ao longo do tempo.

<sup>104</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 22 de janeiro de 1756. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 40, n.72.

<sup>105</sup> “Acto de Obediencia, sojeição, e vassalagem”. 8 de julho de 1766. A A.H.U., C.U., Angola, caixa 55, n. 29.

fé, impropria de negros, tem concorrido para o solido estabelecimento da Feira e livre segurança dos caminhos, me pediu instantemente hum Missionario, que edificasse Igreja no seu Paiz.<sup>106</sup>

Vale ressaltar que estes atos de vassalagem<sup>107</sup> e paz entre africanos e portugueses demonstraram ser, por motivos diversos, efêmeros. Deste modo, a documentação do terceiro quartel do século XVIII abunda em conflitos entre as “sucessoras de Ginga” e os representantes da Coroa mesmo após a assinatura do ato de obediência.

Durante o século XVIII, a concorrência com as nações “estrangeiras” foi uma constante para os negociantes portugueses, como atestou Manuel Barbosa Torres<sup>108</sup>, arrematador do contrato de escravos (1754-1760), em 1754, em carta endereçada ao Conselho Ultramarino. As preocupações do contratador referiam-se à presença de franceses, holandeses e ingleses na costa que se supunha pertencente ao “Reino de Angola”. Seu contrato previa o resgate de escravos nos portos de Loango<sup>109</sup>, Luanda, Benguela e Cabinda, mas a concorrência dos outros países europeus, no que Manuel Barbosa designou chamar de Loango grande e pequeno, Cabinda e Congo dificultavam os negócios. Com o objetivo de sensibilizar ainda mais o estado católico português, os interesses econômicos do contratador buscavam encobrir-se, sob um manto de benevolência às almas africanas que se encontravam cativas nas mãos dos “infiéis” europeus.

“... além de ser mais forçoso remirssse por este meyo as almas daqueles escravos do poder dos infiéis, e traze-los ao grémio da Igreja, pondo-os no verdadeiro caminho da salvação, o qual resgate não poder afazer outra alguma pessoa de qualquer qualidade e condição que seja...”<sup>110</sup>

<sup>106</sup> “Acto de Obediencia, sojeição, e vassalagem”. 8 de julho de 1766. A.H.U., C.U., Angola, caixa 55, n. 29.

<sup>107</sup> A respeito do “ato de vassalagem”, Catarina Madeira Santos afirma ter sido um “tipo de enquadramento político-jurídico a que os potentados do espaço angolano se viram submetidos [...]. Sistema flexível de extensa plasticidade, empregado em Angola, e abundantemente na Índia, cobria situações multiformes, desde a mais simples às de extrema complexidade e permitia a integração de poderes locais sem o recurso à força. Este sistema, que na prática, durou até ao princípio do século XX, constituiu o procedimento realmente estruturante das relações políticas no sertão angolano.” (C. M. SANTOS, 2005, p. 121). Sua origem remonta a instituição dos amos, no século XVI, quando a Coroa doou terras a particulares, tornando os seus habitantes tributários da empresa particular da conquista. Em 1607, os vassalos angolanos tornam-se vassalos diretamente da Coroa portuguesa. (HEINTZE, 2007, p. 437-447).

<sup>108</sup> Carta de Manuel Barbosa Torres ao Conselho Ultramarino em que acusa a concorrência com as nações “estrangeiras”. Julho de 1754. AHU, CU, Angola, caixa 37, n.121

<sup>109</sup> No século XVII, da costa dos portos de Loango, Molemba e Cabinda partiam caravanas, organizadas pelo próprio rei, em direção ao mercado no lago do Malebo, ao sul do Congo. Nesse mesmo período, estas regiões constituíram-se como importantes zonas de troca entre pumbeiros - agentes intermediários dos comerciantes da costa - e chefes guerreiros imbangalas.

<sup>110</sup> Contrato dos direitos novos e velhos que arrematou Manuel Barbosa Torres em 1753, com vigência a partir de 1754. A.H.U., C.U., Angola, caixa 38, n. 14.

O fato de as nações europeias, que frequentavam o norte de Luanda, também comercializarem no Índico, tornou ainda mais complexa as possibilidades de produtos a serem mercados, por estas nações, na África centro-ocidental. O quadro de relações comerciais composto por Macau e demais regiões do “Oriente” e da Europa, no século XVIII, apresentado por Puga (2009, p. 94-132) e Vale (1997, p. 202-215), nos permite pensarmos na possibilidade de homens de negócio franceses, ingleses e holandeses, utilizando-se dos mecanismos financeiros e militares de que dispunham, para dar entrada aos gêneros asiáticos nos portos ao norte de Luanda. A este respeito, Kobayashi (2011, p. 35-38) informa que 40% da cesta de exportação francesa para a África, em fins do século XVIII, correspondia a tecidos indianos. No que diz respeito à Inglaterra, os tecidos representaram, ao longo do século XVIII, mais de 60% do total de mercadorias exportadas para o continente africano. Deste total, os tecidos de algodão indiano compuseram, entre 1749 e 1758, 30% do quantitativo exportado para a África. Nas duas décadas seguintes, os valores oscilaram entre 25% e 33%, respectivamente.

Estes valores referentes aos tecidos indianos exportados pela Inglaterra para a África, entretanto, poderiam ter alcançado cifras ainda maiores não fosse a pressão exercida pelas manufaturas de tecidos ingleses para coibir a massiva importação de tecidos indianos, obrigando o estado inglês e, conseqüentemente, os comerciantes do além-mar a uma maior participação dos tecidos ingleses, em detrimento dos tecidos indiano, na cesta de exportação voltada ao tráfico de escravos no Atlântico (KOBAYASHI, 2011, p. 30). Fosse por pressão de determinados setores produtivos ingleses, o fato é que os comerciantes da Inglaterra não vislumbraram na empresa marítima uma posição exclusivamente de intermediários do tráfico, tal qual Portugal e Espanha sempre ocuparam. No século XVIII, período em que a Inglaterra se estabeleceu comercialmente em Macau e Cantão, sua principal orientação consistia na busca por mercados consumidores para o chumbo inglês e os seus têxteis. Havia uma inclinação inglesa para escoar sua produção interna. Entretanto, na China, os ingleses não lograram encontrar mercados consumidores favoráveis a aquisição de seus panos. Segundo Puga (2009), os tecidos ingleses foram considerados, pelos consumidores locais, inferiores aos produzidos na região.

Paradoxalmente, acreditamos terem sido os mercados africanos, em específico os da África centro-ocidental, mais receptivos à produção têxtil inglesa, assim inferimos a partir das recorrentes queixas de Manuel Barbosa Torres, contratador do direito dos escravos, a respeito da entrada de tecidos ingleses pelos portos de Cabinda, Molembo e Luanda, entre os anos de 1754 e 1755. Do mesmo modo, Antônio de Vasconcelos, em 8 de fevereiro de 1762, ao sugerir

um plano de diligência para averiguação dos mercados do norte e das possibilidades de extensão das práticas comerciais portuguesas nesta região, deixa claro o seu conhecimento de que, dentre os artigos negociados, ao norte de Luanda, os gêneros americanos e europeu figuravam enquanto possibilidade de preferência africana:

“Como até o presente se não tenha feito diligencia por averiguar as conveniências, que podem tirar-se de introduzir o comércio nos portos de Sonho, Angoi, Cabinda, Molembo, e Loango; e José Rodrigues Bahia/ pela pessoa em quem reconheço a intelligencia precisa para semelhante averiguação / se ofereceu a este louvável exame [...] para que com toda a exactidão se possa conseguir e haver verdadeiro conhecimento de quanto convem saber-se, se regea pela instrução seguinte. [...] As comodidades dos portos acima expressados e os dos seus respectivos rios, com negocio que atualmente se trata os mesmos portos. **Quais sejam os gêneros que possam extrair-se-lhe em maior abundancia; os da Europa, e America, que mais estimão os negros e a (?) de uns e outros...**”<sup>111</sup>

O documento acima transcrito contradiz à afirmação de Lovejoy (2002, p. 168) de que os tecidos europeus teriam adentrado no circuito de trocas em África apenas em fins do século XVIII. As serafinas, elaboradas a partir da lã, eram comercializadas por ingleses e franceses<sup>112</sup>, sendo as mesmas produzidas em Inglaterra<sup>113</sup>. Os ingleses, entretanto, segundo Kobayashi (2011, p. 31) e Weber (2011, p. 18), também utilizavam-se do linho produzido na Alemanha e de tecidos de algodão indiano para a prática do tráfico de escravos na costa ocidental africana. Durante fins do século XVII e início do XVIII, os ingleses importavam linho alemão em valores que alcançava a cifra de meio milhão de libras esterlinas por ano. Deste montante, 90% era destinado às colônias inglesas e ao tráfico de escravos na África. (WEBER, p. 17).

Para tentar coibir o comércio com as “nações estrangeiras”, naus de guerra portuguesas teriam sido enviados a Cabinda com objetivo de demolir a fortaleza inglesa e impedir que aí se praticasse o comércio entre africanos e ingleses. Esta tática de defesa portuguesa na costa africana ao norte de Luanda, entretanto, a médio e longo prazo, mostraram-se inviáveis devido ao curto período em que as agendas destes navios lhes permitiam permanecer na região.

Perante o fracasso da fiscalização da dita costa, permaneceu inalterado o tipo de tráfico praticado pelas diversas potências europeias, ao longo do século XVIII. A certeza deste comércio estrangeiro na região supracitadas, aliado aos infrutíferos esforços de coibir estas praticas mercantis, resultou na normatização, prevista no contrato dos direitos dos escravos que

<sup>111</sup> Carta de Antônio de Vasconcelos. 8 de fevereiro de 1762, A.H.U., C.U., Angola, caixa 45, n. 1. (grifo nosso).

<sup>112</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 29 de junho de 1754. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n.49.

<sup>113</sup> “Conta de tudo o que se obrasse na execução do exame [...] da embarcação por invocação Nossa Senhora do Bom Despacho”. 2 de março de 1756. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 106.

arrematou Manuel Barbosa Torres, de possíveis trocas comerciais do contratador com as ditas naus estrangeiras:

“..., que sendo caso, que tomem o porto de Loanda alguns navios estrangeiros, os quaes tragão alguns escravos dos que resgatão, assim no Loango, Sonho, e Cabinda, ou o Cabo de Boa Esperança para o Norte, e se queirão vender no Porto da dita Cidade, somente lhos poderá elle Contratador resgatar, pagando-lhe a importância deles em marfim, por ser gênero, que só paga direito a elle contratador, e não se segue prejuízo a Fazenda real...”<sup>114</sup>

É numerosa a documentação do Conselho Ultramarino que se ocupa do problema da introdução de “tecidos fabricados em Inglaterra”<sup>115</sup> pelas naus inglesas, nestes portos. Segundo Weber (2009, p. 8) e Eltis (2001, p. 20), a Inglaterra, no século XVIII, despontou como importante nação traficante, ultrapassando o posto até então ocupado por Portugal de líder deste comércio. A compra do *asiento*<sup>116</sup>, pelos ingleses, favoreceu o aumento do volume de almas comercializadas por mercadores britânicos, havidos pelos lucros oriundos do abastecimento das colônias espanholas por mão de obra escrava.

Deste modo, com a vantagem de que dispunham os comerciantes ingleses de não terem a obrigatoriedade de pagar os direitos das fazendas, aliado ao fato de as produzirem, Manuel Barbosa ressentia-se da competição que julgava injusta, pois obrigado a pagar os impostos régios, que insidiam sobre os tecidos importados da Índia, e custear o baptismo das populações africanas desterradas, os lucros tornavam-se diminutos. Sacramentado o contrato do direito dos escravos, em Lisboa, pelo contratador Manuel Barbosa, os conselheiros ultramarinos, o procurador da fazenda e o desembargador, em 8 de outubro de 1751, o contratador estaria ainda responsável pelo pagamento dos direitos novos<sup>117</sup>. Estes direitos correspondiam à soma de seis contos e 500 mil réis a serem pagos à fazenda real anualmente, acrescidos do valor de pouco mais de 31 contos, referente ao rendimento dos direitos velhos. Para além disso, outros impostos

<sup>114</sup> Carta de Manuel Barbosa Torres ao Conselho Ultramarino em que acusa a concorrência com as nações “estrangeiras”. Julho de 1754. AHU, CU, Angola, caixa 37, n.121.

<sup>115</sup> No século XVIII, as manufaturas inglesas de algodão e seda, segundo Kazuo (2011) promoveram acirradas campanhas pela proibição da importação massiva de tecidos indianos promovida pela E.I.C. No início de Setecentas algumas medidas proibitivas deste comércio foram tomadas pelo governo inglês. Ainda assim, as estatísticas levantadas por Kazuo (2011) informam que 50% das importações inglesas nas Índias Ocidentais, ao longo do século XVIII, constituíam-se de tecidos de chita e musselina.

<sup>116</sup> Contrato de monopólio do direito de comércio de escravos para a América espanhola concedido pela Espanha após a guerra de sucessão espanhola e que perdurou durante períodos alternados ao longo da primeira metade do século XVIII. Sorsby (1975, p. 1).

<sup>117</sup> Os novos direitos sobre a exportação de escravos haviam sido instituídos pelo governador-geral Salvador Correia (1648-1651) que, sendo aprovado pelo governo central, objetivava arcar com os custos de um empréstimo da ordem de “6.0000 cruzados aberto no Rio de Janeiro para mobilizar a armada salvadora” (DELGADO, 1972, p. 120-121). O novo imposto, em 1651, correspondia a 3000 réis por peça exportada.



incidiam por cada escravo exportado: “Com condição, que os direitos velhos, e novos, e os dous mil reis de preferência, que por cada cabeça se há de pagar, e o novo imposto de mil e duzentos réis por cada cabeça, que Sua Magestade foy servido para ajuda dos soldos do Governador...”<sup>118</sup>. O contratador deveria, ainda, contribuir, em valor estipulado em contrato, com a Junta das Missões, a Misericórdia e ajuda das despesas da Tropa.<sup>119</sup>

A mercadoria de tecidos asiáticos mais cara do contratador, utilizada no tráfico de escravos, passou a ser preterida pelos africanos nos portos de Loango, Cabinda e Mpinda (no Congo) em razão das fazendas trazidas pelos ingleses. Estimaram, Antônio de Azevedo, Francisco José Pereira da Silva Anna, Inácio Ferreira Santos, Francisco António de Santa Anna, todos homens de negócio da praça de Luanda, em 4 de Janeiro de 1758, que os estrangeiros chegavam a movimentar o comércio de 10.000 a 12.000 almas por ano<sup>120</sup>. Estes últimos, logrando a preferência dos africanos, passaram a adquirir os melhores escravos, cera, marfim e cobre. Por fim, as vantagens obtidas nestes portos, pelos africanos, com fazendas mais baratas que, segundo o Conselho Ultramarino, chegavam a metade do preço das comercializadas pelos portugueses, acarretaram na atração dos pumbeiros, deixando os portos de Benguela e Luanda desprovidos de escravos a serem comercializados. Os “...pretos comerciantes ...”<sup>121</sup> - designação utilizada pelos conselheiros do ultramar para denominar os pumbeiros- encarregavam-se de “... as transportar por todo aqueles certões...”<sup>122</sup>. Mas de onde vinham estes artigos? Antônio Álvares da Cunha, em 1756, revela serem “...gêneros da Europa...”<sup>123</sup>.

Segundo Martin (1972, p. 78), ao longo do século XVII, ao norte de Luanda, os holandeses teriam introduzido tecidos asiáticos e holandeses, de tal sorte que, comerciantes ingleses encontraram dificuldades em mercar nesta região, sobretudo por não disporem das tipologias de tecidos as quais os africanos estavam acostumados a negociar com holandeses e portugueses. Comerciantes franceses e ingleses, para poderem comercializar em Loango, deveriam abastecer parte do carregamento com tecidos comprados na Holanda.

Os relatos de viagem do século XVIII, neste trabalho, constituem importante fonte de pesquisa para percebermos os tecidos utilizados pelas populações ao norte de Luanda. Em 1776,

<sup>118</sup> Contrato dos direitos novos e velhos que arrematou Manuel Barbosa Torres em 1753, com vigência a partir de 1754. A.H.U., C.U., Angola, caixa 38, n. 14.

<sup>119</sup> Contrato dos direitos novos que pagão os escravos que fez Manuel Barbosa Torres. 26 de fevereiro de 1753. A.H.U., C.U., Angola, caixa. 38, n. 4.

<sup>120</sup> “Visto sobre o comércio de pólvora e armas dos sertões”. 4 de janeiro de 1758. A.H.U., Angola, Caixa 41, n.62.

<sup>121</sup> Parecer dos conselheiros do Ultramar e do procurador da Fazenda real sobre a construção do presídio de Encoge. 7 de maio de 1755. A.H.U., C.U., Angola, caixa. 40, n. 43.

<sup>122</sup> Parecer dos conselheiros do Ultramar e do procurador da Fazenda real sobre a construção do presídio de Encoge. 7 de maio de 1755. A.H.U., C.U., Angola, caixa. 40, n. 43.

<sup>123</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 24 de fevereiro de 1756. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 90.

um comerciante francês, M. L'Abbé Proyart, informa da importação de artigos vindos da Europa, sobretudo tecidos. Entre os anos de 1786 e 1787, um oficial da marinha francesa, L. Degrandpré, em viagem à costa Ocidental da África, mas especificamente na região de Kakongo, descreve o uso de “cette pagne est devenue de toile, d'indienne, de soie, de drap, même de velours”<sup>124</sup> na cintura dos negros, ao invés de “macoute, the word that means a cloth made from straw” (MARTIN, 1986, p. 5). Contrariando a tese de Thornton (2004, p. 98-99)<sup>125</sup>, de que a entrada de manufaturas europeias não pode ser vista como “algo destrutivo” às manufaturas locais, fontes manuscritas, abaixo citadas, apontam para a ruína da indústria têxtil local, sobretudo em Loango. Segundo a análise feita por M. L'Abbé Proyart (1776), a negativa do chefe de Kakongo em, ele mesmo, usar tais gêneros importados resultava da tentativa, através do exemplo, em limitar a entrada dos tecidos importados no porto de Molembo.

“Par un usage dont les habitants du pays ignorent également l'origine & la fin, & qu'il regardent pourtant comme tenant essentiellement à la constitution de leur monarchie, les Rois de Kakongo ne peuvent posséder, ni même toucher des différentes marchandises qui viennent d'Europe, que les métaux, les armes & les ouvrages en bois & en ivoire. Les Européens & les Nègres, qui, font vêtus d'étoffes d'Europe, ne font pas admis dans leurs Palais. Il est à présumer que les premiers Législateurs de la Nation auront imposé cette loi aux Souverains, afin de retarder les progrès du luxe, & pour apprendre au peuple, par l'exemple de ses maîtres, à se passer de l'Étranger, en cherchant des remèdes à ses besoins dans sa propre industrie [...] Tous ses sujets, ses Ministres même, trafiquent indifféremment de toutes les marchandises qu'on leur porte: il font usage de vivres & des liqueurs d'Europe; & ceux qui font vêtus d'étoffes étrangères, en font quittes pour changer d'habits quand ils entrent chez le Roi”.<sup>126</sup>

Entretanto, é importante observar que, de uma maneira geral, os chefes africanos sempre se mostraram receptivos às mercadorias do Atlântico. Por outro lado, a circulação destes produtos não poderia ocorrer sem a permissão dos dignitários africanos. A hipótese que se coloca é a de que os tecidos localmente produzidos em Loango, que como já vimos obedecia a demanda de uma sociedade hierarquizada, diferia em suas tipologias que deveriam atender a *stratus* sociais distintos. Os tecidos africanos, utilizados pelo rei, neste caso, bem provável, estariam relacionados à construção de símbolos de poder, os quais não teriam a mesma representividade se substituídos por tecidos estrangeiros. A explicação dada por Proyart para a utilização de tecidos africanos, por parte do rei, ainda que improvável, reflecte a larga circulação de tecidos europeus nesta sociedade, em detrimento dos tecidos africanos.

<sup>124</sup> L. Degrandpré (1801, p. 71).

<sup>125</sup> Segundo o autor, o comércio de manufaturas europeias não teria inibido o desenvolvimento da linha de produção africana, na medida em que, os tecidos europeus adentraram o continente para atender a uma demanda por “bens de luxo” e não de produtos essenciais. (THORNTON, 2004: 98-99)

<sup>126</sup> M. L'Abbé Proyart (1776, p. 145-146).

Os tecidos asiáticos tinham um lugar de destaque nos *bundles*<sup>127</sup>, como já nos referimos, sobretudo o “blue guiné”. As chasselas<sup>128</sup> e coutis<sup>129</sup> – tipologia de tecido asiática, segundo Martin - também eram apreciadas pelos chefes africanos e difíceis de serem substituídas por outra qualidade de tecidos a compor os *bundles*. Deste modo, a grande preocupação dos europeus, consistiu em desenvolver indústrias nacionais de substituição dos tecidos asiáticos. Tendo em vista que sem os tecidos não se comercializava no norte de Luanda, a única via para potencializar os lucros era oferecer tecidos aceitáveis pelos africanos e que fossem baratos para o traficante europeu. Entre os anos de 1756 e 1763, o estado de beligerância na Europa afetara o acesso da França aos tecidos asiáticos, forçando-os a uma industrialização de substituição dos ditos tecidos indianos. Neste período, a região de Rouen transformar-se-ia em importante centro de produção têxtil a copiar algumas qualidades de tecidos asiáticos (MARTIN, 1972, p. 112).

O equilíbrio entre a quantidade disponível de mercadorias de troca no tráfico de escravos e a demanda africana por estes tecidos era motivo de preocupação dos contratadores dos direitos dos escravos, porquanto o seu excesso desequilibrava a relação entre oferta e procura, incidindo diretamente no valor dos tecidos com relação ao escravo. Mais do que isto, em 1753, o provedor da fazenda real, Antônio de Campos, relatava ao rei o descompasso que se observava entre o valor das fazendas em Luanda e o valor das fazendas que circulavam pelo sertão:

“O sertão acha se tam abundante de fazendas para o negocio dos escravos que dizem são algumas [...] mais baratas do que nesta cidade; ao menos todos os que partem para la negociar se queixam dos poucos avanços, que tirão por causa das muitas fazendas e comerciantes que nele se acham”<sup>130</sup>.

Esta situação provocava uma instabilidade no contexto econômico da África centro-ocidental e no sistema político africano, em que o empoderamento e manutenção do poder se pautava na escassez de bens de consumo.

O Dembo de Ambuíla, mas sobretudo o Dembo de Ambuela (Mapa 4), resistentes à penetração da religião católica e a subordinação política a Portugal, são apontados como os principais potentados a facilitar as relações comerciais com as outras nações europeias não

<sup>127</sup> O mesmo que banzo.

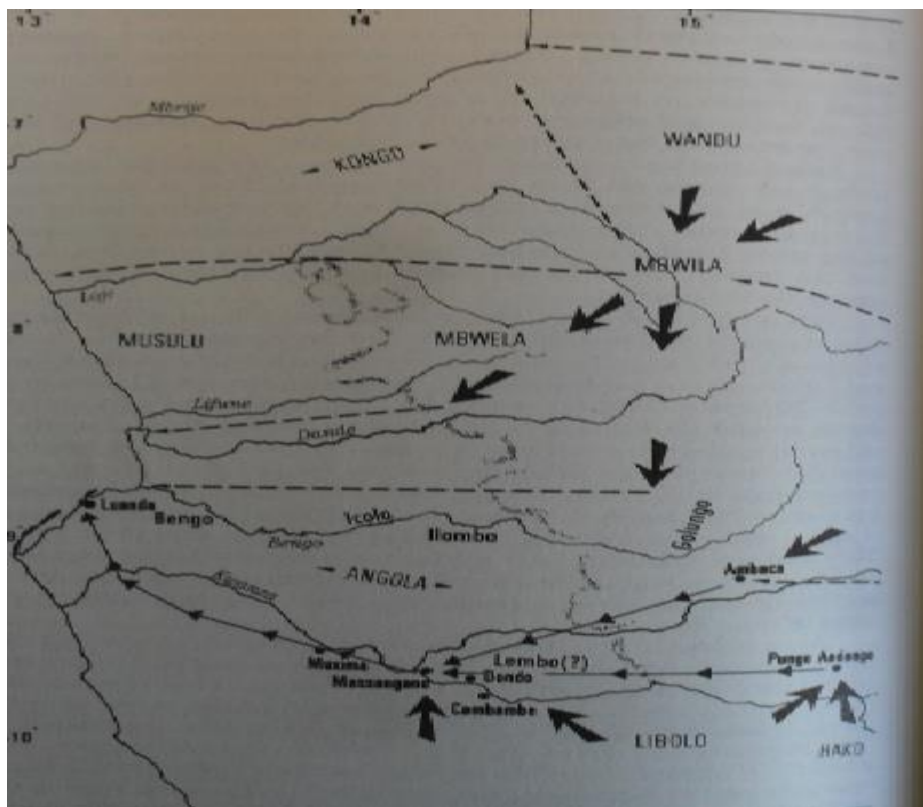
<sup>128</sup> Chasselas correspondem a “cotton cloth in the West African Coast trade” (HARMUTH, 1915, p. 37).

<sup>129</sup> De acordo com Harmuth (1913, p. 46) existem quatro possibilidades explicativas para o termo coutil que acreditamos ser uma forma alternativa de gráfia para coutis: “1. French and German stout drills, made of linen, hem por cotton; 2. French and English fabrica, made of pure cotton; used for bed covers, drapery, trousering in France; 4. Very strong, stoud cotton or linen fabric, woven in herringbone twill; used for corsets”.

<sup>130</sup> Informação do provedor da Fazenda a cerca de uma representação do contratador de escravos de Angola, Manuel Ferreira Marques. 10 de julho de 1753. A.H.U., C.U., Angola, caixa 38, n. 48.

portuguesa. Os tributos pagos por cada peça ao Dembo de Ambuela, encareciam o preço final pago pelos traficantes portugueses<sup>131</sup>. Localizado a nordeste de Luanda, Ambuela utilizava os rios, que margeavam o seu Dembo, como uma barreira natural para impedir o acesso dos portugueses que ficavam à mercê dos preços estabelecidos por esta unidade política, caso desejassem comprar os cativos que passassem por esta zona.

**Mapa 4 – Ambuila e Ambuela**



Fonte: Miller (1988, p. 258).

### 1.3. REAÇÃO PORTUGUESA FRENTE A CONCORRÊNCIA DAS NAÇÕES “ESTRANGEIRAS”

A solução encontrada para desobstruir as rotas comerciais a nordeste de Luanda e dismantelar o poder de Ambuela foi a construção, em meados do século XVIII, da fortaleza de Encoge (Presídio de São José de Encoge), que se situava entre Ambuila e Ambuela. A

<sup>131</sup> Carta de D. José, rei de Portugal ao governador-geral do “Reino de Angola” Antônio Álvares da Cunha. 11 de setembro de 1755. A.H.U., C.U., Angola, caixa 44, n. 62.

preocupação constante com os referidos Dembos, por parte do rei de Portugal, dos conselheiros ultramarinos e do próprio governador-geral de Angola, assim como dos contratadores de escravos, justificou-se em razão do fortalecimento do comércio de escravos estabelecido em Loango, Cabinda e Congo, em detrimento dos portos de Luanda e Benguela, na segunda metade do século XVIII. Não se cogitou, contudo, o uso da força para vassalagem dos Dembos como medida primeira de supressão do comércio destes com as naus estrangeiras pois, acreditava-se que a força militar de cada um, dos referidos Dembos, era da ordem de 5.000 homens armados e mais de 1000 vassalos<sup>132</sup>, um contingente bélico que superava em muito a capacidade militar portuguesa. Em 1756, o governador-geral Antônio Álvares da Cunha expunha ao rei seus poucos recursos para uma expedição a Encoge:

“Vejo que o regimento tem somente trezentos e vinte e seis soldados, e que destes mais de cem não tem capacidade de hirem a esta expedição: huns por velhos, e outros por duentes; as duas tropas tem sessenta e hum cavalos, destes poderão estar prontos quarenta, por não haver soldados com saúde que possam montar maior numero: Da artilharia se puderam tirar vinte homens; e das fortalezas sessenta, o que tudo faz o numero de trezentos e cinquenta e seis soldados, nos quais entrão mais de cem negros. Mas com que armamentos hã de hir o Regimento a esta ação senão hã huma so arma que esteja capaz de dar fogo, com que espadas, cavinas e pistolas se hãde preparar para a guerra a cavalaria, com que abarracamento hão de hir tropas a campanha e com que oficiais há de ser este corpo regulado.”<sup>133</sup>

Mediante a falta de recursos, mais fácil seria a construção de fortalezas ao longo da Costa de Loango, Cabinda e Congo. Mas, para além da resistência dos povos africanos, os portugueses enfrentavam as dificuldades do meio físico, que não lhes permitiram desenvolver muitos dos projetos gizados nos estudos efetuados durante o governo de Rodrigo César de Meneses, em 1736<sup>134</sup>.

De acordo com a opinião dos membros do Conselho Ultramarino, a ideia de construção das fortalezas previa, não apenas a facilitação do comércio aos portugueses, mas, também, a subordinação dos povos daquela região. Isto é, minando-se a fonte de mercadorias estrangeiras, o comércio interno, realizado pelos Dembos, se reduziria na exata medida em que também minguariam seus poderes políticos frente aos seus vassalos<sup>135</sup>. A experiência e observação das

<sup>132</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 1756. A.H.U., C.U., Angola, C. 40, n. 65

<sup>133</sup> Carta do governador de Antônio Álvares da Cunha ao rei de Portugal. 24 de fevereiro de 1756. A.H.U., C.U., Angola, C. 38, n. 67.

<sup>134</sup> A.H.U., C.U., Angola, C. 39, n. 59; Carta do governador de Antônio Álvares da Cunha ao rei de Portugal. 24 de fevereiro de 1756. A.H.U., C.U., Angola, C. 38, n. 67.

<sup>135</sup> Utilizamos o termo “vassalo” tal qual se apreende da documentação pesquisada no A.H.U. para referirmos aos sobas aliados dos portugueses em oposição aos gentios – referente aos chefes africanos não alinhados com as autoridades metropolitanas em Luanda.

estruturas de poder em terras africanas, pelos reinóis e euro-africanos, refletiram-se no pensamento dos conselheiros que perceberam a importância do comércio dos produtos importados para a manutenção do poder dos chefes africanos.

Entretanto, a construção do dito Presídio de Encoge, em 1759, e o estabelecimento de uma feira, a mais setentrional da colônia, neste período, segundo Catarina Madeira Santos (2005, p. 79), não foram capazes de impedir o contrabando realizado pelo Dembo de Ambuela com as nações estrangeiras através do Congo.

O domínio das rotas comerciais e do poder bélico constituíram-se em fontes de energia que se retroalimentavam a favor daqueles que as controlavam. A esse respeito, Miller (1988) afirma que as estratégias de utilização dos bens materiais, pelos chefes africanos, objetivavam orientar o desenvolvimento de estruturas sociais hierárquicas. A estrutura política das sociedades da África centro-ocidental se apoiava tanto na escassez dos bens materiais quanto na capacidade dos chefes africanos em acumula-los. Esta escassez “emponderou” determinados grupos ou indivíduos que lograram acumular tais bens, ao mesmo tempo em que este empoderamento tornou-se a via de acesso para a aquisição dos bens de consumo a compor os elementos simbólicos de diferenciação social. De fato, não obstante os produtos locais terem permanecido indispensáveis ao comércio africano, notadamente o sal<sup>136</sup>, a takula<sup>137</sup>, a farinha, os tecidos africanos e tantos outros artigos (HENRIQUES, 1997, p. 263 - 346), os dois séculos e meio de contato com os produtos de origem europeia, indiana, asiática e americana, inseriram estas mercadorias nas lógicas mercantis africanas, de tal sorte, que não se poderia pensar em um comércio a despeito destes produtos.

O fracasso da política de sufocamento dos potentados africanos, através do estrangulamento das fontes fornecedoras de bens importados na costa, resultou, em fins da década de 1760, na solicitação de comerciantes portugueses e brasileiros, ao rei, para que este tornasse legítimo e legal o comércio de armas de fogo e pólvora no sertão angolano, artigo lagamente comercializado pelos estrangeiros ao norte de Luanda e que conferia a estes vantagens mercantis em relação aos súditos da Coroa portuguesa. A legalidade pleiteada pelos

---

<sup>136</sup> Em 1763, a Coroa portuguesa determina o estabelecimento do contrato de exploração do sal nas salinas de Benguela que passou a ser vistas como mais um nicho econômico a ser explorado pela “metrópole. Esta situação demonstra a perenidade do sal enquanto objeto-moeda, ao longo do tempo do séc. XVIII. 4 de julho de 1763. A.H.U, CU, Angola, Caixa. 47, n. 3. 4 de julho de 1763.

<sup>137</sup> A takula ou sândalo vermelho, um dos principais produtos de exportação do Loango, e de grande valor entre as populações da atual Angola é observada nos testamentos dos indivíduos ricos. O seu reconhecido valor entre as populações locais fez-se perceber pelos Holandeses quando da tomada do poder em Luanda, preferindo-se o pau de takula como moeda de troca à metálica produzida em Haia. O controle do comércio do pau de takula de Mayombe tornou-se prioridade para dar seguimento a estratégia de consolidação do comércio da Companhia das Índias Ocidentais com as regiões de Angola, Matamba e Congo, segundo afirma Parreira (1989).

comerciantes portugueses, entretanto, não necessariamente introduziria uma novidade entre os artigos negociados por luso-brasileiros nas costas da África centro-ocidental, porquanto uma das queixas do então governador Álvares da Cunha, em 1755, consistia justamente na transgressão à lei régia que proibiram o comércio destes gêneros:

“...derem ou venderem armas de qualquer sorte, pólvora, ou munições aos inimigos desta Coroa, ou Gentio que estiver em guerra com os seus Vassalos, por ser defeso pelas suas leys; e que quando neste caso houver alguns culpados, mandem os governadores proceder contra eles como as ditas ley, condenações mandão.”<sup>138</sup>

O fato é que, segundo o governador, “... os potentados do certão tinham por esta causa grande provimento de pólvora e armas, e que estes dois gêneros por serem os melhores para o comércio senão fazia este sem eles”.<sup>139</sup>

A este respeito, Lovejoy (2002, p. 171) elenca, dentro os diversos produtos introduzidos por ingleses na África ocidental e centro-ocidental, o extraordinário volume de pólvora e chumbo, estimada em 384.000 kg e 91.000 kg/ano entre 1750 e 1807, respectivamente. Para o mesmo período, o quantitativo de armas de fogo (espingardas de pederneira e mosquetes) somavam 50.000, somente na costa do Loango. Em 12 de dezembro de 1767, o governador Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (1764-1772), na presença dos mais “proeminentes comerciantes”<sup>140</sup> da cidade de São Paulo de Assunção, solicitava a redação de um termo, regulando a entrada de armas de fogo<sup>141</sup> nos sertões, em que se seguisse a orientação de Sua Majestade de que tais entradas de armas não colocassem em risco o estado português em Angola. O quantitativo das armas e barris de pólvora, autorizados no dito termo para a comercialização, ainda assim, impressionam pelo volume anual de 200 barris e quinhentas armas. Deste modo, não apenas tecidos de fabricação inglesa mais baratas atraíram a atenção dos africanos, armas, pólvora e munições, proibidas pela Coroa portuguesa no comércio lusitano em África, eram parte do caixa dos estrangeiros.<sup>142</sup>

<sup>138</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha a Diogo de Mendonça Corte Real. 23 de março de 1755. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n.32.

<sup>139</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha a Diogo de Mendonça Corte Real. 23 de março de 1755. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n.32.

<sup>140</sup> Registrado, nesse documento, figuram os nomes: José Lopes Bandeira, Mathias da Costa, Antônio Souza Portela, Manuel da Costa Pinheiro, Domingos Rodrigues Chaves, Manel Antunes de Abreu, João Álvares Ferreira, Florentino João de Carvalho.

<sup>141</sup> Vale ressaltar que a entrada de armas com o conhecimento da Coroa ocorre em período anterior pois, em junho de 1754, informa Antônio Álvares da Cunha da compra, nas mãos de negociantes, de “... setenta espingardas muito boas e setenta bayonetas que fiz comprar...” por não as terem os armazéns reais em Angola. (Carta do governador-geral Antônio Álvares da Cunha. Junho de 1754. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n. 37)

<sup>142</sup> Carta do governador-geral D. Antônio de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo. 14 de fevereiro de 1753. Carta de A.H.U., C.U., Angola, caixa 37, n. 106

A legalização do comércio de armas de fogo e munições viria a atender uma demanda, em parte, já suprida pelas nações estrangeiras. Em 1755, as unidades políticas de Ambuíla e Ambuela, os principais aliados das nações estrangeiras no tráfico de escravos, encontrava-se, segundo o governador-geral Antônio Álvares, fortemente abastecida de armas e pólvora “... não so com as que lhes são precisas mas também para as meterem por negócio por todos os nossos sertões no qual se vendem por muy diminutos preços...”<sup>143</sup>.

Assim sendo, o constante acesso de estrangeiros e contrabandistas portugueses em Loango, Cabinda e Molembo contribuíram para o maior afluxo de tecidos diversos, armas de fogo e outros artigos importados. Esse contexto mercantil, segundo Ferreira (2012), teria permitido o empoderamento de chefes menores que, no século XVIII, colocaram em cheque o poder de dignitários africanos a exemplo do chefado da Matamba. Por outro lado, Ambuíla e Ambuela<sup>144</sup>, no século XVIII, ganharam proeminência no cenário político da África centro-ocidental, em parte, devido ao acesso às armas de fogo e pólvora que chegavam pela costa do Loango através das nações “estrangeiras”. Estas unidades societárias tornar-se-iam, no século XIX, importantes distribuidores de armamento europeu por todo o sertão de Angola, onde as armas de fogo tornariam-se um dos artigos mais apreciados no trato dos africanos escravizados<sup>145</sup>.

Por fim, vale ressaltar que os luso-africanos de Golungo, sobretudo os iniciantes no tráfico de escravos, nas décadas de 40 e 50 de Setecentos e no período entre 1770<sup>146</sup> e 1830 - data em que se deu o fim do tráfico legal de escravos em Angola -, utilizavam-se do crédito conseguido pelos mercadores em Luanda para negociar a compra de escravos nas zonas mais afastadas o possível da “conquista”. Os escravos adquiridos eram separados em lotes. As melhores “cabeças” eram trocadas por artigos mais baratos trazidos por ingleses e franceses que encontravam-se sob a posse dos africanos comerciantes – provavelmente originários de

<sup>143</sup> Carta de Antônio Álvares. 1756. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 65.

<sup>144</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 24 de fevereiro de 1756. A.H.U., C.U. Angola, caixa 40, n. 90.

<sup>145</sup> Em 1762, João Álvares, homem de negócio, chamado pela junta para opinar sobre a regulação dos banzos, defende a comercialização de armas de fogo e pólvora nos sertões a ser praticada por comerciantes portugueses. Sustenta seu ponto de vista afirmando que a arma de fogo era, nesta época, utilizada, sobretudo para a caça de animais grandes como o elefante. Poucas vezes, segundo João Álvares, se tinha observado o emprego de tais armamentos contra brancos ou mesmo contra as conquistas portuguesas. O seu uso bélico dava-se contra outros gentios e, ainda assim, faz a ressalva de que tão logo adquiriam as armas de fogo, os pretos as passavam a outros pois a destreza com que utilizavam o arco e flecha superavam o poder de fogo das armas europeias que pouco sabiam manejar. Ainda assim, conclui ser necessário o seu negócio pois a presença da pólvora e armas de fogo entre os gêneros mercados facilitava todo o comércio no sertão. Para além disso, senão comercializasse armas e pólvora outros –os estrangeiros- o fariam, em Loango, Cabinda e Molembo. (A.H.U, C.U., Angola, caixa 45, n. 56).

<sup>146</sup> O comércio levado acabo por franceses e ingleses na África centro-ocidental teria se enfraquecido, em 1760, em razão da guerra de 7 anos (MILLER, 1988, p. 277).



Ambuila, Ambuela e de Ginga, no Vale do Kwangu. As outras “cabeças”, de qualidade inferior, eram enviadas a Luanda como parte do pagamento das mercadorias consignadas. Desta forma, dava-se entrada as armas de fogo, proibidas pela Coroa portuguesa, a lã inglesa e o algodão asiático comercializado pelos franceses. (MILLER, 1988, p. 277-279)

#### 1.4. OS COMERCIANTES PORTUGUESES DO BRASIL, FUMO, CACHAÇA E TECIDOS NAS ROTAS DO TRÁFICO ANGOLANO

Os portugueses do Brasil — comerciantes da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco — teriam figurado no tráfico, em boa parte de Setecentos, sobretudo como fornecedores de uma produção americana semi-manufaturada (gerebita, fumo de rolo<sup>147</sup> e farinha de mandioca<sup>148</sup>) e como prestação de serviços aos barcos negreiros (MILLER, 1999, p. 25/26). Entre 1700 e 1850, 80% dos escravos que deram entrada no Brasil o fizeram pelas mãos de traficantes brasileiros (FLORENTINO, 1987, p. 115). Os comerciantes portugueses do Rio de Janeiro, no século XVIII, estabeleceram-se em Benguela como parceiros dos luso-africanos fugidos das políticas constritivas ao seu comércio a partir do segundo quartel do século XVIII, como já nos referimos anteriormente<sup>149</sup>. Os comerciantes portugueses da Bahia, ainda que continuassem a operar desde o porto de Luanda<sup>150</sup>, teriam, em parte, migrado para a Costa do Ouro, a partir de 1680 em razão de uma grave epidemia que arrasara a região, deixando em cheque a capacidade de

<sup>147</sup> O fumo de rolo, produzido na região do Recôncavo baiano, nas cidades de Cachoeira, Santo Amaro e Maragogipe, eram embarcados no porto de nossa Senhora da Conceição de Cachoeira para serem estocados nos trapiches no porto da cidade de Salvador, na parte baixa da cidade de Salvador, onde aguardavam para embarcarem rumo a costa ocidental africana. (Ximenes, 2012:47).

<sup>148</sup> Em estudo inovador, Bezerra aponta para a farinha de mandioca, produzida no Recôncavo de Guanabara, como importante produto de troca no comércio de escravos do século XVII e XIX. (BEZERRA, 2010:177-180).

<sup>149</sup> A respeito dos comerciantes portugueses da praça do Rio de Janeiro, cf. FERREIRA, 1999, p. 154.

<sup>150</sup> A este respeito observar que, segundo o registro de navios saídos de Benguela e Luanda, apresentados nos anexos 2 e 3, entre 1749 e 1763, das 190 embarcações saídas do porto de Luanda, 32 foram em direitura a Bahia e 86 seguiram para o Rio de Janeiro e 46 para Pernambuco. Para o mesmo período, as embarcações negreiras saídas de Benguela totalizaram 54 embarcações. Destas, 21 seguiram para o Rio de Janeiro, 3 para a Bahia e 0 para Pernambuco. Outra importante fonte de pesquisa constitui a base de dados organizada por David Eltis, Stephen Behrendt, David Richardson e Manolo Florentino disponibilizada em <http://www.slavevoyages.org>. Neste estudo estima-se que entre 1750 e 1808, a África centro-ocidental respondeu por 172.867 (37.5%) de um total de 460.082 mil escravos vindos de diversos portos para a Bahia. O estudo de Ximenez (2012) tem como principal objetivo atestar a importância do tráfico de escravos entre a Bahia e a África centro-ocidental, entre os anos de 1750-1808, a despeito de uma corrente historiográfica, fortemente marcada pelo estudo de Verger (1987), mas também Tavares (2000/10ª ed.: 53) que privilegia as relações da Bahia e com a Costa da Mina, para este mesmo período, ignorando os dados apontados acima.

Luanda em prover o quantitativo de escravos necessário aos seus canaviais (MILLER, 1999, p. 17; VERGER, 1987).<sup>151</sup>

A supremacia dos portugueses do Brasil no tráfico de escravos, entre os anos de 1736 a 1770, afirma-se quando comparada ao quantitativo de embarcações ancoradas no porto de Luanda, a saber: 85% eram oriundas das praças do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, ao passo que apenas 15% vinham de Portugal. (FERREIRA, 2001, p. 345). É certo que as correntes marítimas favoráveis ao comércio no eixo sul do Atlântico contribuíram para este fato, mas este elemento foi, tão somente, um grão a compor o conjunto de factores explicativos para esta dada realidade. (FLORENTINO, 1987, p. 115).

Os recentes estudos sobre o tráfico de escravos, notadamente os de Ferreira (1999; 2006; 2012), Ximenes (1998; 2012) e Candido (2013), apontam para a construção de redes de comércio que, por vezes, acabavam por transformar-se em relações parentais, através dos casamentos de filhas dos dignitários africanos com traficantes ou de membros das famílias de traficantes entre si. As redes do tráfico, formada por estes indivíduos, atuavam em pontos distintos da costa africana centro ocidental e ocidental, utilizando-se, na maioria das vezes, dos mesmos fornecedores de escravos (XIMENES, 2012, p. 16). Estas operações entre sujeitos dispostos em zonas distintas do império foram possíveis graças a montagem de um sistema financeiro em que a falta de dinheiro amodado imprimiu ao crédito a base das operações nacionais e transacionais, notadamente no século XVIII (PEDREIRA, 1996, p. 355-379). As letras de câmbio, dentre estas, as letras de risco podiam ser descontadas ou endossadas e as cláusulas que as regiam eram previamente acordadas entre credor e devedor. As carregações constituíam outra forma de crédito mercantil. Segundo este último mecanismo de troca, a mercadoria enviada deveria ser, no porto de chegada, trocada por bens previamente definido, caso não fossem, retornava então a mercadoria para o porto de origem onde seriam transformadas em letra de risco. (NASCIMENTO, 1977, p. 11; FERREIRA, 2001, p. 365).

Um cronista, José Antônio Caldas, que escreve em 1756, elabora uma relação de comerciantes baianos e as rotas das suas viagens. Portos de saída e chegada são listados e entre estes figuram Lisboa, Porto, Goa, Calicute, Ilhas Atlânticas, Costa da Mina, Angola, Moçambique e Nova Colônia. Para a realização destas viagens, os homens da praça de negócio da Bahia faziam sociedades temporárias. Das fontes cartoriais (escrituras e procurações nos livros de nota), Ximenez pode perceber os vários representantes comerciais deslocados em

---

<sup>151</sup> Os estudos de David Eltis revelam que outros portos da África centro ocidental serviram aos interesses dos comerciantes baianos, a saber: Cabinda, Loango, Molembo, Ambriz, Rio Zaire, Rio Congo, Novo Redondo, Penido e Benguela.

distintas regiões do império, a saber: “Lisboa, Porto, Grã-Bretanha, Ilha da Madeira, ilha de São Tomé de Príncipe, Moçambique, Colônia de Sacramento, Montevidéu, Angola, Benguela, Costa da Mina, Goa e Calicute.” (XIMENEZ, 2012, p. 88).

O fumo produzido no Recôncavo baiano e a gerebita<sup>152</sup>, ganharam a preferência dos chefes africanos na África centro-ocidental e oriental e sua comercialização com estrangeiros era vetada pela Coroa portuguesa, sendo permitida apenas aos súditos da Coroa desde que pagassem os devidos impostos e taxas a fazenda real. O baixo custo de produção da gerebita tornava a sua entrada no tráfico de escravos, enquanto moeda de troca, uma via para aumentar os lucros advindos do tráfico de escravos, sobretudo para os negociantes portugueses do Brasil (FERREIRA, 2001, p. 346). Deste modo, não causa estranhamento o interesse dos “estrangeiros” – franceses e ingleses – em comprar esta bebida ilegalmente na costa do nordeste brasileiro. Mediante a proibição de venda da gerebita aos estrangeiros, muitos foram os mecanismos de burla colocados em prática por estes comerciantes. O contrabando do fumo produzido na Bahia, através do porto de Salvador, no início do século XVIII, ficou registrado no relato de viagem de Le Gentil La Barbinais, um comerciante francês que, em novembro de 1717, entrara na baía de Todos os Santos – onde se localizava a cidade de Salvador - sob comando de uma esquadra, para recuperar algumas avarias sofridas durante uma viagem de circumnavegação. Em seus escritos, detalha o porto de Salvador e enfatiza as medidas proibitivas de permanência das naus estrangeiras em águas portuguesas e as razões referentes a essas proibições.

Suponho que a esquadilha desconhecisse tais ordens hê que haviam os fortes dado um tiro para que não entrasse no porto. Si contudo os navios estavam tão maltratados assim pelo mar se-lhes-ia concedida a licença impetrada; a feição e a estima que ele consagrava, pessoalmente, á nação francesa induziram-no a ajudar os seus navegantes quando pudesse. Em todo o caso soubessem os comandantes que tanto rigor contra os navios estrangeiros provinha sobretudo da atitude e dos abusos franceses.

**Vários barcos de França desobedecendo formalmente ao rei de Portugal haviam feito contrabando nas costas brasileiras e sobretudo carregado muito fumo para a Europa, defraudando a Fazenda Real.**<sup>153</sup>

<sup>152</sup> A geribita, como foi, em Luanda, denominada a cachaça produzida nos alambiques do nordeste brasileiro – sobretudo no interior da Bahia e Pernambuco, mas também no Rio de Janeiro -, entra em cena, no comércio de escravos da África centro-ocidental na década de 1640. O interessante estudo de Curto (1999), vem demonstrar como a expulsão dos holandeses, em 1648, de Luanda, auxiliado pela força militar brasileira, culminou com a entrada de comerciantes brasileiros no trato direto do tráfico de escravos, utilizando-se da cachaça e do fumo de “terceira qualidade” como principais mercadorias de troca. No século XVIII, da cachaça brasileira ganha o gosto dos chefes africanos em detrimento do vinho e aguardente produzidos em Portugal. Paralelo a isso, seu alto teor alcoólico não permitia que a bebida chegasse estragada no sertão angolano, onde era então comercializada. Situação que não ocorria ao vinho português.

<sup>153</sup> TAUNAY, 1925, p. 355-362 **apud** XIMENEZ, 2012, p. 33. (grifo nosso).

Importante perceber o interesse de naus francesas pelo fumo<sup>154</sup>, um importante produto de troca no tráfico desenvolvido na costa ocidental africana. Vale ressaltar que o tabaco tornava-se moeda de troca em Goa (FERREIRA, 2001, p. 364). Também embarcações inglesas frequentavam o porto da Bahia constantemente, como bem observou Thomas Lindley, um médico comerciante inglês que ficara detido por 12 meses, iniciados no ano de 1882, tendo sido os dois primeiros meses no mar, em sua embarcação e depois em terra, no Forte do Barbalho, acusado de contrabando pelos oficiais da Coroa portuguesa.

Dentre os produtos da terra que possivelmente interessavam ao tráfico, destaca-se ainda o búzio, do qual já nos referimos. Encontrado nas praias próximas a vila sede da capitania de Ilhéus e na vila de Boipeba se tornou, já no século XVII, possivelmente em função do tráfico de escravos — haja vista a importância deste produto na economia da África centro-ocidental — uma atividade econômica desenvolvida por famílias de pescadores.<sup>155</sup>

Por outro lado, não apenas com fumo, bebida e zimbo se poderia comercializar na costa africana. Era preciso diversificar. Um engenheiro militar, Amedée François Frézier, em uma rápida visita a Bahia, em 1714, entre os meses de abril e maio, deixou registrado em seus relatos de viagem a impressão que tivera do porto da Bahia e destaca a variedade de produtos que do porto de Lisboa chegavam à Bahia:

Grande o comércio da Bahia, [...], o tráfico de gêneros do país que tornava os seus habitantes abastados. Chegaram em Março [...] vinte navios mais ou menos, saídos de Lisboa, carregados de panos de algodão e lã, sobretudo, destas fazendas, de que se serviram as mulheres para fazerem os rebuços de baeta [...], Importava a Bahia muitos gêneros europeus: biscoitos, farinhas de trigo, azeite, manteiga, queijos e de manufaturas inglesas, chapéus, meias, ferro, cobre, quinquilharias, A exportação consistia em açúcar, fumo, pau-brasil, balsamo de copaíba couros, ipecacuanha. **Avultada também a importação de bugingangas destinadas a serem impingidas aos negros da costa da África, em troca de marfim, pau de ouro e “pau de ébano”[escravos], enviados às lavras do Brasil. Vinha também pano de algodão tecido no Cabo Verde, com destino ao tráfico africano.**<sup>156</sup>

Este relato, do início do século XVIII, aponta para a necessidade de importação de tecidos, neste caso em específico, tecidos de algodão vindos de Cabo Verde destinado ao tráfico. Atentemos para o fato de que “as ilhas atlânticas eram locais de intercâmbio de

<sup>154</sup> A Gazeta de Lisboa, datada de 19 de outubro de 1715, dava notícias do comércio ilegal praticado entre naus estrangeiras que no porto de Salvador descarregavam fazendas da Índia em troca do ouro e tabaco do Brasil. (LAPA, 1968:268)

<sup>155</sup> Vale ressaltar que a ligação entre os búzios ou zimbos, encontrados na região de Ilhéus não possui relação comprovada como tráfico de escravos. Estas são especulações que carecem de estudo a respeito. (DIAS, 2007 35: 47; 248; 251).

<sup>156</sup>TAUNAY, 1925, p. 345-6 **apud** XIMENEZ, 2012, p. 32. (grifo nosso).

mercadorias vindas da Europa, da África e da América que chegavam também ao cais de Lisboa” (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 196). Assim sendo, poderíamos inferir que os tecidos de Cabo-Verde fossem, em verdade, oriundos de outras regiões. Por outro lado, é preciso atentar para o fato de que a produção de algodão e anil vegetal, utilizado no tingimento dos tecidos, se desenvolveu em Cabo Verde desde o século XVI. No rio Gambia, os algodões eram trocados por «roupa<sup>157</sup> branca de algodão e alguma preta e teada» (CARREIRA, 1983, p. 29). Com este tecido se fazia o resgate de escravos, cera e marfim em diversos pontos da costa ocidental africana. Os panos tecidos pelos Mandingas, Jalofos, Brames e Banhuns eram, em parte, feitos com o algodão produzido em Cabo Verde, no século XVI (CARREIRA, 1983, p. 27-28). No século XVII, a indústria têxtil se desenvolve em Cabo Verde, tornando-os populares nas feiras e, de tal modo impotane para o resgate de escravos que, sem estes tecidos, não se fazia o dito comércio. (CARREIRA, 1983, p. 29). Frézier, em 1714, teria encontrado no porto da Bahia grande quantidade de panaria de algodão produzida em Cabo Verde. (FRÉZIER **apud** VERGER, 1987, p. 105)

A narrativa de Le Gentil La Barbinais, dá-nos ciência de outra tipologia de tecidos utilizada por traficantes baianos:

Era o comércio do Brasil considerável, instigado sobretudo pelos hábitos de luxo dos brasileiros. Nas três frotas que vinham do reino para o Rio, a Bahia e Pernambuco apareciam em abundancia as sedas de Génova, as fazendas de Inglaterra e Holanda, os panos dourados e prateados de Paris e de Lion, vinho, azeite e carnes salgadas e farinha de trigo. Daqui, mediante a ação dos comissários dos negociantes de Portugal se encarregavam do embarque do açúcar, do fumo e do ouro, principalmente. Estava tudo amontoado nos trapiches, e a demora dos navios no porto era pouca. As mercadorias com que iam os negreiros á Costa da Guine comprar negros eram o fumo ou as *fazendas grosseiras inglesas*. Rendia muito o negocio, não havia duvida, mas as vezes chegavam os navios negreiros vazios; os seus negros tinham perecidos todos, graças ás epidemias ou ao banzo, a nostalgia do africano”.<sup>158</sup>

O trabalho de Pinto (1979, p. 224), a exemplo, transcreve uma série de documentos denominados “Memoire touchant lê Commerce du Portugal” que, ainda que escritos em 1704, nos fornece valiosos indicativos das qualidades dos tecidos que, no porto de Salvador, chegavam podendo, possivelmente, terem servido ao tráfico:

“fazendas comuns, de lã, tecidos de linho que se extraem de Portugal: baeta, sarja<sup>159</sup>, outras espécies de tecidos de lã, meias de seda e chapéus trazidos da Inglaterra e da

<sup>157</sup> Roupas no sec. XVI era sinônimo de pano (CARREIRA, 1983, p. 29).

<sup>158</sup> TAUNAY, 1925, p. 175 **apud** XIMENEZ, 2012, p. 34. (grifo nosso).

<sup>159</sup> O lexema sarja é originário da língua francesa. (OLIVEIRA, 2011, p. 450). Fato que indica ter sido a França um dos seus primeiros centros produtores.

Holanda, panos brancos denominados panicos, panos crus chamados aniagem grega, fechos de espingarda e cobre fundidos próprios para engenhos de açúcar que se fazem vir de Hamburgo, tecidos da bretanha de menor largura, droguetes, sarjas, brocados matizados de todas as cores que se extraem da França, tabi de seda, tafetás<sup>160</sup>, linha para cozer e papel que se faz vir da Itália.”

Em 1759, o cronista José Antônio Caldas, em *Notícia Geral*, descrevia os gêneros mercados no “Reino de Angola” para o resgate de escravos, em embarcações saídas da Bahia:

“Deste porto para o reino de Angola sahem todos os anos para cima de 12 embarcações carregadas de fazendas da india, e Europa, e agoas ardentes da terra e outros gêneros a buscar escravos e [serve] para o serviço, e gasto desta América”<sup>161</sup>

Já em 1781, o advogado José da Silva Lisboa – futuro Visconde de Cairú- em resposta a solicitação de Domingos Vandelli, mestre em Coimbra, fornece descrições, dentre outras coisas, do comércio da Bahia (XIMENEZ, 2012, p. 57). Salvador é então percebida como uma grande praça de negócios importando e exportando para outras regiões da colônia produtos oriundos dos mais diversos pontos do globo, endereçados, dentre outros mercados consumidores, ao tráfico de escravos. No último quartel de Setecentos, Silva Lisboa afirma que 20% dos navios saídos do porto de Salvador tinham como destino Angola e destaca ainda a vultosa quantidade de fazendas da Europa que para lá eram levadas. O cronista revela um comércio complementar de fazendas adquiridas na Costa da Mina, das mãos de ingleses e franceses em troca de tabaco e que eram, depois, enviadas ao porto da Bahia<sup>162</sup>. Os comerciantes portugueses do Brasil, em Salvador, justificavam aos agentes da Coroa portuguesa a prática desse comércio ilegal alegando sofrerem coersão por parte dos estrangeiros que os obrigavam a mercar. De qualquer forma, este tipo de comércio com os estrangeiros rendia vantagens financeiras aos armadores dos navios, haja vista que estas mesmas fazendas também poderiam ser compradas via Portugal, mas neste último caso, seus valores eram acrescidos das taxas alfandegárias estipuladas pela fazenda real.<sup>163</sup> Também as naus estrangeiras, vindas do Oriente, no início do século XVIII, e possivelmente em décadas sucessivas, utilizando-se da desculpa da necessidade de consertos dos seus cascos, contrabandearam fazendas nos portos da Bahia. (LAPA, 1968, p. 242)

<sup>160</sup> O lexema tafetá é originário do francês.

<sup>161</sup> CALDAS, J. A., 1931, p. 227-9 **apud** XIMENEZ, 2012, p. 103.

<sup>162</sup> Na Costa da Mina, no século XVIII, comerciantes brasileiros, sobretudo da Bahia, adquiriam manufaturas europeias, comercializadas por holandeses em Elmina, em troca do tabaco e açúcar e gerebita. (RUSSELL-WOOD, 1998: 216).

<sup>163</sup> XIMENES, *Op. Cit.* p. 74-77.

Outras tantas mercadorias, para além das fazendas produzidas na Europa, chegavam ao porto de Salvador vindas através da carreira da Índia, como afirmam José J. Arruda (1980, p. 191) e José Roberto do Amaral Lapa (1968). Interessavam-se os comerciantes baianos, sobretudo, pelas “fazendas de negro”<sup>164</sup>, tecidos asiáticos de qualidade inferior. Segundo Lapa (1968:272), comparando-se o comércio efectivo do império português, as fazendas vindas do oriente e que no porto de Salvador se despachavam, atingiam cifras significativas no total dos gêneros transacionados entre os diversos “reinos” do império português.

Assim sendo, em um processo datado de 21 de junho de 1715, referente a sentença de absolvição do réu Amador Rodrigues, acusado de comercializar com forasteiros, foi possível identificar alguns dos tecidos contrabandeados por uma nau vinda do oriente para as mãos de um comerciante baiano, não identificado pois o Amador Rodrigues era apenas o atravessador: “saraças<sup>165</sup>, chitas e pessos de ballos” (LAPA, 1968, p. 237-238). Os forasteiros eram, provavelmente, franceses e ingleses que, segundo Ferreira (2001, p. 353), em suas viagens de retorno da Ásia, dirigiam-se à costa do nordeste brasileiro para aquisição dos ditos panos. Os próprios comerciantes brasileiros, durante o período pombalino, passaram a comprar tecidos asiáticos diretamente de Goa, utilizando como desculpa o comércio de escravos na costa oriental da África. (FERREIRA, 2001, p. 356-357).

Em 1757, declarava no porto de Salvador, a nau Santo Antônio e Justiça a carga de fazendas que trazia para comerciar no dito porto, donde destacamos, entre louças, bengalas, pratos e especiarias diversas, oriundas do extremo oriente, os seguintes tecidos:

Tabela 1. Tecidos que se apurou da lista de carga do navio Santo Antônio e Justiça, em 1757<sup>166</sup>.

Tecido	tecidos
corjas de 15 Amamos	corjas de dorias <sup>167</sup> de 40 mãos
corjas de Burrinhos	corjas de folhiñas
cadeaz <sup>168</sup> de riscas verdes	lenços de algodão
cassas <sup>169</sup> de flora mormote	lenços de morim

<sup>164</sup> “Fazendas de negro”, “fazendas de preto” e “fazendas de Angola” são terminologias encontradas na documentação colonial para designar os tecidos que, no sertão de Angola, tinham ampla aceitação (LAPA, 1968, p. 277).

<sup>165</sup> O lexema Saraça, de acordo com Oliveria (2011, p. 450) é originário da língua malaia o que nos permite inferirmos ser a saraça um tecido malaio.

<sup>166</sup> Os tecidos utilizados para elaborar a tabela aqui apresentadas constam em Lapa (1968, p. 272-3).

<sup>167</sup> “Fazenda de algodão da Índia”. (LAPA, 1968, p. 273)

<sup>168</sup> Cadeá: “Tecido de algodão que se exportava da Índia no século XVIII”. (LAPA, 1968, p. 273).

<sup>169</sup> Cassas correspondem a “” (LAPA, 1968, p. 273).

cassa mil flores	linha de Surrate <sup>170</sup>
cassas tapadas de flores	linha de Diu
cassas rachadas de falaz	linhas coromandéis
corjas de cassas brunas	linhas cadeas
cetim bordado	corjas e meia de Paricaes
cobertas de balagate <sup>171</sup>	panos de zuarte
cortes de vestia de meia	peças de precalos <sup>172</sup>
corjas de corbandeís	panos de cafre
chitas	gargarazes finos da costa
colchas de cetim bordadas	ramos de folhinha
corjas e meia de chitas de balagarte <sup>173</sup>	corjas de senas
chita da costa	corjas de sarassas <sup>174</sup>
chitas de Damão	zozuartes de 1ª e 2ª sorte.
chita de guzatre	corjas de borralhos
linhas de Patavar <sup>175</sup>	panos de cafres

Dois anos depois, “intentava”<sup>176</sup> introduzir nas mãos dos comerciantes baianos, as seguintes fazendas: corjas de cadeado azuis de 19 covâdos, corjas de Zuarte, corja de folhinhas, corja de corbandeís, corjas de cadeas de 24 côvados, corja de chita de balagarte, corja de saraças e corja de panos de cafres. Outros tecidos da Ásia foram ainda elencados por Lapa (1968, p. 274), a partir de um “mapa da importação dos produtos do Reino e de outros portos do Brasil, África e Ásia, na capitania da Bahia, no ano de 1798...”, extraído do A.H.U., donde foi possível, ao autor, identificar as seguintes fazendas: coromandéis<sup>177</sup>, chitas de surrate, damão e

<sup>170</sup> Surrate, “nome do porto e cidade marítima da costa ocidental da Índia, onde a indústria têxtil (algodão e seda) era famosa”. (LAPA, 1968, p. 281)

<sup>171</sup> Segundo Lapa, “as cobertas de balagate eram panos grosseiros da Índia, pintados de branco, azul, fabricados na outrora província portuguesa de Balagate (Índia). Também balagate era designação genérica das roupas, particularmente de Camboja, que quando muito grossas sabe-se que tinha pouca aceitação.” (LAPA, 1968, p. 282).

<sup>172</sup> Precalos, se considerada a grafia percal, diz respeito a “tecidos de algodão fino, muito tapado e liso”. (LAPA, 1968, p. 273).

<sup>173</sup> “Chita de balagarte, a palavra chita, na época, indicava pano pintado vindo da Índia no século XVIII. Balagarte, e não balagarte, como diz o texto, era pano grosseiro da Índia, pintado de branco e azul. (LAPA, 1968, p. 273).

<sup>174</sup> Gênero de panos que vem de Cabo Verde ou Maranhão, pintados como chita e servem de cobrir bofetes e camas. (LAPA, 1968, p. 273).

<sup>175</sup> Patavar: “Feito de certo tecido de seda, fabricado nas Índias Orientais. (SILVA, 1949, p. 905, V. 7).

<sup>176</sup> Digo intentava pois, os altos preços alcançados pelas ditas fazendas, ainda mais acrescidos das taxas alfandegárias inviabilizou a compra das fazendas pelos parte dos comerciantes baianos. (LAPA, 1968, p. 271).

<sup>177</sup> Segundo Lapa (1968, p. 281-2), coromandel era uma “espécie de estofado de algodão, do gênero das chitas, que vinha da parte da costa oriental da península indostânica que recebia ou recebe esse nome”.



guzarete<sup>178</sup>, cobertas ordinárias, chales, dotins, gangas<sup>179</sup>, lenços ordinários, linha de surrate e de Diu, panos de cafre, sedas e Zuarte.

Da embarcação de nome Nossa Senhora da Visitação, também despachou, no porto de Salvador, as seguintes fazendas:

Tabela 2. Lista de tecidos despachados pela embarcação nossa Senhora da Visitação no porto de Salvador.

Bertangis <sup>180</sup>	Colchas de chari vermelho e chaul <sup>181</sup>	Gandazes
Bargela <sup>182</sup>	Cotonias de seda <sup>183</sup>	Mandeis
Chaudéis <sup>184</sup>	Dotins	Panos de açafão
Cambaia <sup>185</sup>	Folhinhas de cambaia	Panicos ou talaciras (de cambaia) <sup>186</sup>

<sup>178</sup> Guzarate ou guzarete é definido por Lapa (1968, p. 282) como “uma região da Índia, que mantinha intensa relação com os portugueses.”

<sup>179</sup> O lexema ganga é de origem chinesa. (OLIVEIRA, 2011, p. 450). Sendo provável que fosse este um tecido chinês.

<sup>180</sup> “Pano de algodão tingido pelos cafres [...]. Havia grandes, pequenos, azuis, vermelhos e pretos. Foi muito usado na África e na Ásia. Fabricava-se tanto em Cambaia, quanto também em algumas localidades da África Oriental” (LAPA, 1968:287). Segundo Antunes (2001, p. 411), estes tecidos eram exportados de Bardez, Salsete, Pondá, entre outros territórios da “nova conquista” para Goa, juntamente com os tecidos de chita. Russel-Wood, identifica os tecidos de bertanjil, em 1630, como de “um algodão calico tingido de anil até ficar azul ou de um púrpuro intenso, era o pano mais procurado nos mercados da África Ocidental como presentes destinados aos chefes ou como meios de troca mais valiosos.” (RUSSEL\_WOOD; 1998, p. 205). Panos de cafre são descritos pelo como “panos pintados da Índia, vulgarmente chamados de panos de cafre ou folhinhas. Provisão para a Junta da Fazenda. 18 de agosto de 1769. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 53, n. 82. Calico, segundo Candido (2013) é sinônimo de chita (2013, p. 174).

<sup>181</sup> Chaul era o nome pelo qual era conhecida antiga cidade e porto da costa ocidental da Índia, e que hoje é chamado Revadandã, No século XVI, “Chaul” foi o porto de importância, tendo os portugueses mantido ali fortaleza e feitoria. De lá provinha, principalmente, a seda. Como ambos os termos designam locais geográficos, não sabemos ao qual atribuir a procedência das referidas colchas”. (LAPA, 1968, p. 288)

<sup>182</sup> “É possível que a denominação se refira a “bragala” ou “bragal”, pano grosso atravessado com muitos cordões, que tecia na Beira e em Trás os Montes. Servia para toalha de mesa e guardanapo. No caso, devia referir-se a tecido oriental semelhante ao português.” (LAPA, 1968, p. 287).

<sup>183</sup> “Cotonia é a denominação que recebiam certos lenços da Índia que serviam para a confecção de vestidos. Deve derivar do francês *coton*, algodão. Designava também tecidos vários: roupa de algodão, linhagem, tecido de linho ou de seda. *Bluteau* no suplemento de sua obra, traz: pano de seda da Índia, lavrado, tem três palmos de largo e dez côvados cada peça...” (LAPA, 1968, p. 288).

<sup>184</sup> “Estôfo de Bengala com o qual se faziam colchas e cobertas de cores. Significa ainda tecido branco de algodão ou lençol.” (LAPA, 1968, p. 287).

<sup>185</sup> “Cambaia” ou “cabaia” vem do árabe cabâ, Kabaia = camisa de lã. Era tecido leve de seda. Designava, também, um vestido oriental que se assemelhava a uma roupeta decotada. Somente os orientais ricos é que usavam”. (LAPA, 1968, p. 287).

<sup>186</sup> “Havia, na Índia, um algodão finíssimo conhecido com o nome de “panico-rei”, e que hoje recebe o nome de paninho. “Panico” indicava, também, a roupa branca e a lençaria hamburguesa de diferentes espécies”. (LAPA, 1968, p. 287).

Chaudis <sup>187</sup>	Folhinhas de bolsa	
------------------------	--------------------	--

Fonte: LAPA (1968, p. 287)

Para além do uso de dicionários e das referências apontadas por Lapa (1968), o estudo de Antunes (2001), a respeito do comércio de Goa com os portos da Índia, sul da Arábia e Costa Oriental Africana e Extremo oriente, entre os anos de 1809 e 1819, foi fundamental para perceber a origem de determinados tecidos. Surrate consistia, segundo o autor, em um dos principais portos de exportação dos tecidos de Guzarete. Estes “tecidos de algodão, multicolor, lisos ou estampados” (ANTUNES, 2001, p. 410) eram denominados de Zuartes, dotins, canequins, tafeciras, chitas, coromandéis e longuins. Os xales, veludos, sedas, cetins eram originários de Macau e do extremo oriente. Do porto de Madrasta (atual Chennai, a capital e maior cidade do estado de Tamil Nadu) era exportado têxteis de Coromandel<sup>188</sup>. (ANTUNES, 2001, p. 410-413)

A questão que se coloca é: poderiam estes produtos ser consumidos em toda a sua extensão na Bahia e demais capitanias do Brasil? Segundo Lapa, o mercado consumidor brasileiro era limitado pelo sistema escravista que reduzia boa parte da população a condição de escravos e, por isto mesmo, impossibilitava-os de adquirir estes artigos. O que lhes era dado pelos senhores tinha como objetivo atender às necessidades mínimas para a manutenção da dita mão de obra escrava. (LAPA, 1968:276-8). Sendo assim, tendo em vista os interesses mercantis da classe de comerciantes do século XVIII e o seu já referido envolvimento com o tráfico de escravos, é certa a utilização de parte destas fazendas no comércio de escravos na costa ocidental e centro-ocidental africana.

Segundo Ferreira (2001, p. 352), Salvador era um importante entreposto comercial para as fazendas vindas da Ásia, a serem distribuídas para outras capitanias como o Rio de Janeiro e Pernambuco. O destino final, entretanto, era o comércio de escravos na costa ocidental africana. E este é um dos elementos apontados por Ferreira (2001: 344), para explicar a preponderância brasileira no tráfico de escravos.

Outro importante argumento foi a capacidade destes traficantes em reunir produtos da terra, produzidos a baixo custo, a servirem de crédito para transações comerciais na costa ocidental angolana (VERGER, 1987, p. 22), haja vista que estes traficantes eram também donos de engenho e, muitas vezes, atuavam no ramo da pecuária (SOUZA, 2011, p. 71; RIBEIRO,

<sup>187</sup> “Chaudis é o nome de uma vila, sede do Conselho de Canácona, distrito de Goa, na Índia portuguesa. Aí, o termo deve se referir a tecido que recebeu o nome do local, onde foi fabricado.”. (LAPA, 1968, p. 287).

<sup>188</sup> Coromandel: “nome de certa chita de algodão da costa do mesmo nome. (SILVA, 1948, p. 569, V. 3).

2009, p. 259). Outro ponto a ser citado diz respeito a capacidade de adquirir têxteis e demais artigos na Ásia, utilizando-se o tabaco como moeda de troca (FERREIRA, 2001, p. 364-365; ANTUNES, 2001, p. 387). Florentino (1997, p. 113) adiciona ainda a lista de produtos da terra, o ouro<sup>189</sup> - clandestinamente enviado por traficantes portugueses do Rio de Janeiro para à “Costa da Etiópia”, segundo Rocha Pita, um historiador que escreve em 1730 -, o açúcar e o tabaco que, com traficantes holandeses e ingleses, dispostos na Costa da Mina e Angola, comercializavam os portugueses do Brasil. Russel-Wood (2001, p. 23) atribuiu ao diamante, aliado ao ouro, outro importante papel na formação de um mercado financeiro capaz de dinamizar o comércio interno brasileiro, fortalecendo o sector agro-exportador e permitindo a formação de um poderoso grupo de mercadores. A empresa marítima brasileira não dependia, deste modo, do capital metropolitano, tão pouco do europeu para se desenvolver.

Nos portos da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco floresceu um ambiente favorável para que traficantes angolanos, a exemplo de Joaquim Ribeiro de Brito, após carregar sua embarcação com africanos escravizados e resgatados nos portos de Cabinda e Rio Zaire, em 1823, se dirigissem aos portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife para não apenas vender os escravos mas adquirir crédito na forma de têxteis. (FLORENTINO, 1997, p. 112)

O porto da Bahia, em razão de sua posição geográfica favorável, ganha relevância no circuito marítimo comercial do Império a ponto de ser denominado pela documentação colonial de “Porto do Brasil”<sup>190</sup> (LAPA, 1968, p. 1). A utilização do porto de Salvador como escala das viagens de torna-viagem e/ou de ida da carreira da Índia, mesmo nos períodos de interdição deste comércio pela Coroa portuguesa, foram comuns nos quatro séculos desta atividade. E, deste modo, fizeram-se os contrabandos “de quantidades consideráveis de panos indianos, sedas e porcelanas chinesas, objetos de laca e especiarias, em troca de tabaco, ouro e diamantes de

---

<sup>189</sup> Há de se observar, entretanto, que a utilização do ouro como moeda de troca na costa ocidental africana perdurou por pouco tempo. Apesar de Rocha Pita relatar o fato do uso do ouro no tráfico de escravos, já em 27 de setembro de 1703, um Alvará expedido pela Coroa portuguesa proibiu a sua utilização. (Florentino, 1997, p. 39; 113)

<sup>190</sup> Desde meados do século XVII, o declínio do comércio no oriente dava sinais evidentes, e as naus que de lá retornavam, aproveitando de uma medida temporária de legalidade do comércio entre as diversas regiões do domínio lusitano – Provisão datada de 9 de março de 1672 que passara a vigorar no ano subsequente -, aportavam no porto de Salvador para completar a carga dos navios com açúcar e madeira. Restrições fiscais próprias da mentalidade colonialista perturbaram este comércio e em 1734, nova provisão passada pelo rei de Portugal permite o comércio na Bahia das ditas fazendas que da Índia eram trazidas pelas embarcações da carreira da Índia. Uma outra possibilidade de comércio direto entre Bahia-Oriente-Bahia, consistia no direito de baldeação – transferência da carga de um ou mais navios-, porquanto, segundo alvará datado de 1783, dava-se permissão aos navios portugueses que, em direitura ao Oriente, fizessem escala na Bahia, carregando-se de aguardente, açúcar, dentre outros produtos da terra, com exceção do tabaco, desde que pagassem a taxa de 4% relativa a baldeação. Gêneros embarcados em Macau e Goa a serem transportados para Lisboa também gozavam do direito de baldeação no porto de Salvador. (LAPA, 1968, p. 255-263).

contrabando, bem como de mercadorias adquiridas legalmente como o açúcar, tabaco, curtumes e madeira”. (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 213).

Utilizando-se das mais diversas desculpas ou verdades, que iam desde a necessidade de abastecimento para que se pudesse prosseguir viagem até Lisboa ou mesmo alegando a necessidade de conserto das embarcações, os capitães dos navios solicitavam licenças de escala que, por vezes, eram consentidas pelo governador-geral, podendo a tripulação desembarcar com seus pertences e mercadorias que deveriam, via de regra, ser embarcados em outro navio, prioritariamente um navio de guerra.

Os consertos e as despesas ocorridas por conta disto poderiam, excepcionalmente, ser pagas com a venda de parte das fazendas da Índia, tornando-se está prática mais uma possibilidade para os descaminhos das mercadorias do Oriente. Este fato que levou as autoridades metropolitanas a suspender esta prerrogativa por um regimento datado de 1665 e reiterado em 1669. No século XVIII, o contrabando constituiu a grande preocupação dos oficiais da metrópole na Bahia, sobretudo do comércio ilegal de tabaco para a África e Oriente. (LAPA, 1968, p. 7-13). Por outro lado, comerciantes baianos vislumbravam no contrabando de fazendas vindas direto do Oriente, uma via para aumentarem seus lucros, haja vista que, pela própria condição de ilegais, não teria a fazenda real como cobrar as taxas e impostos<sup>191</sup>.

Licenças, por outro lado, podiam ser adquiridas, permitindo a estas embarcações aportarem na Bahia, sem entretanto, mercarem. Deveriam, por outro lado, esperar no porto da Bahia a frota que lhes comboiaria até Lisboa. Ao longo do século XVIII, em curtos espaços de tempo, foi permitido o comércio dos produtos orientais em Salvador. Ainda assim, não cessaram os contrabandos porquanto, praticando o comércio ilícito, estavam as mercadorias transacionadas isentas do fisco.

Em 13 de Março de 1755<sup>192</sup>, os moradores e mercadores do “Reino de Angola” conseguem provisão da Coroa para poderem mandar navios próprios com carga de escravos para serem comercializados no Brasil. Paradoxalmente, o Marquês de Pombal, buscou, segundo Alencastro (2007), reposicionar os interesses metropolitanos, alinhando-os com uma dada conjuntura econômica a qual pouco poderia modificar. Como já vimos, anteriormente, a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1788) e da Companhia Geral de Pernambuco e

---

<sup>191</sup> As fazendas da carreira da Índia que vinham por conta e risco do rei para serem despachadas aos comerciantes baianos, quando acrescidas dos 30% dos direitos que deveriam ser pagos nas alfândegas de Goa e da Bahia, tornavam-se proibitivo para os comerciantes baianos devido ao seu alto custo, a exemplo do que se passou em 1759, com as fazendas que trazia a nau Santo Antônio e Justiça. (LAPA, 1968, p. 270-271).

<sup>192</sup> Provisões da secretária do Conselho Ultramarino. 13 de março de 1755. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 40, n. 17.

Paraíba (1759-1786), financiadas prioritariamente por investidores metropolitanos, insere-se neste pensamento. Objetivando desenvolver a agricultura na região do Amazonas e capitanias circundantes assim como nos territórios no interior do rio São Francisco, estas companhias deveriam promover a conexão destas economias com o Atlântico, sem, contudo, inovar em rotas comerciais, e sim adequar-se às carreiras já consolidadas pelo comércio luso-brasileiro.

As manobras de Pombal não surtiram o efeito esperado e o que se viu foi o estreitamento mercantil entre comerciantes do Rio de Janeiro com Benguela e da Bahia com a Costa dos Escravos. Este chamado “comércio bilateral”, financiado em parte pelos produtos oriundos do Brasil, a exemplo da gerebita e fumo não poderiam, entretanto, subsistir a despeito dos artigos vindos do Índico, da Inglaterra e Alemanha.

Em fins da década de 1750, um decreto lançado pela Coroa portuguesa tornou temporariamente “livre”<sup>193</sup> o comércio de Angola para a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, não sendo mais necessário aos comerciantes portugueses do Brasil solicitarem licença autorizando a viagem a Angola<sup>194</sup>. Na década de 1750, em se pagando a fiança e o direito novo dos ditos escravos, poderiam, os mercadores portugueses do Brasil, enviar embarcação ao resgate de escravos em Benguela. Assim procede Simão Pinto de Queiroz<sup>195</sup>, negociante nascido e morador na cidade da Bahia, em 1ª de Janeiro de 1750, para a compra de 250 escravos. Do mesmo modo, Pedro Rodrigues Bandeira, morador na cidade da Bahia, solicita licença para “... mandar da mesma cidade para o Porto de Benguela huma Galera por invocação Nossa Senhora da Glória e Boa Viagem ao resgate de trezentos escravos pouco mais pouco menos e porque o não pode fazer sem licença de Sua Magestade”<sup>196</sup>. Em um outro caso, um “...homem de negocio que navegava para Angola e Benguela...”<sup>197</sup>, por nome José Caetano de Araujo, em 1754, vivendo no presídio de Benguela, donde possuía várias dependências, solicita autorização de viagem para o Brasil, a despeito das dificuldades impostas pelo capitão-mor do presídio em liberar a dita licença. Entretanto, quando os comerciantes baianos Antônio Pinto de Carvalho e Manuel José de Carvalho, em 1758, pedem autorização para o envio de suas embarcações para

---

<sup>193</sup> A liberdade de comércio entre as colônias portuguesas é matéria que precisa ser melhor estruturada pela historiografia. Não há, até agora, autor que tenha se debruçado sobre o tema de forma a prover um retrato sistemático das proibições e liberalizações entre as diversas regiões que compunham o Império Ultramarino. A este respeito, Russell-Wood, aponta para mais duas datas que, ao longo do século XVIII, foi permitido aos comerciantes da Ásia despacharem nos portos brasileiros, a saber: 1784 e 1783. (RUSSELL-WOOD, 2001, p. 19).

<sup>194</sup> 11 de janeiro de 1758. Alvará. A.H.U., Angola, Caixa 41, n. 66.

<sup>195</sup> Solicitação de provisão feita pelo comerciante português da Bahia Simão Pinto Queiroz. 1 de janeiro de 1750. A.H.U., Angola, Caixa 37, n.1.

<sup>196</sup> Solicitação de Simão Pinto de Queiroz licença para enviar embarcação ao resgate de escravos. 12 de fevereiro de A.H.U., Angola, Caixa 41, n. 11.

<sup>197</sup> Solicitação de autorização para viagem ao Brasil. 12 de setembro de 1754. A.H.U., Angola, Caixa 39, n. 64.

o resgate de 200 escravos e 150 escravos, respectivamente, o Conselho Ultramarino informa que “o comércio de Angola esta livre”<sup>198</sup>.

No ano seguinte, entretanto, Manuel José de Carvalho solicita licença ou provisão para enviar da Bahia uma embarcação ao porto de Benguela para o resgate de 150 escravos<sup>199</sup>. Ao que parece, o capitão-mor do presídio de Benguela, o provedor da fazenda e alfândega na Bahia e o vice-rei na Bahia, estranhamente, desconheciam o tal decreto de 11 e 25 de Janeiro de 1758<sup>200</sup>, passando então a Coroa uma provisão dando conhecimento da nova lei. Mas está autorização fora, tão somente, uma provisão temporária, característica das muitas mudanças na política externa portuguesa voltada ao comércio entre as diversas regiões do Império Ultramarino português, ao longo do século XVIII, como descrita em LAPA (1968).

A presença de “portugueses do Brasil”<sup>201</sup> em Angola, sobretudo pelas condenações ao degredo em África, mas também em razão das solicitações de homens, adaptados ao clima tropical, para que pudessem servir em Angola, ajudaram a consolidar os laços socioeconômicos no Atlântico sul (CANDIDO, 2013, p. 83). Na segunda metade do século XVIII, a paisagem da cidade de Benguela se modifica com o maior afluxo de comerciantes portugueses do Brasil a se estabelecerem lá. Indivíduos que, a despeito de estarem integrados em um sistema administrativo/militar em Benguela, buscaram potencializar seus poventos envolvendo-se no tráfico de escravos. A violência perpetrada por estes “portugueses do Brasil” contra os sobas vassalos e suas populações, no século XVIII, objetivando a aquisição de mão de obra escrava, complementada pelas alianças estabelecidas com outros portugueses do Brasil, dispostos do outro lado do Atlântico sul, compuseram parte da rede de negócios do tráfico de almas. (CANDIDO, 2013, p. 106; 122-127). Muitos destes comerciantes e/ou agentes administrativos e militares, situados em Benguela, enviavam seus filhos para serem educados no Brasil, fato que concorriam para o ainda maior estreitamento dos laços entre a África centro-ocidental e os comerciantes oriundos das praças mercantis do Rio de Janeiro ou mesmo da Bahia.

---

<sup>198</sup> Solicitação de provisão para autorização do envio de embarcações da Bahia ao resgate de escravos em Benguela. Julho de 1758. A.H.U., Angola, Caixa 41, n. 91.

<sup>199</sup> Solicitação de provisão para autorização do envio de embarcações da Bahia ao resgate de escravos em Benguela. 12 de maio de 1759. A.H.U., Angola, Caixa 41, n. 91.

<sup>200</sup> Decreto de cessão do contrato do direito dos escravos do contratador Domingos Dias da Silva. 5 de agosto de 1769. A.H.U., Caixa 53, n. 46.

<sup>201</sup> Optamos pela designação de portugueses do Brasil para nos referirmos aos indivíduos nascidos em Portugal ou no Brasil que possuíam negócios na colônia americana portuguesa. Entretanto, um estudo recente demonstra que estes portugueses do Brasil participavam de negócios na metrópole (SOUZA, 2011, p. 77-78). Este fato dificulta a construção identitária de uma categoria de análise que encerre os interesses econômicos assim como o capital destes portugueses do Brasil no perímetro da “conquista americana”.

Esta situação se desdobra em uma preponderância dos “portugueses do Brasil” no comércio de escravos em Luanda. Em agosto de 1769, informa o então rei de Portugal, D. José que, entre 1766 e 1769, de Lisboa partira apenas 1 navio para o resgate dos escravos, enquanto em anos anteriores a média era de 4 navios. Segundo D. José, a razão para a refreamento da atividade de particulares metropolitanos no negócio dos escravos em Angola se dava pelo monopólio exercido pelo atual contratador Domingos Dias da Silva, contrariando as ordens reais de livre comércio e estímulo às atividades mercantis de particulares. O rei português acusou o contratador de monopolizar a distribuição de “todos os gêneros, e espécies de fazendas” com que se fazia o tráfico de escravos, vendendo-as a preços exorbitantes. Seja como for, para este mesmo período, o quantitativo de embarcações a cumprir a rota Brasil-Angola-Brasil, ainda que reduzidos a menos da metade do que se costumava ir para Angola, superavam em muito as que viam de Lisboa<sup>202</sup>, porquanto a demanda do Brasil por escravos, se não era em parte atendida pelos negociantes lisboetas, haveria de ser suprida pelos comerciantes portugueses do Brasil, como se observa no mapa dos navios saídos dos portos do Reino de Angola entre os anos de 1766 e 1769.

Tabela 3. Mapa dos navios saídos de Angola em direitura aos portos do Brasil.<sup>203</sup>

Ano	Navios
1766	39
1767	43
1768	36
1769	32

## 2. O COMÉRCIO TECIDOS: UM NEGÓCIO QUE A TODOS “CONTAMINA”

Foi dentro da estrutura de governação portuguesa que os atores sociais, imersos em condições adversas, seja pelo clima, seja pelas epidemias, seja pelos baixo soldos, construíram uma conjuntura propícia a toda sorte de ações a revelia das ordens reais portuguesas. Estes atos “marginais” nos permitiram investigar a tipologia de tecidos circulantes em Angola. Não

<sup>202</sup> Decreto de cessão do contrato do direito dos escravos do contratador Domingos Dias da Silva. 5 de agosto de 1769. A.H.U., C.U., Caixa 53, n. 46.

<sup>203</sup> “Mapa do Rendimento do Contrato Real da saída dos escravos deste Reino”. 5 de fevereiro de 1770. A.H.U., Angola, C.U., Angola, Caixa 54, n. 8.

fossem os processos crimes e cíveis a devassar este comércio “marginal”, não nos seria possível perceber quais os tecidos que de fato adentraram no interior de Angola.

Assim sendo, buscaremos, primeiramente, traçar o perfil daqueles que compunham a governação no “Reino de Angola”, pois eram estes homens que estavam direta ou indiretamente ligados ao tráfico de escravos e movimentavam o comércio no sertão de Angolano. Neste sentido, nossa maior preocupação é perceber os interesses que motivavam o ingresso dos africanos, luso-africanos ou reinóis nos aparelhos militar e administrativo português em Angola. Nos subcapítulos que se seguem, descrevemos os mecanismos de burla, apresentando as possibilidades desenvolvidas por estes agentes sociais para adentrarem no comércio de tecidos no “Reino de Angola”. Desse modo, elencamos alguns personagens extraídos das fontes manuscritas portuguesas, contextualizando-os dentro da estrutura política, econômica e social da época.

## 2.1. OFICIAIS DA COROA OU AGENTES DO COMÉRCIO?

O capitão-mor do Presidio de Ambaca, Domingos Ferreira, em 1757, negou o envio de 300 negros todos os meses, na condição de “serventuários das províncias”<sup>204</sup>, quando da solicitação do então capitão-geral, Antônio Álvares da Cunha, para o provimento de mão de obra a ser aplicada em obras públicas. Segundo o capitão-mor de Ambaca, os povos ter-se-iam recusado ao chamado do capitão-geral. O não cumprimento de ordens superiores desdobrou-se, então, em uma operação militar, em 1757, em razão da dificuldade dos governadores em cooptar negros dos distritos da conquista para o trabalho compulsório. A solução pensada para contornar a negativa foi o envio do sargento-mor, Manuel Correia Leitão, ao Presídio, com o objetivo de convencer com “brandura” os negros a servirem os interesses da Coroa, como se pode perceber das ordens expressas do referido sargento-mor: “...informandosse ao capitão-mor de tudo, e que neste particular tem obrado procure por meyo suaves persuadir aqueles povos a que sirvão ao seu Senhor quando lhe hê preciso...”<sup>205</sup>.

O trabalho compulsório, imposto pela governação no “Reino de Angola”, teria provocado sérias conturbações sociais, segundo Domingos Ferreira. Este chega a dizer que estas práticas levariam seu distrito a ruína. Do interior chegavam informações ao governador-geral

<sup>204</sup> A.H.U, C.U., Angola, caixa 41<sup>a</sup>, n.4; 23 de janeiro de 1758. Cartas de Antônio Álvares da Cunha. A.H.U, C.U., Angola, caixa 41, n. 69.

<sup>205</sup> A.H.U, C.U., Angola, caixa 41<sup>a</sup>, n.4.



do esvaziamento de tantas outras regiões, a saber Gollungo e Icolo, pois seus habitantes buscavam refúgio no distrito de Ambaca para que não fossem obrigados, pelos respectivos capitães-mores dos distritos a que pertenciam, a marchar para o trabalho da construção de fortalezas na costa. A recusa de Domingos Ferreira em atender a solicitação do governador-geral, a princípio, nos é apresentada como uma tentativa de proteção das populações que se encontravam sob sua jurisdição. Mas seria este de fato o seu propósito ou estaria Domingos Ferreira a proteger interesses próprios no negócio negreiro?

Para que possamos melhor compreender a atitude de Domingos Ferreira, faz-se necessário proceder a uma descrição dos mecanismos em que se dava o percurso dos objetos-moeda, próprios para a compra de escravos, da costa para o sertão. A partir da elucidação destes mecanismos, poderemos entender as vias de acesso dos capitães-mores, *a priori* proibidos<sup>206</sup> de comercializar, ao lucro do tráfico de escravos.

Passados dois anos, Domingos Ferreira, ainda na condição de capitão-mor de Ambaca, foi acusado de ser um terrível tirano para os povos do distrito de Ambaca. Enviado pelo governador Antônio de Vasconcelos para dar conta dos atos do capitão-mor supracitado e assumir interinamente o dito posto, o sargento-mor Manuel da Silva Guimarães mandou prender Domingos Ferreira por considerar suas ações “vexatórias”. Segundo o sumário do auto de crime instaurado, o capitão-mor Domingos Ferreira colocara o presídio de Ambaca e os soldados que lá serviam a serviço de seus próprios interesses comerciais. Comercializando com fazendas secas e gerebitas em troca de cativos, o capitão-mor conduzia pessoalmente seus negócios, levando os tais gêneros aos pumbos onde de fato as negociava.

Os filhos dos sobas do distrito e soldados do Presídio eram empregados neste ministério, conduzindo a apreciada bebida produzida nos alambiques do Rio de Janeiro e demais regiões do nordeste brasileiro. Vale ressaltar que a atividade de carregadores, regulada, em parte, pelos capitães-mores era uma das mais importantes formas de obtenção de capital por parte destes sujeitos. Ao longo de uma jornada de ida e volta para o sertão, a equipe de carregadores alternava-se, porquanto sua contratação correspondia a uma distância específica, geralmente findada ao alcançarem um outro presídio. Quando chegavam ao presídio seguinte, retornavam ao presídio de origem e as mercadorias passavam a ser conduzidas por uma outra equipe de carregadores, desta vez montada pelo capitão-mor do presídio subsequente. Esta rotatividade

---

<sup>206</sup> Os funcionários públicos do aparelho administrativo e militar nas colônias, a exemplo dos vice-reis, capitães gerais, governadores, desembargadores, ministros, oficiais de justiça e fazenda, cabos e oficiais de guerra de patente e de capitão, estavam todos proibidos de comercializar desde a criação da lei de 19 de agosto de 1720. A.H.U., Angola, Caixa 47, n.5.

se seguia até o presídio mais próximo da feira, quando, por fim, uma última equipe de carregadores era montada para levar as mercadorias ao seu destino final. Este serviço de carregamento era pago pelos comerciantes aos capitães-mores que, a princípio, deveriam verter aos pretos carregadores o dito pagamento. Entretanto, boa parte do pagamento não era repassada, fazendo deste procedimento uma lucrativa forma de exploração da mão de obra africana<sup>207</sup>.

Ainda segundo denúncia dos sobas, o dito capitão-mor roubava mantimentos e criações e tirava “... por toda a jurisdição huma maculha de cada casa com o pretexto de que hera para as obras da Feitoria Real”<sup>208</sup>. Seu poder era reafirmado constantemente através da utilização de armas de fogo e de insígnias de poder portuguesas, por ele apropriadas, tal qual descreve o sargento-mor Manuel da Silva Guimarães:

“...que pelas madrugadas fazia desparar com cujo extrondo trazia o destrito amotinado so afim de cauzar terror aos vassalos da jurisdição e conseguir melhor por este modo o que deles pretendia não sendo menos repreensível acompanhar se na referida manha de hum estandarte com as armas Reais da grandeza notável em sua astia comprida diante de sua serpentina levado por hum negro de cangas e descalço deixando o Prezidio e fortaleza de sua Magestade tão exaurido da sua guarnição que foy visto geralmente na ocasião em que este dito regente entrou nelle que foy no dia 16 de Fevereiro próximo passado rumarem somente quinze soldados não se achando mais que cinco nos postos que hinda o mesmo ajudante das ordens se não achou nessa ocasião neste Presidio e hinda o mesmo escravo delle o trazia em sua companhia e porque semelhantes procedimentos se fazem culpáveis e devam serem punidos com as penas estabelecidas para semelhantes casos...”<sup>209</sup>

Causa-nos estranheza, entretanto, que Domingos Ferreira, o mesmo que enfrentara o governador Álvares da Cunha, em 1757, quando da negativa do envio de 300 negros ao trabalho compulsório nas obras públicas de seu governo, fosse, em 1759, acusado de tirania. A proteção do dito capitão-mor para com a população que vivia no seu distrito pode ser confirmada pelas denúncias ofertadas pelo governador Antônio Álvares no que diz respeito ao esvaziamento populacional de províncias vizinhas que seguiram para Ambaca em busca do livramento do trabalho compulsório. Investido do cargo de capital-mor, Domingos Ferreira, descrito por Antônio Álvares da Cunha como “... natural do distrito das Pedras, de cor negra sem demonstração alguma de ter sangue dos brancos, parente da rainha Ginga e muito favorecido

<sup>207</sup> Informe de João José da Lima aos membros da Junta do comércio. 25 de junho de 1762. A.H.U., C.U., Angola, caixa 45, n. 53.

<sup>208</sup> “Auto sumário crime que mandou fazer o sargento mor das conquistas e regente do presídio de Ambaca Manuel da Silva Guimarães contra Domingos Ferreira de assunção capitam mor que foy do mesmo”. 2 de março de 1759. A.H.U., C.U., Angola, caixa 42, n. 37.

<sup>209</sup> Informe do sargento-mor Manuel da Silva Guimarães. 25 de maio de 1759. A.H.U., C.U., Angola, caixa 42, n.70.

dela.”<sup>210</sup>, atuava na interface do poder político e econômico de dois mundos distintos: o africano e o português.

Desse modo, Domingos comercializava com produtos do além-mar, oriundos de continentes diversos (América, Europa e Ásia) para prover de escravos os comerciantes dispostos no litoral. O título de capitão em terras tão avançadas no sertão, limítrofes da conquista, era ressignificado em um padrão de poder reelaborado a partir de novas insígnias que atestavam a força de coerção sobre as populações locais: a arma de fogo. Comum a outros líderes políticos africanos, o dito capitão-mor cobrava tributos de seus “vassalos” na forma de mantimentos e animais de criação. Em contrapartida, oferecia proteção às ações metropolitanas consideradas abusivas, ainda mais se estas ações contrariassem os seus interesses econômicos. A proibição do exercício do comércio por parte do governador-geral, por sua vez, provavelmente lhe parecia descabida pois o comércio era, em si, uma condição de empoderamento na África centro-ocidental. No que se refere ao seu “parentesco” com as “sucessoras da rainha Ginga” e as boas relações que com ela mantinha, segundo afirmou Antônio Álvares, é perfeitamente compreensível se pensarmos na teia de relações conformada pelo “parentesco fictício” próprio da estrutura política desses povos.

Os fatos que trouxeram à tona este personagem da história, Domingos Ferreira, nos habilitam-nos pensarmos que a realidade experimentada por estes indivíduos não pode ser entendida em termos dicotômicos, divididos de uma lado por um padrão de comportamento político, econômico e social tipicamente europeu, do outro, africano. Domingos Ferreira exemplifica a complexa teia de relações, padrões e comportamentos culturais produzidos e redefinidos ao sabor dos interesses locais mas, também, da inexorável força representada pelas conjunturas e estruturas desenvolvidas por outros sujeitos históricos posicionados em outros espaços geográficos.

A capacidade de determinados atores sociais em transitar por lógicas culturais diversas também se confirmou quando da análise documental de outros sujeitos da história, extraídos da documentação aqui retratada, a exemplo de Bento Pereira Henriques. Em 30 de dezembro de 1750, uma solicitação do capitão-mor de Muxima, sucessor de Francisco de Almeida, pede o indeferimento do pedido feito por Bento Pereira Henriques, “homem preto”, para que pudesse formar “... na conquista desse reyno um Terço de homens pretos, capazes de pegarem em armas em defesa da Real Coroa **sem dispêndio da Real Fazenda** ficando elle suplicante por Mestre

---

<sup>210</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 9 de junho de 1757. A.H.U, C.U., Angola, caixa 41, n. 39.

de Campo...”<sup>211</sup>. Bento Pereira Henriques, que também aparece citado como “preto português”, por andar calçado, teria assentado praça voluntariamente e servido dez anos, sendo então promovido a cabo de esquadra da Praça de Benguela e depois a ajudante do Presídio de Muxima.

Entretanto, as acusações de roubo e latrocínio deferidas contra o suplicante, agravada pelo fato de o ex capitão-mor do presídio de Muxima, Francisco de Almeida, ter surpreendido o suplicante em sua casa com sua mulher parda, Maria de Souza Jaques, levaram a Coroa a indeferir o pedido. Vale ressaltar que, depois do acontecido na casa de Francisco de Almeida, o mesmo foi preso e enviado ao Rio de Janeiro de onde apresentou a solicitação para voltar ao “Reino de Angola” em segurança, após ter sido libertado no Rio de Janeiro. O pedido de Bento Pereira, entretanto, não era descabido, pois a própria solicitação, em si, indica uma atmosfera social em que a ascensão de um preto aos altos cargos públicos seria aceitável, mesmo estando o texto repleto de insultos proferidos por Francisco de Almeida contra Bento Pereira Henriques.

A história de vida de Bento Pereira ilustra a atmosfera socioeconômica do “Reino de Angola” do século XVIII, bem que alguns indivíduos, fruto de novos contextos formados a partir do choque entre lógicas econômicas e culturais distintas, emergem com toda a sua hibridez. Negro, nascido em Angola, Bento Pereira sabia operar com a lógica jurídica portuguesa, fato que permitiu sua soltura da prisão em que se encontrava no Rio de Janeiro. O entendimento da máquina administrativa portuguesa lhe possibilitou adentrar com um pedido de ascensão na carreira militar. O cargo de mestre de campo ao qual pleiteava, na realidade por ele experimentada, constituía-se em um “capital simbólico”<sup>212</sup> em uma insígnia de poder, que o empoderaria no sertão angolano. Deste modo, seria capaz de proteger-se da ação de indivíduos que operavam dentro da mesma estrutura de poder, neste caso em específico, o ex capitão-mor do presídio de Muxima, Francisco de Almeida. Por outro lado, Bento Pereira era capaz de assumir uma identidade não mestiça, ao se desprender de determinados símbolos próprios da cultura portuguesa, a exemplo do ato de “andar calçado” em oposição ao ato de “andar descalço”. Assim sendo, ao descalçar-se, desprendia-se de sua identidade portuguesa, e assumia uma identidade africana tradicional. Segue explicação de Francisco de Almeida:

---

<sup>211</sup> “Informe sobre a representação que à V. Magestade fêz o preto Bento Pereira Henriques”. 30 de dezembro de 1750. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 37, n. 78 (grifo nosso).

<sup>212</sup> “O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes a incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio”. (BOURDIEU, 2003, p. 145).

O Terço que pretende formar este homem preto hé pretexto com que pretende continuar os seus roubos e latrocínios, o q. ordinariamente hé comum pelo certão em todos os mais pretos portugueses como este Bento Pereira por os terem nelle os mais que são brutos por brancos por andarem calçados não hé muito que dentro do certão se intitulem por tais quando dentro dos Presídios aonde há alguns brancos o menos titulo que tomam hé de pardos. Para evitar os ditos roubos e latrocínios nos ditos certões que menciono os pretos fazem não basta diligencia alguma deste gênero pelo que lhes parece poderem ser empedidos no Presídios descalçam os sapatos estes como os mais humildes pretos, e depois desembaraçados se (?) para as suas insolências.<sup>213</sup>

A utilização de recursos próprios (armas, escravos e cavalos) para fazer alargar a “conquista” foi uma constante no discurso dos militares que pleitearam cargos administrativos e militares, como o fez Bento Pereira. O entendimento desta prática e os interesses políticos e econômicos que subjazem este comportamento podem ser melhor compreendidos nos exemplos que se seguem. João Francisco de Araújo, em 1744, relatou a utilização de recursos próprios ao longo do tempo em que serviu o exército da Coroa portuguesa contra as “sucessoras da rainha Ginga” e em outras incursões militares. Segundo João Francisco, este teria provido desde os escravos para o combate no sertão angolano, as balsas para as travessias dos rios e as armas de fogo utilizadas pelos homens sob seu comando<sup>214</sup>.

Apolinário Francisco de Carvalho, que também lutara contra as “sucessoras da rainha Ginga” e sobas aliados, servira desde 1733 no Reino de Angola no posto de soldado e capitão de uma companhia de infantaria do distrito de “Coanza”. A este serviço pago, intercalara, pelo tempo de nove anos, nove meses e quatorze dias, o serviço voluntário, em que botou fogo em diversas libatas, destruindo criações de animais, matando e aprisionando alguns africanos inimigos da Coroa e “confiscando” marfim e algumas armas de fogo a serem entregues para a fazenda real<sup>215</sup>. João Francisco de Araújo, que lutara contra as “sucessoras da rainha Ginga” ao lado do coronel Francisco Roque Souto, em 1744, empregou nesta empresa vinte escravos seus, armados com recursos próprios. Proveu aos seus escravos canoas para a travessia dos rios que lhe custou quarenta mil réis. Nesta diligência, como veremos, muitos africanos foram aprisionados e levados à costa.<sup>216</sup>

<sup>213</sup> O uso dos sapatos no sertão angolano imprimiu aos sujeitos que os utilizavam uma diferenciação social/étnica. Na análise dos textos produzidos pelo governador-geral Souza Coutinho (1764-72), Candido (2013:100-101) chama atenção para um novo estilo de se vestir criado a partir do tráfico de escravos do Atlântico, em Benguela. 30 de dezembro de 1750. “Informe sobre a representação que a V. Magestade fêz o preto Bento Pereira Henriques”, A.H.U., C.U., Angola, Caixa 37, n. 78.

<sup>214</sup> 30 de janeiro de 1750. Resumo das candidaturas ao posto de capitão-mor do Presídio de Ambaca. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 37, n. 5

<sup>215</sup> 30 de janeiro de 1750. Resumo das candidaturas ao posto de capitão-mor do Presídio de Ambaca. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 37, n. 5

<sup>216</sup> 30 de janeiro de 1750. Resumo das candidaturas ao posto de capitão-mor do Presídio de Ambaca. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 37, n. 5.

Francisco Roque de Souto também fortaleceu sua candidatura ao dito posto de capitão-mor do presídio de Cabinda através de seu histórico de serviços prestados a Coroa voluntariamente<sup>217</sup>. Assim sendo, Francisco Roque afirmou ter sido engenheiro das construções de baluartes na fortaleza e no que chamou de cidadela através do emprego de mão de obra escrava que lhe pertencia sem, para tanto, perceber soldo. A extensa descrição de conflitos na qual teria Francisco Roque de Souto se envolvido, guerreando contra o Reino de Ambuela, contra as “sucessoras da rainha Ginga” e contra os sobas das ilhas do rio Cuanza, segundo o mesmo, avassalando alguns, e capturando cargas de escravos para a fazenda real, com exércitos próprios, tinha por objetivo convencer o rei a conceder-lhe patente de Coronel ou Tenente Coronel. Em sua petição, Francisco Roque deixa claro que o exército do rei não poderia ter tido tamanho êxito se contasse apenas com a tropa paga da Coroa, cabendo aos particulares a empresa de expandir a “conquista” para o sertão, estabelecendo com os dignitários africanos locais alianças as quais Francisco Roque chamou de “vassalagens”.

O interesse em servir a Coroa portuguesa, sem que para isso fossem pagos e com a agravante de terem que disponibilizar recursos próprios quando do envolvimento nas guerras no sertão, pode ser compreendido, em parte, através dos mecanismos de barganha estabelecidos pela Coroa. A da carta de patente passada por Dom Antônio de Almeida Soares Portugal, o Conde de Lavradio (1749 - 1753), em 1 de outubro de 1750, para a concessão ao posto de sargento-mor da ordenança da Vila de Massangano, a Antônio Ribeiro da Costa Guimarães demonstra ter sido uma recompensa pelos serviços prestados voluntariamente. Sendo proibida a coação de moradores da cidade de Luanda, desde que fora passada a Provisão<sup>218</sup> de 3 de outubro de 1660, e de todo e qualquer trabalhador mecânico ou militar nas guerras de conquista, o então governador afirmou “ter se passado Provisão para que os moradores que me servissem sem soldo e forem ocupados assim nas guerras das conquistas, como nos Fortes de Luanda, sejam propostos e providos nos cargos de Guerra, Justiça e Fazenda, em que tiverem a caber”<sup>219</sup>.

Para além da possibilidade de adentrar ou ascender aos cargos administrativos e militares da governação portuguesa no “Reino de Angola”, o recente estudo de Candido (2013:179-185) revela outras possibilidades interpretativas sobre esta questão. As chamadas

---

<sup>217</sup> 17 de setembro de 1751, solicitação ao rei para prover ao suplicante o posto de capitão-mor de Caconda. C.U., Angola, Caixa 37, n. 94.

<sup>218</sup> 15 de novembro de 1751. “Carta patente porque V. Ex. há por bem de prover a Francisco Antônio Ribeiro no posto de Sargento Mor da Ordenança desta cidade enquanto o houver por bem [...]”. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 37, n. 100.

<sup>219</sup> 23 de outubro de 1751, A.H.U., Solicitação que fez Antônio Ribeiro da Costa Guimarães, ao rei, para permanecer no “posto de Sargento Mor da ordenação da Villa de Masangano”. C.U., Angola, Caixa 37, n. 99.

“guerras punitivas”, sob alegação de punir os sobas insubordinados a autoridade portuguesa, prolongaram-se por todo o século XVIII e parte do XIX. Mesmo quando desnecessárias, foram utilizadas como recurso dos oficiais da Coroa para promover a escravização das populações africanas e o aumento da renda destes oficiais com a venda destes escravos nos portos, assim como dos bens que pudessem amealhar durante as invasões. Vale ressaltar que dos espólios adquiridos desta violência contra as populações “ovimbundos”, 1/5 era destinado à Coroa portuguesa. As guerras contra as sociedades africanas não resultavam apenas em “vassalagem”, mas também em espólios de guerra, a serem repartidos entre a Coroa, oficiais da governação e soldados do exército português.

No caso de Luanda, o estado de violência impetrado pelos capitães-mores em seus distritos, e demais oficiais da Coroa, também resultavam em espólios de guerra, sobretudo escravos, como afirmou Francisco Roque de Soutto que, em apenas um de seus avanços contra as “provincias” de Lussequê, Fendy, Cacoco e Malaca(?), vizinhas de Ambuela, teria aprisionado 80 escravos. Bento Pereira Henriques, fazendo-se valer da sua condição de oficial da Coroa, cometia roubos e latrocínios contra as populações das cercanias do distrito de Muxima.

Segundo o governador Antônio Álvares da Cunha, em 6 de dezembro de 1755, muitos eram os homens da cidade que, sem soldo, dispunham-se, a “hir a sua própria custa a guerra do sertão e acompanhar os governadores quando a ella forem”<sup>220</sup>. No “reino de Angola”, fazer a guerra se constituiu na faceta obscura do comércio. Assim sendo, ainda que o crédito tivesse sido a principal forma de financiamento para o negócio do tráfico de escravos dos luso-africanos e sertanejos, as “guerras punitivas” também permitiram a capitalização de determinados indivíduos que se lançaram em tal empresa, sem que para isso contraíssem débitos com os mercadores da costa. Ao venderem como escravos “os africanos inimigos da Coroa”, apreendidos em tais ações, aos comerciantes do litoral, adquiriam toda a sorte de produtos necessários ao tráfico de escravos

A despeito do ambiente insalubre do “Reino de Angola” há notícia de militares reinóis a solicitarem transferência para esta região longínqua. Este foi o caso de Antônio da Costa Mozinho<sup>221</sup>, em 1754, enviado para servir no dito posto, no presídio de Caconda<sup>222</sup> e Francisco

---

<sup>220</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 6 de dezembro de 1755. A.H.U., C. 40, n. 39.

<sup>221</sup> Solicitação de Antônio Mozinho de uma ajuda de custo ao rei. 20 de junho de 1754. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n. 36.

<sup>222</sup> O presídio de Nossa Senhora da Conceição de Caconda foi o único presídio a se situar no interior de Benguela, nas terras do Soba Bongo - um vassalo do jaga Kakonda -, as margens do Kupololo, no século XVIII. Foi

Roque que também servira no presídio de Caconda. Também se registrou a entrada de militares de outras partes do Império, a exemplo de Antônio de Souza Marinho, a candidatar-se ao cargo de capitão-mor do Presídio de Ambaca, no ano de 1750<sup>223</sup>. Ao que consta, sua carreira militar ter-se-ia feito no Brasil, onde se encontrava servindo como Recruta do Terço da Praça de Olinda, quando da abertura do concurso.

No caso específico de Antônio da Costa Mozinho, este surge na documentação, pela primeira vez, em 20 de junho de 1754 ao solicitar uma ajuda de custo ao rei<sup>224</sup> em razão de dívidas contraídas para financiar sua viagem de Portugal até o “Reino de Angola”, onde serviria como capitão-mor do Presídio de Caconda. Em 1761, Mozinho ressurgue na documentação, desta vez, sob fortes acusações de práticas de ações contrárias ao cargo que ocupava de capitão-mor do Presídio de Caconda, segundo o então governador, Antônio de Vasconcelos. Em uma portaria datada de Janeiro de 1761, o governador ordenou ao escrivão que colocasse uma “cota” à margem do assento do dito Antônio da Costa Mozinho, no livro da vedoria nos seguintes termos:

“...ocupando-se [o dito Antonio Mozinho] em todo o tempo que exerceu com vexar e guerrear aos sovas, e mais povos daquela jurisdição sem outro fim, ou motivo, que o da sua insaciável ambição, e tão bem o de satisfazer vontades particulares, que concorriam para os seus interesses como por própria confição se manifesta do terceiro paragrafo de sua carta, folhas huma, e de todo mais contexto dela, pela qual se ve a considerável lesão em que ficaram os quintos pertencentes a Real fazenda, pelo que delle se extorquio ...”<sup>225</sup>

De fato, dois anos antes da colocação da cota no assento de Mozinho, o capitão-mor de Caconda já havia sido denunciado pelo governador-geral Antônio de Vasconcelos, ao secretário de estado, Tomé da Costa Corte Real (1756-1760), em maio de 1759, pois se encontrava Antônio Mozinho gravemente envolvido no comércio do sertão, em prejuízo da fazenda real. Suas negociatas extrapolavam os limites do presídio em que atuava portanto o então governador-geral mandara “... fazer apreensão no que tem em Benguela e Rio de Janeiro, por segurarem ter metido em si grande quantia pertencente a fazenda real”<sup>226</sup>.

Das trocas de correspondência aprendidas pelo governador-geral do “Reino de Angola”, em 1757, entre Antônio Mozinho e Manuel Correia Freire, este último, morador do presídio de

---

considerado de fundamental importância no provimento de escravos para Benguela. (FERREIRA, 2012:37; CANDIDO, 2013:73).

<sup>223</sup> A.H.U., Angola, Caixa 50, nº18.

<sup>224</sup> Referente a súplica de Antônio da Costa Mozinho, 20 de junho de 1754, A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n. 36.

<sup>225</sup> Solicitação do governador-geral para a colocação de uma “cota” à margem do assento do dito Antônio da Costa Mozinho, no livro da vedoria. Janeiro de 1761. A.H.U., C.U., Angola, caixa 44, n.41.

<sup>226</sup> Informe do sargento-mor Manuel da Silva Guimarães. 25 de maio de 1759. A.H.U., C.U., Angola, caixa 42, n.70.



Benguela e financiador do primeiro, decorre o entendimento da forma com que se dava este comércio. Manuel Correia Freire disponibilizava “a crédito as fazendas de preto” ao capitão-mor de Caconda, entregues pelo Coronel Antônio Pais de Farias, como assegurou o tenente-coronel Mathias da Costa, procurador de Manuel Correia Freire<sup>227</sup>. Entretanto, o processo-crime, datado de 1760, movido por Manuel Correia Freire, em razão do não pagamento de uma dívida contraída por Mozinho, informa-nos das consequências desastrosas para aqueles que, impelidos a prática do comércio, incorriam em insolvência. Mozinho não apenas foi destituído do cargo de capitão-mor pelo governador-geral Antônio de Vasconcelos como teve sua carreira militar arruinada pela “cota” colocada em seu assento, o que significava dizer que quando concorresse a um outro cargo público e tivesse que solicitar junto ao cartório da vedoria uma fé de ofício, constaria as irregularidades praticadas durante o período que ocupou o cargo de capitão-mor do Presídio de Caconda<sup>228</sup>. Paralelo a isso, Mozinho fora obrigado a voltar para Lisboa para responder junto aos tribunais de sua Majestade pelos crimes cometidos.

Outro caso de interesse neste estudo foi o processo que decorreu da solicitação feita pelo mestre de campo, José de Carvalho da Costa<sup>229</sup>, em 7 de Janeiro de 1750, para o pagamento de um abono por tempo servido em Angola no referido posto. O dito mestre de campo em Angola iniciou suas atividades militares em 1703, ainda em Lisboa. Nascido nesta cidade em data não precisada, serviu como soldado, cabo de esquadro, sargento de mar e guerra, tenente e capitão de cavalos até ser promovido ao posto de mestre de campo em 12 de julho de 1721, data em que parte para Angola. Em África, serviu por mais de vinte e oito anos, chegando a ocupar temporariamente o governo-geral do “Reino de Angola”, por treze meses, quando do falecimento do capitão e governador-geral Antônio Albuquerque. José Carvalho constituiu família em Angola, com filhos e filhas, todos beneficiários da “mercê” do rei e optou por não retornar a Portugal, mesmo tendo encerrado seu tempo de serviço. A decisão em permanecer em um ambiente deveras inóspito, sobretudo aos reinóis, aponta para duas possibilidades explicativas, não necessariamente excludentes. Os vinte e oito anos vividos em terras africanas podem ter permitido a José Carvalho o desenvolvimento de interesses econômicos, provavelmente relacionados ao tráfico, tal qual a maioria dos agentes da governação portuguesa que lá estavam. Afinal de contas, quando, em 1754, resolve o governador-geral do “Reino de

---

<sup>227</sup> Solicitação do governador-geral para a colocação de uma “cota” à margem do assento do dito Antônio da Costa Mozinho, no livro da vedoria. Janeiro de 1761. A.H.U., C.U., Angola, caixa 44, n.41.

<sup>228</sup> Solicitação do governador-geral para a colocação de uma “cota” à margem do assento do dito Antônio da Costa Mozinho, no livro da vedoria. Janeiro de 1761. A.H.U., C.U., Angola, caixa 44, n.41.

<sup>229</sup> Solicitação que fez José Carvalho da Costa para recebimento de uma mercê do rei. 18 de abril de 1750. A.H.U., Angola, caixa 37, n. 35.

Angola” solicitar a opinião de um dos moradores de Luanda sobre a preço do linho em Angola, é José Carvalho que será chamado, provavelmente em função do seu conhecimento no negócio dos tecidos<sup>230</sup>. O deslocamento para outra parte do império poderia prejudicar os seus negócios. Por outro lado, há de se levar em conta as relações interpessoais. A grande maioria dos reinóis que se dirigiam para a África centro-ocidental, como já foi dito, casavam-se com mulheres africanas ou luso-africanas, o que lhes permitia adentrar na extensa rede parental de suas esposas, ampliando suas possibilidades mercantis.

Em um ambiente de acirradas disputas para aquisição de africano escravizado era preciso valer-se de todas as “armas” de que dispusessem os agentes do tráfico de escravos para adquirirem vantagens neste negócio. Os cargos da governação militar e civil se revelaram uma porta de entrada para o comércio no sertão. Em nome do rei e com a autoridade que seus cargos lhes conferiam, a exploração dos povos subjugados foi potencializada e integrada à lógica econômica do tráfico. Os tecidos, por outro lado, principal moeda-de troca no comércio que se desenvolveu na África centro-ocidental, surgem como elemento privilegiado das tramas comerciais que envolveram estes sujeitos históricos, imortalizados nos processos criminais e cíveis referentes às suas condutas “marginais”, arquivados no Arquivo Histórico Ultramarino.

## 2.2. A RELEVÂNCIA DOS TECIDOS NA DISPUTA PELO PREÇO DOS ESCRAVOS ENTRE OS AGENTES DO TRÁFICO

De acordo com os novos direitos que passaram a compor as regras dos contratos de escravos, era vedada a entrada de brancos no mato para comerciar, pois segundo os Conselheiros, observará-se “... desconcertos, injustiças e irregularidades...”<sup>231</sup> Desde 1749, uma provisão proibia até mesmo “consentir que os brancos assistão com escândalo nas libatas, ou povoações de negros”<sup>232</sup>. Em um outro ofício datado de 1754 registra-se: “... no Cap. 18 do regimento dos Governadores desse Reyno, ordena V. Magestade que se não consinta que os homens brancos, mulatos e prettos com calções vão aos certões pelas razões ponderadas no mesmo cap. [...] em função das desordens que os homens brancos e mulatos fazião no

<sup>230</sup> Informe de José Carvalho da Costa ao rei de Portugal. 8 de julho de 1753. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n.57.

<sup>231</sup> Resumo das candidaturas que se fez por ocasião do preenchimento do posto de capitão-mor do presidio de Cambambe. 9 de abril de 1752. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 37, n. 112.

<sup>232</sup> Resolução datada de junho de 1706 e outra de 23 de setembro de 1709, C.U., Angola, Caixa 37, n. 136-A.

certão”<sup>233</sup>. Aos brancos e mulatos atribuía-se boa parte dos roubos nas estradas que causavam grandes danos à cidade, sobretudo porque melindravam a vinda de víveres do interior para as cidades. Mas estes, ainda assim, continuaram adentrando os sertões em busca de cativos com ou sem a permissão<sup>234</sup> de governadores, como explicitam, em 29 de novembro de 1752, os Conselheiros Ultramarinos<sup>235</sup>, em resposta a uma petição de Manuel Barbosa Torres. Segundo registro do governador Antônio Álvares da Cunha, em dezembro de 1753:

“...estes e muitos outros de que se pode formar um exercito que estão metidos pelo matto sem temor de Deos nem respeito as leis de V. Magestade se tem conservadoce entre os prettos comerciando com eles e correspondendoce com todos os homens de negócio e poderosos desta cidade...”<sup>236</sup>.

O governador denuncia ainda seus antecessores por permitirem esta situação, descrevendo os malefícios que tal prática acarretava ao comércio de escravos:

“Todos estes homens ou feras que andam comerciando pelo matto tem capacitado os preceitos que as fazendas que levão são de V. Magestade e com este pretexto os obrigão a que as recebem pellos preços que lhes arbitráo elle os escravos com a mesma injustiça, e se achão alguma divida entre eles castigão aos sovas”.<sup>237</sup>

O contratador de escravos, Manuel Barbosa Torres, em outubro de 1754, entretanto, acusou a Antônio Álvares da Cunha de favorecimento de determinados indivíduos na concessão do direito de operarem como pumbeiros, fossem estes mulatos ou mesmo brancos, a depender de sua conveniência. Segundo a petição do suplicante, este solicitava o cumprimento da “... condição trinta e duas dos direitos velhos repetida substancialmente na condição de cima dos direitos novos ...”<sup>238</sup> que, segundo o suplicante, mal interpretada pelo governador, autorizava-lhe regular a entrada e saída de indivíduos do sertão. De acordo com as acusações do contratador, a não observância da liberdade dada pela Coroa a todos os pumbeiros de adentrarem no mato prejudicava seus negócios, enquanto o governador-geral lucrava com controle da entrada dos negociantes no sertão.

<sup>233</sup> Regimento dos governadores do Reino de Angola, 18 de dezembro de 1753, A.H.U., C.U., Angola, Caixa 38, n. 81; Carta do governador ao rei. 28 de março de 1754. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 39, n. 13.

<sup>234</sup> A este respeito, observamos na documentação que, ao portarem licença do governador, quaisquer homens poderiam transitar pelo interior.

<sup>235</sup> Resumo das candidaturas que se fez por ocasião do preenchimento do posto de capitão-mor do presídio de Cambambe. 9 de abril de 1752, A.H.U., C.U., Angola, Caixa 37, n. 112.

<sup>236</sup> Regimento dos governadores do Reino de Angola, 18 de dezembro de 1753. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 38, n. 81.

<sup>237</sup> Regimento dos governadores do Reino de Angola, 18 de dezembro de 1753. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 38, n. 81.

<sup>238</sup> Consulta ao Conselho Ultramarino sobre acusação de descumprimento do Direito do Contrato dos escravos por parte do governador-geral do “Reino de Angola”, movida pelo contratador. 27 de setembro de 1754. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 39, n. 69.

O procurador da fazenda real, entretanto, não acolheu a apelação do suplicante, utilizando como argumento a própria condição trinta e dois a qual se refere o contratador, porquanto a mesma fala em liberdade aos pumbeiros “... nome que se não da aos brancos, que entrão no sertão...”<sup>239</sup>. Em outras palavras, a liberdade de entrada de pumbeiros no sertão, a qual se referia o contratador, em verdade, limitava-se pela própria qualidade étnica de indivíduos que poderiam fazê-lo sobre o título de pumbeiro.

Os problemas causados entre o governador-geral do “Reino de Angola” e os contratadores, por conta das licenças de entrada e saída para o resgate de escravos no interior, fora tão sério, que Antônio Álvares da Cunha chega a sugerir que se abandone o formato de comércio de escravos através de contrato e que passe a fazenda real a administrar os direitos dos escravos, como consta no relatório de 5 de fevereiro de 1755<sup>240</sup>.

Em Lisboa, uma carta provavelmente endereçada ao Secretário de Estado por pessoa da qual apenas nos foi possível identificar o segundo nome, Bastos, aos 31 dias do mês de agosto de 1757, denunciava serem os moradores de Angola, capitães-mores e os já referidos governadores-gerais os principais beneficiários da restrição imposta aos indivíduos que poderiam ou não entrar nos sertões. Assim sendo, segundo Bastos, o governador e capitães-gerais:

“... pelos seus pombeiros e adherentes, são os que fazem este comercio por que quando haja algum negro que por mais abastado ou mais inteligente possa conduzir a cidade algum lote de trinta ou vinte escravos haverá infinitos no interior do sertão que tendo hum ou dois escravos não deixem suas casas para os hirem vender na cidade; porque a dificuldade da jornada e as despesas que há de fazer lhes tirão esta vontade...”<sup>241</sup>.

Em 10 de junho de 1762, João José de Lima coloca, de forma clara, as razões pelas quais o governador-geral buscava impedir a entrada de brancos no sertão. Estes, melhor capitalizados que os pumbeiros, adentravam nas feiras e negociavam com os dignitários africanos e, no ímpeto de conseguirem as melhores “peças”, “[...] ainda que lhes sejam taxados o valor que devem dar por cada escravo, sempre avantajão por muitos modos, jã dando mais que o estipulado a titulo de dadiva, jã a titulo de mimo que mandam a este, ou aquele Potentado”<sup>242</sup>. Por outro lado, segundo o João José de Lima, os agentes dos moradores que mercavam no sertão

<sup>239</sup> Consulta ao Conselho Ultramarino sobre acusação de descumprimento do Direito do Contrato dos escravos por parte do governador-geral do “Reino de Angola”, movida pelo contratador. 27 de setembro de 1754. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 39, n. 69.

<sup>240</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha a Diogo de Mendonça Corte real. 5 de fevereiro de 1755. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 40, n. 7.

<sup>241</sup> Carta de Bastos. 31 de agosto de 1757. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 41, n. 49.

<sup>242</sup> Carta de João José de Lima. 10 de junho de 1762. A.H.U., C.U., Angola, caixa 45, n. 53.

angolano, por não disporem de grande quantidade de fazendas, buscavam, ao contrário dos brancos abastados, regatear no preço. Neste caso em específico, João de Lima utiliza-se das folhinhas, tecido já definido anteriormente, para explicar a condição em que se dava o negócio dos escravos no sertão angolano:

“... pretos descalços livres e escravos pombeiros dos moradores deste Reyno, não hê justo que estes se privem de hir livremente dentro do Certão ao seu negocio, porque não são capazes de excessos por titulo algum, mas também por ser o seu negocio de pouca quantidade , e o mais que se estende de cada hum são de dez até quinze escravos, e como levam restringida a fazenda para este numero ou por seus senhores, ou por sua pobreza e genio apocado, não se estendem a ventear valor deles, e desejão fazer de huma pessa de folhinha, ou de outra qualquer couza duas, e assim não podem fazer negocio nas Feiras em que existem brancos...”<sup>243</sup>.

Esta situação, entretanto, já se prolongava há algum tempo. Em setembro de 1758, ou seja, quatro anos antes, o governador-geral Antônio de Vasconcelos informava de uma escalada no preço dos escravos. Fato esse que se devia, segundo ele, a prática de determinados homens brancos que desviavam das feiras os comerciantes africanos que levavam os escravos, como se vê na descrição abaixo:

“... trazendo pelas entradas terceiros a atravessar e prometer antecipadamente maior quantia que conduzem as Quibucas<sup>244</sup> os desvião de ir com elas ao lugar destinado para feira, e os encaminhão para as casas particulares da qual desordem so se utilizam os mesmos pretos, porque concluindo para aquelas antecipadas diligencias a ambição dos negociadores sabem com maçiva sagacidade, aproveitar della para cada dia lhe pedir mayor porção de fazendas pelos cativos na suposição infalível de que não querendo aquelle acharão logo outro [?] de se o que pedirem...”<sup>245</sup>

Segundo o governador-geral Antônio de Vasconcelos, em 1759, teriam sido os escrivães das feiras enviados de Luanda para regular o comércio no sertão e coibir o desvio dos “pretos que conduzem as quibucas”, que introduziram esta inovação na forma de se fazer comércio de escravos<sup>246</sup>.

E, deste modo, na década de 60 de Setecentos, segundo José Joseph de Lima, a debilidade econômica dos moradores da cidade de Luanda saltava aos olhos. A captação de recursos era mínima, não lhes sendo possível resgatar mais do que dez ou quinze escravos por

<sup>243</sup> Carta de João José de Lima. 10 de junho de 1762A.H.U., C.U., Angola, caixa 45, n. 53.

<sup>244</sup> As quibucas eram o quantitativo de mercadorias diversas que serviam para a compra de 1 escravo.

<sup>245</sup> A.H.U., C.U., Angola, Caixa 42, n. 89.

<sup>246</sup> Carta do governador-geral Antônio de Vasconcelos. 10 de novembro de 1759. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 42, n. 89.

entrada. O endividamento destes pequenos comerciantes lhes impelia a penhora dos bens de que dispunham, uma situação que só adiava a falência financeira<sup>247</sup>. Paralelo a isso, a concorrência dos grandes armadores e seus agentes, tornava ainda mais difícil a sobrevivência destes moradores. Talvez estes factores expliquem a escalada da violência sobre as populações africanas, descrita pelos governadores, no período abarcado neste estudo e as tentativas de controlar aqueles que, no sertão poderiam adentrar para comerciar.

A escravização indiscriminada de indivíduos livres por parte dos sertanejos<sup>248</sup> – aqueles que adentravam ao sertão para mercar com recursos próprios ou, na sua grande maioria, financiados por mercadores lisboetas e/ou portugueses do Brasil – culminou com uma vasta documentação referente as represálias de sobas africanos contra os sertanejos no interior de Angola.

Em ofício endereçado ao Conselho Ultramarino, D. Antônio Álvares Cunha, governador de Angola (1753- 1758), denuncia os abusos cometidos por comerciantes no perímetro da conquista, trazendo para serem vendidos na cidade de Luanda, todos os dias, “infinitos pretos livres”<sup>249</sup>. Em Março de 1755, relatos de uma escravização aleatória de homens livres por parentes e vizinhos mostraram ser um problema usual, segundo o governador de Angola:

“... os negros que costumão imitar os brancos, vendendo os seus parentes forros os mando asoutar na grade da cadeia e remeter [...], e destes homens havia tais que tinham vendido toda a sua geração e vizinhos, pelo que as províncias se despovoavam e o prejuízo que resultava ao Reyno hera manifesto ...”<sup>250</sup>

Em 1762, no governo de Antônio de Vasconcelos, a situação permanecia a mesma. Dentro da conquista, práticas irregulares de escravização de populações *a priori* livres, colocava em cheque a própria conquista, na medida em que desestabilizava um dos principais alicerces do “Reino de Angola”: os atos de vassalagem. José Joseph de Lima<sup>251</sup>, curador dos pretos,

<sup>247</sup> Carta de João José de Lima aos senhores da Junta do comércio. 25 de junho de 1762. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 45, n. 53.

<sup>248</sup> Segundo Ferreira (2012), em Luanda e Benguela, disputavam vantagens da governação os chamados mercadores expatriados e moradores. Dentre estes, havia aqueles que optavam por adentrar nos sertões para comercializar diretamente nas feiras, sendo denominados de sertanejos. Os sertanejos, deste modo, “supervised the transport and sale of imported goods in the sertões and were largely criminals exiles (degradados), former sailors from Brazil and Portugal, and locally born members of mulato and black families.” (FERREIRA, 2012, p. 32).

<sup>249</sup> Ofícios do governador D. Antônio Álvares da Cunha. 21 de dezembro de 1753, A.H.U., C.U., Angola, caixa 38, n.82.

<sup>250</sup> 21 de março de 1755. Carta que envio Antônio Álvares da Cunha ao Conselho Ultramarino. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n.25.

<sup>251</sup> João José de Lima se apresenta como tutor dos “... dos pobres pretos miseráveis”, segundo o mesmo, cargo que lhe foi instituído pela ordem de Sua Majestade em 14 de novembro de 1761. ” 25 de junho de 1762. Parecer

solicitado pelo governador e demais senhores da junta do comércio a opinar sobre a ordem de Sua Majestade de 14 de novembro de 1761, na qual deveria se estabelecer feiras na jurisdição dos presídios e distritos, além de reforçar o controle daqueles que efectivamente poderiam adentrar ao sertão, descreve o estado de desorganização, corrupção e brutalização impetrada pelos “intermediários do tráfico”<sup>252</sup> ao sistema de escravização africana:

“... e muitas vezes os comprão [referindo-se ao intermediários não autorizados a adentrar no sertão para comercializar] a forsa, obrigando os donos a aseitarem o que não querem, e em outros ocasiões acarinhando-os lhes introduzem farinhas fiadas, e depois de pouco tempo entrão a cobra-lhas violentamente, e se lhas não pagão, logo fazem prezas nos filhos, e parentes, que sendo libertos, como escravos os mandão a esta cidade e se embarção para o Brasil, que por brutos não sabem apelar a sua liberdade, pois poucos são os que o fazem, e muitas vezes padece-se esta por não poderem provarla, por virem do Certão dentro aonde so sam conhecidos, obrigando também a referida gente por onde passão, e assistem aos Potentados Vassalos de S. Magestade, por obedienticosos a lhes darem gratuitamente, não sô o sustento necessário para eles, e escravatura, mäs ainda o superfulo, distinguindo-lhes assim todos os viveres sem consideração que poderão tornar a passar, ou estar naquelas partes”<sup>253</sup>.

A documentação analisada por Ferreira (2012) dá-nos ciência da repercussão destas represálias no seio do corpo administrativo em Luanda e Benguela, forçando medidas de controle e punição aos comerciantes acusados de cometerem tais atos. A Coroa temia que a ação destes comerciantes nos sertões de Angola causasse, como de fato já se evidenciava, sérias perturbações sociais, desorganizando as pequenas libatas. Parte da população livre que vivia sob o jugo dos sobas, “vassalos da Coroa portuguesa”, receosos de serem convertidos de modo contingente à escravidão, fugiam, como assim escreveu João Joseph:

“[...] pelo que vivem hoje muitos pobres, e desconsoladamente, que muitos por não poderem sofrer tanto, desistem da obediencia e vassalagem, e se entrão dentro do certam a viverem subordinados a outros [...]”<sup>254</sup>

---

que deu João Joseph de Lima a junta a respeito da regulação do comércio dos escravos. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 45, n. 53.

<sup>252</sup> Neste particular, optamos por não utilizar o termo *pombeiros*, haja vista que na documentação a ausência do termo para referir-se aos indivíduos que adentravam no sertão ainda que não autorizados a fazê-lo, nos indica que o termo *pombeiros*, tal qual utilizado na época, se aplica não apenas para categorizar a atividade de adentrar ao sertão e negociar a compra de escravos junto aos dignitários africanos, mas, também, a condição de legalidade destes indivíduos, sob o ponto de vista da administração portuguesa em Luanda. Para além deste fato, como já nos referimos neste texto e se confirma na citação que se segue, a condição de *pombeiro* estava ligada a qualidade étnica, não podendo ser os brancos, sob hipótese nenhuma, caracterizados como tal. A exemplo, segue transcrição de parte do documento escrito por João José Lima: “...E como a referida gente branca, e mais reputada por tal são os que obrão os referidos excessos [os excessos se referem as práticas descritas por João José, já transcritas no corpo deste texto], não os pretos descalssos livres e escravos *pombeiros* dos moradores deste Reyno”. Carta de João Joseph de Lima a Junta do Comércio. 10 de junho de 1762. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 45, n. 53.

<sup>253</sup> Carta de João Joseph de Lima a Junta do Comércio. 10 de junho de 1762. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 45, n. 53.

<sup>254</sup> Carta de João Joseph de Lima a Junta do Comércio. 10 de junho de 1762. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 45, n. 53.

Por outro lado, há que se ter em conta que se vivia, também no “Reino de Angola”, um movimento político, pautado em ideias iluministas, dirigido pelo então secretário de estado português, o Marquês de Pombal (1755-1777), onde se buscava um maior ordenamento do espaço, em outras palavras, “territorialização do Estado” de modo a “civilizar” e “polir” a “conquista”. (SILVA, 2005:171-172).

Mas quem eram estes homens brancos que desafiavam as ordens proibitivas da Coroa de entrada nos sertões? Quem eram estes indivíduos destemidos, capazes de abandonar a “segurança” da cidade de Luanda para irem se arriscar às intempéries e demais doenças do interior de Angola? Antônio Álvares da Cunha denuncia que a maior parte era composta por indivíduos degredados e degredadas<sup>255</sup>, condenados por qualquer tipo de delito cometido na metrópole, alguns sentenciados pela Inquisição por serem “hebreus de nação”<sup>256</sup> e, por essa razão, cumpriam a pena de exílio no “Reino de Angola”<sup>257</sup>. A difusão da prática de circuncisão entre os africanos dos sertões, mas especificamente os que nas margens do rio Bengo habitavam, fora outro indício levantado pelo governador para, não apenas afirmar a existência dessa “categoria” de brancos comerciantes mas, também, denunciar os efeitos maléficos desta coexistência. A circuncisão, realizada em crianças africanas, ocorria em cerimônias desenvolvidas por “...um preto que tinha o ofício de circuncizar...”<sup>258</sup>, nas margens do rio Bengo, contribuindo, aos olhos do governador, para a extinção do catolicismo entre os negros.

Outra categoria de brancos, apontada pelo governador Antônio Álvares da Cunha, que causavam sérios transtornos nos sertões, era composta pelos régulos<sup>259</sup>, dentre estes, o frei carmelita Lourenço de Jesus Maria. Este frei possuía mais de 100 homens negros sobre seu comando, e “... levantava naqueles distritos tropas com seus oficiais, bandeiras e caixas de

<sup>255</sup> Entre os anos de 1714 e 1757, estima-se que 70 mulheres foram do Brasil para Angola na condição de degredadas. (PANTOJA, 2000:558).

<sup>256</sup> A este respeito, Heywood (2008) informa da participação de cristãos novos dentre os colonizadores lisboetas em Angola, sobretudo no século XVIII. Segundo documentação da época, analisadas pela historiadora, estes indivíduos eram registrados na municipalidade de Luanda como “exilados ciganos e judeus”. A grande maioria destes homens se dedicava ao comércio, mas podiam ocupar cargos públicos. Ao casarem-se ou amancebarem-se com mulheres africanas contribuíam para o aumento da população de mestiços no “Reino de Angola”. (HEYWOOD, 2008: 105). Os judeus aparecem entre a classe de comerciantes que se formou no Congo e em Angola desde o século XVI. (BIRMINGHAM, 1981:58;81).

<sup>257</sup> Segundo Boxer (2012), o período pombalino (1755 – 1777) representou para os cristãos novos um alívio às perseguições religiosas instituída pela Igreja católica através da inquisição haja vista ter Pombal posto fim a “distinção legal e social entre cristãos velhos e cristãos novos.”. (2012:191).

<sup>258</sup> Regimento dos governadores do Reino de Angola, 18 de dezembro de 1753. A.H.U., C.U., Angola, caixa 38, n. 81.

<sup>259</sup> Heywood (2008), assinala o envolvimento de uma parte significativa dos religiosos em Angola com o comércio a tal ponto de esquecerem-se de suas obrigações enquanto líderes religiosos. Estes homens chegavam ao ponto de adotarem hábitos mundanos, envolvendo-se intimamente com mulheres africanas e contribuindo para o alargamento do quantitativo de mestiços.



guerra, com elas oprimia e arruinava os vassallos de Sua Magestade...”<sup>260</sup>. Ainda que não esteja escrito de forma explícita a sua relação com o comércio, inferimos que este estivesse de algum modo envolvido pois, em dezembro de 1754, escreve o governador “... O Reyno fica presentemente em grande paz, e aquietação porque os homens brancos que tirei do sertão, que viviam como régulos, eram os que perturbavam o sucego publico e embaraçavam o comercio...”<sup>261</sup>.

Os degredados reinóis, por sua vez, constituíam outra categoria de homens brancos que, surgem na documentação, como sujeitos inclinados a crimes de lesa-majestade. Tal qual o degredado português José Álvares de Oliveira<sup>262</sup>, mentor da fracassada sedição de 1762, architectada na cidade de Luanda, tantos outros sonhavam com a liberdade de comercializar com os estrangeiros nos portos acima de Luanda. Fato que surge como motivo de preocupação por parte de José da Silveira em carta endereçada ao então governador do “Reino de Angola”, em 15 de Março de 1768.<sup>263</sup>

Deste modo, observamos que as atividades comerciais eram exercidas, muitas vezes, em paralelo a outras atividades laborativas, mesmo indo-se de encontro as ordens reais de ordenamento do tráfico de escravos. O que de fato interessava a estes homens era acessar as vias que lhes levassem ao enriquecimento. Daí emergirem as disputas entre os diversos comerciantes por uma maior parcela do quantitativo de escravos disponíveis no sertão. Inflacionando o preço dos escravos, na medida em que desviava-os para a casa de particulares, em detrimento das feiras, os homens de maior cabedal levavam vantagens nas trocas comerciais do serão. A abundancia de fazendas com as quais comerciavam lhes permitiam distribuir “mimos” aos chefados, garantindo desta forma, favorecimento na compra dos escravos. Os comerciantes locais viam-se, assim, impedidos de concorrer com as mais ardilosas formas de se fazer o comércio no sertão. Outros, impunham o crédito às populações africanas, obrigando-as a contrair dívidas a serem quitadas na forma de africanos escravizados, promovendo uma total corrupção das normas de escravização africana.

---

<sup>260</sup> Carta de António Álvares da Cunha, governador de Angola, a respeito de ter encontrado ouro e do procedimento do missionário carmelita, Frei Lourenço de Jesus Maria. 6 de dezembro de 1754. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n. 93.

<sup>261</sup> Carta do governador António Álvares da Cunha ao rei. 8 de dezembro de 1758. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n. 96-A.

<sup>262</sup> Juízo de Inconfidência. 1763. A.H.U., C.U., Angola, caixa 46, n. 1.

<sup>263</sup> Carta de José da Silveira. 15 de Março de 1769. A.H.U., C.U., Angola, caixa 58, n. 8.

### 2.3. TECIDOS EUROPEUS E COBRANÇA DE IMPOSTOS NO SERTÃO ANGOLANO

A concessão da administração portuguesa, a exemplo do contrato do direito dos escravos, também se estendia a arrecadação dos impostos no sertão. Através do leilão dos “Dizimos Reais da cidade de São Paulo de Assunção e Luanda”<sup>264</sup>, o contratador do direito dos dizimos, durante três anos, poderia arrecadar os dízimos dos criadores e produtores dos víveres, hortaliças, verduras, frutos, grãos, raízes e fumo, produzidos por Angola. Os “rameyros e cobradores”<sup>265</sup>, também denominados de dizimeiros, como eram chamados os funcionários do contrato encarregados da cobrança dos impostos da Coroa, adentravam as regiões mais inóspitas para fazer valer o direito do contratador, sob os olhares contenciosos do capitão-mor e, vertiam para seus próprios bolsos e os da Coroa, os poucos recursos de que dispunham as “casas”<sup>266</sup>. Em 1755, a Coroa lucrava com este contrato oito contos e cinquenta mil réis, quantia definida como “limitadíssima” pelo governador-geral Antônio Álvares da Cunha. Segundo este, o valor arrecadado não compensava os distúrbios causados pelos dizimeiros às populações no interior da “conquista”, resolvendo então suspender o contrato até ordem em contrário do rei de Portugal.

Os dizimeiros, assim como quaisquer outros funcionários da Coroa, estavam proibidos de comercializar. No entanto, infringiam a lei pela facilidade que tinham de transitar no *hinterland* angolano haja vista que seus títulos de “... rendeyros dos dízimos e seus cobradores Tizoureyros da Bulla da Cruzada e Oficiais de Defuntos e Presentes...”<sup>267</sup>, não dependiam de licenças para entrada no sertão angolano. Deste modo, poderiam tomar parte no negócio dos escravos nos sertões. Muitos atendiam a sua empresa com grande violência e se faziam temidos dentro do perímetro da conquista, como deu notícia o capitão-mor do Presídio das Pedras, em 1754, a respeito de um Antônio da Costa Caldeyra<sup>268</sup>. Morador e casado na cidade de Luanda, Antônio possuía concubinas no sertão e, apesar de estar ligado ao Presídio de Cambambe, por

<sup>264</sup> Auto de arrematação dos dízimos reais. 28 de Julho de 1755. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 53. Vale ressaltar, segundo Santos (2005: 123) que os dízimos faziam parte de um conjunto de obrigações as quais estavam sujeitos os sobas vassallos da Coroa portuguesa.

<sup>265</sup> Bando lançado pelo governador Antônio Álvares da Cunha. 4 de Março de 1756. A.H.U, C.U., Angola, caixa 40, n. 63.

<sup>266</sup> As casas se referem ao núcleo familiar de como se organizavam as populações nos distritos das áreas conquistadas. Bando lançado pelo governador Antônio Álvares da Cunha. 4 de Março de 1756. A.H.U, C.U., Angola, caixa 40, n. 63.

<sup>267</sup> Regimento dos governadores do Reino de Angola, 18 de dezembro de 1753. A.H.U, C.U., Angola, caixa 38, n. 81.

<sup>268</sup> Carta escrita pelo capitão-mor do presídio das Pedras. 1754. A.H.U, C.U., Angola, caixa 39, n. 99.

ser lá o dizimeiro, transitava pelas terras do sova Gunza Ambanby, localizado na jurisdição do presídio das Pedras, donde levava sua lei a qualquer lado que fosse. Neste mesmo ano, matara um preto forro nas terras de um “soveta” vassalo de Gunza Ambanby, que diziam ser filho do Soba Cabaco, da jurisdição de Embaca, por ciúmes que tivera do envolvimento deste com uma de suas concubinas.

Ao que tudo indica, o capital necessário para fazer circular o comércio de escravos, no caso dos dizimeiros, mas também outros funcionários da Coroa, a atuar no sertão, se dava pela própria cobrança de impostos. Ainda que não fosse uma forma de captação ilegal de recursos, haja vista que concorriam em leilão público, administrado pela própria Coroa para o direito de cobrarem e reterem os impostos devidos à metrópole, os contratadores do dízimo sufocavam as populações subordinadas à Coroa portuguesa. Segundo Antônio Álvares da Cunha, desde o governo do Conde de Lavradio já se tinha notícia da ida de moradores das pequenas libatas a Luanda para queixar-se da situação sem, entretanto, lograrem sucesso de terem as suas queixas ouvidas, pois antes mesmo de se pronunciarem as autoridades, os contratadores os intimidavam, obrigando-os a retornar as suas regiões de origem. Na época em que o governador-geral Antônio Álvares da Cunha escreve, em 1755, já se observava um esvaziamento de algumas áreas, sobretudo as margens do rio Kwanza e Lucalla, donde os negros, mediante ostensivas extorsões buscavam refúgio junto a potentados mais distantes, não subordinados a Luanda, a exemplo das regiões controladas pelas “sucessoras da rainha Ginga”<sup>269</sup>.

Os gêneros em que eram pagos estes impostos variavam no tempo e no espaço da cobrança, podendo ser sob a forma de pedras de sal, peças da índia (escravos), côvado e meio de baeta ou oitava parte de peça de sarafina, como se vinha praticando na época de Antônio Álvares da Cunha. Nas regiões em que a navegação fluvial era impraticável, Apolinário Francisco - o mesmo que se dispôs a lutar voluntariamente pela Coroa portuguesa, como já nos referimos anteriormente - ressurge ao final da década de 40 de Setecentos como capitão-mor, introduzindo o costume de se pagar os tributos com duas pedras de sal ou gênero equivalente, alternado a prática do pagamento em escravos que vigorou até o ano de 1748 nas províncias de Lucamba, Dongo e uma terceira (não identificada em razão da gráfia ilegível), todas situadas na Jurisdição de Ambaca. Para além destes artigos, que constituíam os impostos de fato, alguns víveres eram “confiscados” a título de ajuda de manutenção dos dizimeiros<sup>270</sup>. O contrato

<sup>269</sup> Bando lançado pelo governador Antônio Álvares da Cunha. 4 de março de 1756. A.H.U, C.U., Angola, caixa 40, n. 63.

<sup>270</sup> Bando lançado pelo governador Antônio Álvares da Cunha. 4 de março de 1756. A.H.U, C.U., Angola, caixa 40, n. 63.

arrematado por Manuel Rodrigues Ferreira Porto, em julho de 1755, garantia liquidez aos produtos de que dispusesse, por conta da arrecadação assim que fossem enviados a costa<sup>271</sup>. A farinha, feijão, gado e milho, arrecadado pelos dizimeiros, possuíam a preferência da Coroa na compra de tudo que se necessitasse os Armazéns Reais, com preço obviamente ajustado pelo provedor da fazenda, Os dizimeiros constituíam-se, desse modo, importantes negociantes que operavam de dentro das lógicas africana e atlântica porquanto, os gêneros em que arrecadavam os impostos constituam evidências dos principais objetos-moeda que circulavam no perímetro da conquista. Assim sendo, a cobrança dos dízimos em tecidos tinha por finalidade financiar o comércio praticado pelos “servos do rei”. Neste sentido, as formas de financiamento do tráfico de escravos, sobretudo daqueles “proibidos” de o fazerem, nem sempre dependiam dos armadores da costa ou dos comerciantes moradores de Luanda e Benguela. Muitos agentes administrativos da governação encontraram no sertão as fazendas do atlântico de que necessitavam para mercar.

De modo indireto, os dizimeiros também impunham a aquisição dos produtos do Atlântico pelos moradores das províncias, obrigando estes a manter objetos-moeda sob sua posse para satisfazerem os impostos duas vezes ao ano. Assim sendo, os tecidos, em 1755, se sobrepuseram a arrecadação em sal, e eram com fazendas europeias, a adentrar estas localidades, que as dívidas tributárias eram pagas. Segundo a descrição de Antônio da Costa, em 1755, na província do Dongo, situada no distrito de Ambaca, por exemplo, constam existirem mais de setenta mil casinhas obrigadas a pagarem os impostos na forma de côvado e meio de baeta, oitava parte de serafina ou outro gênero aceito pelos dizimeiros, o que equivalia a quatro pedras de sal que de costume cada casinha estava obrigada a pagar.<sup>272</sup> O “fabricante desta idéia” - de se pagar com tecidos - teria sido, segundo o governador-geral Manuel da Silva Guimarães, irmão e sócio de Antônio da Silva Guimarães, funcionário da real fazenda. Entre os anos de 1751 a 1753, Manuel da Silva Guimarães havia sido dizimeiro.

Para satisfazer as dívidas tributárias, entretanto, os habitantes destas povoações eram obrigados a despir suas próprias mulheres e filhos. Informação que nos habilita inferirmos da ampla utilização das baetas e serafinas pela população ordinária, ao menos no que diz respeito àqueles que residiam nas libatas da jurisdição de Ambaca. Se por um lado, determinados tecidos europeus puderam ser adquiridos e mesmo acumulados pelos habitantes da “conquista” seu acesso era restrito. Se assim não o fosse, não haveria tantos africanos, como bem assinalou

<sup>271</sup> Auto de arrematação dos dízimos reais. 28 de julho de 1755. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 53.

<sup>272</sup> 11 de dezembro de 1755. Cópia do bando que mandou lançar o governador-geral “afim de evitar que os dizimeiros não pudessem senão nos mesmos [?] que as terras produzissem”. A.H.U, C.U., Angola, caixa 40, n. 63.

Antônio Álvares da Cunha, a abandonarem suas “casinhas”, às margens do rio Kwanza e Lucala, em busca de refúgio fora do perímetro da “conquista”.

Apesar da tentativa de Antônio Álvares da Cunha de cessar a cobrança de dízimos, esta atividade persiste ao longo dos anos como atesta, em 3 de fevereiro de 1769 o “Acordão em Junta proferido nos autos do reu Manuel da Fonseca Negrão”<sup>273</sup>. Manuel da Fonseca atuava como dizimeiro na região de Massangano e atiara fogo em duas casas de Thio Luis Ferreira de Pontes, onde o reu estocava as fazendas e demais gêneros fruto da cobrança de impostos.

#### 2.4. AS “FAZENDAS DO REI” ERAM AS QUE TINHAM MELHOR SAÍDA

A utilização dos cargos públicos para benefício do fluxo e despacho para o sertão das mercadorias as quais os funcionários da Coroa não estavam autorizados a fazê-lo, se confirmou como prática recorrente no “Reino de Angola” para o período aqui tratado. Em fevereiro de 1754, o governador-geral do “Reino de Angola”, Antônio Álvares da Cunha, passa uma carta provisão para o preenchimento do ofício de escrivão da fazenda real por Antônio de Faria e Mello, natural da cidade de Luanda que havia sido bem recomendado pelo Dr. provedor da fazenda real, Antônio de Campos Rego. O cargo de escrivão era, até então, ocupado por Antônio da Silva Guimarães, também descrito como capitão da Fortaleza de Penedo e que encontrava-se preso e com seus direitos de exercer cargos administrativos e militares suspensos, autuado pelo delito de comercializar na vila de Massangano<sup>274</sup>. Antônio Guimarães possuía como parceiro de suas atividades “ilícitas” o capitão Faustino Luís da Silva. Ao que consta, os mesmos eram proprietários da galera Nossa Senhora da Penha de França Santa Anna e Almas, que atuavam no tráfico de escravos por sua conta e risco. Seus lucros eram tão vultuosos que segundo o informe redigido por Antônio Faria e Melo, viviam os réus exclusivamente do comércio que praticavam. Os salários pelo cargo que ocupavam eram apenas um complemento da principal renda advinda dos negócios das fazendas no sertão angolano.

As mercadorias para o dito comércio eram, sobretudo, fazendas que vinham consignadas do porto de Lisboa e outros portos do Brasil. Os negros carregadores, encarregados de levarem as mercadorias para o sertão, quando da devassa para levantarem as provas contra os réus

<sup>273</sup> Acordão em Junta proferido nos autos do réu Manuel da Fonseca Negrão .3 de fevereiro de 1769. A.H.U., C.U., Angola, caixa 53, n. 37.

<sup>274</sup> Informe ao governador da assunção de Antônio de Faria e Melo ao cargo de escrivão da fazenda real. 14 de novembro de 1754. A.H.U., Angola, Caixa 39, n. 12; 9 de março de 1754, A.H.U., Angola, Caixa 39, n. 12.

supracitados, informaram apenas que as mercadorias pertenciam ao “*maniputo*<sup>275</sup>” que, segundo o escrivão Antônio de Faria Melo, significava rei, na língua portuguesa. Depoimento este que não convencera o provedor da fazenda real do “Reino de Angola”, Antônio de Campos Rego, certo que estava do fato das mercadorias pertencerem exclusivamente aos réus.

O fato é que, alegando-se serem as fazendas de propriedade do rei, ficavam Antônio da Silva Guimarães e seu sócio, donos da carga, isentos de pagarem os transportes, para além das facilidades na saída das mercadorias para a compra de escravos no sertão angolano, haja vista que as fazendas pertencentes ao rei possuíam preferência junto aos compradores. O envolvimento de escrivães da Fazenda com o tráfico de escravos não era novidade introduzida por Antônio Guimarães, porquanto muitos utilizaram-se do posto que ocupavam para fazer passar por gêneros do rei, as suas próprias mercadorias. Deste modo, acumulavam muitas riquezas ao ponto de colocarem em risco seus postos na administração da colônia. Segundo o governador Antônio Álvares, “... sempre os escrivães da Fazenda farão negocio porque dele tirão as maiores utilidades ...”<sup>276</sup>. Presos os delinquentes, não ficavam mais do que alguns poucos dias na prisão como ocorrera a Antônio Guimarães.

## 2.5. SERAFINAS, LINHOS E FARDAMENTOS NO COMÉRCIO DE TECIDOS EM ANGOLA

As condições financeiras na qual a Coroa manteve a soldadesca constituíram importante elemento para os descaminhos dos agentes da governação portuguesa no “Reino de Angola”. Diversos governadores descreveram a carestia dos alimentos nas cidades de Luanda e Benguela, alertando para a inviabilidade destes homens poderem sobreviver com os soldos que lhes eram pagos. Para que tenhamos uma ideia, o governador Antônio Álvares da Cunha, em 1753, afirma ser a cidade de Luanda muito mais cara que a cidade do Rio de Janeiro, e os gêneros vendidos em Luanda, pelo menos três vezes mais custosos que o valor cobrado em Lisboa<sup>277</sup>. Entretanto, no Rio de Janeiro, o soldo<sup>278</sup> era de 15 tostões/mês, ao passo que em Luanda não passavam de

<sup>275</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha a Diogo Mendonça Corte Real. 16 de março de 1755. A.H.U., Angola, Caixa 39, n. 12.

<sup>276</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha a Diogo Mendonça Corte Real. 16 de março de 1755. A.H.U., Angola, Caixa 39, n. 22.

<sup>277</sup> A respeito dos custos em Luanda, o governador nos dá alguns exemplos: “... aonde hum par de sapatos ordinários custa dezoito testoinz, e a lavagem da camisa cem réis, e nada menos, a esta proporção e tudo o mais ...”. (Carta do governador geral Antônio Álvares da Cunha. 1753. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 39, n. 29).

<sup>278</sup> Sobre a comparação entre os soldos praticados no Rio de Janeiro e Luanda, cf. Ofícios do governador D. Antônio Álvares da Cunha. 21 de dezembro de 1753. A.H.U., Angola, Caixa 38, n. 82.

5 tostões/mês<sup>279</sup>. Agravava-se a situação por terem que, deste valor, contribuir com 1 vintém por mês para a irmandade<sup>280</sup>. Para além de se alimentarem, um homem em Luanda deveria “... pagar barba, roupa lavada, comprar sapatos, meias, camisas, e tudo mais o que lhe he preciso para aparecer vestido e limpo nas repetidas ocasiões da sua obrigação.”<sup>281</sup>. A consequência desta situação bem descreveu Antônio Álvares Cunha: “... roubos e desordens, as continuas infirmitades, e o grande numero de homens que todos os anos se perdem, por mortos, e fugidos, com tanto detrimento do Real serviço.”<sup>282</sup>. Em um outro ofício datado de 16 de junho de 1754<sup>283</sup>, o governador chega a dizer que se viu obrigado a oferecer o jantar a tropa, em sua casa, ou seja, a suas custas, para que os mesmos não morressem de fome. A acomodação destes homens também era precária pois, até o período de vigência do governo de Álvares da Cunha, quando se mandou construir quartéis, os soldados dormiam nas senzalas junto com os negros.

Os parcos salários da soldadesca contribuíam para o endividamento destes. Quando da execução da dívida, poderiam perder, no sentido literal da expressão, a própria roupa do corpo. A este respeito, Antônio Álvares da Cunha, em um dos ofícios endereçados ao secretário de estado, Diogo de Mendonça Corte Real (1750-56), informa da situação de um soldado de nome Luterio Pereira que, tendo saído em uma expedição para averiguação da existência de ouro no rio Lombige e Sifua, recebeu o aviso que “... o tesoureiro dos defuntos e ausentes sacara huma ordem para lhe fazer penhora nos seus trastes que deixou em sua casa por sento e tantos mil reis que lhe deve sem ser divida de juízo...”<sup>284</sup>

Como já nos referimos anteriormente, o pagamento dos soldados dava-se não apenas em moedas de cobre, mas repartia-se em outros gêneros como exequês<sup>285</sup> de farinha - ao menos até 1760 quando deixa de compor o pagamento da soldadesca<sup>286</sup> - e tecidos para fardamento. Os contratadores do direito dos escravos estavam obrigados por uma das cláusulas do contrato

<sup>279</sup> Ao compararmos os ofícios do governador Antônio Álvares da Cunha, para o mesmo período e a utilização de vocábulos distintos para nomear a unidade monetária, observamos que 1 tostão equivalia, neste período a 100 réis e 20 réis equivalia a 1 vintém. (Ofícios do governador D. Antônio Álvares da Cunha. 21 de dezembro de 1753. A.H.U., C.U., Angola, caixa 38, n.82).

<sup>280</sup> A respeito das contribuições feitas a irmandade ver Ofícios do governador D. Antônio Álvares da Cunha. 21 de dezembro de 1753. A.H.U., C.U., Angola, caixa 38, n.82.

<sup>281</sup> Ofícios do governador D. Antônio Álvares da Cunha. 21 de dezembro de 1753. A.H.U., C.U., Angola, caixa 38, n.82.

<sup>282</sup> Ofícios do governador D. Antônio Álvares da Cunha. 21 de dezembro de 1753. A.H.U., C.U., Angola, caixa 38, n.82.

<sup>283</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 16 de junho de 1754. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 39, n. 27.

<sup>284</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 16 de junho de 1754. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 39, n. 27

<sup>285</sup> Segundo Lima e Bordalo (1844: 45), em trabalho sobre o sistema de medidas no século XIX nas possessões portuguesas na África Ocidental informa: “farinha de mandioca 3\$444 réis o exequê, ou 836 réis o cazunguel (medida um pouco maior que o alqueire de Lisboa). Deste modo, o exequê é uma unidade de medida portuguesa.

<sup>286</sup> Santos, 2005, p. 82.

arrematado a prover o fardamento dos soldados enquanto os administradores e feitores, empregados dos contratadores, eram os que de fato operacionavam este pagamento. Diante da impossibilidade de sobreviver com os cobres que raramente lhes eram dados, os soldados buscavam otimizar o soldo recebido e, ao invés de consumi-los, transformava-os em capital de troca. Os sacos de farinha a que tinha direito anualmente o soldado, segundo Antônio Álvares Cunha, eram trocados por fazendas em antecipado<sup>287</sup>. Em outras palavras, os feitores - responsáveis por esta operação, vendiam as fazendas pelo dobro do preço de que valiam em troca da farinha. Com as fazendas em mãos, os soldados as negociavam por pouco mais de um quarto do que lhes havia custado. Passados poucos dias, o capital resultante da troca findava, restando ao soldado a mendicância, os pequenos furtos ou as fugas para o sertão.

Estas fazendas eram de qualidades inferiores, quase sempre em mau estado e seu principal material era o que Álvares da Cunha chamou de “linhagem”<sup>288</sup>. A dita linhagem<sup>289</sup> crua, com a qual se faziam os calções, era “relativamente barata”<sup>290</sup> em Angola, segundo José

---

<sup>287</sup> Em 6 de março de 1755, o governador-geral, escreve ao rei informando da necessidade de ajuste no pagamento dos soldados sobretudo no artigo da farinha. Segundo o governador, meio exequê de farinha por mês era o suficiente para um soldado. Advogava Antônio Álvares da Cunha que, se diminuindo a farinha dada ao soldado, se poderia aumentar o soldo recebido em dinheiro e assim, a Coroa portuguesa pouparia. É que, em determinados anos, o preço da farinha amentava muito podendo custar 1 exequê de farinha “mais de seis mil réis”. Carta de Antônio Álvares da Cunha a Diogo de Mendonça Corte Real informando dos ajustes que se deveriam dar a forma de pagamento dos diversos cargos militares no “Reino de Angola”. A.H.U., C.U., caixa 40, n. 14.

<sup>288</sup> Ofícios do governador D. Antônio Álvares da Cunha. 21 de dezembro de 1753. A.H.U., C.U., Angola, caixa 38, n.82.

<sup>289</sup> O termo linhagem que aparece na documentação portuguesa do A.H.U. abre novas possibilidades de entendimento do comércio Atlântico. Os tecidos indianos e, em menor escala, os produzidos na Inglaterra dominaram a atenção dos historiadores no que diz respeito aos têxteis utilizados no comércio de escravos. Entretanto, os trabalhos desenvolvidos por Weber (2009) apontam para uma importante participação de comerciantes alemães em diversos setores do tráfico, dentre estes setores, destaca-se a produção de mercadorias de troca para o tráfico na África Ocidental. A região central da Europa possuía uma forte produção de linho. Neste contexto, a Alemanha, segundo Weber, era uma das principais produtoras, respondendo por 70% a 80% de toda a produção desta região. O linho alemão representava 15% da cesta de importação inglesa na segunda metade do século XVIII. Do total de linho importado pela Inglaterra vindo da Alemanha, 90% era comercializado no Atlântico. Deste modo, acreditamos que a linhagem crua da qual deveriam os soldados cozer os seus uniformes, se trata em verdade do linho fabricado na Europa central, possivelmente oriundo das regiões que na atualidade conforma a Alemanha. Ferreira ([1975], p. 849) descreve linhagem como sendo “tecido grosso de linho”. Do mesmo modo, descreve SILVA (s/d:258, v. 6). Nos estudos de Souza (2011: 64) os tecidos de aniagem, uma provável corruptela do termo linhagem, se referem ao “tecido de qualidade inferior e, portanto barato [...] recorrente entre os bens dos capitães que investiam no tráfico”. Neste mesmo estudo, ao analisar o testamento de José Pereira da Cruz (1750-57), é citado, entre os bens arrolados, tecidos indianos e “uma carregação que lhes resultaram em duas peças de linho, um azul e outra vermelha, ambas avaliadas em 7\$200” (2011, p. 63). Em 1752, consta, no Testamento e inventário post-mortem de Jacinto Gomes, que “para “vestir os 45 escravos novos do falecido capitão Jacinto Gomes, foram necessárias 51 varas (56,10m) de Aniagé ao custo total de 8\$160” (SOUZA, 2011:64).

<sup>290</sup> No capítulo anterior, auxiliados pelos trabalhos de Weber (2009), discutimos a relação entre os baixos salários praticados na Europa central, notadamente a Alemanha, em comparação com outros centros produtores na



Carvalho da Costa, um dos conselheiros que, em 15 de julho de 1754 é chamado para “...informar com o meu parecer, sobre a conta que o governador de Angola deu a Vossa Magestade, em carta de 8 de Julho de 1753.”<sup>291</sup>. Sugere o então governador Antônio Álvares da Cunha que as fardas fossem dadas já feitas em “panos” ao invés de tecidos de “linhagens”, seguindo o estilo das tropas em Portugal que possuíam durabilidade de alguns anos<sup>292</sup>. Em 1759, as serafinas encarnadas foram apontadas por Antônio Vasconcellos, governador-geral do Reino de Angola (1758-1764), como sugestão de tecido para a confecção de parte do fardamento da companhia de cavalos, haja vista a baixa qualidade dos tecidos que eram, até então, enviados para a confecção dos fardamentos, o que nos permite inferirmos que as linhagens continuaram sendo usadas para o fardamento dos soldados na “conquista” ao menos até fins da década de 50 de Setecentos<sup>293</sup>.

A sugestão do governador Antônio Álvares da Cunha para solucionar os problemas causados aos soldados e a própria administração militar da colônia pelo modo em que se dava o pagamento dos militares, em fins do ano de 1753, consistia no aumento do valor do soldo do soldado infante para cinquenta reis por dia em moedas de cobre e o soldado da cavalaria para setenta reis. E que fosse, paulatinamente, diminuída a farinha à quantidade de que de fato um homem consumiria ao longo de um mês, ou seja, a meio exequê de farinha.

No interior da conquista, os capitães-mores surgem como importantes intermediários do comércio que se fazia com os fardamentos. Nos presídios em que atuavam, segundo Antônio Álvares, em ofício<sup>294</sup> datado de 24 de Março de 1760, explica:

“... e para que com igualdade se repartissem [as fazendas] nos presídios onde eu não podia assistir, mandei regimento aos caixães-mores, da formalidade com que o deviam fazer, e eles me remetiam relaçõens assignadas pellos officiaes, e soldados, do q” cada hũ recebia, e nos gêneros em q” se lhe fazia o seu pagamento; porem, todo este meu trabalho, não produzia utilidade alguma aqueles miseráveis, por q”, como este, não tem outra formalidade de pagamento, e sô nestas roupas lhe pagão de anno em anno, todos os seus vencimentos, estes os vendem muito antecipadamente por diminutos preços, p<sup>a</sup> se poderem sustentar e vestir, e são ordinariamente os mesmos capitães-mores, os q” fazem este negócio com os soldados, q” também serve de ruina aos comerciantes q” mandão fazendas ao Certão pelos seus comerciaros, a que naquele Reino chamão se pumbeiros, pois estes acham q” aquele grande numero de

---

Europa, e o baixo custo de produção. Esta situação teria permitido a criação e mesmo atração do que o autor chamou de proto indústrias manufatureiras.

<sup>291</sup> Informe de José Carvalho da Costa ao rei de Portugal. 8 de julho de 1753. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n.57.

<sup>292</sup> Ofícios do governador D. Antônio Álvares da Cunha. 21 de dezembro de 1753. A.H.U., C.U., Angola, caixa 38, n.82.

<sup>293</sup> Ofício de Antônio Vasconcelos, governador-geral do reino de Angola. A.H.U., C.U., Angola, caixa 42, n. 67.

<sup>294</sup> É comum na documentação que encontramos no A.H.U. de Lisboa, a solicitação do rei para que governadores passados dessem parecer sobre as inovações propostas pelos governadores quando esses assumiam o cargo. Neste ofício em particular, Antônio Álvares da Cunha, discorre sobre a nova forma de pagamento dos soldados proposta por Antônio de Vasconcelos, sucessor de Antônio Álvares da Cunha no governo geral do “Reyno de Angola”. 24 de março de 1760. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 42, n. 67.

fazendas com que se faz pagamento aos militares, nas mesmas províncias se vendem nellas por muito menos do q” correm na cidade; e por lhe não ser possível voltarem p<sup>a</sup> ella, tornando a transportar os seus gêneros se sugeitão a vendellos por diminutos preços, com grande prejuízo do comum negócio...”<sup>295</sup>

Os tecidos destinados ao fardamento, valorados em onze mil novecentos e vinte reis para cada soldado, eram insuficientes para fabricar uma farda, não lhes restando outra alternativa a não ser negociar o pedaço de tecido recebido. Some-se a esta situação o fato de que a durabilidade dos tecidos de linhagem, em geral, não ultrapassando três meses. Nos questionamos, deste modo, se valeria a pena os gastos com a costura de um fardamento feito com um material de tão pouca durabilidade.

Mas não apenas de linhagem eram feitos os uniformes militares como se apreende na lista de gêneros diversos, destinados ao provimento de 1000 homens alocados entre as tropas da cidade de Luanda e demais presídios, que recebeu Manuel da Cunha Bitencourt, capitão do navio Nossa Senhora do Cabo, em 26 de junho de 1761<sup>296</sup>. Na dita listagem constam produtos diversos de uso militar e equipamentos para cavalaria e infantaria (selas, esporas, poltronas com correias de espingarda, pistolas, bandeiras, cartucheiras e clavinas com varetas de ferro); materiais para a confecção e composição da indumentária militar (botões de metal amarelo, chapéu da terra e bolsas de coldres com galões amarelos) e tecidos (serafinas brancas, azuis e encarnadas; peças de pano de linho; lã branca, meias de linha branca, lã de camelo branca, azul e encarnada, chareis de pano encarnado com seus galões amarelos, de lã, forrados de linhagem). Se assumirmos, como já fora dito que, os tecidos destinados ao fabrico das fardas eram utilizados como moedas de troca, então, para além da linhagem, as serafinas e demais tecidos de lã, também destinadas ao fardamento, encontrarão, nesta via de entrada de tecidos europeus, mais uma porta para se fazerem presentes no mercado angolano<sup>297</sup>. Por outro lado as baetas, também usadas para o fardamento, eram bem estimados no interior da “conquista” e, não raro, surgem na documentação como moeda de troca levada para aquisição de gêneros básicos pelos indivíduos envolvidos em longas jornadas exploratórias<sup>298</sup>, como já nos referimos.

O surgimento da linhagem, na documentação nos levou a questionamos de que região estes tecidos eram originários, haja vista que a documentação, por si só, não nos da nenhuma

<sup>295</sup> Ofício de Antônio Álvares da Cunha. 24 de Março de 1760. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 42, n. 67.

<sup>296</sup> Lista dos gêneros recebidos para o fardamento dos soldados. 26 de junho de 1761. A.H.U., C.U., Angola, caixa 44, n. 46.

<sup>297</sup> Lista dos gêneros recebidos para o fardamento dos soldados. 26 de junho de 1761. A.H.U., C.U., Angola, caixa 44, n. 46.

<sup>298</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 22 de janeiro de 1756. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 72.

pista. Fato que nos levou a buscar uma bibliografia de apoio. Assim sendo, a Europa central, donde destacamos o território da atual Alemanha, demonstrou ser um importante centro produtor de tecidos utilizados na África centro ocidental, por ter sido esta região uma das maiores produtoras do linho em questão, no século XVIII, segundo aponta os estudos de Weber (2009)<sup>299</sup>. Deste modo, os tecidos, *a priori*, adquiridos para confecção dos fardamentos constituíram uma das mais importantes formas de se dar entrada aos panos produzidos na Europa central, no circuito do tráfico. A principal via de entrada foi o despache destas mercadorias, sobretudo baetas e serafinas - pois não nos consta na documentação nenhuma referência as linhagens entre as carregações despachadas nos portos de Luanda e Benguela – porquanto nunca houve proibição da Coroa portuguesa no que se refere a importação de tecidos europeus a compor a carga de comprar de escravos.

Entretanto, as constantes discussões travadas pelos governadores-gerais, quando da assunção dos postos da governadoria geral no “Reino de Angola”, entre os anos de 1750 e 1769, diziam respeito ao uso irregular dos tecidos como moeda de troca. De tal sorte que, em 16 de maio de 1769, se extingue a forma de pagamento dos soldados que até então se praticava nos Presídios de Ambaca, Pedras, Cambambe, Massangano e Muxima. Os tecidos passam a ser substituídos pelo sal, largamente utilizando nos sertões pelos soldados como moeda-de troca, como atestou D. Francisco Inocencio de Souza Coutinho. As razões apontadas pelo então governador-geral do “Reino de Angola”, em fins da década de 60 de Setecentos, se relacionavam aos roubos nos armazéns que guardavam estes gêneros, o perigo eminente de incêndio destes mesmos armazéns cobertos com teto de madeira e os descaminhos dados as fazendas. Estas, trocadas por pedras de sal pelos soldados, eram utilizadas para pagar serviços e gêneros diversos<sup>300</sup>. A situação que ora apresentamos revela que, no sertão angolano, as fazendas não parecem ter tido a mesma capacidade de movimentar-se enquanto objeto-moeda, na economia do interior de Angola, se comparado ao sal, que, como já mencionamos, ocupava na sociedade centro-ocidental africana a função de objeto-moeda

<sup>299</sup> Os estudos de Weber (2009) – ver também, *supra*, nota 287 - nos dão ciência da utilização em larga escala de tecidos de linho na vestimenta de negros escravizados e brancos pobres no século XVIII na Jamaica e Barbados. Do mesmo modo, os estudos de Weber (2009) indicam que as ilhas caribenhas britânicas se encontravam, neste mesmo período, bem abastecidas de linho oriundo da Alemanha. Na África Ocidental, Weber (2009) descreve a utilização de linho produzido em Hamburgo para compor a carga de navios negreiros originários do porto de Bordeaux em direitura a Guiné.

<sup>300</sup> “Portaria que manda que depois de extintintas as Fazendas que houver nos Presídios de Ambaca, pedras, Cambambe e Massangano e Muxima, se façam o pagamento em Pedras de Sal”. 16 de maio de 1769. A.H.U., C.U., Angola, caixa 53, n. 26.

O fornecimento dos tecidos destinados ao fardamento dos soldados, até 1758<sup>301</sup>, era parte das obrigações dos contratadores do direito dos escravos que os tinham estocadas em depósitos. Assim sendo, a necessidade de baratear os custos com esta obrigação, provavelmente teriam levado os contratadores a optar pelo linho da Europa central em detrimento da serafina produzida na Inglaterra ou quaisquer outros tecidos oriundos das fábricas na França, Holanda ou Espanha. Pois, segundo Weber (2009), os salários praticados na Alemanha no século XVIII eram mais baixos que os de outras regiões produtoras de tecido na Europa o que acarretava na diminuição dos custos de produção, tornando o linho da Europa central muito mais competitivo que quaisquer outros produzidos na Europa. Por outro lado, não encontramos documentação que demonstre a entrada destes tecidos, pelos portos de Luanda e Benguela, com objetivos específicos de servirem ao comércio de escravos.

Como se observa da análise documental, os tecidos destinados ao fardamento eram em geral desviados, passando a compor, bem provavelmente, a gama de tecidos destinados ao tráfico de escravos ou a outras atividades econômicas e administrativas que envolvessem a utilização destes artigos enquanto objeto-moeda. Deste modo, os tecidos de linho, serafina e baeta, que serviam aos fardamentos, apontam para uma importante participação dos tecidos europeus, ainda que por via indireta, na economia angolana. A incorporação destes tecidos no mercado consumidor da África centro-ocidental, já há muito adaptada aos tecidos oriundos da Índia e, em menor escala, da China, decorrem, como já foi visto, da massiva introdução destes artigos pelas mãos dos negociantes “estrangeiros”. A utilização por parte dos ingleses, franceses e holandeses dos portos de Cabinda, Loango e Molembo como portos para o escoamento de mercadorias diversas, dentre estas os tecidos europeus, impactaram na composição das preferências das populações da costa ocidental africana.

---

<sup>301</sup> Segundo o contrato do direito dos escravos e marfim que arremataram Domingos Dias da Silva, Joseph Álvares Bandeira e Gonçalo Ribeiro dos Santos, em 1765, com vigência a partir de 1766 até 1772, ficou estabelecido que: “em preço cada hum delles de oitenta e oito contos, e trinta mil reis livres para a Real Fazenda de Sua Magestade [...] cuja quantia há de pagar na Provedoria da Fazenda Real do reino de Angola em letras, e dinheiro e cobre [...]. E de nenhum modo poderá elle Contratador pertender fazer esse pagamento com a importancia do fardamento das Tropas daquele Reino, e suas Conquistas, ou com mantimentos, porque lhe não pertencerão semelhantes provimentos, por ter Sua Magestade dado a providencia necessária. Contrato do direito dos escravos e marfim”. 12 de janeiro de 1765. A.H.U., C.U., caixa 52, n. 12.

## 2.6. SEM “SORTIMENTO” DE TECIDOS NÃO HAVIA NEGÓCIO NO SERTÃO ANGOLANO

No processo instituído por D. Maria da Conceição Simões<sup>302</sup> - natural e moradora da cidade de Luanda, em 1767, viúva do coronel Tomé da Silva Coutinho, no qual solicita a autorização para que seu pai, o também Coronel Custódio Simões da Silva e na morte deste, um caixeiro, a ser assalariado pelo serviço de administrador das fazendas, pudesse administrar os negócios do falecido - revela não apenas o envolvimento de militares de alta patente no tráfico mas um imbricado mecanismo a viabilizar o comércio da costa com o interior na África centro-ocidental. Os negócios eram praticados através de contração de débitos e da concessão de créditos. E sua quitação exigia urgência, pois a credibilidade dos seus interlocutores era fundamental para a sobrevivência de quem desejasse mercar no “Reino de Angola”. Os comerciantes em Luanda dependiam das mercadorias europeias, asiáticas e brasileiras que deveriam abastecer o tráfico de escravos. Entretanto, para além da condição de insolvência a qual todos os comerciantes temiam, os negócios tornavam-se ainda mais arriscados em função do crédito, acrescido de juros a serem cobrados em razão do tempo em que a mercadoria estivesse sob custódia dos agentes no sertão<sup>303</sup>.

A vultosa dívida de duzentos mil cruzados deixada por Tomé da Silva Coutinho ainda assim era inferior ao capital acumulado em artigos de troca para o comércio de escravos. Segundo o que já se tinha inventariado quando da produção deste documento e o mais ainda não computado, 46.482.798 réis representavam a soma das “fazendas de branco”<sup>304</sup> e 29.850.000 réis as “fazendas de preto”<sup>305</sup>. Entretanto, o valor estimado de venda tanto na cidade de Luanda quanto no sertão superava, segundo a suplicante, os valores dados. Outros 250.000.000 cruzados estavam empregados em “mãos seguras”<sup>306</sup> pelos sertões pois, parte dos tecidos de que dispunha a suplicante encontravam-se nas mãos dos pumbeiros e demais comerciantes envolvidos no resgate de escravos sob a forma de crédito. Em outras palavras, D. Maria da Conceição Simões compunha o grupo dos “comerciantes nascidos no Reino de Angola”, financiadores do tráfico, do qual já nos referimos anteriormente.

<sup>302</sup> Carta de D. Maria da Conceição Simões. 24 de dezembro de 1767. A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n.70.

<sup>303</sup> A.H.U., C.U., Angola, caixa 45, n. 53.

<sup>304</sup> Carta de D. Maria da Conceição Simões. 24 de dezembro de 1767A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n.70.

<sup>305</sup> Carta de D. Maria da Conceição Simões. 24 de dezembro de 1767A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n.70.

<sup>306</sup> Carta de D. Maria da Conceição Simões. 24 de dezembro de 1767A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n.70.

Um quarto personagem surge da documentação: o caixeiro. Este, mediante o recebimento de salário, estava incumbido de ajudar D. Maria da Conceição Simões, em caso de morte de seu pai, na logística de provisionamento dos respectivos “credores do mato”, do seu falecido esposo, com o sortimento de fazendas. A maior ou menor agilidade nas trocas comerciais dava-se pela variedade de fazendas disponíveis para a troca.

Entretanto, faz-se necessário, antes de prosseguirmos com a análise do processo, percebermos no que de fato constituía o “sortimento” das fazendas no período aqui estudado. Para tanto, utilizaremos as explicações de um procurador, em junho de 1762, que descreve a relação entre o valor do dinheiro metálico e deste quando convertido em fazendas. O objetivo do procurador era tornar inteligível ao rei de Portugal o diálogo entre as lógicas econômicas africanas e do Atlântico, de modo a desestimular um projeto metropolitano que buscava tabelar em dinheiro amoeado o valor das “fazendas de preto”. O procurador eleito dá como exemplo o valor pago por escravos no sertão com tecidos diversos:

“O mesmo exemplo ponho na compra das ditas cabeças: custa Vossa Majestade hum escravo por huma peça de Zuarte que são doze mil réis de fazenda, e por huma de serafina que são vinte, vem a importar esta compra em trinta e dois mil réis de fazenda, que a dinheiro são dezasseis mil Réis.”<sup>307</sup>

Os tecidos utilizados na explanação, acima transcrita, foram a serafina, provavelmente produzida na Inglaterra e o zuarte (indiano) e, ainda que tenha sido um mero exemplo dado pelo procurador para ilustrar a relação de valor entre o dinheiro amoeado e os objetos-moeda correntes em angola, este não teria validade explicativa se não fosse pautado na experiência do comércio e na prática mercantil. Assim sendo, a menção as serafinas e zuartes não foram aleatórias mas baseadas no costume da utilização destes dois tipos de tecido no tráfico de escravos. Observamos, por outro lado, que a composição entre artigos distintos era necessária para que se fizesse o trato do africano escravizado, pois a venda de um escravo não se dava através da troca por um único artigo.

Este mesmo procurador, ao defender a não estipulação<sup>308</sup> dos valores referentes as fazendas, informa que, no sertão, a qualidade dos tecidos não importava aos “pretos negociantes” e sim o seu tamanho e deste modo nos presenteia com uma rica descrição dos tecidos utilizados no tráfico de escravos e seus respectivos valores:

<sup>307</sup> Informe de um procurador eleito no “Reino de Angola”. Junho de 1762. A.H.U., C.U., Angola, caixa 45, n. 53.

<sup>308</sup> Vale ressaltar que, segundo o procurador, a inviabilidade de se fazer uma estipulação rígida dos valores das fazendas se dava em decorrência da não aceitação por parte dos potentados deste tipo de regulamento e, se assim procedesse a Coroa, o mais provável é que as rotas de tráfico se desviassem para o Loango, onde tais imposições não existiam.

Porque sejame licito expor a pratica para melhor intelligencia/ na estimação de um preto o mesmo valor que da a ceda, ou tafetâ, da a outra qualquer fazenda de lam, e toda a mais de qualquer qualidade que seja: de sorte que hum quibaco entre este gentio pelo seu modo, hê entre nós o valor de hum beirame, que pello preço geral da conquista são setecentos reis, e por isto três côvados de tafetâ entre eles no negocio que fazem, e pagamento que recebem, respeitão em hum quibaco, três côvados de calamanha hum quibaco, hum pano de cafre grosse hum quibaco, hum pano de cafre fino hum quibaco, huma peça de serafina botando coatro capas emportão em oito quibacos, a dois cada capa, três côvados de zuarte hum quibaco, três côvados de linhas<sup>309</sup> vulgarmente chamadas de Loango hum quibaco, três côvados de coramandel hum quibaco, três varas de crê<sup>310</sup> hum quibaco, três cobados de xita de ballagate hum quibaco, três côvados de brim lizo, ou de flores hum quibaco, e todas as mais de qualquer qualidade que sejam se reputam pelo mesmo valor, e estimação havendo só diferença em três côvados de baeta vale dois quibacos, por entenderem a ter duas Larguras, ficando da parte do negociante comprados a que der alguma fazenda de maior valor, inclua o mais em outra inferior.<sup>311</sup>

Para melhor entendermos a tipologia de tecidos utilizados na descrição do dito procurador, segue o tabela abaixo:

Tabela 4. Lista de alguns dos tecidos utilizados no comércio de escravos em Angola no século XVIII.

Extemo Oriente	Europa	Índia
Seda	Pano de cafre fino	Calamanha
	Serafina	Coromandel
	Brim liso	Chita de balagarte
	Fazendas de lã	Linhas (Loango)
	Baeta	Zuarte
	Tafeta <sup>312</sup>	
	Crê	

Vale ressaltar que, mesmo sendo toda sorte de tecidos bem vinda aos olhos dos africanos, o sortimento – variedades de artigos que compunham o banzo - era imprescindível, como

<sup>309</sup> Panos mais finos.

<sup>310</sup> Este tecido aparece entre os têxteis importados para a região das Minas Setecentistas, no Brasil. (OLIVEIRA, 2011:445). No livro da casa comercial em Luanda, em que consta os produtos negociados no porto de Luanda, entre os anos de 1763 a 1770, faz-se referência a um tipo de tecido denominado de “crés de Hamburgo”. (ANTT, Feitos Findos, liv. 61). Segundo Oliveira (2011: 445), “o nome dos têxteis, algumas vezes, vinham acompanhados por alguns qualificadores que indicavam o local de proveniência do tecido”. Desta forma, inferimos ser os tecidos de crê oriundos da Hansa Teutônica.

<sup>311</sup> Informe de um procurador eleito no “Reino de Angola”. Junho de 1762. A.H.U., C.U., Angola, caixa 45, n. 53.

<sup>312</sup> A less costly silk fabric than cendal, used for lining in the Middle Ages in England. (HARMUTH, 2013: 150)

apreendemos da documentação trabalhada ao longo desta dissertação e pela própria fala do procurador:

“ Sobre estes mesmos preços e fazendas que vão para o sertão, sou obrigado também a expor, e notar que por inútil fica sem sahida, o que esta sucedendo, pois muitas vezes em algumas ocazioens se experimenta boa sahida, V.g. em missanga, buzio, e outros gêneros assim semelhantes, e concorrendo os negociantes no sortimento das suas carregações com os ditos gêneros, logo pella variedade, e em constancia do dito gentio os repudião, ficando sem a antecedente e estimação, e ao negociante já sentindo a inutilidade deles, não os podendo dar sahida.”<sup>313</sup>

Tal não fosse o caso, não se justificaria a compra por parte dos comerciantes, fossem estes moradores da cidade de Luanda e Benguela ou agentes dos grandes negociantes do tráfico, de mercadorias mais caras, a exemplo das sedas oriundas da China. Caberia assim, aos mercadores da costa compensar o valor mais alto de determinados produtos, assim definidos em razão das lógicas mercantis do atlântico, ao valor praticado no sertão angolano. Por outro lado, a fala do procurador revela o descompasso entre determinadas leis reais, vigentes em Angola, e a prática comercial na África centro-ocidental porquanto, a entrada de sedas, tal qual mencionara o procurador, dentre os tecidos que serviam ao tráfico, assim como os veludos e tecidos de ouro e prata, se achavam proibidos, no “Reino de Angola”, por uma provisão datada de 1742<sup>314</sup>.

Compreendida a ideia de “sortimento”, podemos então melhor perceber a aflição da viúva D. Maria da Conceição Simões em relação a operação de quitação das dívidas deixadas pelo seu esposo junto aos seus credores. Dentre os financiadores de Tomé da Silva Coutinho constava a Companhia de Pernambuco e Grão Pará. A viúva, se dispunha a saldar tais dívidas com o pagamento em “cabeças” ou seja, em africanos escravos. Pois, a retenção destes no porto, segundo a mesma, causaria uma grande mortandade de africanos escravizados, sendo necessário agilizar o pagamento dos seus credores, utilizando-se, para tanto, as ditas “cabeças”. Forma de pagamento que não interessava a Companhia do Grão Pará e Maranhão, segundo a documentação<sup>315</sup>.

A grande mortandade explicitamente proferida pela viúva dá-nos conta dos riscos em manter os africanos escravizados vindos do interior a espera de compradores. As longas marchas impetradas a estes em direção à costa, aliada à parca ração diária a qual tinham direito, debilitavam seus corpos.

<sup>313</sup> Informe de um procurador eleito no “Reino de Angola”. Junho de 1762. A.H.U., C.U., Angola, caixa 45, n. 53.

<sup>314</sup> Resolução datada de junho de 1706 e outra de 23 de setembro de 1709 A.H.U, C.U., Angola, caixa 37, n. 136-A.

<sup>315</sup> Carta de D. Maria da Conceição Simões. 24 de dezembro de 1767. A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n.70.



A venda imediata dos escravos à Companhia constituía a melhor forma de saldar a dívida, minimizando os riscos com a perda do capital, convertido em “homens escravizados”, ao mesmo tempo em que evitaria o rateamento das fazendas entre os credores do falecido, como havia sugerido um membro da Companhia do Grão Pará e Maranhão. Se o rateamento dos tecidos fosse levado a cabo, possivelmente poria fim aos negócios da viúva, destituída da variedade de fazendas da qual necessitava para fazer girar os artigos que encontravam-se parados nas mãos dos intermediários no “mato”. É que, quando a diversidade de tecidos sob a posse dos pumbeiros ou sertanejos dispostos no interior da “conquista” e vizinhanças findava, era preciso enviar outras tipologias de tecido para que o “banzo” fosse composto do “sortimento” necessário ao êxito no resgate dos escravos.

Infelizmente, no inventário que se segue, as “fazendas mercantis para negócio”<sup>316</sup> não foram descritas, sabendo-se apenas que compunham-se de fazendas de “preto” e de “branco”. Os negócios do falecido capitão, entretanto, não se restringiam ao comércio de escravos mas, a existência de um arimo<sup>317</sup>, no distrito de Bengo, movida por mão de obra escrava, aponta para uma complementação das suas atividades comerciais com o cultivo da terra e a provável venda da respectiva produção aos moradores de Luanda e tripulantes dos navios ancorados no porto de Luanda.

---

<sup>316</sup> Carta de D. Maria da Conceição Simões. 24 de dezembro de 1767. A.H.U, C.U., Angola, caixa 51, n. 70.

<sup>317</sup> “Arimos; cf. Kimbundu: Kirimu, planta, semente” (HEINTZE, 2007: 447).

### 3. FRAUDE E CONTRABANDO NOS PORTOS DA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL

A documentação produzida pelo Conselho Ultramarino, no terceiro quartel do século XVIII, abundam em informações que demonstram falhas no controle dos produtos que adentravam ou passavam pelo “Reino de Angola”, pelo que as fraudes e contrabando ocorriam frequentemente nos seus portos. Por outro lado, roubos de tecidos demonstraram ser uma prática de alguns dos sujeitos envolvidos no comércio em Angola, como se depreende dos processos-crime instaurados pelas vítimas destes roubos e das recorrentes queixas dos governadores-gerais registradas em cartas endereçadas ao Conselho Ultramarino e ao secretário-geral da Marinha portuguesa, ao longo do terceiro quartel do século XVIII. A análise documental que trata destes “atos ilegais”, permitiu descrever os contextos nos quais estes indivíduos operavam com vista à condução de seus esquemas fraudulentos, os interesses que motivaram tais atos, assim como, a tipologia de tecidos que foi alvo da conduta destes sujeitos.

Assim sendo, este capítulo se dedica a detalhar a forma de entrada dos tecidos europeus e asiáticos através dos navios estrangeiros e de súditos da Coroa, assim como os roubos de tecidos ocorridos na costa e no sertão angolano.

#### 3.1. AS FAZENDAS QUE VINHAM PELAS MÃOS DOS “ESTRANGEIROS”

A fiscalização dos rios que desembocavam nos portos do norte foi uma das orientações do governador-geral, em novembro de 1766, para coibir a navegação de cabotagem feita por barcos estrangeiros que se desprendiam dos navios ancorados na costa africana e adentravam a Barra do Bengo, Cuanza e Dande para negociar. A partir desta data, bbarcos saídos dos rios supracitados, assim como as canoas Quimbais deveriam dar “... entrada com as Guias dos seus respectivos distritos no Terreiro Publico, sem que possam tomar outro algum Porto, que não seja o do mesmo terreiro...”<sup>318</sup>. Do mesmo modo deveriam proceder os navios que conduziam mantimentos do Brasil e, nem mesmo a produção dos arimos – isto é fazendas -, destinadas a abastecer as casas de Luanda, poderiam passar sem fiscalização, ainda que estivessem isentas de impostos. O governador concluiu ser esta a única medida capaz de coibir, ou melhor, mitigar as fraudes que possibilitaram dar entrada a diversos produtos sem que para isso a Coroa percebesse os impostos que por direito lhe era devido. A condenação dos chamados

---

<sup>318</sup> Carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Novembro de 1769. A.H.U., C.U., Angola, caixa 30, n. 59.

“pretos volantes”<sup>319</sup> - africanos que comercializavam nos sertões - a trabalhos forçados, nas obras públicas do presídio de Encoje, sob supervisão do respectivo capitão-mor, em 28 de Janeiro de 1771, buscava repreender e reprimir o contrabando das fazendas negociadas pelos mesmos.

Entretanto, a apreensão dos bens, agravada pela perpétua inabilidade para ocupar cargos judiciários e fazendários, ou a desdita de receber benesses, penalidades previstas em lei para aqueles que contrabandeassem, não foram impeditivas para o desenvolvimento de um comércio de pequena escala, levado a cabo por estes “negros volantes”. Taompouco a imposição de trabalhos forçados nos presídios surtiriam efeito para o fim do contrabando. Para estes “pretos volantes” muito mais valia, embrenhar-se nos sertões, distantes 100 ou mesmo 200 léguas de São Paulo de Assunção, por caminhos desconhecidos da população citadina, negados aos não “pretos”, levando fazendas adquiridas dos franceses e ingleses nos portos de Cabinda, Loango e Molembo, longe da vigilância portuguesa e de qualquer imposto sobre seus artigos<sup>320</sup>.

O perigo de entrada de navios estrangeiros ou mesmo aproximação destes nos portos do “reino de Angola” desencadeou entre os oficiais da Coroa portuguesa uma atenção redobrada voltada à fiscalização dos navios que entravam e saíam dos portos durante o dia, mas, sobretudo, à noite. A ordem do governador-geral nos portos de Luanda e Benguela, em 1754, era para “rondar toda a noite a marina e impedir o virem estrangeiros a terra”<sup>321</sup>.

Os franceses e os ingleses, por sua vez, contavam não apenas com a receptividade dos potentados africanos ao norte de Luanda, mas, também, com a conivência dos governos das ilhas de São Tomé e a ilha do Príncipe. Francisco Souza Coutinho afirmava ser quase impossível - os navios estrangeiros - conseguir realizar o comércio nos portos ao norte de Luanda e mesmo na Costa da Mina, visto o grande número de cabeças que se resgatavam, necessitavam de uma logística de abastecimento de água e alimentos nas referidas ilhas. A conclusão do governador-geral respaldava-se na sua experiência ao longo dos sete anos em que habitou a ilha na condição de governador-geral da mesma.<sup>322</sup>

De fato, em 1762, João Francisco de Almeida, ao informar do modo com que se dava o comércio de escravos efetuado por espanhóis e ingleses ao norte de Luanda, ressaltou a

<sup>319</sup> Carta de Francisco Inocência de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro. 28 de janeiro de 1771. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 55, n. 15.

<sup>320</sup> Carta de Francisco Inocência de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro. 28 de janeiro de 1771. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 55, n. 15.

<sup>321</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha a Diogo de Mendonça Corte Real. 25 de março de 1754. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 39, n. 03.

<sup>322</sup> Carta de Francisco Inocência de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro. 28 de janeiro de 1771. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 55, n. 15. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 55, n. 15

participação das ilhas supracitadas neste negócio. Segundo explicação de Francisco Almeida, em razão da compra do *asiento* espanhol por parte dos ingleses, no ano de 1752, havia notícia de um prático inglês, João Piquete, conhecedor da costa ocidental africana que, na década de cinquenta de Setecentos, percorria diversos portos ao norte de Luanda, sobretudo Cabinda, resgatando escravos. A ilha de São Tomé era o porto no qual o dito prático reabastecia os mantimentos necessários à viagem de resgate de escravos, recebia os artigos europeus destinados ao tráfico, trazidos em navios ingleses, assim como efetuava a baldeação dos escravos para os navios espanhóis que seguiam em direitura às Américas<sup>323</sup>.

Mediante apoio dos governadores das ilhas ou mesmo a inércia destes, frente à venda de alimentos às nações estrangeiras, os franceses, segundo Antônio Álvares da Cunha, em 1754, introduziam armas de fogo, pólvora e diversas fazendas, com ressalva feita às serafinas que, introduzidas através do porto de Loango, arruinavam o comércio dos portugueses. Por outro lado, os tributos cobrados por alguns Dembos inviabilizavam a compra de cabeças por parte dos comerciantes ligados aos portugueses. Álvares Cunha, registrou a forma desse comércio:

Da parte da Loanda, o que se paga em uma cabeça emporta em (50.000) de dinheiro; e da parte dos pumbos em 30.000 e desta mesma cabeça dos efeitos della compra o negro do pumbo o seu motete de sal, para levar; e deste paga também tributo que emporta em 560; e nesta forma acham os do pumbo mais conveniência venderem as suas cabeças aos do Loango em fazendas, para com elas virem trocar o dito Zimbo, e as serafinas; co-mais que se acha da parte do português, que o francês não tras [...]<sup>324</sup>

O contrabando - levado a cabo pelos estrangeiros, desta forma, não necessariamente se fez à margem do comércio dos súditos da Coroa portuguesa, mas, antes, tornou-se complementar ao negócio e ao contrabando praticado pelos portugueses, em determinados contextos geográficos. Da carta redigida por Álvares da Cunha se depreende a importância das serafinas no tráfico de escravos. Nesse contexto econômico, em específico, descrito pelo então governador do “Reino de Angola”, o comércio de escravos que se fazia com os franceses, ao norte de Loango, era realizado com fazendas. Dentre estas fazendas, as quais não possuímos evidências de se tratarem de tecidos, é certo que as serafinas não faziam parte dos produtos mercados. Foi necessário que estes mesmos comerciantes africanos trocassem parte das fazendas adquiridas, das mãos dos franceses, por zimbo, serafinas e demais produtos trazidos pelos portugueses. As fazendas comercializadas pelos franceses, as quais não constam na descrição de Antônio Álvares da Cunha, não eram capazes de atender à demanda, dos africanos

<sup>323</sup> Carta de Antônio Vasconcelos para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 9 de junho de 1761. A.H.U., C.U., Angola, caixa 44, n. 37.

<sup>324</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 29 de junho de 1754. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n.49

negociantes, de objetos de troca nas diversas etapas do tráfico de escravos. O sal, zimbo e serafinas surgem como essenciais fosse, quer fossem para o pagamento dos tributos, quer fossem para compor os banzos destinados à compra de escravos.

As práticas ilegais, sob o ponto de vista português, se alastravam pelas brechas abertas pelos rios em direção a costa. Em fins da década de sessenta, mesmo os trabalhadores das então chamadas fábricas de cal e breu, não perdiam a oportunidade de mercar escravos com navios estrangeiros. Alegando desconhecer a proibição, os empregados da fábrica foram surpreendidos por vinte soldados enviados por Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, após o mesmo ter sido informado pelo capitão-mor do Dande das negociatas ocorridas no rio do Dande<sup>325</sup>.

Os africanos tiveram suas fazendas confiscadas mas, segundo informações do próprio governador, os ingleses que teriam entrado no rio para “agoada e resgate de escravos”<sup>326</sup> lograram, tão somente, a compra de dois negros pequenos “e muito maus”<sup>327</sup> pelo dobro do preço que valiam. Interessante observar que, apesar de terem partido tão logo chegara a guarnição portuguesa, os soldados portugueses puderam informar-se com o mestre da lancha inglesa que esta pertencia a um navio ancorado no Porto de Cabinda. Com a ajuda de um português, que fazia parte da tripulação da lancha inglesa, os negociantes ingleses conseguiram comunicar-se com as populações da costa. A documentação sugere a prática de resgate realizados por pequenas lanchas, despregadas de seus navios, a correr a costa da África centro-ocidental em busca de cativos. Cabinda era, no terceiro quartel do século XVIII, não apenas um entreposto comercial aberto às “nações estrangeiras”, mas, também, um porto seguro no qual os grandes navios encontravam acolhida para poder mercar ao longo da costa.

As “nações do norte” se faziam presentes, através de suas mercadorias, na jurisdição de Golungo, Bengo e Quitamba. Nas imediações do rio Lombige, segundo nos descreve Antônio Álvares da Cunha, em abril de 1754, havia uma densa população de “pretos com mais viveza”<sup>328</sup>, alguns destes “... próximos a cidade ...”<sup>329</sup>. Todos a “contrabandear” com os “estrangeiros”. A preferência pelas fazendas estrangeiras devia-se, provavelmente, ao preço dos produtos mais baixo que àquele praticados pelos negociantes portugueses, permitindo aos africanos a aquisição de um volume maior de artigos. Dentre os “contrabandeadores

<sup>325</sup> Carta de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 17 de Março de 1767. A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n. 15.

<sup>326</sup> Carta de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 17 de Março de 1767. A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n. 15.

<sup>327</sup> Carta de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 17 de Março de 1767. A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n. 15.

<sup>328</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 1 de abril de 1754. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n. 19.

<sup>329</sup> Carta de Antônio Álvares da Cunha. 1 de abril de 1754. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n. 19.

portugueses” destacavam-se os brancos desertores do regimento da cidade de Luanda, que comerciavam com chefes africanos descritos pelo então governador como:

“...Dembos e Potentados que aly confinam são homens ambiciosos e com grande poder, e com outra nação a que chamão Mobires das partes do Loango negociam estes lhes entroduzem armas, polvora, roupas e tudo o mais que necessitam sendo todas estas fazendas das Nações do Norte que vem ao dito porto de Loango comerciar pelo que todos aqueles pretos estão mais civilizados do que os que estão mais proximos a esta cidade [...] e também se deve fortificar a pedra de Encoxe que esta situado entre o Dembo de Ambuella e Ambuilla, por serem os mais ambiciosos e absolutos daquelas partes...”<sup>330</sup>

A presença constante de “nações estrangeiras” ao norte do “Reino de Angola” e mesmo em território ocupado pela empresa lusitana fora tolerada porquanto a capacidade de rechaçar estas nações era mínima. Quando do envio de guarnições a impedir o comércio com “estrangeiros”, a orientação dada pelos governadores, ao longo do terceiro quartel de Setecentos, era a de não-agressão e reação apenas em caso de defesa. Nem mesmo a apreensão de negros resgatados fora sugerida pelos governadores. Desse modo, grandes quantidades de fazendas europeias foram sendo introduzidas na África centro-ocidental. Segundo Antônio Álvares da Cunha, ao contrário de parte dos comerciantes súditos da Coroa portuguesa, os estrangeiros utilizavam apenas tecidos europeus, não havendo notícia na documentação analisada do trato de tecidos asiáticos pelos mesmos.

Por outro lado, não apenas o contrabando praticado pelas nações estrangeiras promoveu a entrada de fazendas europeias na África centro-ocidental. O caso que se segue demonstra como as brechas na legislação portuguesa permitiram a entrada de fazendas inglesas, e mesmo outros tecidos originários da Europa através das mãos de comerciantes “estrangeiros” associados a negociantes portugueses.

### 3.2. PAULINO LOMBARDINO: UM ITALIANO NO TRÁFICO DE ESCRAVOS DA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL

Um sofisticado sistema de camuflagem da participação estrangeira se consubstanciou na prática levada a cabo por portugueses que emprestavam seus nomes aos homens de negócio estrangeiros. Em 1754, a carga do Navio Nossa Senhora do Bom Despacho e Santo Antônio foi apreendida, por ordem do Tribunal. A razão da dita apreensão deveu-se às suspeitas de que o

---

<sup>330</sup> Carta de D. Antônio Álvares da Cunha para Diogo de Mendonça Corte Real. 1 de abril de 1754. A.H.U., C.U., Angola, caixa 39, n. 19.

dono da embarcação e grande parte da carga era estrangeiro. Francisco Luiz de Almeida<sup>331</sup>, português de nascimento e comissário dos trigos na corte de Lisboa, entretanto, argumentou ser a carga de sua propriedade, contando, tão somente, com investimento estrangeiro minoritários. De fato, as leis portuguesas não proibiam a participação de investidores estrangeiros no comércio de escravos com o “Reino de Angola” desde que o armador da embarcação e principal proprietário da carga fosse um negociante português. Para levar a cabo tão vultuosa empresa, os comerciantes súditos da Coroa - envolvidos no trato dos escravos - deveriam ser homens ricos pois esse era um negócio que exigia uma grande movimentação de capital. As desconfiças dos oficiais da Coroa, no que diz respeito à veracidade da alegação de Francisco de Almeida ser o dono do navio Nossa Senhora do Bom Despacho e Santo Antônio, deu-se pela constatação de este indivíduo ser conhecido na praça de Lisboa como um negociante destituído de recursos financeiros suficientes para sustentar tamanha empresa mercantil.

Deu-se início, então, em maio de 1755, a um longo processo investigativo que perdurou quase dois anos, para que se descobrisse o verdadeiro proprietário do navio e sua carga de comprar escravos. A análise das chamadas “cartas de ordem”, pelo ouvidor da fazenda real, levaram ao conhecimento de um vocabulário não usual para os negociantes portugueses que “... tratando a nação portuguesa aos negros por escravos no dito capitulo se tratão por criados negros ou negros...”<sup>332</sup>. De fato, nas listas das “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado” - que constam no anexo 4 - os africanos recebiam diversas nomenclaturas a depender do gênero e idade, como por exemplo: crias de pé, de peito, moleques, moleconas, cabeças, escravos e escravas. O termo “criados negros” nunca fora encontrado na documentação aqui analisada. Além disso, constava “... no fim da folha sete e transversa [...] averem-se passado três letras todas da quantia de vinte contos seiscentos e noventa mil e quinhentos reis a favor de Lombardino...”<sup>333</sup>.

O teor das cartas também demonstrava um total desconhecimento das leis de arqueação<sup>334</sup> do porto de Luanda. Estas leis limitavam o quantitativo da “carga humana” à capacidade de acomodação destes indivíduos, com uma margem mínima de condição de

<sup>331</sup> A.H.U., C.U., Angola, Caixa 40, n.8. Ver também: Carta de Antônio Álvares da Cunha a Sebastião José de Carvalho. 21 de janeiro de 1756. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 40, n. 71;

<sup>332</sup> Auto de exame feitos nos livros do navio de invocação Nossa Senhora do Bom Despacho. 21 de maio de 1755. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 45.

<sup>333</sup> Auto de exame feitos nos livros do navio de invocação Nossa Senhora do Bom Despacho. 21 de maio de 1755. A.H.U., A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 45.

<sup>334</sup> A arqueação determinava o quantitativo de “pessas da Índia” a ser transportado, definindo, deste modo, a soma de impostos possível de ser vertida a Fazenda Real.

sobrevivência à longa travessia, e que estava condicionada às dimensões da arqueação da embarcação. Este fato, segundo o ouvidor e provedor da fazenda, confirmavam a hipótese de o armador ser oriundo de nação estrangeira. Não que este último argumento dado pelo provedor da fazenda fosse prova incontestada da nacionalidade não portuguesa do principal armador da dita embarcação, porquanto muitos comerciantes portugueses incorriam na fraude na medição da arqueação, a exemplo do contratador Manuel Monteyro da Rocha.<sup>335</sup> O próprio estilo da arqueação feita em Luanda suscitava dúvidas quanto a lisura do seu processo. Quando em 22 de Outubro de 1730, Manuel Almeida Ribeiro, administrador do contrado real, solicita ao escrivão uma certidão “a estilo que se usava sobre os arqueadores que arqueavam os navios no contrato passado em mais antecedentes; e outro sim se havia arqueadores certo a quem se desse algum salario”<sup>336</sup> responde o então escrivão, José Coutinho:

Os capitães dos navios que vinha a este Reyno querendo arquiari os seus navios fazião petição ao Procurador da Fazenda Real na qual mandava por seu despacho que o meirinho do mar notificasse dois capitães ou mestres dos navios que se achavam neste porto para hirem fazer a dita arquiiação e nesta forma se nomeavam aqueles que socedia haver na terra e nunca houve arqueadores certos, nem tinha salario ou emolumento algum pelas taes arquiiações, este foi sempre o estilo que se observou.<sup>337</sup>

Após algum tempo, as investigações levadas a cabo pelo ouvidor e demais membros do judiciário, chegaram ao nome de Paulino Lombardino, negociante italiano que provavelmente utilizara o português Francisco Luiz de Almeida como seu testa-de-ferro para participação no tráfico de escravos na costa centro-ocidental. A confirmação, entretanto, dos verdadeiros donos da dita galera se deu pela vasta documentação produzida pelo Conselho Ultramarino, ao longo do ano de 1756, em razão do processo de recuperação da galera e sua carregação, remetida ao porto do Rio de Janeiro. Neste processo três nomes aparecem como interessados em reaver a carga apreendida: Paulino André Lombardi, João Batista de Carvalho e Francisco Luís de Almeida.

“aparecerão presentes Francisco Luiz de Almeida assistente no citio da Junqueira e Paulino Lombardi assistente a Santa Catherina de Ribamar e João Batista de Carvalho assistente junto ao Palácio de Nossa Senhora das Necessidades todos homens de negocio e por todos três foi dito e declarado que o navio por invocação Nossa Senhora do Bom Despacho e Santo Antonio de que hé capitão José Antônio de Andrade e

---

<sup>335</sup> Solicitação de Manuel de Almeida Ribeiro ao escrivão da fazenda real para que lhe passasse certidão de que a linha utilizada para a medição da arqueação se havia rompido. 2 de Outubro de 1730. A.H.U., C.U., Angola, caixa 37, n. 61.

<sup>336</sup> Solicitação de Manuel de Almeida Ribeiro ao escrivão da fazenda real para que lhe passasse certidão de que a linha utilizada para a medição da arqueação se havia rompido. 2 de Outubro de 1730. A.H.U., C.U., Angola, caixa 37, n. 61.

<sup>337</sup> Solicitação de Manuel de Almeida Ribeiro ao escrivão da fazenda real para que lhe passasse certidão de que a linha utilizada para a medição da arqueação se havia rompido. 2 de Outubro de 1730. A.H.U., C.U., Angola, caixa 37, n. 61.



Souza que em Dezembro de mil setecentos e cinquenta e quatro expedirão para o reyno de Angola partindo do porto desta cidade em Companhia da frota de Pernambuco tanto o dito navio com sua carga como vários fardos de fazendas e pipas de aguardente que para o mesmo Reyno mandarão para o navio a guia volante com a marca [...] que quer dizer Jesus Maria José pertence tudo deles ao outorgante Francisco Luiz de Almeida, Paulino Lombardi e João Batista de Carvalho e outras mais pessoas interessadas o que assim declararão debaixo do juramento de santos para constar aonde convier e for preciso e declarou outro sy e eles sócios acima nomeados lhe da todo o poder em direito necessário e procuração em causa própria para poderem cobrar e tratar da arrecadação do ditto navio e fazendas perdidas e em seu nome e por seus procuradores na forma em que sua Magestade for servido determinar [...] dos negocios da guerra e estrangeiro mandando que a ordem de Paulino Lombardi e João Batista de Carvalho se entreguem as referidas fazendas.”<sup>338</sup>.

Dentre os três nomes supracitados, o que melhor comparece na documentação que trata da investigação dos mecanismos de montagem do dito comércio, desde a compra do navio, às transações financeiras decorrentes deste alto investimento, assim como a aquisição da carga de comprar escravos, foi o italiano Paulino Lombardino. As investigações sobre o caso informam que o dito “negociante estrangeiro” residia em Lisboa, assim como o seu testa-de-ferro, Francisco Luiz de Almeida e empregava, como mestre de seu navio, um português denominado José Antônio de Andrade Souza, responsável pelo gerenciamento dos negócios pelos portos por onde passava essa embarcação. A galera apreendida era de fabricação inglesa e teria sido comprada por Lombardino com o nome de Nossa Senhora das Necessidades Conceição e São Francisco. Segundo alguns depoentes, na sua totalidade homens de negócio e moradores em Luanda, já há algum tempo conheciam o italiano Lombardino, pois o mesmo lhes enviara cartas, em anos anteriores, para que pudesse tecer parcerias no comércio de escravos, assim como informar-se dos tipos de mercadoria que melhor tinham saída naquele tipo de comércio.

De acordo com os autos, Lombardino teria não apenas comprado a galera em Londres mas, também, a “...carga de fazendas de comprar escravos e de outras diferentes qualidades...”<sup>339</sup> que consistiam, sobretudo, “de peças de brim<sup>340</sup> e serafinas com a diminuição de três côvados em cada uma delas”<sup>341</sup>. Entretanto, outros gêneros compunham a carga, dentre estes, vinhos, vinagre, azeite, aguardente, manteiga e missangas como pudemos observar, através do ofício do provedor da real fazenda, datado de 29 de Fevereiro de 1756, enviado ao

<sup>338</sup> “Livros, papeis e mais conta que dá o Doutor Provedor Mor da Fazenda Real deste Reyno Joam Baptista de Oliveira Baenna a Sua Magestade [...]”. 5 de dezembro de 1756. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 147.

<sup>339</sup> Auto de exame feitos nos livros do navio de invocação Nossa Senhora do Bom Despacho. 21 de maio de 1755. A.H.U., A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 45.

<sup>340</sup> Brim: “tecido forte, número 5 e 6, fabricado de linho ou de algodão, usado sobretudo nos toldos das embarcações, sanepas, velas, etc.” (SILVA, s/d:620, v. 2)

<sup>341</sup> Auto de exame feitos nos livros do navio de invocação Nossa Senhora do Bom Despacho. 21 de maio de 1755. A.H.U., A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 45.

rei. À vasta carga de secos e molhados apreendida, acrescenta-se ainda bacalhau, água da Inglaterra, barris de biscoito e queijo.

A carga transportada na galera não pertencia apenas ao seu principal armador e dono da embarcação, o italiano Paulino Lombardino. Outros investidores participavam da composição desta carregação. Dentre estes, um português, denominado Antônio de Souza de Miranda, dono de parte das fazendas que se encontravam no caixão de número 453, transportado pela galera em questão. Miranda teve parte de seus produtos confiscados em Benguela pelo Dr. Provedor-Mor da Fazenda Real desta cidade, João Batista de Oliveira Baenna, em razão do auto de devassa instaurado contra a embarcação Bom Despacho e Santo Antônio. No registro do sequestro das mercadorias de Antônio Miranda, fez-se discriminação dos artigos, que se encontravam no armazém do capitão-mor Manuel Ornellas e Vasconcelos, tal qual transcrevemos agora:

“... duas peças de Melancia<sup>342</sup> .. vinte e cinco peças de cambraia = uma peça de veludo<sup>343</sup> Cramezim = oito peças de cambraia lavrada em aventais .. 16 peças de erguiam e huma mais que parece foi levada = 19 garrafas de água da Inglaterra ...”<sup>344</sup>

Uma outra parte das mercadorias de propriedade de Antônio Miranda teriam sido entregues ao capitão Gonçalo Ribeiro dos Santos em Benguela, em razão do confisco sofrido pela galera de Nossa Senhora do Bom Despacho e Santo Antônio, assim como da corveta em que era mestre José Antônio Andrade. À revelia de Antônio Miranda, José Andrade teria disposto de sua carregação, vendendo ou mesmo dando parte destes produtos a pessoas diversas. Segue a lista dos gêneros que se encontravam em Benguela:

“... pessas de veludo de Calamanha, cortes da mesma, e de gola fina e de mais inferior, meias de seda, caixas de fita, pessas de esgrião, cambraya<sup>345</sup>, chapéus finnos, frocos cortes de veludo carmezim<sup>346</sup> para calçoens, pessas de primor de França, pratos de

<sup>342</sup> “Espécie de tecido ondeado, de lã ou seda, próprio para decoração.” (SILVA, s/d:648, V. 6). Palavra de origem grega, o que indica que este tecido fosse europeu. (OLIVEIRA, 2011:450)

<sup>343</sup> Em fins do período medieval, a produção têxtil na Europa alargara-se em função do crescimento do tráfico comercial, desenvolvendo uma produção de materiais, relativamente diversificados, a exemplo das “lãs de Flandres e da Inglaterra, linho do sul da Alemanha, panos de cânhamo das regiões de Saône e de Bresse, veludos de Milão, Veneza e Gênova”. (LIPOVETSKY, 2006: 52-53). O veludo que, segundo afirma Antunes (2001: 410-413), vinha do Oriente, nos séculos XVI e XVII também foram produzidos em cidades italianas, como assinalou Lipovetsky, fato que nos permite inferir que o veludo de que trata essa documentação, em específico, possa ser europeu, haja vista que a quase totalidade da carregação de tecidos da galera Nossa Senhora do Bom Despacho e Santo Antônio eram europeus. Também contribuiu para a nossa afirmativa o fato do lexema veludo ser originário da linha provençal. (OLIVEIRA, 2011: 451).

<sup>344</sup> “Auto de sequestro que se mandou fazer o provedor-mor da fazenda real, João Batista de Oliveira Baenna das fazendas que o mestre da galera José Antônio de Andrade e Souza tinha tirado do Baul do caixa Antônio Souza de Miranda”. 16 de fevereiro de 1756. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 84.

<sup>345</sup> “Tecido fino e transparente, de linho ou algodão, primitivamente fabricado em Cambraia, cidade de França”. (SILVA, s/d, 798, v. 2).

<sup>346</sup> “Carmesi [...] o mesmo que carmesim “vestido ou gama vem ... de cetim da adriática Veneza, carmesi, cor que a gente tanto preza” Camões, Lusíadas, II, 97” (LAPA, 1968:935).

estanho, botois ligas e hum masso de missanga, frasqueiras de aguardente pipas da mesma e outras de vinho, barricas de farinha, barris de azeite ditos de biscouto, e pólvora...”<sup>347</sup>

Francisco Gomes da Cunha, por sua vez, negociante em Luanda e testemunha no caso, teria informado “... que na mesma galera vieram para a cidade de Lisboa alguma fazenda de baetas e sarafinas de Inglaterra...”<sup>348</sup>. Francisco Gomes revelou, ainda, que:

“... navalhas, tesouras, agulhas, gêneros de quitalharias tinham melhor saída em Angola por que hum seu amigo havia lhe pedido que lhe fizesse uma receitazinha dos ditos gêneros para mandar para a mesma Angola sem lhe querer declarar quem era o dito seu amigo, por que o dito Bozine<sup>349</sup> já estava executando a dita receita e separando alguns gêneros para ele como erao tesouras, navalhas, agulhas e outras semelhantes fazendas lançadas em um livro de contas por um seu caixeiro tivera ele testemunha curiosidade que o ordenou o escrivão de chegarem a ver o dito livro em que se estava lançada a dita receita...”<sup>350</sup>

Para que os negócios de Lombardino tivessem êxito era preciso uma complexa rede de contactos com comerciantes locais, residentes na cidade de Luanda e Benguela. Estes homens investiam seus capitais na compra de mercadorias voltadas ao tráfico e influenciavam na escolha dos gêneros a compor o sortimento necessário às trocas no interior de Angola. Neste sentido, catalisavam as demandas locais africanas, impondo ao Atlântico o padrão de gêneros a adentrar no território africano. A carregação da galera Nossa Senhora do Bom Despacho e Santo Antônio revela um complexo tráfico comercial interligando diversos centros produtores de tecidos europeus e asiáticos. As meias de seda do Oriente dividiam espaço nos porões da dita galera com tecidos ingleses (brim, baeta e serafina), italiano (veludo) e francês (cambraia), a farinha produzida no Brasil e demais quinquilharias manufaturadas européias necessários ao tráfico.

Para além dos homens de negócio envolvidos nesta trama, o auto de devassa sofrido pela galera Nossa Senhora do Bom Despacho e Santo Antônio revela ainda a existência de um importante personagem desta história, a saber o depositário, em outras palavras, o responsável pelo armazenamento em terra, das mercadorias trazidas do além-mar. Neste caso em específico,

<sup>347</sup> “Registro do edital que se pôs para se vender as barricas de farinha, bacalhau, barris de biscouto de manteiga, e azeite, pipas de vinho, de vinagre, de aguardente, e frasqueiras della: vindas na Gallera Nossa Senhora do Bom Despacho e Santo Antônio em que veio por mestre José Antônio de Andrade e Souza”. 10 de setembro de 1755. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 156.

<sup>348</sup> As sarafinas são em verdade serafinas.

<sup>349</sup> Bozine, segundo uma das testemunhas era, em verdade, Pedro Bozine, homem estrangeiro assistente (morador) na cidade de Lisboa.

<sup>350</sup> Auto de exame feitos nos livros do navio de invocação Nossa Senhora do Bom Despacho. 21 de maio de 1755. A.H.U., A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 45

João Álvares Ferreira<sup>351</sup>, mestre da corveta por invocação Nossa Senhora das Necessidades, Conceição e São Francisco, fazia as vezes de depositário, guardando, em sua casa ou em armazém alugado, parte da carga das fazendas as quais o provedor havia ordenado o confisco.

Em todas as negociações realizadas em Londres, o negociante italiano utilizara o nome do português Francisco Luís de Almeida. Este nome aparece em outro documento, referente a uma solicitação de João Álvares Ferreira - mestre da corveta Nossa Senhora das Necessidades, Conceição e São Francisco, vinda de Lisboa ao Porto de Luanda - para que pudesse eximir-se da responsabilidade de depositário da carregação de "... várias fazendas secas e molhadas a entregar a Miguel Lopes de Oliveira, Antônio de Souza Miranda e José [...] e Souza nesta cidade as quaes estão embargadas a ordem de Vossa Merce na mão e poder do mesmo suplicante..."<sup>352</sup>. Estas fazendas pertenceriam, oficialmente, segundo afirmou João Álvares Ferreira, a Francisco Luís de Almeida.

Assim sendo, a embarcação Bom Despacho e Santo Antônio, saíra de Lisboa, em 1754, em direitura a Pernambuco, levando consigo a dita carga, "fraudada" pela diminuição de três côvados em cada uma das fazendas para então seguir para o porto. A diminuição no tamanho e largura das peças de serafinas, percebidas pelo ouvidor, foram levadas ao conhecimento dos "...melhores e mais abonados homens de negócio desta cidade..."<sup>353</sup>, chamados a examiná-las e compará-las com as que de costume recebiam da corte de Lisboa e, para que, deste modo, procedessem ao veredicto:

"... ainda que estavam falsificadas em seu tamanho e largura que com a mesma diminuição lhe vinhão a ellas a mesma, pelo que lhe chamavam serafinas das fabricas novas, e que não tinham nenhuma falsidade as ditas roupas, porque do norte vinhão presentemente todas da mesma forma..."<sup>354</sup>

Não satisfeito com o parecer dado pelos comerciantes da praça de Luanda, foi o ouvidor, junto com o governador-geral Antônio Álvares da Cunha "ate o armazém donde estas fazendas se acha e vendo as ditas serafinas, ordeney que das cazas das mesmas pessoas que votarão nesta averiguação e que assinaram o termo, me trouxessem algumas pessas do mesmo gênero, e

---

<sup>351</sup> João Álvares Ferreira, é o mesmo que, em 1767, constou na celeta lista de eminentes comerciantes da praça de Luanda, convocados pelo então governador, Inocêncio de Souza Coutinho, para redação do termo de venda de armas de fogo no sertão, como já fora tratado em capítulo anterior desta dissertação e, em 1764 aparece como contratador exclusivo das marinhas de sal de Benguela. (A.H.U., C.U., Angola, caixa 49, n. 13).

<sup>352</sup> "Conta de tudo o que se obrasse na execução do exame [...] da embarcação por invocação Nossa Senhora do Bom Despacho". 2 de Março de 1756. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 106.

<sup>353</sup> "Conta de tudo o que se obrasse na execução do exame [...] da embarcação por invocação Nossa Senhora do Bom Despacho". 2 de Março de 1756. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 106.

<sup>354</sup> "Conta de tudo o que se obrasse na execução do exame [...] da embarcação por invocação Nossa Senhora do Bom Despacho". 2 de Março de 1756. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 106.

vendo estas, nenhuma so era tão estreita como as sobreditas, nem tão curtas”<sup>355</sup>. Concluiu, então, o governador-geral e o ouvidor que: “pello que com soborno tinhão aqueles homens deposto naquela matéria”<sup>356</sup>. Observemos que para resolver a dúvida da fraude no tamanho e largura das serafinas, solicitou o ouvidor e governador-geral que das casas dos “melhores e mais abonados homens de negócio desta cidade” – cidade de Luanda -, fossem trazidos, a sua presença, panos de serafina. A recolha destes panos nessas casas atesta a popularidade da serafina enquanto artigo de troca no comércio dos escravos e a obrigatoriedade dos comerciantes em tê-los disponível para este comércio.

Se as serafinas não tinham sido fraudadas por Lombardino, segundo os comerciantes locais, ainda que o governador-geral contestasse a opinião destes, outros gêneros o foram. Assim informou Manuel Dinis Ribeiro que, em transações comerciais que antecederam a viagem da galera Nossa Senhora do Bom Despacho e Santo Antônio, em 1755, outros artigos vieram fraudados.

“... outra ocasião vendera a elle testemunha a conta de oito barris de misangas grossa que he de maior valor achara elle testemunha nesta cidade para onde atravessara que so nas cabiceiras tínhamos ditas barricas [...] com as das de misangas grossas e toda mais era miúda de muito menos valor na qual requerera e fizera exame [...] e que com efeito e todas as mais barricas que judicialmente foram averiguadas se achara a mesma falsidade referida que se tinha achado.”<sup>357</sup>

Dos registros de que se tem notícia sobre a devassa da galera Nossa Senhora do Bom Despacho e Santo Antônio, e das demais documentações que se juntaram ao processo, já aqui descritas, é possível inferirmos que o comércio do italiano Paulino Lombardino com negociantes da praça de Luanda ocorria já há algum tempo, antecedendo o ano de 1755. Os lucros obtidos por seu negócio em África lhe permitiram investir na aquisição de uma galera inglesa a ser empregada no mesmo negócio. Sua rede de contactos era composta por comerciantes em Luanda, envolvidos na compra das fazendas do seu testa-de-ferro Francisco Luís de Almeida. Seu êxito pode ser percebido pela eficiência com a qual montava sua cargação, atentando para as demandas locais, ao passo em que imprimia novos costumes, a exemplo da redução dos tamanhos das serafinas, promovendo o aumento dos lucros na exata diminuição dos côvados.

<sup>355</sup> “Conta de tudo o que se obrasse na execução do exame [...] da embarcação por invocação Nossa Senhora do Bom Despacho”. 2 de Março de 1756. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 106.

<sup>356</sup> “Conta de tudo o que se obrasse na execução do exame [...] da embarcação por invocação Nossa Senhora do Bom Despacho”. 2 de Março de 1756. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 106.

<sup>357</sup> Auto de exame feitos nos livros do navio de invocação Nossa Senhora do Bom Despacho. 21 de maio de 1755. A.H.U., A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 45

A carga de serafinas e brim adquirida em Londres confirma a importância dos tecidos europeus enquanto “fazendas de comprar escravos”<sup>358</sup>. Tecidos que, de tão importantes, achavam-se em todas as lojas espalhadas pela cidade de Luanda, permitindo, desta forma, ao governador-geral e ouvidor da fazenda procederem na averiguação da fraude dos tamanhos dos tecidos. Ao negociante António Miranda lhe interessavam os tecidos também vindos da Europa. Por outro lado, a escala em Pernambuco nos traz outros elementos de análise, tendo em vista a carga de secos e molhados, transportada pela dita embarcação. Os molhados que correspondiam, nesta altura, às bebidas alcoólicas, bem poderiam ser os destilados produzidos no nordeste brasileiro e tão apreciados no sertão angolano. E parte das fazendas da Europa, que transportava a nau Bom Despacho e Santo António, poderiam ter servido de moeda-de troca para aquisição destes destilados. Fato que apenas confirmaria os contrabandos que aconteciam nos portos do nordeste, com a entrada ilegal de tecidos europeus, já retratados ao longo do primeiro capítulo.

A diminuição de três côvados nas fazendas vindas da Europa, como atestaram o governador-geral e ouvidor, por outro lado, poderia ter desestimulado os comerciantes da praça de Luanda, quando do leilão em praça pública que se seguiu à apreensão da carga do navio. É que, por se tratar de sequestro de bens apreendidos em uma transação comercial ilegal – aos olhos da Coroa portuguesa –, a venda deveria obrigatoriamente se dar através de leilão público. Entretanto, não faltaram interessados no dito leilão. O modo com que se deu a venda das fazendas confirma a importância do crédito nas transações econômicas no “Reino de Angola”, porquanto o então provedor da Fazenda Real lamentava que, em Luanda, assim como em Benguela, “...so se vende fiado e a troco de escravos que se remetem para os portos da America; no que podia haver perigo no falecimento destes e ainda no fiado por falta de pagamento...”<sup>359</sup>. Deste modo, Manuel Pacheco Pereyra, homem de negócio em Luanda, arrematou o lote das fazendas pela quantia e forma de pagamento abaixo descrita:

“...três contos seiscentos mil reis que se carregarão ao feitor da Fazenda Real no livro das cargas e outros três contos seiscentos e oitenta e cinco mil e cinquenta e oito reis se obrigou a satisfaze-lo dentro de hum anno a quarteis de quatro mezes pera o que deve dois fiadores com outorga de suas mulheres...”<sup>360</sup>

A carga de secos e molhados também fora vendida, com exceção dos biscoitos e do queijo. Estes dois últimos itens, por terem-se estragado no Presídio de Benguela, não foram

<sup>358</sup> Informe de um procurador eleito no “Reino de Angola”. Junho de 1762. A.H.U., C.U., Angola, caixa 45, n. 53.

<sup>359</sup> Ofício do provedor da Fazenda real João Baptista acerca do sequestro da galera Nossa Senhora do Bom Despacho. 29 de fevereiro de 1756. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 40, n. 102.

<sup>360</sup> Ofício do provedor da Fazenda real João Baptista acerca do sequestro da galera Nossa Senhora do Bom Despacho. 29 de fevereiro de 1756. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 40, n. 102.

leiloados, assim como a pólvora e outras quinquilharias<sup>361</sup>. Assim sendo, apenas os artigos em bom estado, como nos parece óbvio, serviam ao resgate de escravos no sertão, devendo os armadores amargarem os prejuízos advindos dos possíveis danos que a viagem causava, sobretudo aos bens perecíveis.

Os negociantes, fosse em Luanda ou em outras partes do “Reino de Angola”, tinham um prazo relativamente estendido para honrar seus compromissos em função do próprio tempo em que se levava para adquirir o quantitativo necessário de cativos a serem trazidos à costa. Quando, entretanto, esta engrenagem se rompia, por qualquer razão, a credibilidade do agente se esvaía para todo o sempre não sendo possível recuperar os laços de confiança nos quais se pautava o sistema de crédito.

Findado o processo de averiguação da ilegalidade do comércio desenvolvido por Paulino Lombardino, como já nos referimos, resolveu a Coroa devolver o restante das mercadorias que ainda não tinham sido leiloadas, assim como a renda adquirida por leilão e a galera que encontrava-se apreendida no Rio de Janeiro. Paulino Lombardino apresentou um processo de naturalização portuguesa, fato determinante para a “...completa restituição do navio, fazendas e fretes...”.<sup>362</sup> Entretanto, muito da carga se perdeu, tendo em vista os acontecimentos que se seguiram à apreensão.

A “conquista” era um lugar onde os roubos ocorriam corriqueiramente, não apenas no sertão mas também nas cidades. Os armazéns em Luanda e Benguela, nos quais a mercadoria era estocada, não garantia a proteção necessária contra indivíduos em busca do dinheiro fácil, ou melhor, dos “tecidos” fáceis. Os roubos demonstraram ser, no “Reino de Angola”, uma forma alternativa de capitalização para o tráfico de escravos.

### 3.3. ROUBO DE TECIDOS NA CIDADE DE LUANDA

Os roubos eram um dos descaminhos pelos quais alguns indivíduos buscavam capitalizar-se, fosse no sertão angolano, fosse nas cidades costeiras de Luanda e Benguela. Os tecidos, por sua vez, tornaram-se um dos principais gêneros de interesse dos meliantes<sup>363</sup>. Em 1769, o réu

---

<sup>361</sup> A descrição detalhada dos gêneros da galera Nossa Senhora do Bom Despacho e Santo Antônio será melhor descrita quando tratarmos do caso da devassa que ocorreu na dita galera em razão da participação ativa e protagonista de um estrangeiro, o italiano Paulino Lombardino no tráfico de escravos em Luanda em 1755.

<sup>362</sup> Solicitação de Paulino André Lombardino para que se passe de forma autenticada as ordens para a recuperação do navio apreendido. 21 de outubro de 1756. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 153.

<sup>363</sup> Carta de D. Antônio Álvares da Cunha a Diogo de Mendonça Corte Real. 28 de março de 1754. A.H.U., Angola, C.U., C. 39, n. 13.

Antônio Fernandes Frango, acompanhado de 10 escravos, entrara na casa de Francisco Correa da Silva, golpeará um morador da “conquista”, cujo nome não foi identificado na documentação, e o seu irmão, para depois saquear a casa, localizada em Massangano. Os objetos furtados consistiram em cinco beirames, setenta pedras de sal, duas peças de tafacira fina, um timão de duas baetas<sup>364</sup>. Observamos que todos os artigos eram “dinheiro” amoedado, a exemplo dos beirames ou objetos-moeda (sal e tecidos).

Um dos casos melhor documentados foi o que acometera ao nosso já conhecido João Álvares Ferreira, mestre da corveta Nossa Senhora das Necessidades, Conceição e São Francisco e depositário da fazenda sequestrada da galera Nossa Senhora do Bom Despacho e Santo António. Em 11 de agosto de 1755, na madrugada da segunda-feira, o armazém foi arrombado e os pacotes em que se guardavam as serafinas confiscadas foram abertos e o seu conteúdo levado pelos ladrões. Chamado às pressas pelos vizinhos, Ferreira requereu das autoridades uma vistoria de corpo delito na qual se verificou que lhe pertencia também havia sido furtada.

Algumas peças foram recuperadas devido à ação enérgica do suplicante que “tratou de dar busca em algumas casas suspeitas aparecerão vinte duas peças das ditas serafinas achadas em barracas [...] e nas senzalas de que sendo avisado o suplicante as fez recolher e as pos em casa de alguns sujeitos para serem guardadas...”<sup>365</sup>. Curiosamente, estes dois incidentes desobrigaram o suplicante, Álvares Ferreira a “...repor e satisfazer a fazenda furtada pertencente ao confisco...”<sup>366</sup>.

Tendo em vista que parte da carga que constava sobre seus cuidados fora furtada, João Ferreira solicitou, então, que fosse desobrigado da condição de depositário das mercadorias, também confiscadas, do provável testa-de-ferro de Paulino Lombardino, Francisco Luís de Almeida. O suplicante pede, ainda, que fosse isento do pagamento dos direitos sobre os gêneros de sua propriedade, sobretudo peças de serafinas que haviam sido surrupiadas, juntamente com parte da carga da galera supracitada. Enquanto aguardava o deferimento de sua rogativa, Ferreira acondicionou as mercadorias no armazém que se achava “... por baixo das casas do

---

<sup>364</sup> “Acordão em junta proferido nos autos do Reo Antônio Fernandes Frango”. 3 de fevereiro de 1769. A.H.U., Angola, caixa 53, n. 37.

<sup>365</sup> “Acordão em junta proferido nos autos do Reo Antônio Fernandes Frango”. 3 de fevereiro de 1769. A.H.U., Angola, caixa 53, n. 37.

<sup>366</sup> “Acordão em junta proferido nos autos do Reo Antônio Fernandes Frango”. 3 de fevereiro de 1769. A.H.U., Angola, caixa 53, n. 37.



Coronel Paulo Domingues Villa Nova a quem alugou o ditto armazém para efeito de recolher as ditas fazendas por não terem comodo as casas em que mora elle suplicante...<sup>367</sup>.

Concluimos, deste acontecimento, que as serafinas, um dos principais tecidos a servir ao trato dos escravos, foram alvo da cobiça dos envolvidos com o tráfico de escravos, que não mediam esforços para adquiri-las, ainda que através de roubos. Esta é a única justificativa que explica o interesse dos “donos das casas suspeitas”, provavelmente comerciantes conhecidos na praça de Luanda, a praticarem tal ato.

### 3.4. FALHAS NO SISTEMA DE CONTROLE DA ENTRADA E SAÍDA DE PRODUTOS NOS PORTOS DO “REINO DE ANGOLA

A tripulação dos navios, dentre estes, mestres e capitães buscavam aumentar seus rendimentos, aproveitando-se da escuridão da noite onde mantinham-se ancorados na barra, pouco distantes do ancoradouro e, deste modo, recebiam os escravos que vinham de balsas. Furtavam-se ao pagamento de impostos e davam entradas em gêneros próprios do comércio de escravos em prejuízo dos contratadores de escravos e da fazenda real<sup>368</sup>. Outros comerciantes lançavam-se a Costa de Sotavento e Barlavento sem a devida licença dos contratadores para o resgate dos escravos<sup>369</sup>. Para evitar o envolvimento de contratadores com comerciantes que se omitissem ao dever de solicitar as ditas licenças, assim como a prática de contratadores em fazer “vistas grossas” a este comércio ilegal, a Coroa imputaria graves penalidades<sup>370</sup>.

A criação da alfândega em Luanda e a documentação produzida desde então informam de uma realidade em que a entrada de mercadorias na África centro-ocidental poderia dar-se

<sup>367</sup> “Conta de tudo o que se obrasse na execução do exame [...] da embarcação por invocação Nossa Senhora do Bom Despacho”. 2 de março de 1756. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 106.

<sup>368</sup> Os contratos de direitos dos escravos tratam, dentre outros assuntos, das punições impetradas as mais diversas formas de burla à fazenda real, o que nos permite inferir que, se tais punições existiam era porque estas práticas se aconteciam nos portos da “Conquista”. No caso específico dos descaminhos realizados por mestres e capitães em alto mar, o contrato é do ano de 1753, mas a lei que trata desta prática criminosa remonta ao ano de 1722. Contrato dos direitos novos que pagão os escravos do Reino de Angola que se fez no Conselho Ultramarino com Manuel Barbosa Torres. 26 de fevereiro de 1753, A.H.U., C.U., Angola, caixa 38, n. 4.

<sup>369</sup> Os contratadores, em verdade, geriam o comércio de escravos em Angola. Deste modo, comerciantes que iam até a costa resgatar escravos deveriam obter licenças para fazê-lo. Obviamente, esta operação envolvia o pagamento de taxas, a serem parcialmente repassadas a fazenda real em razão dos impostos a que estavam submetidos os contratadores pelo contrato dos direitos dos escravos.

<sup>370</sup> Estas penalidades consistiam, segundo os direitos velhos previstos no contrato de Manuel Barbosa de 1753 na “condenação a Fazenda Real, no tresdobro que ocultar, na forma do Regimento da Fazenda, e havendo denunciante, haverá a metade da dita pena”. Contrato dos direitos novos e velhos que arrematou Manuel Barbosa Torres em 1753, com vigência a partir de 1754, A.H.U., C.U., Angola, Caixa 38, n. 14.

através do contrabando<sup>371</sup> e fraudes. Em 20 de agosto de 1766, em São Paulo de Assunção, foi redigido documento endereçado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1759-1769), o então secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, onde se apresentam contestações às “guias ou relações de despacho”<sup>372</sup> enviadas da Índia para a Bahia e desta para Luanda. As guias tinham como objetivo normatizar a fiscalização nas alfândegas do Império. A descrição de tais práticas fiscalizatórias, segundo redator, deixa claro as possibilidades de fraudes:

Porque da India se remetem ao Provedor da Fazenda da Bahia, e agora ao dito Reino as Guias e Resoluções de despacho, assim de Liberdades, como das fazendas, se divide esta intendência pelas duas diferentes repartições, e logo que a Nau dá fundo vay o Provedor da Fazenda fazer lhe a revista, que chamão / do fato, ou caixas/ e as expêde livres para terra sem concurso algum dos officiais da Alfandega, assim depois faz a das Liberdades do mesmo modo, e por este trabalho percebe certo emolumento, nem a autoridade da vizita, nem o grande numero de Arcas, e Baús, e emfim nem o pequeno espaço da tempo e permite, que se evite o contrabando, antes o formentão em fazendas finas, e de valor, onde qualquer extravio simulado, e envolto em roupas inferiores, e sujas esconde muito, e prejudica inteiramente; Concluida deste modo a dita revista, e expedição do fato para suas cazas entrão então os officiais da Alfandega a fazer o seu Officio; pelo que, e avista da incoherencia do referido methodo, me parece muito mais ajustado á razão o de deverem entrar logo na nau os ditos officiaes para remeterem em direitura a Alfandega o dito fato.<sup>373</sup>

A averiguação da carga da nau Nossa Senhora José e Senhora da Conceição<sup>374</sup>, arribada no porto de Luanda, em 21 de maio de 1767, vinda da Índia, sob o comando de Isidoro de Moura é prova inconteste das fraudes cometidas tanto por parte da tripulação, que detinha as Liberdades<sup>375</sup>, quanto dos donos do restante das cargas. De posse de um diretório solicitado ao então provedor da alfândega na Bahia, Rodrigo Coelho Machado Torres, Dom Manuel Pinto

<sup>371</sup> Os documentos de época do terceiro quartel do século XVIII, produzidos pelo A.H.U., não deixam clara a diferença entre contrabando e fraude. Em alguns documentos, contrabando diz respeito a entrada de gêneros através dos navios estrangeiros, ou seja, todos aqueles que não navegavam sob bandeira portuguesa. As fraudes, por sua vez, via de regra, aparecem como práticas ilegais de entrada de artigos no “Reino de Angola”, sem a devida fiscalização, realizadas por portugueses, brasileiros ou outros comerciantes que estivessem sob a alçada portuguesa. Assim poderia ocorrer no despacho de mercadorias nas alfândegas do Império lusitano. Paradoxalmente, neste documento, em específico, o redator utiliza-se do termo contrabando para referir-se ao que costumava-se designar fraude.

<sup>372</sup> Carta de Francisco Inocêncio Souza Coutinho para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 20 de agosto de 1766. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 50, n. 34.

<sup>373</sup> Carta de Francisco Inocêncio Souza Coutinho para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 20 de agosto de 1766. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 50, n. 34.

<sup>374</sup> Auto de devassa da nau Nossa Senhora José e Senhora da Conceição. 21 de maio de 1767. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 51, n. 45

<sup>375</sup> As liberdades, segundo Lapa (1968:283), consistiam em “... um sistema adotado pela Coroa em conceder as tripulações a possibilidade de trazer a bordo determinadas mercadorias, acondicionadas em caixas de dimensões padronizadas [...] a finalidade do privilégio era a de estimular o engajamento de marinheiros, que se viam dessa maneira compensados das agruras das viagens. ” Outro termo importante, utilizado, sobretudo no apêndice deste trabalho é os “agasalhos” ou “gasalhado”. Que consiste “... no lugar a bordo que os passageiros comuns deviam comprar. Os marinheiros e soldados tinham direito ao seu gasalhado, quando engajados na tripulação ...” (LAPA, 1968:286).

da Cunha e Souza requisitou ao capitão a inspeção da carga. Como já esperava, a carga não correspondia, em quantidade, à que fora declarada nos “bilhetes que vem no interior das mesmas trouxas”<sup>376</sup>, feitos ainda na Índia. Os excessos de carga foram comprovados, seguindo-se a descrição dos procedimentos a serem tomados face a tal situação. A carga foi assim “despachada segundo o estilo da Bahia”<sup>377</sup> através do pagamento de fiança e, na falta desta, deveria apresentar-se fiador na cidade de Luanda. Dom Manuel Pinto da Cunha revela ainda que alguns dos proprietários de cargas não possuíam fiadores por não terem conhecimento em Luanda. Outros lograram assegurar-se com comerciantes dispostos a afiançar as cargas não registradas na Índia, dando evidência das redes que foram sendo montadas entre os diversos pontos de apoio do comércio no Império português. Na lista de tecidos que se buscou fraudar, observa-se serem os tecidos oriundos, majoritariamente, da Índia:

Tabela 5. Tecidos da Índia.

~p <sup>378</sup> de cadeas de balagarte	corjas de chitas de balagarte
~p de lenços em patavares	corjas de folhinha
~p de linhas de surrate	cadeas do porto
~p de chita de surrate	lenços brancos de morim entre finos
~p de lenços azuis ordinários.	~p de lenços de Madrastra azuis ordinários
~p de lenços encarnados patavares	~p de linha de Loango
~p de lenços azuis patavares	~p de guingões entre finos
~p de linha de patavar	cobertas do porto de Balagarte
~p de cadeas de Surrate	~p de linha de Balagarte

<sup>376</sup> Auto de devassa da nau Nossa Senhora José e Senhora da Conceição. 21 de maio de 1767A.H.U., C.U., Angola, Caixa 51, n. 45.

<sup>377</sup> Auto de devassa da nau Nossa Senhora José e Senhora da Conceição. 21 de maio de 1767A.H.U., C.U., Angola, Caixa 51, n. 45.

<sup>378</sup>. A medida utilizada para parte dos tecidos foi sinalizada com este símbolo (~p). Podendo estes serem lidos como “peças” ou “panos”. Acreditamos, entretanto, que este símbolo se refere a “panos” pois os tecidos medidos em “peças” foram grafados por extenso: “pessas”.

~p de chita de surrate	marxás ordinários
~p delinhas de surrate	~p de lenços da costa azuis ordinários Cangas azuis
cassa bordada de flores de matizes	~p de linhas de Dio
~p de morina	cortes de vestias de morim grosso bordados de linhas de cores
~p de lenços azuis ordinários	vhita de balagarte
~p de pericais ou percalos	~p de guardanapos grossos de lo
toalhas de algodão pequena grossas	~p de guardanapo grossos de listra
~p de Zuarte de Surrate	ditas de cafre
pares de meias branca de algodão	~p de coromandeis

Tabela que se extraiu da lista da carregação das naus Nossa Senhora José e Senhora da Conceição despachada em 20 de maio de 1767. 1767. A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n. 71.

Tabela 6. Tecidos oriundos da China

seda de matizes	
-----------------	--

Tabela que se extraiu da lista da carregação das naus Nossa Senhora José e Senhora da Conceição despachada em 20 de maio de 1767. 1767. A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n. 71.

Para que entendamos o porquê da fraude é preciso, antes, percebermos a própria estrutura organizacional dos navios. Estrutura esta que corroborava para a práticas da burla do sistema de fiscalização montado pela Coroa portuguesa no porto de Luanda. Segundo Godinho (2005), a tripulação que compunha as viagens da carreira da Índia era formada por homens, subordinada ao capitão-mor e, na falta deste, ao capitão do navio. Este exercia, no navio, as funções política, administrativa, judicial e militar. A partir da segunda metade de Setecentos, o comando dos navios passa a ser exercido por oficiais de marinha, homens tecnicamente capacitados para operar as embarcações, segundo Domingues (1998: 20). Os pilotos e os seus ajudantes sota-pilotos eram responsáveis pelas operações práticas da navegação, tais como: “cálculo da latitude pela observação dos astros [...] cálculo da longitude que se fazia por estimativa, [...] conhecimento do navio e das condições concretas em que navegava a cada momento; a marcação do ponto e o acompanhamento da progressão sobre a rota prevista nas cartas de marear” (DOMINGUES, 1998: 20).

Havia também o mestre, contramestre, grumetes, marinheiros, soldados, pajens, o guardião, calafates, carpinteiro, tanoeiros, o capelão, escrivão, o alcaide, despenseiros, o boticário e o cirurgião e/ou barbeiro. Para além da tripulação, a comunidade formada nos navios incluía os passageiros, homens de negócio, indivíduos que se deslocavam de Lisboa para ocupar cargos administrativos, militares e religiosos. (GODINHO, 2005).

Mediante os baixos salários, as licenças para importar artigos objetivavam tornar atraente, para a tripulação, tal empresa. Godinho (2005) traz à tona o termo “distribuição de quintaladas” ou “liberdades” que, ao longo do tempo, ganharam outros formatos tais como a concessão<sup>379</sup> e o favor da Índia. Boxer (1969) refere-se ao termo “gasalhado” como sendo uma porção de espaço no convés e cabina, acima do porão, destinada a determinados membros da tripulação e ao piloto para que pudessem levar propriedades pessoais. Segundo o Conde de Oeiras, em 5 de agosto de 1769.

“Para a navegação de Angola não acham Capitaens Mestres, pilotos nem ainda Marinheiros que naveguem pelos simples soldos ou soldadas. Todos estes levam as carregações próprias proporcionadas aos seus cabedais; a que cabem nos créditos com que tomam dinheiros a juros, e a risco; e a que lhes são encarregadas de partes para lucrarem as comissões a ellas respectivas; porque so os interesses destes lucros podem animar os sobreditos capitaens Mestres e suas equipagens a vencerem o temor que justamente lhes causam as longas navegações para a costa da África cujos os ares são tão doentios”<sup>380</sup>

Este espaço também poderia ser vendido a terceiros. Ao observarmos o anexo 1 percebemos, dentre os produtos despachados no porto de Luanda, em 20 de maio de 1767, pelas naus Nossa Senhora José e Senhora da Conceição que as mercadorias foram organizadas sob a posse de comerciantes mas também da tripulação. No caso específico destas duas naus, despacharam, entre outros, Pedro Carvalo (3º carpinteiro), António Santos (2º guardião), Domingos Gonçalves (1º carpinteiro) e Francisco Pereira (Boticário). Até mesmo o rei, ou melhor, as mercadorias régias possuíam um “lugar no porão”<sup>381</sup>, em que António Soares Lima despachou grande quantidade de mercadorias, sobretudo tecidos da Índia. Os artigos despachados por estes indivíduos se referem ao direito de transporte de tecidos, escravos ou

<sup>379</sup> Segundo Godinho (2005), as concessões estavam relacionadas ao espaço que de direito o indivíduo recebia para transportar determinados artigos, que, nas palavras do autor poderiam seguir duas formas: “... caixaria (número de caixas forras ou livres de impostos ou taxas), da fardagem (número de fardos), das câmaras ou do albói, onde os passageiros ou (homens do mar) também podiam transportar as suas mercadorias.”

<sup>380</sup> Parecer do Conde de Oeiras sobre o estado de ruína que se encontrava o Reino de Angola. 5 de agosto de 1769. A.H.U., Angola, Caixa 53, n. 90.

<sup>381</sup> Lista da carregação das naus Nossa Senhora José e Senhora da Conceição despachada em 20 de maio de 1767. 1767. A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n. 71.

especiarias, desde que em pequenas quantidades, com isenção total ou parcial do pagamento de direitos. Entretanto, como já fora dito, a quantidade de mercadoria a que tinha direito a tripulação era limitada e deste modo incidiram em fraude, pelo excesso de mercadorias transportadas, as seguintes pessoas:

Tabela 7. Tabela dos responsáveis pela fraude que decorreu do excesso das “liberdades”.<sup>382</sup>

Antônio dos Santos <sup>383</sup>	Florentino João de Carvalho nos agazalhos do Mestre da nau.
Domingos Álvares <sup>384</sup>	José Rodrigues Bernardes
Francisco Pedrosa Ferreira	José Álvares <sup>385</sup>
Francisco José da Silva	Manuel dos Santos <sup>386</sup>
Gabriel Ramos	Manoel Thomás Santiago <sup>387</sup>
Henrique José de Paulo <sup>388</sup>	Manuel de Oliveira
Isidoro de Moura	Thomas Luis (?)
José Joaquim Pinto <sup>389</sup>	Pedro Carvalho <sup>390</sup>

Importante salientar, contudo, que o fato de estas mercadorias terem sido despachadas no “Reino de Angola” não significa necessariamente que elas seriam, na sua totalidade, escoadas na região. O despacho de mercadorias em alfândegas do ultramar tinha por objetivo o registro das mercadorias para a cobrança do pagamento dos impostos devidos à Coroa portuguesa pelos comerciantes. Mediante comprovação do despacho ou averiguação dos produtos tributáveis, as naus poderiam seguir para Lisboa. Assim, nos dá a entender Francisco Xavier de Mendonça Furtado quando, em 16 de dezembro de 1767, cita, em documento, uma ordem régia, datada de novembro de 1762<sup>391</sup>, para a criação de uma Alfândega em Luanda com

<sup>382</sup> Tabela que se extraio da lista da carregação das naus Nossa Senhora José e Senhora da Conceição despachada em 20 de maio de 1767. 1767. A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n. 71.

<sup>383</sup> 2º guardião.

<sup>384</sup> 1º carpinteiro.

<sup>385</sup> 1º tanoeiro.

<sup>386</sup> Mestre da nau.

<sup>387</sup> 2º piloto da nau.

<sup>388</sup> 2º tanoeiro da nau.

<sup>389</sup> 2º carpinteiro.

<sup>390</sup> 3º carpinteiro.

<sup>391</sup> Em verdade encontramos em um documento datado de 17 de novembro de 1761 a ordem régia que estabelece a criação da alfândega. A.H.U., C.U., Angola, caixa 44, n. 75.

um tesoureiro e um escrivão para o “Despacho das Naus da Índia”<sup>392</sup>, tendo a mesma ordem sido suspensa até 1766, por motivos não explicitados. O fato é que a razão da criação da alfândega se dava em função da obrigatoriedade das escalas destes navios no porto de Luanda:

Sobre a necessidade desse ofício, so posso dizer, que se as naus continuarem a fazer aqui escala, hê preciso, que o haja, e que se não vierem, hê inútil, porque a sobredita Real Ordem so contempla aquele Despacho, e que nestes termos, como hé trabalho somente de dois mezes, que a nau se demora, julgo, com cinquenta ou sessenta mil reis esta pago, o que se deve satisfazer para as duas Naus a que tem servido. ”<sup>393</sup>

Procedemos, deste modo, a comparação dos tecidos fraudados pelas naus Nossa Senhora José e Senhora da Conceição, em 1767, com os que foram encontrados na documentação analisada ao longo desta escrita. Observamos que muitos destes tecidos já foram apontados no corpo deste texto como integrantes dos *banzos*, a exemplo das folhinhas, chita de balagate, panos de zuarte, cafre e linhas de Loango. Do mesmo modo, os patavares, Zuarte e as linhas de Surrate - encontrados entre as mercadorias fraudadas no porto da Bahia, em 1757, por Lapa (1968:273) - constam nas listas dos descaminhos das naus Nossa Senhora José e Senhora Conceição, em 1767, no porto de Luanda. Surrate e a costa Coromandel, importantes centros de exportação de tecidos na Índia, foram constantemente atrelados à nomenclatura das linhas e tecidos encontrados por Lapa (LAPA, 1968:273) na Bahia e, também na documentação do A.H.U., analisadas nesta dissertação.

Por outro lado, sabe-se da irregularidade grafológica das fontes, o que decorre em dificuldades para melhor categorizar os tecidos em relação aos seus centros produtores. Alguns dos tecidos encontrados nas fraudes ocorridas na Bahia e listadas por Lapa não foram encontradas nas listagens das carregações das naus Nossa Senhora José e Senhora Conceição. Entretanto, tomando como categoria de análise o “sortimento”, entendemos que todos os tecidos listados poderiam servir ao desembaraço do comércio de escravos no *hinterland*. A costa ocidental-africana e os portos da Bahia, assim como os de Pernambuco e Rio de Janeiro, operavam interligados. No capítulo que se segue, buscamos analisar os tecidos que não incorreram em fraude quando do despacho das naus Nossa Senhora José e Senhora Conceição, em 1767, para que possamos reforçar os laços que uniam o Oceano Índico ao Atlântico sul.

<sup>392</sup> Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 16 de dezembro de 1767. A.H.U, CU, Angola, caixa. 51, n. 64

<sup>393</sup> Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 16 de dezembro de 1767. A.H.U, CU, Angola, caixa. 51, n. 64

#### 4. A PREPONDERÂNCIA DOS PORTUGUESES DO BRASIL NO COMÉRCIO DE ESCRAVOS

A despeito dos esforços em se criar uma alfândega em Luanda para despacho das naus da Índia, a carta endereçada ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar pelo governador do “Reino de Angola”, Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, em 8 de julho de 1770, afirma que o comércio em Angola estaria morrendo. A razão apontada por Coutinho seria a falta das mercadorias indispensáveis ao tráfico, sendo sua solução a imediata “... obrigatoriedade da paragem das Naus da Índia nos portos do “Reino de Angola” para que os comerciantes possam contar com as fazendas necessárias ao tráfico”<sup>394</sup>. Ao que sugere o governador, estas Naus da Índia estariam encaminhando-se para a Bahia e Rio de Janeiro, onde comerciantes portugueses do Brasil as comprariam para fazer o comércio de escravos na costa ocidental da África:

Posto que em alguns officios que dirijo a V. Ex.<sup>a</sup>, e ao Senhor Conde de Oeiras, requeri em beneficio do comercio deste reino, e dos Direios Reais, hoje administrados pela útil forma, que Sua Majestade foi servido dar-lhes; que as Naus da India tivessem uma escala segura de que fossem participantes os homens de Negocio de todas estas regiões, visto que desde o anno de 1761 em que S. Majestade ordenou, que todas viessem a este Porto, so duas vieram nos anos de 1766, 1767; vê depois pelas duas que aqui se achão, e que chegaram sem que nehuma pessoa as esperasse; que as primeiras ordens de direção a este Porto nam tinham sido derogadas: por cuja causa sou obrigado a fazer este officio para informar a V. Ex.<sup>a</sup> com toda a segurança deste negócio.<sup>395</sup>

De fato, uma solicitação de isenção dos impostos cobrados no porto da Bahia, pelas fazendas que despachara em Luanda, feitas por Thomas Luís e Manuel dos Santos - primeiro piloto e mestre da nau São José, respectivamente, empregada no circuito da carreira da Índia, em novembro de 1768 -, levantava suspeitas quanto a utilização de brechas na lei para dar seguimento ao comércio direto entre a Bahia e a África. A nau São José trazia em sua carga, sobretudo, fazendas da Índia, as quais não foram discriminadas na documentação. Ao chegar no porto de Luanda, estas foram despachadas, em outras palavras, satisfizeram o pagamento do dízimo devido à Coroa portuguesa para que fossem, em seguida, remetidas ao porto da Bahia, em navios mercantes. Thomas Luís havia pedido a desobrigatoriedade do pagamento de fiança sob as fazendas da Índia na Bahia, tendo em vista já as ter pago na alfândega da cidade de Luanda. Seu pedido sustentava-se no edital fincado pelo capitão e governador-geral de Angola, D. Francisco Sousa Coutinho, de 5 de junho de 1766, informando que, as naus vindas da Índia, em direitura ao porto de Angola, tendo pago os devidos direitos e fiança e de posse das guias

<sup>394</sup> Carta de Francisco Inocêncio de Souza Coutinho. 8 de julho de 1770. A.H.U., C.U., Angola caixa 54, n. 38.

<sup>395</sup> Carta de Francisco Inocêncio de Souza Coutinho. 8 de julho de 1770. A.H.U., C.U., Angola caixa 54, n. 38.



do referido despacho, poderiam comercializar livremente no Reino assim como seguir viagem para os portos do Brasil, desobrigadas de qualquer despesa alfandegária quando lá chegassem. Segundo explicações dos suplicantes Thomas Luís e Manuel dos Santos:

“ Que sendo costume virem as Naus de viagem, em direitura do Estado da Índia à Cidade da Bahia, onde despachava livremente as fazendas da sua carga, pagando naquela cidade os Direitos de entrada, que erão os 10 por cento da Dizima, de que se trata e nesta os da Casa da Índia, que lhe pertencia, pello livro do manifesto da mesma, e pelas Guias, que da dita cidade para ella vinhão, reconhecendo V. Magestade que o melhor porto da escalada das ditas Naus herão os da Cidade de São Paulo da Assumpção Capital do Reino de Angola, foi sendo ordenado pelo seu Real Decreto de 17 de Novembro de 1761 [...], que as referidas Naus da monção o dito anno em adiante viessem em direitura a sobredita cidade aonde os interessados nas suas cargas poderiam descarregar, e vender todas as fazendas de sua conta, pagando na Alfandega, que alli por esta causa mandou novamente estabelecer, 10 por cento dos preços em que fosse avaliadas, dando fiança aos Direitos que devessem pagar na Casa da Índia desta cidade.”<sup>396</sup>.

Dentre os navios mercantes que realizavam viagens do “Reino de Angola” para o Brasil, consta a Nau Nossa Senhora da Aparecida e São José e Almas, capitaneada por Manuel Teixeira de Souza. Fazendo-se valer da nova legislação, acima transcrita, António José da Gama e Companhia, proprietário da dita embarcação, em 27 de setembro de 1766, embarcara para a Bahia, transportando, sobretudo, tecidos da Índia que haviam chegado a Luanda através da Nau São José, a mesma de que tratamos nos parágrafos acima. Segue lista:

Tabela 8. Lista de tecidos enviados a Bahia por António José da Gama<sup>397</sup>.

cadeas de Surrate	linhas de Surrate
linhas de Dio	chitas de Surrate
precalos	

A lista de certidões atestando o pagamento das taxas alfandegárias em Luanda – o que na prática lhes permitia negociar na praça da Bahia, Rio de Janeiro e demais portos do Brasil e da metrópole - incluía outros comerciantes: Inácio da Costa Francisco da Silva, que pagara sobre catorze trouxas de Fazendas da Índia de várias qualidades e Antônio de Figueredo Pinto, proprietário da Nau São José Conceição que, entre 10 de julho de 1767 e 28 de julho do mesmo ano, despachara, juntamente com Francisco Antônio Rubens e Jeronimo Diogo da Conceição, peças de linha de Dio, Surrate e Patavar, Marchas vermelhas ordinárias, peças de cadeas de

<sup>396</sup> Decreto afixado na alfândega de Luanda estabelecendo o livre comércio das fazendas da índia desde que se pagasse os direitos e fiança no Tribunal da casa da Índia da cidade de Lisboa. 5 de junho de 1766. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 52, n. 9.

<sup>397</sup> Certidão de apresentação do Mapa reto de 27 de setembro de 1766. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 52, n. 9.

dezoito côvados, peças de cadeas de Balagate, chitas de Balagate, cortes de vestias de morim, peças de dorias de flores brancas e finas, lenços vermelhos ordinários patavares, marchas grossas vermelhas com listras pretas, cobertas de chita da costa, peças de chita de segunda sorte, peças de cassa entrefinas listradas, lenços de cassa ordinários, cangas azuis. Todos estes tecidos foram enviados a Lisboa, provavelmente com objetivo de abastecer os poucos comerciantes de escravos lisboetas que atuaram no “Reino de Angola”, no terceiro quartel do século XVIII.<sup>398</sup>

Entretanto, via de regra, os artigos descritos acima tinham por destino os portos do Brasil, onde os traficantes de escravos portugueses do Brasil, a atuarem na África ocidental e centro-ocidental, eram os principais compradores destas mercadorias de troca. Ao chegarem em alguns dos portos do Brasil, os tecidos asiáticos poderiam ser levados a outros portos, como tomamos conhecimento através da licença dada pelo rei de Portugal à Mathias Álvares Lima, homem de negócio e morador da Praça do Rio de Janeiro, para “poder navegar para qualquer parte do Brasil os gêneros, que não tivessem consumo naquela capitanea todas as vezes que constassem terem pago os Direitos devidos a minha Real fazenda”<sup>399</sup>.

Os negociantes de tecidos indianos no Brasil viviam à espreita dos traficantes de escravos portugueses do Brasil interessados na compra destes artigos e quando não conseguiam negociar as ditas fazendas, em suas capitanias de origem, buscavam revendê-las em outras praças mercantis do Brasil. A exemplo, os comerciantes pernambucanos de tecidos indianos mercavam a carga de fazendas, que não havia sido comercializada localmente com traficantes de escravos do Rio de Janeiro. Dentre os negociantes de tecidos da praça de Pernambuco, que operavam na rota Luanda-Pernambuco, em fins da década de 60 de Setecentos, destacam-se João Barbosa Pereyra, Antônio Rodrigues Campello, Julião da Costa de Aguiar e Domingos de Oliveira Gomes. Estes homens de negócio pernambucanos tiveram suas rotas de comércio de tecidos reveladas pela documentação em que se registrou uma solicitação deles para a restituição do dízimo, indevidamente cobrado na alfândega do Rio de Janeiro, sobre as fazendas da Índia, que já haviam sido tributadas no porto de Luanda.<sup>400</sup> Assim sendo, as fazendas dos negociantes supracitados, seguiram da Índia para o porto de Luanda pelas mãos de comerciantes especializados na carreira da Índia. Em Luanda, os negociantes portugueses de Pernambuco compravam estas mercadorias para serem despachadas em Pernambuco. Por não terem sido

<sup>398</sup> Certidões de despacho das naus no porto de Luanda. 13 de agosto de 1769. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 52, n. 9.

<sup>399</sup> Parecer do rei a solicitação de comércio entre as capitanias do Brasil. 28 de novembro de 1768. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 52, n. 9.

<sup>400</sup> Carta do rei de Portugal ao provedor da alfândega do estado do Brasil. 28 de novembro de 1768. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 52, n. 9.

vendidas, na sua totalidade, nesta capitania, seguiram para o Rio de Janeiro onde abasteceriam o mercado consumidor dos traficantes de escravos cariocas a operar no “Reino de Angola”. As fazendas indianas, de que tratamos neste capítulo, sobretudo as negociadas com traficantes de escravos cariocas, tinham como destino final o “Reino de Angola”.

Os comerciantes da carreira da Índia, e seus parceiros portugueses do Brasil tornaram o decreto de 1766 um argumento para justificar a legalidade do comércio direto entre os “reinos” da Índia, Angola, Brasil e a região da África ocidental. A autorização da venda dos tecidos da Índia no Brasil, pelo decreto de 1766, deveria beneficiar, *a priori*, as mercadorias que não tivessem sido adquiridas pelos comerciantes no “Reino de Angola”, fossem estes lisboetas ou nascidos em Angola. Fato que não ocorrera, tornando-se os comerciantes portugueses do Brasil os principais compradores da carga de fazendas asiáticas despachadas em Luanda.

De tal sorte que, em 24 de Janeiro de 1769, os conselheiros ultramarinos, ao analisarem a solicitação de restituição dos impostos reais, cobrados no porto da Bahia aos suplicantes Thomas Luís e Manuel dos Santos, aconselharam ao rei a cobrança em dobro da dita taxa alfandegária, como medida de proteção da Coroa<sup>401</sup>. Entretanto, resolve o rei “desobrigar aos suplicantes as fianças que indevidamente lhes fizeram prestar na Bahia, visto o que alegão e comprovão pelos documentos, que juntão, e sobretudo pela Regia Clemencia, e piedade de S. Magetade.”<sup>402</sup>

Os tecidos asiáticos transportados para o Atlântico, através dos comerciantes da carreira da Índia, já foram, na sua grande maioria, descritos ao longo desta dissertação. Propomos, deste modo, uma sistematização da tipologia destas fazendas, a partir das fazendas que constam em

---

<sup>401</sup> Parecer dos conselheiros do ultramar referente a solicitação do não pagamento em dobro do direito e fiança das naus em portos da colônia portuguesa do Brasil por já os ter pago na alfândega de Luanda. 24 de Janeiro de 1769. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 52, n. 9

<sup>402</sup> Decisão real referente a solicitação do não pagamento em dobro do direito e fiança das naus em portos da colônia portuguesa do Brasil por já os ter pago na alfândega de Luanda. O ano provável desta decisão é 1769. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 52, n. 9

duas listas de tecidos despachados no porto de Luanda pelas naus da Índia Santo António e Justiça<sup>403</sup>, em 1766<sup>404</sup> e Nossa Senhora José e Senhora da Conceição<sup>405</sup>, em 1767.

Tabela 9. Tecidos que se extraíram da lista da carga da nau Santo António e Justiça.<sup>406</sup>

sedas de matizes e chamadas Porcianas	cabaias com flores
cetim branco	morins ordinários
lenços encarnados finos	lenços brancos de cassa fina
pano de chita com corte de sarja, com ouro sobreposto	lenços de Bengala
cangas azuis	lenços de Dio
guingão ou linhas de lagrimas	cobertas de Surrate
canga bordada	folhinhas
cangas amarelas	panos do Porto
cadeas de cetim bordadas	meias flamengas
cassas finas	metins ou fustão
chita de segunda sorte	gagarazes
chita de Balagate	panos de coromandéis
chita de Surrate	zuarte de Surrate
chitas de São Thomé	panos de cafre ou borralhos da mesma sorte
cobertas de gagarazes	linhas de Surrate
cobertas de Damão	lôs de linha
coberta de Balagate	linhas de Patavar
panos de brilhantes de seda de matizes	linhas da costa ou Guingão
carmezins	linhas de Dio

<sup>403</sup>“Listas das fazendas que se despacharão na Alfandega desta cidade, avaliações que tiveram e direitos que pagarão ao tesoureiro Manoel Rodriguez da Silva em o primeiro livro de sua receita”. 14 de junho de 1766. A.H.U., C.U. Angola, caixa 50, n. 16

<sup>404</sup> Os donos da carga que constam nesta nau foram: André José de Mello e Castro. Os proprietários da carga foram Francisco Antônio dos Reis Belle, Athamazio José Marques, Antônio da Silva, Antônio José da Gama e companhia, Dionízio Ferreira Portugal, Francisco Álvares Correia, Francisco Vasquez, Francisco Afonso dos Santos, Francisco Bruno de Lemos e Companhia, José Manoel Barbosa, José Antônio da Costa Pinheiro, Joaquim Álvares Correia, Isidoro Couto e Companhia, Miguel da Silva Furtado, Mathias da Costa, Manuel José da Silva, Nicolão Gonçalves, Pedro Ennez da Rocha e Raimundo Pallama.

<sup>405</sup> Lista da carga da nau Nossa Senhora José e Senhora da Conceição despachada em 20 de maio de 1767. 1767. A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n. 71.

<sup>406</sup> Listas das fazendas que se despacharão na Alfandega desta cidade, avaliações que tiveram e direitos que pagarão ao tesoureiro Manoel Rodríguez da Silva em o primeiro livro de sua receita”. 14 de junho de 1766. A.H.U., C.U. Angola, caixa 50, n. 16

Tabela 10. Tecidos que se extraíram da lista da carregação das naus Nossa Senhora José e Senhora da Conceição despachada em 20 de maio de 1767<sup>407</sup>.

tecidos	tecidos
peças de chita da costa de 3ª sorte grossas	peças de lenços finos azuis de Dio da 2ª sorte,
peças de chita de 2ª sorte	peças de canga azul.
gargarazes de chita de 2ª sorte	peças de marchâ de São Thomé,
gargarão de chita 2ª sorte	peças de lenços azuis de madrasta e cortes de sarafinas de Balagate,
coberta de chita de 2ª sorte	peças de lenços encarnados de patavar,
coberta de chita de São Thomé 1º sorte	marchar e ordinário,
peça de chita de 2ª sorte	peças de lenços vermelhos,
chita do porto novo	pano de linha Patavar,
gargaraz ou cortes de sayas de chita 2ª sorte	panos de Baé ordinários e grossos
panos de vestia de chita com tintas encarnadas	panos de Baé de algodão entre finos
panos de guingoins	peças de linha Patavar
peças de morines de vestias pintadas	peça de brilhante de seda e palhinha de matizes,
peças de guingão <sup>408</sup> de lagrimas,	gargarão de vestias pintadas com 6 vestias,
peças de gravata de cassa, cassa lavrada,	peças de linha patavar, peças de guingão
pano de cassa fina tapada e lisa,	peças de bofetar
pano de cassa ordinária,	peças de Dorias de Listas
panos de cassa dorias,	peça de lenço de tabela encarnado Palicate <sup>409</sup>
pano de lenço de branco cassa com listras brancas em roda,	cobertas da costa da 2ª sorte,

<sup>407</sup> Lista de tecidos da carregação das naus Nossa Senhora José e Senhora da Conceição despachada em 20 de maio de 1767. A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n. 71

<sup>408</sup> O lexema guingão é originário da língua malaia. (OLIVEIRA, 2011: 450) Esta afirmativa nos permite inferirmos ser o guingão um tecido malaio.

<sup>409</sup> Paliacate, a norte de Madras, madrasta, hoje Chennai.

pano de lenço branco com pintura encarnada, panos de gravata,	peças de linho de Dio <sup>410</sup>
peças de lenços de tabelas,	peças de lenço de tabela branco de morim entre fino com pintura encarnada,

Em ambas as listagens apresentadas nas tabelas 9 e 10, os tecidos indianos se sobrepõem às sedas chinesas<sup>411</sup>. Os tecidos chineses demonstram ter sido um pequeno complemento da principal carga de têxteis oriundos da Índia. A despeito do valor mais caro das sedas, atribuído pela lógica econômica vigente no Atlântico, sua aquisição era imprescindível aos comerciantes que buscavam no “sortimento” dos produtos comercializáveis nas rotas do tráfico dos sertões angolanos, uma via de desembaraço das mercadorias e agilidade nas negociações, como já salientamos.

Mas não apenas de tecidos compunham-se as cargas dos poucos navios que despacharam em Luanda em fins da década de 60 de Setecentos<sup>412</sup>. As listagens das carregações das naus Nossa Senhora José e Senhora da Conceição e Santo António e Justiça apresentaram grande quantidade de louças de qualidades diversas, entre as quais destacam-se urinóis azul e branco, anxóins atabacados com esmalte, anxóins branco somente, anxóins azul e branco, pratos de guardanapo azul e branco, corjes de xícaras e pires atabacados com esmalte, jarras pequenas azul e branco, cates de chá, pratos brancos e azul, pratos pequenos e de esmalte e guardanapo, tijelas com tampas e pratos de esmalte, tijelas sem tampa pequenas azul e branco, tijelas com tampa para caldo com tampas azul e branco, bules esmaltados, jogo de mangas azul e ouro de dois palmos, mesa de louça azul e branco e ouro com vinte pratos, sopeirazinhas de aza com tampas, sopeirazinhas com prato, sopeiras grandes, pratos grandes covos, castiçais azul e branco, saleiros, ternos de tabuleiro de charão.

Ao analisarmos alguns dos vocábulos, utilizados na descrição dos objetos transportados, nos foi possível definir a origem dos mesmos. A menção ao tabuleiro de charão nos indica que boa parte destes artigos eram oriundos do Extremo Oriente. O tabuleiro de charão<sup>413</sup> é um

<sup>410</sup> [Cidade e fortaleza do Estado da Índia, no Guzerate]

<sup>411</sup> A respeito da utilização da seda no tráfico de escravos ver o subcapítulo 2.3 desta dissertação. Informe de um procurador eleito no “Reino de Angola”. Junho de 1762. A.H.U., C.U., Angola, caixa 45, n. 53.

<sup>412</sup> Artigos que se extraio da lista da carga da naus Nossa Senhora José e Senhora da Conceição despachada em 20 de maio de 1767. 1767. A.H.U., C.U., Angola, caixa 51, n. 71.

<sup>413</sup> Verniz de laca da China e Japão, muito lustroso e permanente. (SILVA, 1949:37, V. III).

tabuleiro de laca (lacado), muito provavelmente da China. Poderia ser também da Índia, mas as peças acharoadas da Índia são mais raras na documentação e consideradas de pior qualidade. Os anchões são louças chinesas e correspondem a tijelas ou malgas. Assim, anchões atabacados são tijelas de cor castanha de tabaco. Deste modo, enquanto as louças e objetos listados acima provinham do Extremo Oriente, os tecidos eram originários, sobretudo, dos portos da Índia.

Em data não especificada por Ferreira (2001: 361-363), mas provavelmente em fins da década de 1770, a legislação que normatizava a carreira da Índia sofre novas mudanças. Há uma estrita proibição de desembarque das mercadorias da Ásia em Luanda, ainda que se mantenha a obrigatoriedade de escala nesta cidade. Isto se deu para que as mercadorias despachadas em Luanda não seguissem em direitura à Bahia ou outros portos do Brasil. Entre 1770 e 1787, os comerciantes metropolitanos experimentam um considerável aumento de embarcações que partiram de Lisboa em direção a Goa, Diu, Macau e Bengala. Mas os altos juros aplicados por financiadores estrangeiros ou de outras partes do Império para as viagens da carreira da Índia sufocavam os comerciantes lusitanos.

Em novembro de 1771, o Porto de São Paulo de Assunção tornou-se objeto de discussão quando a rainha D. Maria I tomou conhecimento da utilização deste porto angolano como entreposto comercial para burlar a proibição real de comercialização direta entre os reinos do Império. Desta forma, salienta a rainha as razões pelas quais buscou vetar o comércio da carreira da Índia no porto de Luanda:

**Primeiro que sendo huma maxima geralmente percebida e constantemente praticada entre todas as Naçoens, que da Capital ou Metropole dominante heque se deve fazer o comercio navegação para as colônias, e não as colônias entre si, têmão os ditos oficiais, interessados e carregadores estabelecido por meyo do intreposto de Angola hum comercio geral e navegação entre a Asia, africa e America com total exclusão destes reynos.[...]Terceiro por que sendo certo que as fazendas que semandam da Europa so tem sahida em Angola quando vão surtidas com fazendas da Azia, ou os ditos Officiais interessados e carregadores não trazido as referentes fazendas, tendo-as vendido em São Paulo da Assumpção, ou traziao as que que si não podia vender, e faltanto por ambas essas couzas os surtimentos em Lisboa; nem sem elas podia haver comercio deste para aquele reyno; sendo este o principal motivo por que o dito comercio e Navegação padece as interrupçoens que até agora se tem experimentado: Quanto porque tendo o mesmo Portugal tanta quantidade de algodão quanta annualmente recebe das diferentes capitancias do Brasil, e havendole já estabelecido nestes reynos fabricas do dito genero nas quais se devem promover as manufaturas de fazendas próprias para o consumo de Angola, por uma parte não poderião ter sahida as ditas fazendas naquela conquista enquanto ali redundassem as da Asia introduzidas pelas Naus e mais embarçaçoens da India, sem regras, nem limites e por outra parte sendo as ditas fazendas da Asia as mais estimadas em Angola. He de huma necessidade indirpensavel (?) que venhão a Portugal, não so por conta dos sortimentos das que ele fabricam nestes reynos; mas também para poderem os homens de negocio da Praça de Lisboa regular com tal proporção os preços de humas coutras; que em lugar de obstaculo, e de uma concorrência nociva, sirvão as ditas fazendas da Azia de meyo e auxilio para a introdução das portuguesas: Resulta de tudo o referido que, tal prejudicial hé para o comercio, Navegação e fabricas destes**

reynos, que as embarçaçoens que vem da Índia ou seja Naus ou navios mercantes vendão no Reyno e Estados de Angola os gêneros e fazendas que trazem da Azia, como he de hum grande interesse a Portugal, que os ditos generos e fazendas passem direitura a Lisboa, para daqui serem transportados também em direitura aquela conquista. Equerendo eu cohibir os perniciosos abuzos, e manifestas transgressoens assima indicadas: E remover ao mesmo tempo todos os obstáculos, que até agora embaraçavam o comercio e navegação immediata destes reynos para o de Angola. Sou devido ordenar que de bordo das naus e mais navios, que voltando da Índia vierem ao Porto de Sao Paulo da Assumpção ou qualquer outro porto do Reyno e Estados de angola, se não foram (?) desembarcar fazendas da Asia ou seja das que são própria para o uzo do pays ou de outra qualquer qualidade, nem se poria fazer com elas algum comercio nos ditos Portos debaixo das penas de perderem os transgressores as ditas fazendas e (?) pagarem o tredobro da importância delas, a lem das outras penas que (?) ao meu real arbítrio. Permitto contudo que nos mesmo portos sepossam embarcar os gêneros e feitos da terra para serem transportados em direitura a Portugal<sup>414</sup>.

Mediante estas evidências, a historiografia recente sobre o comércio transatlântico Setecentista aponta para um aumento das relações diretas entre as regiões que compunham o império em favor dos interesses de comerciantes portugueses do Brasil, luso-africanos e africanos tal qual afirma Santos (2005: 242), Miller (1988), Ferreira (2006) e Curto (1997). Outros, a exemplo de Godinho, chegam mesmo a assegurar que, já em fins do século XVII, a carreira da Índia ter-se-ia transformado “... numa ramificação do comércio com o Brasil” (GODINHO, 2005, p. 65). Ferreira informa que, em 1771, “negociantes e carregadores da nau São José e Conceição, que vinha de Goa e fazia escala em Luanda [...] ignorando a permissão do governador de Angola, em vez de venderem as fazendas que traziam da Ásia, solicitaram o despacho imediato do navio para Portugal” (FERREIRA, 2001:351). A atitude dos negociantes e carregadores, segundo Ferreira, fora resultado da proibição do governador de Angola em conceder licença para que parte da carga fosse enviada à Bahia através dos comissários dos comerciantes portugueses da Bahia estabelecidos em Angola. A carreira da Índia era, em grande parte, financiada pelos portugueses do Brasil, e era lá que se quitavam os débitos contraídos para o financiamento da aquisição e transporte dos tecidos e demais produtos da Ásia.

Os produtos oriundos do Brasil tornar-se-iam cada vez mais preponderantes na composição das cargas a serem comercializarem na África centro-ocidental ao longo do século XVIII. Para o último quartel do século XVIII, Antunes (2006) e Ferreira (2001:357) descreveram um comércio direto entre comerciantes portugueses do Brasil sediados em Moçambique e o Brasil, motivado, a princípio, no interesse de negociantes brasileiros no tráfico

---

<sup>414</sup> Carta de D. Maria I, rainha de Portugal. Novembro de 1777. ANTT, Conde de Linhares. Maço 5 Doc. 25. (grifo nosso).



de escravos mas que, ao fim, voltar-se-ia para o negócio dos tecidos indianos. Vale ressaltar que, segundo Antunes (2006), estes tecidos eram vendidos a preços próximos ao valor de custo em Moçambique, o que justificava toda a sorte de manobras dos comerciantes brasileiros para adquirir as fazendas necessárias ao comércio de escravos praticados na África Atlântica por outros homens de negócio sediados no Brasil<sup>415</sup>.

---

<sup>415</sup> A partir de 1769 a Coroa portuguesa passa a permitir o comércio direto entre Moçambique e Brasil. Aproveitando-se da proximidade com as Ilhas francesas no Oceano indico para com elas também comerciar. (RUSSELL-WOOD, 1998:217).

## CONCLUSÃO

O papel dos africanos na escolha dos gêneros que adentraram e compuseram a cultura material difundida na África centro-ocidental é irrefutável. Ao longo dos séculos de contato entre europeus e africanos, as preferências africanas pelos produtos importados foram sendo apreendidas pelos comerciantes súditos da Coroa portuguesa e demais europeus que na África atlântica comercializavam. Deste entendimento, um complexo mercado de trocas a envolver tantas regiões dispersas nos quatro cantos do mundo foi sendo, paulatinamente, organizado.

O comércio de tecidos, principal objeto de estudo desta investigação, demonstrou ser importante força propulsora das trocas mercantis na África centro-ocidental. O estudo bibliográfico sobre os tecidos africanos aponta para uma larga produção de fazendas diversas, produzidas a partir de fibras vegetais, a serem utilizadas enquanto objeto-moeda. Os tecidos africanos também desempenharam a função de marcadores simbólicos do status social ocupado por determinados indivíduos nas sociedades africanas, sabidamente estratificadas. Deste modo, os tecidos compuseram a cultura material na África centro-ocidental, tornando-se parte da vida cotidiana destes sujeitos, integrando as cerimônias religiosas, servindo como bem de troca para a aquisição de bens materiais e de serviços, e para o pagamento dos tributos devidos fosse a Coroa portuguesa, fosse aos dignitários africanos. Este contexto socioeconômico, político e cultural pré-existente na África centro-ocidental foi o que nos permitiu entendermos a vultosa importação de fazendas para esta região no século XVIII e a apreensão e ressignificação destes tecidos pela malha social africana.

A força da Coroa portuguesa e das políticas de estado apresentadas para o “Reino de Angola” e o restante da África centro-ocidental, objetivando um maior controle das trocas mercantis, não foram capazes de se impor à dinâmica do mercado interno africano. A retração dos comerciantes metropolitanos no comércio entre as diversas regiões do Império, direta ou indiretamente ligadas ao tráfico, foi um processo natural no qual, os negociantes portugueses do Brasil e comerciantes estrangeiros, a operarem no Atlântico, tornaram-se mais competitivos pelas razões abaixo citadas. Os esquemas de burla às normas portuguesas vigentes no terceiro quartel do século XVIII, assim como em períodos anteriores, fizeram das praças de Salvador, Rio de Janeiro e, em menor escala, Pernambuco, importantes entrepostos comerciais de mercadorias diversas, sobretudo tecidos europeus e indianos. Ávidos por estas fazendas importadas, os comerciantes portugueses do Brasil as utilizavam para o tráfico de escravos na costa centro-ocidental e ocidental africana. O fumo e a gerebita, artigos produzidos no Brasil a baixo custo, complementavam a carga de tecidos importados e, deste modo, potencializaram os

lucros dos traficantes portugueses baianos e cariocas, sobrepondo-se, no comércio com a África centro-ocidental e ocidental aos comerciantes portugueses reinóis.

A concorrência das nações estrangeiras tornou ainda mais competitivos os mercados consumidores da África centro-ocidental ao introduzir grande quantidade de tecidos europeus pelos portos de Loango, Cabinda e Molembo desde o século XVII. Estes tecidos eram transacionados em conjunto com armas de fogo e pólvora o que corroborou para desviar parte dos comerciantes africanos de escravos das feiras localizadas no sertão angolano — os quais eram frequentados pelos súditos da Coroa portuguesa — para os pontos de troca ao norte de Luanda. É que, até meados do século XVIII, os comerciantes portugueses encontravam-se proibidos de mercar artigos bélicos, ao menos oficialmente. Vale ressaltar ainda que as fazendas introduzidas pelos estrangeiros eram mais baratas que as fazendas comercializadas pelos súditos da Coroa, isto porque os comerciantes portugueses estavam sujeitos a uma grande quantidade de impostos cobrados pelo rei de Portugal e pela Igreja Católica.

A política das nações estrangeiras da Inglaterra, Holanda e França, voltadas ao comércio internacional, girava em torno de uma estratégia de substituição dos tecidos indianos por fazendas produzidas a baixo custo em seus territórios. Estes artigos se espalharam do norte de Luanda, através das rotas africanas intermediadas por poderes as unidades políticas — entre estas Ambuíla e Ambuela — até o sertão angolano tornando popular as fazendas europeias, já no séc. XVIII. Os comerciantes reinóis, até então acostumados com o trato de tecidos indianos no tráfico dos escravos, tiveram que, a partir da segunda metade do sec. XVIII, se adaptar aos novos tempos, incorporando dentre as mercadorias transacionadas os tecidos europeus.

Os agentes deste comércio de escravos, a operar com tecidos importados foram todos aqueles que, impedidos ou não pelas leis régias, tiveram acesso às engrenagens do tráfico de seres humanos. Funcionários do estado português em Angola, proibidos de envolver-se com qualquer tipo de atividade econômica voltada ao comércio, participaram no trato dos escravos, fazendo-se valer, muitas vezes, do capital simbólico extraído das insígnias de poder portuguesas, fruto da posição que ocupavam no aparelho militar e/ou burocrático português no “Reino de Angola”.

Nas trocas comerciais, o “sortimento” dos respectivos banzos, conjunto de mercadorias destinada a compra de um escravo, era condição *sine qua non* para o sucesso das trocas. Por outro lado, a falta de variedade dos tecidos implicava na dificuldade ou mesmo impossibilidade em se fazer girar o comércio no sertão, levando armadores, pequenos e grandes comerciantes, sertanejos e pumbeiros autónomos à bancarrota. As redes comerciais que se conformaram ao

longo dos séculos, ligando regiões distintas e incrementando os produtos mercados tornaram o tráfico de escravos do Atlântico uma das realidades mercantis mais complexas de que se tem notícia nos cinco séculos de sua existência.

No período estudado, os tecidos europeus foram tão importantes quanto os tecidos asiáticos e se vulgarizaram entre as populações mais humildes. Afinal, eram com serafinas e baetas que muitos africanos pagavam os tributos cobrados pelos “dizimeiros”. Por outro lado, os tecidos asiáticos se mantiveram indispensáveis às trocas mercantis. No que diz respeito aos tecidos do Extremo Oriente, estes compuseram uma mínima fração do total das carregações enviadas a África centro-ocidental.

Ao voltarmos nossa atenção para a circulação dos tecidos pela malha social africana e não apenas para as fazendas que adentravam pelos portos da África centro-ocidental com objetivo concreto de servirem ao comércio, pudemos compreender a existência de tecidos, a exemplo do linho, que a despeito de serem enviados para o “Reino de Angola” para servirem ao fardamento dos soldados, em verdade, integraram as redes de troca na África. Em razão dos baixos soldos pagos pela Coroa portuguesa aos soldados em Angola, os tecidos de “linhagem” recebidos dos contratadores dos direitos dos escravos — a qual estavam obrigados por uma das condições do contrato com a Coroa portuguesa — eram trocados por de bens de consumo e serviço.

A extensa documentação que se produziu em razão dos problemas provocados pela comercialização dos tecidos destinados ao fardamento pelos soldados, sobretudo os tecidos de “linhagens”, evoca a atenção para a grande quantidade destas fazendas que adentraram no “Reino de Angola” e que, conseqüentemente, compuseram as redes de troca dentro e, quiçá, fora do perímetro da “conquista”. Sendo as “linhagens”, segundo aponta a bibliografia de apoio consultada para a execução deste trabalho, de provável fabrico na região da Europa centro ocidental, nos foi possível alargarmos o escopo dos centros produtores de mercadorias que integraram o tráfico de escravos na África centro-ocidental. O estudo das tipologias de tecidos que circularam no “Reino de Angola” e regiões adjacentes mostraram ser uma via de acesso para um estudo mais abrangente dos centros produtores que participaram da composição dos artigos importados para a África atlântica. Assim sendo, para além da Índia e Extremo Oriente, centros produtores reconhecidos pela historiografia no trato com a África, a Inglaterra, França, Holanda e as regiões que conformariam futuramente a Alemanha, produziram tecidos de interesse para os mercadores consumidores africanos.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES

#### A) FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Ultramarino  
CU, Angola (caixas 37-58)  
Arquivo Nacional da Torre do Tombo  
(Conde de Linhares)

#### B) FONTES IMPRESSAS

BATTELL, Andrew. (1905), *The Strange Adventures of Andrew Battell of Leigh*, in *Angolan and the Adjoining Regions*. London: Hakluyt Society.  
DEGRANDPRÉ, Louis de. (1801), *Voyage A La Côte Occidentale d'Afrique, Fait dans les années 1786 et 1787*. Paris: Dentu, Imprimeur-Libraire, Palais du Tribunal.  
PROYART M, L'Abbé Liévain Bonaventure, (1776). *Histoire De Loango, Kakongo et Autres Royaumes d'Afrique*. Paris.

#### C) DICIONÁRIOS E GRAMÁTICAS

DALGADO, Sebastião Rodolfo. **Glossário Luso-Asiático**. New Delhi; Madras: Asian Educational Services. V.I/ V. II, 1988.  
FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (s.d.). **Novo Dicionário de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, ed. Nova Fronteira.  
HARMUTH, Louis. **Dictionary of Textiles**. 2013. Forgotten Books: Inglaterra.  
Disponível em: <[www.forgottenbooks.org](http://www.forgottenbooks.org)>. Acesso em 14. 04. 2014.  
HOUAISS, Antônio, VILAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**, v. 6, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002; 2003.  
PARREIRA, Adriano. **Dicionário Glossográfico e Toponímico da Documentação sobre Angola**. Séculos XV e XVII, Lisboa, Editorial Estampa, 1990.  
SILVA, António Morais da. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. 10ª edição, Editora Confluência, 1949.

#### D) ESTUDOS

AHMAD, Afzal. **Os Portugueses na Ásia**: Relação do Comércio em os Diferentes Portos da Azia (incluindo) Breve e Útil Ideia de Commercio, Navegação e Conquista D'Ázia e D'Africa, escripto por meu pay, Dom Francisco Innocência de Souza Coutinho, 1779. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1997

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A Rede Económica do Mundo Atlântico Português. In: **A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70. 2010, 4, p. 115-144.
- ANTUNES, Luis Frederico Dias. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do mercado indo-brasileiro (1808-1820). In: **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII 18)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, cap. 12, p. 379-420
- ANTUNES, Luis Frederico Dias. A influencia africana e indiana no Brasil, na virada do século XVIII: escravos e têxteis. In: **Nas Rotas do Império**. Vitória: Edufes, 2006, cap. 2, 137-164
- ARRUDA, José J. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ed. Ática, 1989. (Col. Ensaios: 67), p. 189-208.
- BAILYN, Bernard. **Atlantic History**. Concept and Contours. Londres: Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- BETHENCOURT, F. Configurações Políticas e Poderes Locais. In: **A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010, cap. 7, 207-164
- BEZERRA, Nelson Rosa. **Mosaico da Escravidão: identidades africanas e conexões Atlânticas do recôncavo da Guanabara (1780-1840)**. 2010. 226 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOXER, C. R. **The Portuguese Empire Seaborne: 1415 – 1825**. London: Hutchinsonand Co Ltd, 1969.
- BOXER, C. R. A. **Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica**. Lisboa: Livros Horizontes, 1997.
- BOXER, C. R. **Salvador de Sá and the Struggle for Brasil and Angola, 1602 – 1686**, London: University of London Press, 1952.
- BIRMINGHAM, David. The date and significance of the Imbangala Invasion of Angola. **Journal of Africa History**, Estados Unidos da América; Rino Unido v. 62, n. 2, p. 143-52, 1965.
- BIRMINGHAM, David. **Central Africa to 1870: Zambezia, Zaire, and the South Atlantic**, Cambridge: Cambridge Universitu Press, 1981.
- CANDIDO, Mariana P. **An African Slaving Port and The Atlantic World: Benguela and Its Hinterland**. Nova York: Cambridge University Press, 2013.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Portugal: Difel, 2002.
- CURTO, J. C. **Álcool e Escravos: O comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico Atlântico de escravos (c.1480 – 1830) e o seu império nas sociedades da África Central Ocidental**. Lisboa: Vulgata, 2002.
- CURTO, J. C. Vinho verso Cachaça. A Luta Luso-Brasileira pelo Comércio do Álcool e de Escravos em Luanda, c. 1648 -1703. In: **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999, cap 2, p. 69-98.
- CURTIN, Plhilip D. **Deasease and Empire**. The Health of European Troops in the Conquest of Africa. USA: Cambridge University Press, 1998.
- COUTO, Carlos. **Os Capitães-mores em Angola no Século XVIII**. Subsídio para o estudo da sua atuação. Luanda: Instituto de Investigação Cientifica de Angola, 1972.
- DELGADO, Ralph. **História de Angola**. Terceiro Período (1648-1836). Lisboa: Ed. Do Banco

- de Angola, 1949.
- DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período da colônia. 2007.** Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal Fluminense.
- DIAS, Jill. Uma Questão de Identidade: Respostas Intelectuais às Transformações Económicas no Seio da Elite Crioula da Angola Portuguesa entre 1870 e 1930. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, Lisboa, nº1, p. 61-94, 1984.
- DINIZ, José de Oliveira Ferreira. **Populações indígenas de Angola**, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.
- DOMINGUES, Francisco Contente. **A Carreira da Índia**. Lisboa, 1998.
- ELTIS, D. The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment.: **The William and Mary Quarterly**. Estados Unidos da América, v. 58, n. 1, p. 17-46. Third Series, v. 58, n. 1, p. 17-46, Jan. 2001.
- FERREIRA, Roquinaldo. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos: 1830-1860. In: **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999, cap. 5, p. 339-378.
- FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolonial: Gerebitas, panos asiáticos e guerra no Tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, cap. 11, p. 339-378.
- FERREIRA, Roquinaldo. Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 23-49, 2006A.
- FERREIRA, Roquinaldo. “Ihas Crioulas”: O Significado Plural da mestiçagem Cultural na África Atlântica. **Revista de História**. n. 155, p. 17-41, 2006/B.
- FERREIRA, Roquinaldo. The Supply and Development of horses in Angolan Warfare (17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> Centuries). In: **Angola on the move: Transports Routes, Communications and History**. Frankfurt: Main und Butzbach. 2008, cap. 2, p. 41-51.
- FERRONHA, António L. A. **As Cartas do Rei do Congo D. Afonso**, Lisboa: Editora Elo. (s.d.)
- GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges and Opportunities. Estados Unidos da América. **American Historical Review**. v. 111. p. 741-757, 2006.
- GAMES, Alison e ROTHMAN, Adam (eds.). **Major Problems in Atlantic History: Documents and Essays**. Boston; New York: Houghton Mifflin Company. 2008.
- GODINHO, R. L. **A Carreira da Índia: Aspectos e Problemas da Torna-Viagem (1550-1649)**. Lisboa: FUNDAÇÃO ORIENTE. 2005.
- HENRIQUES, Isabel Castro Henriques. **Percursos da Modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX**. Lisboa: Instituto da cooperação portuguesa. 1997.
- HEYWOOD, LINDA. De português a africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII. In: **Diáspora negra no Brasil**, São Paulo: Contexto. 2008, cap. , p. 29-80.
- HEYWOOD, Linda; THORNTON, Jonh. **Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660**. New York: Cambridge University Press, 2007.
- HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII: Estudos Sobre Fontes, Métodos e**

- História. Luanda, Organizações Kilombelombe Ltda, 2007.
- HEINTZE, Beatrix. Historical Notes on the Kisama of Angola. **The Journal of African History**, Estados Unidos da América; Reino Unido, vol. 13, n. 3, p. 407-418. Nova York: Cambridge University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/180587>. Acesso em: 03/09/2012 11:05. 1972.
- HEINTZE, Beatrix. **Fontes para a História de Angola no século XVII**. Stuttgart: F. Steiner Verlag Wiesbaden, p. 3-10, 1985.
- LE GOFF, Jacques. **O Imaginário medieval**. Lisboa: Edições 70, 1980.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**. A moda e o seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KAZUO, Kobayashi. British Atlantic Slave Trade and East Indian Textiles, 1650-1808. In: **Exploring Global Linkages between Asian Maritime World and Trans-Atlantic World: Global History and Maritime Asia Working Paper**, v. 19, p. 26-52, (Nov. 2011).
- KLEIN, Herbert S. **The Atlantic slave trade**. New Approaches to the Americas. New York: Cambridge University Press. p. 17-46; 96-102, 2005.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a carreira da Índia**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- LOPES, José Joaquim; BORDALO, Francisco Maria. **Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Occidental e Oriental; na Asia Occidental; na China e na Oceania**: Escriptos de Ordem de sua Magestade Fidelíssima A Senhora D. Maria II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acessado em 10.01.2014.
- LOVEJOY, Paul E. **A Escravidão na África**: Uma História de suas transformações. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2002.
- LOVEJOY, Paul E.; RICHARDSON, D. The business of slaving: Pawnship in western Africa, c. 1600 -1810. **The Journal of African History**, Estados Unidos da América; Reino Unido, v. 42, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3647216>>. Acesso em: 13/09/2012.
- MARTIN (1986), Power, Cloth and Currency on the Loango Coast. In: **African Economic History**, Estados Unidos da América, v. 15, p. 1-12, 1986.
- MARTIN, Phillis M. **The External trade of the Loango Coast (1576-1870)**. Oxford: At the Clarendon Press, 1972.
- MANOLO, Florentino. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro** (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1997.
- MILLER, Joseph. C. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999, cap. 1, p. 11-68.
- MILLER, Joseph. C. A Dimensão Histórica da África no Atlântico: açúcar, escravos e plantações. In: **A Dimensão Atlântica da África**, Actas da II Reunião Internacional de História de África, Rio de Janeiro: 21-40.
- MILLER, Joseph. C. Nzinga of Matamba in a New Perspective. **The Journal of African History**, Estados Unidos da América; Reino Unido, v.16, n. 2, p. 201-216, 1975.



- Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/180812>>. Acesso em: 06/12/2012.
- MILLER, Joseph. C. **Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade (1730-1830)**. EUA: Copyright, 1988.
- MILLER, Joseph. C. Presidential Address. History and Africa/Africa and History. **American Historical Review**. n. 104, p. 1-32, 1999.
- MILLER, Joseph. C. Africa Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 29-80, 2008.
- MILLER, Joseph. C. **Kings and Kinsmen**. Early Mbundu State in Angola. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- MILLER, Joseph. C. The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa. **The Journal of African History**, Estados Unidos da América; Reino Unido, v. 23, n. 1, p. 17-61, 1982. Reino Unido: Cambridge University. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/181270>>. Acesso em: 03/02/2014 13:30.
- NASCIMENTO, Anna Amélia V. **Letras de risco” e “carregações” no comércio colonial da Bahia: 1660-1730**, Salvador: CEB/UFBA, 1977.
- NEWMAN, E. Karin. **Anglo-Hamburg Trade in the Late Seventeenth and Early Eighteenth Centuries**. 1979. 738 f. Tese (Doutorado), Universidade de Londres, Londres, 1979.
- NOYA, Virgílio Pinto. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional/MEC, Brasileira, 1979.
- OLIVEIRA, Gracinéa I. A trama e a urdidura: o vocabulário têxtil e a história da língua portuguesa. **Filol. Linguist. Port.** n. 13 (2), p. 441-457, 2011.
- PANTOJA, Selma. Três leituras e duas Cidades: Luanda e Rio de Janeiro no Setecentos. In: **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999, cap 3, p. 99-126.
- PANTOJA, Selma. A diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898). In: **Análise Social**, n. 151-152, p.555-572, Jan.-Mar. 2000.
- PARREIRA, Adriano. **Economia e Sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga (séc. XVII)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- PEDREIRA, J. Miguel. Tratos e contratos: atividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822). **Análise Social**, v. 31, n.136-137, p.355-379, 1996.
- PINTO, Paulo Jorge de Souza. **Em Torno de um Problema de Identidade: Os “Jagas” na História do Congo e Angola**. Lisboa. CHAM. Mare Liberum, n.18-19, 1999, p. 193-143.
- PUGA, R. M. **A presença Inglesa e as Relações Anglo-Portuguesas em Macau (1635-1793)**. Lisboa: CHAM, 2009.
- RIBEIRO, Alexandre Vieira Ribeiro. **A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil**. (c.1750 – c.1800). 256 f. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- SANTOS, Catarina M. **Um governo “polido” para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750-1800)**, Lisboa: Paris. Tese de doutorado, 2005.
- SANTOS. M. E. M. Em Busca dos Sítios do Poder na África Centro Ocidental: Homens e

- Caminhos, Exércitos e Estradas (1483-1915). In: **Angola on the move. Transports Routes, Communications and History**. Frankfurt: Main und Butzbach. 2008, cap 1, p. 26-40.
- SILVA, Alberto. Costa e. Do Índico ao Atlântico. A influência africana e indiana no Brasil, na virada do século XVIII: escravos e têxteis. In: **Nas Rotas do Império**. Vitória: Edufes, 2006, cap 1, p. 13-24.
- SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão: de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- SILVA, R. da Cruz e. Benguela e o Brasil no final do século XVIII: Relações Comerciais e Políticas. In: **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999, cap 4, p. 127-142.
- SCHWARTZ, Stuart. Os escravos: Remédio de todas as outras coisas. In: **História da Expansão Portuguesa: Do Atlântico ao Índico (1570-1697)**. v.2. Espanha: Circulo de Leitores, 1998.
- SOUSA, L. Rebelo de. **Moedas de Angola**. Lisboa, Banco de Angola, (s.d.).
- SORSBY, Victoria Gardner. **British Trade with Spanish America under the Asiento 1713 – 1740**. 1975. 435 f. Tese (doutorado). Londres: University of London, Faculty of Arts.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Improvising Empire: Portuguese Trade and Settlement in the Bay of Bengal: 1500-1700**. Delhi: Oxford University Press, 1990.
- TAVARES, Ana Paula; DANTOS, Catarina Madeira. **África e Monumenta: A Apropriação da Escrita pelos Africanos**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.
- THOMAZ, Luís Filipe. **Estrutura político-administrativa do Estado da Índia: De Ceuta a Timor**. Lisboa, Difel, 1994. p. 207-245.
- THORNTON, John. A Resurrection for the Jagas. In: **Cahiers d' Etudes Africaines**, n. 18, p. 223-227 e 227-230, 1978.
- THORNTON, John K. Demography and History in the Kingdom of Kongo, 1550-1750. In: **Journal of African History**, Estados Unidos da América; Reino Unido, v. 18, n. 4, p. 507-530, 1977.
- THORNTON, John K. The slave trade in Eighteen century Angola: effects on demographic structures, In: **Revue Canadienne des Etudes Africaines/Canadian Journal of African Studies**, v. 14, n. 3, p. 417-427, 1988.
- THORNTON, John K. The Demographic effect of the Slave Trade on Western Africa, 1500-1850. In: **African Historical Demography**. Edinburgo, Centre of African Studies, v. 2, p. 691-720, 1981.
- THORNTON, John K. The Art of War in Angola, 1575-1680. In: **Comparative Studies in Society and History, an International Quarterly**. Reino Unido/Cambridge University Press, v. 30, n. 2, p. 361-378, April, 1998.
- THORNTON, John K. **Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800**. Great Britain: Series Editor, Jeremy Black, University of Exeter. 1999
- THORNTON, John K. 2004. **A África e os Africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. São Paulo, Editora Capus.
- THORNTON, John K., MILLER, Joseph C. A crónica como fonte, história e hagiografia. O Catálogo dos Governadores de Angola. In: **Revista Internacional de Estudos Africanos**. Lisboa, n. 12 e 13, p. 9-55, Jan-Dez 1990.

- THORNTON, John K. (1991), Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624-1663. In: **The Journal of African History**. Estados Unidos da América; Reino Unido, v. 32, n. 1, p. 25-40. Disponível em: [«http://www.jstor.org/stable/182577»](http://www.jstor.org/stable/182577). Acesso em: 03/09/2012
- THORNTON, John K. **The Kongolese Saint Anthony Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement: 1698-1706**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- THORNTON, John K. As guerras civis no Congo e o tráfico de escravos : a história e a demografia de 1718 a 1844 revisitadas. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 32, p. 55-74, 1997.
- THORNTON, John K. The Origins and Early History of the Kingdom of Kongo: 1350-1550. **The International Journal of African Historical Studies**. Boston University African Studies Center, v. 34, n. 1, p. 89-120, 2001. Disponível em: [«http://www.jstor.org/stable/3097288»](http://www.jstor.org/stable/3097288). Acesso em: 13/09/2012, 2001.
- THORNTON, John K. **Os Portugueses em África**. A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800, Inglaterra: Cambridge University Press, 2007.
- VALE, A.M. Martins do. **Os Portugueses em Macau (1750-1800)**: degredados, ignorantes e ambiciosos ou fiéis vassallos d'El Rei?. Lisboa: Livros do Oriente, 1997.
- VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos**: dos séculos XVII a XIX. São Paulo, Edit. Corrupio, 1987.
- VANSINA, Jan. Ambaca Society and the Slave Trade c. 1760-1845. **The Journal of African History**. Estados Unidos da América; Reino Unido, v. 46, n. 1, p. 1-27, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4100827>. Acessado em: 07/02/2014.
- VANSINA, Jan. Raffia Cloth in West Central Africa, 1500-1800. In: **Textiles: Production, Trade, and Demand**. Estados Unidos da América, v. 12, p. 263 – 281, 1998.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: Assistência à crianças das camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - séculos XVIII e XIX. Campinas: PAPIRUS, 1999.
- VENÂNCIO, José Carlos. **A Economia de Luanda no Hinterland no Século XVIII**. Um estudo de sociologia histórica. Lisboa: Editorial Estampa Ltda, 1996.
- WEBER, K. Deutschland. Der atlantische Sklavenhandel und die Plantagenwirtschaft der Neuen Welt (15. bis 19. Jahrhundert). In: **Journal of Modern European**. Alemanha, v. 7, n. 1, p. 37-67, 2009.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. **História**, S. Paulo, v. 28, n. 1, p. 17-70, 2009.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História** [online]. Brasil, vl.18, n. 36, p. 187-250, 1998a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 10/03/2013.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Um Mundo em Movimento**. Os Portugueses na Ásia, África e América (1415-1808). Portugal: DIFEL, 1998b.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 9-40, set. 2001.
- SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão**, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- SILVA, Alberto da Costa e. Do Índico ao Atlântico. In: **Nas Rotas do Império**. Vitória:

- Edufes, 2006.
- SOUZA, Cândido Eugênio Domingues de. **Perseguidores da espécie humana: capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII**. 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- VANSINA, Jan. **How Societies are Born: Governance in West Central Africa before 1600**. Charlottesville: University of Virginia Press, 2004.
- VANSINA, Jan. On Ravenstein's Edition of Battell's Adventures in Angola and Loango. **History and Africa**, n. 34, p. 321-347, 2007.
- XIMENEZ, Cristina F. Lyrio. **Joaquim Pereira Marinho: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia, 1828-1887**. 1999. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, , 1999.
- XIMENEZ, Cristina F. Lyrio. **Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos (1750-1708)**. 2012. 269 f. Tese (Doutorado) — Instituto de Ciências humanas e Filosofia: Universidade Federal Fluminense, Niterói. Tese de doutorado não publicada. 269, 2012.

## GLOSSÁRIO

### **Tecidos africanos:**

Bungu – tecido produzidos a partir das fibras de palmira-bordão no Loango e Congo.  
 Beirame - moedas de cobre provinciais no “Reino de Angola” no sec. XVIII e que significava, na África centro-ocidental, panos de algodão de três palmos de largo.  
 Kitundu – tecidos da fibra as insandeira com os quais se faziam tangas e sacos.  
 Kundi e meio-kundi - Produzidos a partir das fibras de palmira-bordão no Loango e Congo.  
 Libongo - também conhecidos como sambu ou nollolevieri, estes panos de fibra vegetal  
 Mfula – tecido africano de fibra vegetal.  
 Mpusu – tecido africano feito das fibras do interior da palmeira.  
 Maxze - Produzidos a partir das fibras de palmira-bordão no Loango e Congo.  
 Ráfia – tecidos produzidos a partir da fibra da palmeira.  
 Urila – Produzidos a partir das fibras de palmira-bordão no Loango e Congo.  
 Tecidos de Cabo Verde – tecidos de algodão. Produzidos em Cabo Verde

### **Tecidos Europeus**

Baeta - tecido de lã grosseiro, felpudo ou de tecido grosseiro de algodão.  
 Brim - tecido forte, fabricado de linho ou de algodão, usado sobretudo nos toldos das embarcações, sanepas, velas.  
 Cambraia - Tecido fino e transparente, de linho ou algodão, primitivamente fabricado em Cambraia, cidade de França  
 Crê – tecido que não nos foi possível identificar a tipologia, sendo oriundo, provavelmente da Hansa Teutônica.  
 Serafinas - tecido de lã.  
 Tafetá – sendo seu lexema originário do francês, inferimos ser este tecido originário da França.  
 Sarja – tecido provavelmente originário da França.  
 Veludo carmesim – tecido de origem italiana.

### **Tecidos Idianos**

Azul da guiné - tecidos de algodão de 6 metros.  
 Balagate - pano grosseiro da Índia, pintado de branco e azul.  
 Cambaia” ou “cabaia” vem do árabe cabâ, Kabaia = camisa de lã. Era tecido leve de seda. Designava, também, um vestido oriental que se assemelhava a uma roupeta decotada. Somente os orientais ricos é que usavam”. (LAPA, 1968, p. 287).  
 Cadeaz – tecido de algodão.  
 Cassas - tecidos transparentes, finos, de linho ou de algodão.  
 Coromandel - nome de certa chita de algodão da costa do mesmo nome.  
 Chita - pano pintado vindo da Índia no século XVIII.  
 Corjas de Dórias – tecidos de algodão.  
 Folhinha - “... uma caixa de folha; lata como tal sendo usada na Índia portuguesa [...] a palavra folho, do qual podia ser diminutivo, significando guarnição de pregas, feira geralmente de fazenda mais fina, com que se enfeitavam altares, toucadores, cortinas, mesas, lençóis, camisas, saias, anáguas, etc. (folho de cassa, de cambraia, etc) ”. (LAPA, 1968, p. 288).  
 Lenços de algodão  
 Gargaraz – o mesmo que cortes de sayas de chita 2ª sorte.  
 Precalos – se considerada a grafia percal, diz respeito a” tecidos de algodão fino, muito tapado e liso.  
 Pânico – pode ser um tecido de algodão finíssimo indiano ou roupa branca e lençaria Hamburguesa.

Panos de Coromandel - espécie de estofado de algodão, do gênero das chitas, que vinha da parte da costa oriental da península indostânica que recebia ou recebe esse nome  
 Zuarte- pano de algodão encorpado, geralmente azul.

### **Tecidos Chineses**

Seda – produzidos a partir dos casulos do bicho da seda.

Gangas - lexema de origem chinesa o que indica ser este um tecido chinês

### **Demais vocabulários**

Arimo — mesmo que fazenda.

Banzo — conjunto de artigos diversos para a compra de um escravo em Angola.

Bundle – o mesmo que banzo, ao norte de Luanda.

Macutas – moeda de cobre provinciais no “Reino de Angola” no sec. XVIII.

Mucanos – em Kimbundo significa crime, culpa, delito.

Gerebita – aguardente da cana-de-açúcar produzido no nordeste brasileiro e no Rio de Janeiro.

Pau Takula - Um tipo de madeira vermelha que contém quino, comum em Angola e muito usada em marcenaria; desta madeira se pode fazer uma massa de barro vermelha que misturada com óleo de rícino serve para untar a cabeça dos Gangueles do leste de Angola (DINIZ,1918).

Tendala – interprete.

## ANEXOS

## ANEXO 1

Transcrição parcial da carga da Nau Nossa Senhora José e Nau Senhora da Conceição despachada em 20 de maio de 1767.

Produto	Quantidade	Valor	Valor total
<i>Peças<sup>416</sup></i>			
Anxóins atabacados com esmalte de 5 em terno	18	3400	4.3200
Urinóis azul e branco	4	240	960
Pratos de guardanapo azul e branco a	620	60	55.800
Corjes de xicaras e pires atabacados com esmalte	45	400	63.000
Jarras pequenas azul e branco de pouco mais de palmo	14	420	46.800
bojudas como painelas	225	140	35.500
Livras <sup>417</sup> de pimenta			21.126
Dizima			
<i>Peças<sup>418</sup></i>			
Anxoins de 5 em terno, branco somente	30	400	42.000
Anxoins tabacados, esmalte de 5 em terno com	17	2400	40.800
Anxoins de 4 em terno por se quebrar o maior	1	-	1.600
Anxoins de azul e branco de 5 em terno	2	2.400	19.200
Anxoinis de esmaltado de 5 em terno	8	400	8.000
Dizima			3.864
<i>Peças<sup>419</sup></i>			
Pratos de guardanapo azul e branco	760	90	68.400
Dizima			6.840
<i>Peças<sup>420</sup></i>			
Corjes de Pratos de guardanapos azul e branco	37	1.800	66.600
Cates de Xá com 15 libras	12		7.500
Pratos brancos azul e branco	10	400	4.000
Pratos pequenos de esmalte e de guardanapo	20	160	3.200
Tijelas com tampas e pratos de esmalte	6	450	2.700
Bules esmaltados	2	300	600
Xicaras com seis pires que é uma corje			2.400
Jogo de mangas azul e ouro de dois palmos			12.500
Do dito esmaltado de 3 palmos de altoqueyo meio cada peças			12.500
Dizima			53.027
Pelo que importa a soma que vem da lauda <sup>421</sup>			53.027

<sup>416</sup> Produtos despachados por Pedro Carvalho, 3º carpinteiro em 25 de maio de 1767.

<sup>417</sup> Refere-se a libras que é uma medida de peso inglesa.

<sup>418</sup> Despachou Antônio Santos, 2º guardião em 27 de maio de 1767.

<sup>419</sup> Despachou Domingos Gonçalves, 1º carpinteiro

<sup>420</sup> Despachou Francisco Pereira Boticário da Nau no seu agazalhado.

<sup>421</sup> Se refere ao transito do valor da folha anterior

	<i>Peças</i> <sup>422</sup>		
Mesa de Louça azul e branco e ouro com 20 pratos e guardanapo 5 ditos grandes de numero 1-a-5, 6 sopeirazinhas de aza com tampas	1		10.000
Sopeirazinhas mais das ditas com prato	4	300	1.200
Saleiros da mesma qualidade	4	100	400
Solpeiras grandes com pratos e tampas das qualidades	2	1.600	3.200
Pratos grandes covos os de n. 3 -a	2	960	1.920
Pratos de guardanapo da dita qualidade azul e ouro	66	160	10.560
Tijelas sem tampas pequenas azul e branca	20	120	2.400
Pratos azul e branco de nº 1	4	120	480
Ditos mais de nº 2	4	160	640
Ditos mais de nº 3	4	200	800
Ditos mais de nº 4	4	320	1.280
Ditos mais de nº 5	4	400	1.600
Ditos mais grandes e covos	4	400	1.600
Castiçais do mesmo azul e branco	4	100	400
Saleiros da dita Louça	2	100	200
Pratos de guardanapo da dita cor	133	90	11.970
Xicaras e pires com tampas branco e ouro	8	90	120
Bulle do mesmo	1		300
Cates de chá com 50 libras <sup>423</sup>	41	500	25.000
Dizima			7.467
Ternos de Taboleiro de charão de 5 em terno avaliados pela pauta	2	5.120	10.240
Taboleiros de dito chavão de nº 1-a-3	3		2.024

- Pelo que importa da Lauda em frente em 2 de junho de 1767/ valor:61.742

Produto	Quantidade	Valor	Valor total
<i>Peças</i> <sup>424</sup>			
Peças de chita da costa 3ª sorte grosas para	60	500	90.000
Peças de ditas mais da 2ª sorte	60	3.000	480.000
Gargarazes de chita 2ª sorte	20	3.000	60.000
Peças de Morines de vestias pintadas com	10	1.200	72.000
6- cada peça fazem 60 vestias 2ª sorte			
Peças de Guingão de lagrimas 2ª sorte	60	1.200	72.000
Peças de gravatas de cassa com 10 cada para a	10	3.000	30.000
Meyas peças de cassa lavrada com raminhos	19	5.000	95.000
Da mesma cor branca e de 8 reis a peça			
Cobertas da costa da 2ª sorte marca (?) grande	5	3.000	45.000
Peças de lenço da tabelas de 8 em peças	4	2.400	9.600
Ditos branco de Morim entre fino com pintura	5	3.200	16.000
Encarnada em roda e com 8 lenços, peça.			
Ditas de lenços encarnados Paliacate	3	4.000	12.000

<sup>422</sup> Despachou José Rodrigues Bernardes na agasolhada da despesa (?) Manuel da Costa

<sup>423</sup> Mesmo que libras

<sup>424</sup> Despachou Manuel de Oliveira



De 8 em panos finos			
Dizima			98.160
	<i>Peças<sup>425</sup></i>		
Peças de linhas de Dio da 2ª sorte	17	128	21.760
Panos de lenços finos azuis de Dio de 10 em pano	2	750	10.500
Penteador com suas toalhas de Dio pintado de encarnado ordinario	1		800
Peça de brilhante de seda e palhinha de Matizes	1		3.200
Dizima			2.726
	<i>Peças<sup>426</sup></i>		
Pratos grandes azul e branco	4	400	1.600
Ditos de guardanapos dita cor	397	90	35.730
Anxoim de 3 em terno em todos brancos	80	300	24.000
			6.133
<b>Dizima</b>			<b>6.133</b>

Pelo que importa a soma que vem da Lauda/ 168. 161

<b>Produto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor total</b>
	<i>Peça<sup>427</sup></i>		
Pratos de guardanapos com tijelas de tampas e aza azul e branco, o jogo a	5	240	1.200
Dita de esmalte de guardanapo com tijelas de tampas e asa, o jogo a	5	450	2.250
Pratos de guardanapo azul e branco	8	90	720
Bules pequenos e esmaltados	3	240	720
Pratos de guardanapo com esmalte	2	160	320
Xicaras de esmalte com asa e sem terem pires	5	50	250
As ditas com seus pires de ditos esmaltes	11	100	1.100
Livras de pimenta	130	40	18.200
Dizima			2.470
	<i>Peça<sup>428</sup></i>		
Meyas peças de Dorias de Listas e de 8 réis cada	60	2.500	150.000
Meyas peças entre finnas			
Peças de bofetar (?)	15	1.500	22.500
Dizima			17.250
	<i>Peças<sup>429</sup></i>		
Peças de linhas de Dio	160	280	204.800
Dizima			20.480
	<i>Peças<sup>430</sup></i>		
Peças de linha Patavar	100	1.280	128.000
Linhas ditas mais	100		128.000
Linhas ditas mais	100		128.000

<sup>425</sup> Despachou José Rodrigues Bernardes

<sup>426</sup> Despachou Antônio dos Santos 2º goardicódes (?)

<sup>427</sup> Despachou João de Matos, homem de armas no agazalho de Francisco Pedroso Teixeira

<sup>428</sup> Despachou José Rodrigues Bernardo no agazalho do des (?) Manuel da Costa

<sup>429</sup> Despachou Francisco Pedroso Ferreira nos seus agazalhados

<sup>430</sup> Despachou Manuel de Oliveira nos agazalhos de Mestre da Nau em 3 dito

Linhas ditas mais	100		128.000
Linhas ditas mais	100		128.000
Linhas ditas mais	100		128.000
Linhas ditas mais	100		128.000
Dizima			89.600
	<i>Peças<sup>431</sup></i>		
Peças de guingão 2ª sorte	100	1200	120.000
Destas de ditas da 2ª sorte	20	3.000	60.000
Destas de vestias pintadas com 6 vestias	2	1200	14.400
E cada peça fazem 12			
<b>Dizima</b>			<b>19.440</b>

<b>Produto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor Total</b>
	<i>Peças<sup>432</sup></i>		
Peças de linha Patavar	13	1.280	16.640
Gargarão de chita 2º sorte	2	3	6.000
Peças de morim ordinário de 8 réis panos	2	1.500	3.000
Panos de lenços azuis de 10 em panos ordinários com 30 lenços a	3	750	2.250
Panos de Baé de algodão entre finos	2	800	1.600
Ditos ordinários e grossos	2	700	1.400
Dizima			3.089
Pelo que importa as somas que vem da Lauda			321.096
	<i>Peças<sup>433</sup></i>		
Peças de linha Patavar	2	1.280	2.560
Peças de Lenços vermelhos, patavares ordinários de 8 com peça	2	600	1.200
Lenços mais dos mesmos	2	75	150
Dizima			391
Peças de Linha Patavar	1		1.280
Marxar a ordinário	1		1.500
Chita do porto novo 2ª sorte	1		3.000
Peças de Lenços encarnados Patavar de 8 peças	3	600	1.800
Dizima			758
Peças de Linha Patavar	6	1.280	7.680
Peça de Marxâ de São Thomé	1		2000
Coberta de Chita 2ª sorte	1		3.000
Peças de lenços encarnados ordinários Patavar de 8 em peça	2	600	1.200
Peças de chita 2ª sorte	3	3.000	9.000
Dizima			324.533
	<i>Peças<sup>434</sup></i>		
Peças de linhas patavares	22	1280	28.160
Peças de linha de Dio	12	1280	15.360
Coberta de chita de S. Thomé 1ª sorte	1		3.000

<sup>431</sup> Despachou Joaquim Nunes, 2º cirurgião da Nau no seu agazalhado

<sup>432</sup> Despachou Moreira, soldado que vivia na Índia

<sup>433</sup> Despachou Francisco José de Souza nos agazalhos do Mestre da Nau Manuel dos Santos.

<sup>434</sup> Despachou o mesmo Francisco José de Souza nos ditos agazalhados em 5 dito.

Marxás ordinárias	2	1.500	3.000
Peças de chitas 3ª sorte, ordinária	3	500	4.500
Peças de Lenços encarnados Patavar ordinárias de 8 em peça	6	600	3.600
Dizima			63.620
Peças de linha de Dio	7	128	8.960
Ditas Patavares	12	128	15.360
Ditas de guingão 3ª sorte	5	1.200	6.000
Cobertas de chita de S. Thome 3ª sorte	1		3.000
Marxás ordinárias	2	1.500	3.000
Peças de chita 2ª sorte	1		3.000
Peças de lenços encarnados Patavares ordinários de 8 em peça	4	600	2.400
<b>Dizima</b>			<b>4.172</b>

<b>Produto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor Total</b>
	<i>Peças<sup>435</sup></i>		
Pratos de guardanapo azul e branco	398	90	35.820
Anxoins pequenos de 3 em terno tudo branco	16	300	4.800
Dizima			4.172
	<i>Peças<sup>436</sup></i>		
Peças de linhas Patavar	161	1280	206.080
Ditos com 1/3 de avaria	32	854	27.328
Ditos com muita avaria e quase perda	87	250	4.250
Peças de Guingão 3ª sorte	40	1200	48.000
Peças de Lenços Vermelhos patavares ordinários De 8 panos.	125	600	75.000
Panos de Morim entre finos de 8 (?)	6	1500	9.000
Panos de cassa fina tapada e lisa de 160 (?)	2	8000	16.000
Panos de ditas ordinárias; e das mesmas (?)	10	2000	20.000
Panos de linhas de Dio	90	1280	115.000
Panos de linhas Patavar	90	1280	115.200
Ditas de linha de Dio	75	1280	96.000
Ditas de guingoins 2º sorte	47	1200	56.400
Ditas de lenços brancos com listas vermelhas de 6 em (?)	4	3000	12.000
Ditas com pintura em seda de tintas vermelha De 8 em pesas finnas	2	4000	8000
Peças ditas azuis ordinários de 10 em pano	10	750	7.500
Destas encarnadas patavares bons de 12 panos	5	6000	30.000
Panos de Mârxas ordinários	10	1500	15.000
Destas de ditas pintadas	2	2000	4.000
Destas de ditas listas miúdas e finas	2	3000	6.000
Cobertas de chitas entre finas	10	3000	30.000

<sup>435</sup> Despachou Antônio dos Santos segundo goardião.

<sup>436</sup> Despachou Francisco José da Silva agazalhados do 2º Piloto Manuel Thomas Santiago.

Panos de chita 2º sorte	54	3000	162.000
Gargaraz ou cortes de sayas de chita 2º sorte	5	3000	15.000
Dizima			107.195
	<i>Peças<sup>437</sup></i>		
Pratos grandes de mayor a menor branco e ouro	8		7.680
Ditos de guardanapo de mesmo padrão	74	160	11.840
Ditos com 10 tijelas de caldo com tampas azul e branco	10	240	2.400
Tijelas com tampa para caldo branco e ouro	11	300	3.300
Sopeiras grandes com seus pratos das ditas qualidades	2	240	480
Urinóis azul e branco			
<b>Dizima</b>			<b>44.900</b>

Produto	Quantidade	Valor	Valor Total
	<i>Peças<sup>438</sup></i>		
Peças de lenços azuis de Madrasta de 10 em	97	4000	388.000
Peças			
Ditas de 8 em pesas	83	3200	265.600
Destas de gingoins	60	1200	72.000
Dizima			72.560
Peças de linho de Dio	240	1280	307.200
Cortes de sarafinas de ballagarte	2	10000	20.000
Dizima			32.720
	<i>Peças<sup>439</sup></i>		
Peças de canga azul	20	800	16.000
Meyas panos de cassa Dorias de (?) finas	4	8000	32.000
De 8 (?) cada peça			
Dizima			4.800
	<i>Peças<sup>440</sup></i>		
Peças de chita da 2ª sorte	54	3000	126.000
Peças de lenços brancos com listas vermelhas em roda de 8 em pesa	2	3200	6.400
Peças das ditas azuis finos de 10 em pano	4	4000	16.000
Panos de vestias de chita com tintas encarnadas e azul a 6 cortes peça	2	1200	14.400
Panos de guingoins da 2ª sorte	11	1200	132.000
Dizima			33.080
	<i>Peças<sup>441</sup></i>		
Peças de guingoins de 2ª sorte	70	1200	84.000
Panos de chita da costa ou S. Thomê camada em roda, e com 8 destes panos	24	3000	72.000
Panos de lenços brancos com pintura encarnada em roda e com 8 ditos panos	4	4000	16.000

<sup>437</sup> Despachou Silvestre Gomes, escrivão da Nau.

<sup>438</sup> Despachou Manuel de Oliveira agasalhados do mestre da Nau.

<sup>439</sup> Despachou Manuel de Oliveira nos agasalhados de José dos Santos, eterou de uma barca a bordo da Nau

<sup>440</sup> Despachou Francisco Pedroso Texeira, boticario da nau nos seus agasalhados.

<sup>441</sup> Despachou João de Matos Silva, passageiro da Nau nos agasalhados do Boticario Francisco Pedrosa Souza.

Destas brancas de cassa com listras brancas em roda e de 10 em pano	6	2000	12.000
Panos de gravatas com 10 destas fenas	1		4.000
Dizimas			18.800
Peças de guingão 2ª sorte	12	1200	14.400
Peças de chita da costa ou de S. Thomê	56	3000	168.000
Cobertas grandes de 2 panos, 2ª sorte	2	3000	6.000
<b>Dizima</b>			<b>18.840</b>

*Origem: AHU, CU, Angola, Caixa 51, nº71*

## ANEXO 2

### Total de embarcações saídas por ano do Porto de Luanda

Ano	Rio de Janeiro	Bahia	Pernambuco	Lisboa	Maranhão	Vila de Santos	Capitania do Espírito Santo	Nova Colonia do Sacramento	Total de embarcações
1749 <sup>442</sup>	9	8	4			1		3	25
1752 <sup>443</sup>	15	3	8				1	1	28
1754 <sup>444</sup>	11	4	5						20
1756 <sup>445</sup>	11	4	6	1	1	2			25
1757 <sup>446</sup>	9	3	10		1	4			27
1758	10	3	8		2	1			24
1762 <sup>447</sup>	11	4							23
1763 <sup>448</sup>	10	3	5						18

Obs: O senhor Bastos, interessado do contrato de escravos, em 1757, ao redigir, em Belém, uma defesa em prol da entrada de brancos negociantes no sertão e da legalização de armas e pólvora no tráfico de escravos, endereçada provavelmente ao secretário de estado de Portugal, afirma que: "... He bem sabido que os navios de escravos que vão para o Brasil os não levam senão aos três portos capitais do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco,

<sup>442</sup> A.H.U., C.U., Angola, caixa 37, n. 82.

<sup>443</sup> A.H.U., C.U., Angola, Caixa 38, n. 48.

<sup>444</sup> A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 2.

<sup>445</sup> "Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado". 16 de Março de 1757. A.H.U., C.U., Angola, caixa 41, n. 21.

<sup>446</sup> "Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado que teve principio em 5 de Janeiro de 1757". 12 de Fevereiro de 1758. A.H.U., C.U., Angola, caixa 41, n.78.

<sup>447</sup> A.H.U., C.U., Angola, caixa 46, n.01.

<sup>448</sup> A.H.U., C.U., Angola, Caixa 48, n. 6.

aonde acham a sua saída, e aonde se acha estabelecida a cobrança dos direitos; Porem querendo o capitão de hum navio, que por exemplo terá muitos outros adiante de sy, preferidos a todos, inventa hum viagem imaginaria, pedindo despacho para hum porto aonde não vay nem forma tençam de hir, como (?) para o Porto de Santos, Santa Catarina, Rio Grande, Colonia ou outras semelhantes; e como para aqueles portos não há quem os prefira se lhes concede o despacho, sem embargo de se conhecer que a viagem he fantástica; e depois que assim preferio aos outros, faz na viagem hum termo em que afectando carência de alguma couza se justifica para poder entrar no Rio de Janeiro, Bahia, ou Pernambuco deixando por este modo burlar-los todos os mais que pela suas antiguidades o devião preferir”. 31 de agosto de 1757. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 41, n. 49.

### ANEXO 3

#### Total de embarcações/ano do Porto de Benguela

Ano	Rio de Janeiro	Bahia	Pernambuco	Capitania do Espírito Santo	Nova Colonia do Sacramento	Total de embarcações
1749 <sup>449</sup>	1	3				3
1752 <sup>450</sup>						7
1754 <sup>451</sup>						9
1756 <sup>452</sup>	8					8
1757 <sup>453</sup>						5
1762 <sup>454</sup>	12					12
1763 <sup>455</sup>						10

### ANEXO 4

#### Escravos saídos do porto de Luanda.

Ano	Total
1749 <sup>456</sup>	C – 8902 CR (P -99; Pe – 782)
1752 <sup>457</sup>	C - 9.550 CR (P – 149; Pe – 917)
1754 <sup>458</sup>	C – 7.820 CR (P – 127; Pe – 860)

<sup>449</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 37, n. 82.

<sup>450</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 38, n. 48

<sup>451</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 2.

<sup>452</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 41, n. 2.

<sup>453</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 41, n.78.

<sup>454</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 46, n.01.

<sup>455</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 48, n. 6.

<sup>456</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 37, n. 82.

<sup>457</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 38, n. 48.

<sup>458</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 2.

1756 <sup>459</sup>	C – 9988 CR (P – 127; Pe – 36)
1757 <sup>460</sup>	C – 10.653 CR (P – 80; Pe – 31)
1758 <sup>461</sup>	C – 9889 CR - 149
1762 <sup>462</sup>	C- 8.280 Cr- 47 P- 80
1763 <sup>463</sup>	C – 7.525 CR (P – 61; Pe – 48)

Total de escravos/ano

#### Escravos saídos do porto de Benguela.

Ano	Total
1749 <sup>464</sup>	C - 807
1752 <sup>465</sup>	C – 1827 CR (P- 23)
1754 <sup>466</sup>	C – 2488 CR (P- 30; pe- 269 )
1756 <sup>467</sup>	C – 2541
1757 <sup>468</sup>	C- 1461
1762 <sup>469</sup>	C- 4.124 CR (P – 9)
1763 <sup>470</sup>	C – 3.429 CR (P – 17; Pe – 5)

<sup>459</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. 16 de Março de 1757. A.H.U., C.U., Angola, caixa 41, n. 21

<sup>460</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado que teve principio em 5 de Janeiro de 1757”. 12 de Fevereiro de 1758A.H.U., C.U., Angola, caixa 41, n.78.

<sup>461</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 42, n. 54.

<sup>462</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 46, n.01.

<sup>463</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 48, n. 6.

<sup>464</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 37, n. 82.

<sup>465</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 38, n. 48

<sup>466</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 40, n. 2.

<sup>467</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. 16 de Março de 1757. A.H.U., C.U., Angola, caixa 41, n. 21

<sup>468</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 41, n.78.

<sup>469</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, caixa 46, n.01.

<sup>470</sup> “Embarcações que sahirão deste porto no anno próximo passado”. A.H.U., C.U., Angola, Caixa 48, n. 6.

Total de escravos/ano

Abreviações:

(C)-cabeças;

(Cr) crias;

obs: Entre as crias entram as de peito (P) e de pé (Pe).

## **ANEXO 5.**

### **Governadores de Angola (1733-1779)**

**1733-1-1** a 1738-3-31 - Rodrigo César Menezes

**1738-4-1** a 1748-4-17 - João Jacques de Magalhães

**1748-4-17** a \_\_\_ -10-1748 - governo de duntirato: Bispo D. Fr. Manuel de Santa Inês e Dr. Fernando José da Cunha Pereira (ouvidor geral).

**1748** (outubro de) - 1749-1-12 - Bispo D. Fr. Manuel de Santa Inês e Dr. Fernando José da Cunha Pereira (ouvidor geral), Sargento-mor Castelo Branco.

**1749-1-12** a 1753-7-31 - D. António de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo

**1753-7-31** a 1758-10-14 - D. António Álvares da Cunha

**1758-10-14** a 1764-6-8 - D. António de Vasconcelos

**1764-6-6** a 1772-11-21 - D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho

**1772-11-21** a 1779-12-5 - D. António de Lencastre